Sumário dêste número

EDITORIAL: A Reunião do Instituto Interamericano de Estatística e os Mapas Censitários — Eng.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 1513).

COMENTARIO: As Estradas de Ferro Brasileiras e sua Classificação Regional — Eng.º FLÁVIO VIEIRA (pág. 1515).

TRANSCRIÇÕES: A Estrutura da Serra — Nas Bacias do Caí e do Rio dos Sinos — Padre BALDUÍNO RAMBO (pág. 1524). — Geografia das Cidades — PIERRE LAVEDAN (pág. 1535).

RESENHA E OPINIÕES: O pescador no litoral leste do Estado de São Paulo (pág. 1544). — Geografia carioca: primeiras explorações econômicas (pág. 1549). — Garimpos (pág. 1551). — Associação dos Geógrafos Brasileiros (pág. 1552). — Não culpemos o arado (pág. 1554). — Campanha povoadora (pág. 1556). — A Real Sociedade de Geografia (pág. 1559).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Papel Histórico do Litoral, do Relêvo, dos Rios e dos Climas sôbre o Povoamento do Brasil — Prof.ª LÉA QUINTIERE (pág. 1561). — Aspectos Gerais da Fisiografia das Regiões Fronteiriças — Prof. F. A. RAJA GABAGLIA (pág. 1564).

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS: Centésima Décima Sexta Tertúlia, realizada a 17 de janeiro de 1946 (pág. 1570).

SEMINÁRIOS DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS: Ata do 2.º Seminário de Estudos Geográficos, realizado em 29 de janeiro de 1946, na sede do C. N. G. (pág. 1578).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 1583). — Conselho Nacional de Geografia (pág. 1583). — Ministério da Agricultura (pág. 1586). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 1587). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 1587). — Prefeitura do Distrito Federal (pág. 1588). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Associação Brasileira de Educação (pág. 1588). — Instituto de Colonização Nacional (pág. 1589). — Instituto Genealógico do Rio-de-Janeiro (pág. 1589). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pág. 1589). — CERTAMES — I Conferência Internacional dos Diretores de Serviços Meteorológicos Mundiais (pág. 1589). — I Congresso Sul-Americano de Petróleo (pág. 1590). — II Assembléia Geral Ordinária da Associação dos Geógrafos Brasileiros (pág. 1591). — II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria (pág. 1592). — UNIDADES FEDERADAS — Goiás (pág. 1592). — Minas-Gerais (pág. 1592). — Piauí (pág. 1593). — Território do Amapá (pág. 1593). — MUNICÍPIOS — Uauá (Bahia) (pág. 1593). — EXTERIOR — Austrália (pág. 1594). — Estados-Unidos (pág. 1594). — Inglaterra (pág. 1594).

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E DE CIÊNCIAS AFINS: Rio-de-Janeiro (pág. 1596). — Rio-Grande-do-Sul (pág. 1598).

BIBLIOGRAFIA: REGISTROS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 1600). — Periódicos (pág. 1603). — Mapas (pág. 1605). — BIBLIOTECA DO C. N. G. — Lista de publicações entradas no período de 1 de janeiro a 15 de fevereiro de 1946 (pág. 1606). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia — U. S. A. (pág. 1613). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Índice dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185 (pág. 1619).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis publicados no período de 16 de janeiro a 15 de fevereiro de 1946 (pág. 1627). — Íntegra da legislação de interêsse geográfico — Decretos-leis (pág. 1642). — Decretos (pág. 1650). — Atos diversos (pág. 1650). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico — Bahia (pág. 1656). — Minas-Gerais (pág. 1656). — Rio-de-Janeiro (pág. 1656). — Pará (pág. 1657). — Paraíba (pág. 1657). — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico — Ijuí (Rio-Grande-do Sul) (pág. 1659). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — DIRETÓRIO CENTRAL — Íntegra das Resoluções ns. 211 a 213 (pág. 1662).

Boletim Geográfico

Ano III | MARÇO DE 1946 | N.º 36

Editorial

A Reunião do Instituto Interamericano de Estatística e os Mapas Censitários

Realizou-se, de 7 a 11 de janeiro último, no Rio-de-Janeiro, a reunião dos diretores do Instituto Interamericano de Estatística, conhecido por IASI, que se forma pela junção das iniciais das palavras Inter American Statistical Institute.

O Instituto tem sede em Washington e é seu presidente o ilustre brasileiro, Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Saúde.

Compõem a diretoria do IASI mais os seguintes membros: como 1.º vice-presidente, o Prof. Stuart A. Rice, diretor-assistente do "Bureau of Budget" dos Estados-Unidos-da-América; como 2.º vice-presidente, o Prof. Carlos Eugênio Dieulefait, diretor do Instituto de Estatística da Universidade do Litoral, na Argentina; como 3.º vice-presidente, o Dr. Ramon Beteta, sub-secretário da Fazenda e Crédito Público do México; como secretário-geral o Dr. Halbert L. Dunn, chefe da Divisão de Bioestatística do "Bureau of Census" dos Estados-Unidos-da-América; como tesoureiro, o Prof. Robert A. Coats, professor de Estatística na Universidade de Toronto, no Canadá.

À reunião do Rio-de-Janeiro deixou apenas de comparecer, por motivos imperiosos, o vice-presidente Dr. Ramon Beteta, do México.

Os estudos realizados pela Conferência, em reuniões freqüentes e prolongadas, foram abundantes e oportunas, e dêles se esperam justificadamente resultados prontos e fecundos em favor da Estatística Interamericana.

Os principais assuntos tratados foram os seguintes: a planificação do censo continental de 1950; o preparo do "Anuário Interamericano de Estatística"; o desenvolvimento dos aparelhos nacionais de estatística e a sua cooperação na elaboração das estatísticas internacionais; a articulação do IASI com a União Panamericana; a realização em 1946 de um Congresso Panamericano de Estatística; o aperfeiçoamento e a comparabilidade das estatísticas econômicas das nações do Hemisfério; a melhoria e a padronização das estatísticas educacionais e culturais; a criação do "Comité de Educação e Estatística"; o desenvolvimento das atividades da Secretaria-Geral do IASI.

Uma particularidade digna de realce, a justificar o presente comentário, foi o relêvo dado à Cartografia nas conclusões a que chegou a Conferência acêrca do problema do censo continental de 1950.

O IASI vai empreender o melhor dos seus esforços para que tôdas as nações americanas realizem efetivamente em 1950 a operação censitária, se-

gundo planos e normas gerais que oportunamente recomendará aos governos dos diferentes países.

Pois bem, foi considerado pela Diretoria do IASI como indispensável o preparo em cada país de mapas, que permitam a planificação e a execução censitária com base em representações, quanto possível, perfeitas e adequadas dos territórios nacionais respectivos.

E, assim, confirmou o IASI os entendimentos já havidos com o Instituto Panamericano de Geografia e História, em virtude de recomendação expressa da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia realizada no Brasil em 1944, no sentido de ser estudado pronta e concretamente o problema do preparo dos mapas censitários, não só quanto à fixação dos seus requisitos mínimos e das normas padronizadoras, como também quanto à possibilidade do seu preparo nos diferentes países, cujos governos serão solicitados, na forma hábil e oportuna, a estudar as providências recomendáveis em cada caso.

O exemplo do Brasil influiu muito na decisão do IASI, porquanto a nossa campanha censitária de 1940 teve um apoio cartográfico e os nossos agentes censitários foram ao campo munidos de mapas dos respectivos setores de atuação.

Conquanto tais mapas não tenham sido precisos, — o que seria impossível no estado atual do nosso levantamento territorial —, e não tenham recolhido todo o material informativo desejado — o que o curto prazo do seu preparo não permitiu —, entretanto, é indiscutível que êles prestaram muito bons serviços aos agentes do censo, proporcionando-lhes também elementos para a correção de senões e falhas existentes em uma valiosa contribuição ao aperfeiçoamento das nossas cartas, e agora, com ufania nossa, estão sendo apontados aos países americanos, evidentemente não como diplomas perfeitos, mas como uma iniciativa de organização digna de ser generalizada.

A afirmação não é exagerada, porquanto os dois Institutos Panamericanos — o de Geografia e o de Estatística — se dirigiram ao Conselho Nacional de Geografia do Brasil pedindo que designasse uma pessoa conhecedora da nossa iniciativa dos mapas censitários para atuar junto àqueles Institutos como assistente técnico na momentosa campanha do preparo dos mapas para o censo continental de 1950.

Se o nosso país andou bem em 1940, dando sentido cartográfico ao seu recenseamento, que prossiga nesse rumo, em que, unidas a Geografia e a Estatística hão-de revelar o Brasil aos brasileiros, orientando-os bem na solução satisfatória dos seus magnos problemas.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia

Comentário

As Estradas de Ferro Brasileiras e sua Classificação Regional

Eng.º FLAVIO VIEIRA
Membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia

Ao findar o ano de 1944 a extensão dos caminhos de ferro brasileiros era da ordem de 35 137,087 quilômetros.

Nesse ano, a despeito das dificuldades criadas pela nossa participação na segunda grande guerra mundial, foram entregues ao tráfego público mais 369,084 quilômetros, tendo concorrido para êsse acréscimo as seguintes estradas de ferro: Central do Brasil, Leste Brasileiro, Viação Cearense e Noroeste do Brasil, de propriedade da União, com o total de 305,577 quilômetros, e Companhia Mojiana, Araraquara e São Paulo-Minas, de propriedade particular, com o de 63,507 quilômetros.

No quadro abaixo, onde figuram, com as suas respectivas quilometragens em 1943 e 1944, as 48 estradas que integram, atualmente, o sistema ferroviário brasileiro, pode-se constatar o crescimento a que aludimos, bem como o encurtamento de 850 metros verificado na Rêde Mineira, com o qual se explica o aumento aparente de 368,234 quilômetros, resultante da diferença entre os totais quilométricos dos anos cotejados.

Extensão ferroviária do Brasil, nos anos de 1943 e 1944, por estradas enumeradas geogràficamente do norte para o sul

Número de ordem	ESTRADAS DE FERRO	EXTENSÕES QUILOMÉTRICAS	
		Em 1943	Em 1944
1	E. F. Madeira-Mamoré	366,485	366,485
2	E. F. Bragança	293,729	293,729
3	E. F. Tocantins	82,430	82,430
4	E. F. São Luís-Teresina [1]	643,533	643,533
5	Rêde Viação Cearense	1 421,440	1 484,768
6	E. F. Moçoró	186,374	186,374
7	E. F. Central do Rio Grande do Norte	341,811	341,811
8	The Great Western of Brazil Railway	1 656,856	1 656,856
9	Viação Férrea F. Leste Brasileiro	2 184,882	2 209,131
10	E. F. Nazaré	316,469	316,469
11	E. F. Ilhéus a Conquista	127,759	127,759
12	E. F. Bahia e Minas	582,024	582,024
13	E. F. Vitória a Minas	597,268	597,268
14	E. F. Itapemirim	54,350	54,350
15	Companhia Ferroviária Itabapoana	33,076	33,076
16	E. F. Corcovado	3,824	3,824
17	E. F. Maricá	158,442	158,442
18	The Leopoldina Railway Co. Ltd.	3 081,963	3 081,963
19	E. F. Central do Brasil	3 191,745	3 255,745
20	Rêde Mineira de Viação	3 985,641	3 984,791
21	E. F. Morro Velho	8,359	8,359

[1] Incluída a E. F. Central do Piauí.

Extensão ferroviária do Brasil, nos anos de 1943 e 1944, por estradas enumeradas geogràficamente do norte para o sul

Número de ordem	ESTRADAS DE FERRO	EXTENSÕES QUILOMÉTRICAS	
		Em 1943	Em 1944
22	E. F. Goiás	392,409	392,409
23	Comp. Mojiana de Estradas de Ferro	1 957,263	1 958,588
24	The São Paulo Railway Co. Ltd.	246,150	246,150
25	Comp. Paulista de Estradas de Ferro	1 535,948	1 535,948
26	E. F. Noroeste do Brasil	1 388,476	1 542,476
27	E. F. Sorocabana [2]	2 212,369	2 212,369
28	E. F. Votorantim	14,087	14,087
29	E. F. do Dourado	317,462	317,462
30	E. F. São Paulo-Goiás	148,303	148,303
31	Comp. Estradas de Ferro Morro Agudo	40,858	40,858
32	E. F. São Paulo-Minas	142,300	179,864
33	E. F. São Paulo-Paraná [3]	268,583	268,583
34	Comp. Estradas de Ferro Barra Bonita	18,100	18,100
35	Comp. Estrada de Ferro Itatibense	20,116	20,116
36	E. F. Araraquara	355,092	379,710
37	Ramal Férreo Campineiro	30,445	30,445
38	E. F. Campos do Jordão	46,670	46,670
39	E. F. Monte Alto	31,434	31,434
40	E. F. Jabuticabal	25,083	25,083
41	E. F. Perus-Pirapora	16,140	16,140
42	Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina	2 161,299	2 161,299
43	E. F. Santa Catarina	113,662	113,662
44	E. F. D. Teresa Cristina	240,860	240,860
45	E. F. Mate Laranjeira	68,000	68,000
46	Viação Férrea do Rio Grande do Sul	3 574,385	3 574,385
47	E. F. Jacuí	29,699	29,699
48	E. F. Palmares a Osório	55,200	55,200
	TOTAL	**34 768,853**	**35 137,087**

[2] Incluída a Tramway da Cantareira.
[3] Encorporada à Rêde de Viação Paraná - Santa-Catarina.

Vejamos, agora, como êsses 35 137,087 quilômetros se distribuem pelas cinco grandes regiões fisiográficas do Brasil.

O trabalho que publicamos no número de janeiro-março de 1943 da *Revista Brasileira de Geografia,* sôbre a "Classificação Regional das Estradas de Ferro Brasileiras", baseou-se nos dados referentes ao ano de 1941, quando então a extensão de nossa rêde ferroviária era de 34 277 quilômetros e as unidades federadas eram constituídas por um Território, o Distrito-Federal e 20 Estados.

Nessa época a única unidade da Federação que não possuía estrada de ferro era o Território do Acre. A criação, porém, de novos Territórios veio alterar a distribuição regional de nossas vias férreas, levando-nos assim a atualizar aquela classificação.

Êsse o trabalho que apresentamos no quadro que vai mais adiante. Por êle se verifica que, como conseqüência do Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios Federais do Amapá, Rio-Branco, Guaporé, Ponta-Porã e Iguaçu, o Estado do Amazonas ficou privado dos únicos 5 quilômetros e 87 metros de linha férrea que possuía. Verifica-se ainda que três Territórios, — o de Guaporé, de Ponta-Porã e do Iguaçu dispõem de caminhos de ferro.

Isto quer dizer que a distribuição ferroviária é hoje um tanto diferente. Atualmente, não contam com vias férreas. além do citado Estado do Amazonas, quatro Territórios, — os do Amapá, Rio-Branco, Acre e Fernando-de-Noronha, quando antes, com exceção apenas do Acre, tôdas as unidades federadas as possuíam.

Também a quilometragem ferroviária que, em 1941, apresentavam as cinco grandes regiões do país sofreu alteração. Assim é que na Região Norte ela passou de 381 para 743 quilômetros, subindo, pois, de 1,1% para 2,1% do total dessa quilometragem.

Nas Regiões Nordeste, Leste e Sul as modificações foram pouco sensíveis, como a seguir mostramos:

Regiões	*Quilômetros e percentagens*
Nordeste	— De 4 444 (13,0%) passou a 4 518 (12,9%)
Leste	— " 14 230 (41,5%) " " 14 482 (41,2%)
Sul	— " 13 661 (39,9%) " " 14 018 (39,9%)

Finalmente, na Região Centro-Oeste a extensão ferroviária baixou de 1 560 quilômetros para 1 376 ou seja, percentualmente, de 4,5% desceu a 3,9%.

Vejamos, pois, a nova classificação regional de nossas estradas de ferro.

Extensão quilométrica das estradas de ferro brasileiras em 31-12-1944, distribuída pelas Regiões e por Estados e Territórios

ESTRADAS DE FERRO (Pelas Regiões e por Estados e Territórios)	EXTENSÕES QUILOMÉTRICAS		
	Nas estradas	Nos Estados e Territórios	Nas Regiões
I — REGIÃO NORTE			
Estado do Amazonas — Território do Rio Branco — Território do Acre — Território do Guaporé			
1 — E. F. Madeira Mamoré	366	**366**	
Território do Amapá — Estado do Pará			
2 — E. F. de Bragança	294		
3 — E. F. Tocantins	83	**377**	
Total da Região Norte			**(743)**
II — REGIÃO NORDESTE			
a) Nordeste Ocidental			
Estado do Maranhão			
4 — E. F. São Luís-Teresina*	449	**449**	
Estado do Piauí			
4 — E. F. São Luís-Teresina [1]	195		
9 — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro [2]	49	**244**	**693**
b) Nordeste Oriental			
Estado do Ceará			
5 — Rêde de Viação Cearense*	1 284	**1 284**	

Extensão quilométrica das estradas de ferro brasileiras em 31-12-1944, distribuída pelas Regiões e por Estados e Territórios

ESTRADAS DE FERRO (Pelas Regiões e por Estados e Territórios)	EXTENSÕES QUILOMÉTRICAS		
	Nas estradas	Nos Estados e Territórios	Nas Regiões
Estado do Rio Grande do Norte			
6 — E. F. Moçoró	186		
7 — E. F. Central do Rio Grande do Norte	342		
8 — The Great Western of Brazil Ry Co. Ltd	2	**530**	
Estado da Paraíba			
5 — Rêde de Viação Cearense	201		
8 — The Great Western of Brazil Ry. Co. Ltd.	359	**560**	
Estado de Pernambuco			
8 — The Great Western of Brazil Ry. Co. Ltd.*	950		
9 — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro [2]	155	**1 105**	
Território de Fernando Noronha Estado de Alagoas			
8 — The Great Western of Brazil Ry Co. Ltd.	346	**346**	**3 825**
Total da Região Nordeste			**(4 518)**
III — REGIÃO LESTE			
a) Leste Setentrional			
Estado de Sergipe			
9 — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro	297	**297**	
Estado da Bahia			
9 — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro*	1 708		
10 — E. F. Nazaré	316		
11 — E. F. Ilhéus e Conquista	128		
12 — E. F. Bahia e Minas	147	**2 299**	**2 596**
b) Leste Meridional			
Estado de Minas Gerais			
12 — E. F. Bahia a Minas*	435		
13 — E. F. Vitória a Minas	389		
18 — The Leopoldina Railway Company Ltd.	1 225		
19 — E. F. Central do Brasil	1 944		
20 — Rêde Mineira de Viação*	3 656		
21 — E. F. Morro Velho	8		
22 — E. F. de Goiás*	53		
23 — Companhia Mojiana de Estradas de Ferro	624		
32 — E. F. São Paulo e Minas	31	**8 365**	

Extensão quilométrica das estradas de ferro brasileiras em 31-12-1944, distribuída pelas Regiões e por Estados e Territórios

ESTRADAS DE FERRO (Pelas Regiões e por Estados e Territórios)	EXTENSÕES QUILOMÉTRICAS		
	Nas estradas	Nos Estados e Territórios	Nas Regiões
Estado do Espírito Santo			
13 — E. F. Vitória a Minas*	208		
14 — E. F. Itapemirim	54		
15 — Comp. Ferroviária Itabapoana	33		
18 — The Leopoldina Railway Company Ltd.	403	698	
Estado do Rio de Janeiro			
17 — E. F. Maricá	158		
18 — The Leopoldina Railway Company Ltd.	1 436		
19 — E. F. Central do Brasil	845		
20 — Rêde Mineira de Viação	235	2 674	
Distrito Federal			
16 — E. F. Corcovado	4		
18 — The Leopoldina Railway Company Ltd*	18		
19 — E. F. Central do Brasil*	127	149	11 886
Total da Região Leste			(14 482)
IV — REGIÃO SUL			
Estado de São Paulo			
19 — E. F. Central do Brasil	340		
20 — Rêde Mineira de Viação	24		
23 — Comp. Mojiana de Estradas de Ferro*	1 333		
24 — The São Paulo Railway Co.	246		
25 — Companhia Paulista de Estradas de Ferro	1 536		
26 — E. F. Noroeste do Brasil*	576		
27 — E. F. Sorocabana [3]	2 212		
28 — E. F. Votorantim	14		
29 — E. F. do Dourado	318		
30 — E. F. São Paulo-Goiás*	148		
31 — E. F. Morro Agudo	41		
32 — E. F. São Paulo e Minas*	149		
33 — E. F. São Paulo-Paraná*	7		
34 — Companhia E. F. Barra Bonita	18		
35 — Companhia E. F. Itatibense	20		
36 — E. F. Araraquara	380		
37 — Ramal Férreo Campineiro	31		
38 — E. F. Campos do Jordão	47		
39 — E. F. Monte Alto	32		
40 — E. F. Jabuticabal	25		
41 — E. F. Perus-Pirapora	16		
42 — Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina	4	7 517	
Estado do Paraná			
33 — E. F. São Paulo-Paraná	262		
42 — Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina*	1 321	1 583	

Extensão quilométrica das estradas de ferro brasileiras em 31-12-1944, distribuída pelas Regiões e por Estados e Territórios

ESTRADAS DE FERRO (Pelas Regiões e por Estados e Territórios)	EXTENSÕES QUILOMÉTRICAS		
	Nas estradas	Nos Estados e Territórios	Nas Regiões
Território do Iguaçu			
45 — E. F. Mate Laranjeira	68	68	
Estado de Santa Catarina			
42 — Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina	836		
43 — E. F. Santa Catarina	114		
44 — E. F. Dona Teresa Cristina	241	1 191	
Estado do Rio Grande do Sul			
46 — Viação Férrea do Rio Grande do Sul	3 574		
47 — E. F. Jacuí	30		
48 — E. F. Palmares a Osório	55	3 659	
Total da Região Sul			(14 018)
V — REGIÃO CENTRO-OESTE			
Estado de Goiás			
20 — Rêde Mineira de Viação	70		
22 — E. F. de Goiás	339	409	
Estado de Mato Grosso			
26 — E. F. Noroeste do Brasil	788	788	
Território de Ponta Porã			
26 — E. F. Noroeste do Brasil	179	179	
Total da Região Centro-Oeste			(1 376)
Em todo o Brasil			35 137

NOTA: — O asterisco (*) indica o trecho onde está a sede das rêdes e estradas que se estendem por mais de uma unidade federada.

[1] Trecho constituído pela Estrada de Ferro Central do Piauí, encorporada à E. F. São-Luís - Teresina em 1942, e por 4 quilômetros da E. F. São-Luís - Teresina.

[2] Trecho formado pela E. F. Petrolina - Teresina, encorporada à Leste Brasileiro em 1941.

[3] À Sorocabana foi encorporada a Tramway da Cantareira.

O quadro acima permite-nos ainda observações interessantes. Assim é que a Região Norte, constituída atualmente por seis unidades federadas (2 Estados e 4 Territórios), só dispõe de três caminhos de ferro: — no Pará, as Estradas de Ferro de Bragança e do Tocantins, e no Guaporé, a Madeira-Mamoré. É a Região de menor densidade ferroviária do Brasil.

A Região Nordeste continua a contar com sete estradas, das quais apenas uma — a ex-Petrolina - Teresina, por fazer parte agora da Viação Leste Brasileiro — se estende além dos limites dessa Região Como já de outra feita

assinalamos, êsse ramo da Leste Brasileiro, que vem do Leste e se desdobra pelo Nordeste, é aliás a única via férrea que se desdobra através das partes Ocidental e Oriental da Região Nordeste.

O Nordeste Ocidental, com dois Estados, contém três estradas, que somam 693 quilômetros, e o Oriental, com seis unidades federadas, contém cinco, que totalizam 3 825 quilômetros, computando-se num e noutro a citada linha Petrolina - Teresina, da Viação Leste Brasileiro.

Os 14 482 quilômetros de linhas férreas de que dispõe a Região Leste expressam a quilometragem das 16 estradas que se distribuem pelas seis unidades federadas integradoras dessa grande faixa territorial de nosso país. No Leste Setentrional encontram-se quatro estradas, que servem a Sergipe e Bahia e perfazem 2 596 quilômetros, e no Meridional existem 13 ferrovias somando 11 886 quilômetros, êstes se desdobrando pelo Distrito-Federal e os Estados de Minas-Gerais, Rio-de-Janeiro e Espírito-Santo. Na Região Leste há também uma via férrea — a Bahia e Minas — que percorre as suas partes Setentrional e Meridional, sendo assim computada em ambas.

A Região Sul, embora a mais rica em caminhos de ferro, pois nela se enquadram, além das Viações Paraná - Santa-Catarina e Rio-Grandense-do-Sul, 27 estradas (21 em São-Paulo, 1 no Paraná, 2 em Santa-Catarina, 2 no Rio-Grande-do-Sul e 1 em Iguaçu), não é a que apresenta maior quilometragem. As 29 vias férreas, que se distribuem pelas cinco citadas unidades federadas, somam 14 018 quilômetros, enquanto as da Região Leste perfazem 14 482 quilômetros.

As Regiões Leste e Sul, pois, se equivalem quanto ao desenvolvimento ou às extensões totais de suas estradas. E caracterizam-se como as de maior densidade ferroviária. Suas estradas reunidas representam 28 500 quilômetros ou sejam 81,1% do sistema ferroviário nacional. Essas duas regiões se entrelaçam através das Estradas de Ferro Central do Brasil, Mojiana, São-Paulo e Minas e da Rêde Mineira de Viação e se ligam à Região Centro-Oeste pela Noroeste do Brasil e pela Goiás.

A Região Centro-Oeste, que compreende os Estados de Mato-Grosso e Goiás e o Território de Ponta-Porã, passou a ter 1 376 quilômetros de vias férreas, um pouco menos do que possuía, visto se encontrar agora dentro do Território do Guaporé a E. F. Madeira-Mamoré, que antes cortava terras de Mato-Grosso.

Três estradas se acham localizadas nessa vasta região do país: a Noroeste do Brasil, que se articula com a E. F. Brasil-Bolívia, rumo ao Pacífico, e que, pelo ramal de Ponta-Porã, avança para o Paraguai; a Goiás e a Rêde Mineira. Esta passou a figurar também nesta região em virtude da encorporação à mesma rêde dum trecho de 70 quilômetros daquela estrada goiana.

Notemos ainda que o Estado que possui maior quilometragem ferroviária é o de Minas-Gerais, seguido do de São-Paulo, e que a menor extensão de trilhos está no Território do Iguaçu.

Em relação à superfície e à população do Brasil, a densidade ferroviária do país era, em 1944, respectivamente, de 4,1 metros por quilômetro quadrado e de 845 metros por 1 000 habitantes.

Como informação interessante, indiquemos quais as capitais brasileiras que ainda não são servidas por caminhos de ferro. São elas as dos Estados do Amazonas (Manaus), Goiás (Goiânia), Mato-Grosso (Cuiabá) e Santa-Catarina (Florianópolis) e as dos Territórios do Amapá (Macapá), Rio-Branco (Boa-Vista), Acre (Rio-Branco) e Iguaçu (Iguaçu), convindo dizer que Goiânia brevemente estará ligada à E. F. Goiás, com a linha que o D.N.E.F. está construindo.

Encerrando êstes ligeiros comentários, damos o quadro a seguir, onde relacionamos as 48 estradas de ferro do Brasil com a indicação das unidades federadas pelas mesmas percorridas e com as suas respectivas sedes administrativas.

Discriminação das estradas de ferro brasileiras distribuídas pelas unidades federadas e as suas sedes administrativas

ESTRADAS DE FERRO	UNIDADES FEDERADAS A QUE SERVEM	SEDES ADMINISTRATIVAS
1 — Madeira-Mamoré	Território do Guaporé	Pôrto Velho — Guaporé
2 — Bragança	Estado do Pará	Belém — Pará
3 — Tocantins	Estado do Pará	Tucuruí — Pará
4 — São Luís-Teresina	Estados do Maranhão e do Piauí	São Luís — Maranhão
5 — Viação Cearense	Estados do Ceará e da Paraíba	Fortaleza — Ceará
6 — Moçoró	Estado do Rio Grande do Norte	Moçoró — Rio Grande do Norte
7 — Central do Rio Grande do Norte	Estado do Rio Grande do Norte	Natal — Rio Grande do Norte
8 — The Great Western of Brazil	Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas	Recife — Pernambuco
9 — Viação Leste Brasileiro	Estados do Piauí, de Pernambuco, de Sergipe e da Bahia	Salvador — Bahia
10 — Nazaré	Estado da Bahia	Nazaré — Bahia
11 — Ilhéus a Conquista	Estado da Bahia	Ilhéus — Bahia
12 — Bahia e Minas	Estados da Bahia e de Minas Gerais	Teófilo Otôni — Minas Gerais
13 — Vitória a Minas	Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo	Vitória — Espírito Santo
14 — Itapemirim	Estado do Espírito Santo	Cachoeiro do Itapemirim — Espírito Santo
15 — Itabapoana	Estado do Espírito Santo	Bom Jesus do Norte — Espírito Santo
16 — Corcovado	Distrito Federal	Distrito Federal
17 — Maricá	Estado do Rio de Janeiro	Niterói — Rio de Janeiro
18 — Leopoldina Railway	Estados de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e Distrito Federal	Distrito Federal
19 — Central do Brasil	Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, Distrito Federal e de São Paulo	Distrito Federal
20 — Rêde Mineira de Viação	Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Goiás	Belo Horizonte — Minas Gerais
21 — Morro Velho	Estado de Minas Gerais	Nova Lima — Minas Gerais
22 — Goiás	Estados de Minas Gerais e de Goiás	Araguari — Minas Gerais
23 — Mojiana	Estados de Minas Gerais e de São Paulo	Campinas — São Paulo
24 — São Paulo Railway	Estado de São Paulo	São Paulo — E. São Paulo
25 — Paulista	Estado de São Paulo	Jundiaí — São Paulo
26 — Noroeste do Brasil	Estados de São Paulo, de Mato Grosso e Território de Ponta Porã	Bauru — São Paulo

Discriminação das estradas de ferro brasileiras distribuídas pelas unidades federadas e as suas sedes administrativas

ESTRADAS DE FERRO	UNIDADES FEDERADAS A QUE SERVEM	SEDES ADMINISTRATIVAS
27 — Sorocabana	Estado de São Paulo	São Paulo — E. São Paulo
28 — Votorantim	Estado de São Paulo	Votorantim — São Paulo
29 — Dourado	Estado de São Paulo	Ribeirão Bonito — São Paulo
30 — São Paulo-Goiás	Estado de São Paulo	Bebedouro — São Paulo
31 — Morro Agudo	Estado de São Paulo	Jundiaí — São Paulo
32 — São Paulo-Minas	Estados de São Paulo e de Minas Gerais	Bento Quirino — São Paulo
33 — São Paulo-Paraná	Estados de São Paulo e do Paraná	Curitiba — Paraná
34 — Barra Bonita	Estado de São Paulo	Jundiaí — São Paulo
35 — Itatibense	Estado de São Paulo	Itatiba — São Paulo
36 — Araraquara	Estado de São Paulo	Araraquara — São Paulo
37 — Ramal Férreo Campineiro	Estado de São Paulo	Campinas — São Paulo
38 — Campos do Jordão	Estado de São Paulo	Pindamonhangaba — São Paulo
39 — Monte Alto	Estado de São Paulo	Monte Alto — São Paulo
40 — Jabuticabal	Estado de São Paulo	Jundiaí — São Paulo
41 — Perus-Pirapora	Estado de São Paulo	Perus — São Paulo
42 — Viação Paraná-Santa Catarina	Estados de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina	Curitiba — Paraná
43 — Santa Catarina	Estado de Santa Catarina	Blumenau — Santa Catarina
44 — Dona Teresa Cristina	Estado de Santa Catarina	Tubarão — Santa Catarina
45 — Mate Laranjeira	Território do Iguaçu	Guaíra — Território do Iguaçu
46 — Viação do Rio G. do Sul	Estado do Rio Grande do Sul	Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul
47 — Jacuí	Estado do Rio Grande do Sul	Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul
48 — Palmares a Osório	Estado do Rio Grande do Sul	Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul

Rio de Janeiro — Novembro — 1945.

Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Transcrições

A Estrutura da Serra — Nas Bacias do Caí e do Rio do Sinos

I vol. dos *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense* — Pôrto-Alegre.

Padre BALDUÍNO RAMBO, S. J.
Prof. do Colégio Anchieta de Pôrto-Alegre

As excursões botânicas dos últimos cinco anos me têm levado por boa parte do nosso Estado. Percorri, em mais de três mil quilômetros a pé, a região arenítica dos municípios de São-Leopoldo, Gravataí, São-Sebastião e Montenegro; examinei a zona de contacto entre o arenito e as rochas de efusão, desde a subida da Serra em Santa-Maria até o vale Maquiné; estudei os cursos do Caí e do rio dos Sinos, desde as cabeceiras até a desembocadura; fiz milhares de notas, observações, medições.

Coordenando todo êste material positivo, parece-me o mais acertado dividir êste *estudo geológico e geográfico* em quatro partes correspondentes às *divisões naturais do terreno.*

A primeira zona é a do *arenito,* compreendendo os morros que formam a divisa das águas entre o rio dos Sinos e o Gravataí médios.

A segunda zona é a dos *chapadões baixos com predominância de arenito,* que se acham de ambos os lados do Caí médio.

A terceira zona é a das *montanhas,* com predominância das rochas de efusão, que ladeiam os vales dos ditos rios e de seus afluentes no curso superior.

A quarta zona é a do *campo,* que cobre a parte mais elevada da Serra pròpriamente dita.

I — A zona do arenito

1. *Composição* — O arenito rio-grandense consta essencialmente de dois ingredientes: grãos de quartzo e cimento ferruginoso.

Os *grãos de quartzo,* oriundos da fragmentação de cristais maiores, possuíam primitivamente as bordas e arestas cortantes, tendo-se arredondado mais e mais sob a ação do atrito mútuo durante o processo de amontoamento. O *cimento* do arenito rio-grandense é um sesquióxido de ferro. A *relação* existente entre estas substâncias varia muito: há camadas, que consistem quase exclusivamente de grãos de quartzo, desfazendo-se com facilidade, e outras, que contêm quase só cimento, resistindo à decomposição.

2. *Origem* — Ambos os ingredientes do nosso arenito provêm da decomposição do *granito.* Esta rocha, que forma a serra do Mar ao longo do litoral brasileiro, compõe-se de cristais de quartzo, mica e feldspato. Na formação do arenito são de importância capital o quartzo e a mica: o quartzo fornecendo a areia, e a mica (biotita) fornecendo, por sua decomposição, o cimento ferruginoso. Resultam ainda da mica biotita as camadas de bióxido de manganês, que às vêzes se observam no arenito são-leopoldense.

3. *Formação do arenito* — O arenito rio-grandense é de formação francamente *desértica* e *eólica.* Prova-o em primeiro lugar a *falta absoluta de fósseis.* Por mais que se procure nas pedreiras, ainda nas que mais profundamente penetram no interior dos morros, nunca se encontram vestígios de vida. Verdade é que as concreções locais de cimento tomam, por vêzes, formas semelhantes a sáurios e outros sêres fantásticos, mas o exame mais detido consegue sempre

identificar a natureza destas figuras. Em outros lugares as faces dos lisos se acham cobertas de figuras pretas, elegantemente ramificadas, semelhantes a musgos ou selaginelas fossilizadas: são precipitações dendríticas de bióxido de manganês. Há ainda furos nas camadas, que alguns querem explicar como galerias dum verme arenícola, opinião que me parece destituída de fundamento.

Prova-o, em segundo lugar, a grande *regularidade*, na superposição das camadas. Tal se dá devido ùnicamente *ao vento*. Verdade é que também a água seleciona os grãos mais finos dos mais grossos, mas os grossos se depositam afastados dos finos, em sítios, onde a correnteza é mais forte. O vento, porém, soprando ora com fôrça, ora com brandura, varre diante de si os combros de areia, escolhendo os grãos, que lhe correspondem à violência. A grossura dos grãos de areia nas camadas de arenito é uma função direta da fôrça do vento a grossura das camadas é uma função direta da duração do vento, a riqueza ou pobreza em cimento ou quartzo é conseqüência natural da composição do material. As inúmeras camadas de areia, que constituem os paredões dos morros são-leopoldenses, foram estendidas por outras tantas rajadas de vento, e sua grossura, variando de poucos milímetros a vários centímetros, indica a intensidade relativa destas correntezas de ar. A própria clivabilidade do arenito provém do fato de se ter formado em camadas. Se tôda a massa fôsse completamente homogênea e amontoada de uma vez só, não existiriam os lisos naturais, ao longo dos quais fàcilmente se separam as lajes. Havendo, porém, mudança contínua de grossura de grãos e de quantidade de cimento, ocasionada pela irregularidade do vento em fôrça e duração, existem outros tantos planos naturais, ao longo dos quais a coesão é mínima.

Prova-o em terceiro lugar a *sedimentação em ângulo*, observável em todos os cortes do terreno e em todos os paredões. As camadas encontram-se sob ângulos, que variam entre 20 e 35 graus. A origem dêstes ângulos se explica assim: Os combros de areia, avançando sob a ação do vento, encontram-se nos flancos, resultando daí superposição e confusão múltipla das camadas. Outras vêzes, violenta rajada de vento cortava os topos dos combros, atulhando as baixadas intermediárias e nivelando completamente o terreno.

A quarta prova é a *direção predominante* das camadas de arenito. É em quase todos os casos de norte a sul, afastando-se desta linha por poucos graus. Isto equivale a dizer, que a inclinação das camadas, sempre perpendicular sôbre a direção, é de leste a oeste e vice-versa, ou, com outras palavras, que os ventos amontoadores do arenito preferiam as direções leste-oeste e vice-versa. Há ainda uma observação capaz de constatar, qual das duas direções foi a mais freqüentemente tomada pelas correntes atmosféricas. Medindo-se a inclinação das camadas com o clinômetro vê-se que, as que se inclinam para o oeste, chegam a 33 graus; as que se inclinam para o leste, não passam muitas vêzes, de 18 graus. Êste fenômeno se explica assim: As correntes de ar, vindo do leste, acumulavam os lençóis de areia em combros de rampa suave; chegados ao ponto mais alto da duna, os grãos, cedendo ao próprio pêso, caíam do outro lado, formando uma rampa muito mais íngreme, fato observável em tôdas as faixas litorâneas com ventos unilaterais.

Concorda ainda com a direção predominante das camadas a direção predominante dos morros são-leopoldenses: o morro das Cabras, o da Pedreira, o do Quebradente, o de Santa-Tecla, o de Itacolomi e tantos outros estendem-se ao longo da linha norte-sul. Êstes morros, em geral, são séries de combros, permitindo adivinhar os contornos primitivos.

O declive suave para o leste e os paredões que em geral os limitam no oeste, exprimem, em grande escala, o que as medições com o clinômetro mostram de caso em caso: que o vento soprava quase exclusivamente de leste a oeste. É de sumo interêsse alargar o círculo de observação. Vemos então que pràticamente todos os morros de arenito na região estudada são de fácil acesso do lado do nascente e terminados em paredes a prumo do lado do poente, fato que influencia essencialmente a fisiognomia das duas primeiras zonas aqui estudadas.

4. *Decomposição* — Seria completamente errado imaginar que o arenito representa uma fase definitiva na evolução geológica do Rio Grande. Produto da decomposição do granito, êle próprio está exposto à destruição intensa e ininterrupta. Para estudar êste processo, convém dividir a região arenítica em dois

tipos de acidentes geológicos: os morros, em que a rocha aflora na superfície, e as coxilhas do campo cobertas de vegetação.

a) MORROS ARENÍTICOS — Nestes morros atuam os mesmos agentes de destruição, que modificam as rochas em geral. O agente principal é o calor: aquecendo fortemente as camadas superficiais, dilata-as, arranca-as da coesão com o corpo do rochedo, e fá-las cair a grandes pedaços. O segundo agente, menos importante no nosso clima, é o frio. De ação contrária à do calor, produz o mesmo efeito de desagregação das rochas. O terceiro agente é o vento. Arranca os grãos desagregados pelas mudanças da temperatura, arremessa-os contra a rocha ainda intacta, lima-lhes os contornos e espalha os detritos sôbre as baixadas. O quarto agente é a água. Amolece o rochedo, opera transformações químicas em seus ingredientes, e carrega os produtos da destruição para os rios.

A ação mùltiplamente combinada e revezada dêstes fatôres geológicos esculpe, no correr dos milênios, os traços característicos da paisagem. Existem, nos morros de arenito de São-Leopoldo e Gravataí, três tipos de destruição:

O primeiro é o tipo "Sapucaia", em forma de cone truncado com base circular, paredões no oeste e no sul, declive mais suave no leste e no norte: origina-se, quando, por causas a serem estudadas no capítulo seguinte, se conservaram os restos de vários combros primitivos, convergindo a inclinação das camadas para o centro do morro. Neste tipo pode-se estudar ainda um efeito curioso da ação combinada do vento, da temperatura e da água. Originàriamente um tabuleiro plano como os morros a serem estudados mais adiante, apresenta hoje o tôpo abobadado nos exemplares maiores (Sapucaia) e agudo nos menores ("Sapucaia-mirim" entre morros da Pedreira e do Quebradente). Isto se explica assim: Num tabuleiro a destruição operada pela temperatura é mais intensa nas bordas, onde se cortam a horizontal da superfície e a vertical dos paredões, porque neste ponto o calor e o frio atuam de dois lados, de cima e do lado. A primeira conseqüência é que se destroem a aresta e as partes adjacentes. A segunda é que as enxurradas, distribuindo-se do centro ainda intacto do tabuleiro, descem com tanto maior violência, quanto mais a decomposição tangencial aumenta o declive. A terceira é que o vento, batendo em cheio nos paredões a prumo e exercendo ali a sua maior fôrça, resvala sôbre os flancos da abóbada, perdendo de fôrça à medida que se avizinha do tôpo. O resultado final é que desaparece o tabuleiro primitivo, sendo seu lugar tomado primeiramente por um cone abobadado, depois por um cone obtuso, em seguida por um cone agudo, e enfim por uma elevação insignificante e de pouco declive.

Convém reter esta descrição da *decomposição tangencial,* a cuja ação devemos, a meu ver, a fisionomia geológica, não só da região arenitica são-leopoldense, mas ainda de tôda a costa da Serra.

O segundo tipo é do "Jacaré" (morro das Cabras), dorso alongado, dirigido de norte a sul, fàcilmente accessível do lado oriental, abrupto no lado ocidental; origina-se quando o tabuleiro primitivo teve a forma mais longa do que larga, constando essencialmente duma duna primitiva da mesma configuração.

O terceiro tipo, o do "Dedo de Deus", no município de Gravataí, tôrre relativamente esbelta, inaccessível sem meios especiais, lembrando os restos dalgum castelo truculento em ruínas: origina-se, quando a sedimentação do arenito é perfeitamente horizontal. Mas ainda assim observam-se no tôpo os efeitos da decomposição tangencial.

Além destas formas gerais de destruição, o arenito sul-brasileiro apresenta farto repertório de curiosidades, oriundas da ação combinada dos agentes geológicos. Assim a extremidade meridional do Jacaré imita, de maneira surpreendente, uma esfinge deitada com a cara voltada para o norte. No prolongamento do morro da Pedreira alguns blocos de camadas perfeitamente horizontais parecem-se com pilhas de gigantescos isoladores, pois ali existem sedimentos de maior dureza entressachados de outros mais moles, impedindo a destruição uniforme. Ao pé dos paredões de muitos morros, principalmente às margens do Caí médio entre São-Sebastião e Montenegro, abrem-se cavernas naturais, ocasionadas ou pela disposição especial dos sedimentos, ou pela decomposição local da rocha, que em tempos idos serviram de morada aos índios.

b) COXILHAS DO CAMPO — Enquanto que os morros areníticos se mantêm a uma altura média de 250 a 300 metros (Sapucaia — 287 metros), as coxilhas

revestidas de campo nos arredores de São-Leopoldo não passam de 100 metros. A estrutura do solo é notàvelmente a mesma em tôda parte. Os cortes da estrada, que vai de São-Leopoldo a Pôrto-Alegre, atravessando o bosque de eucalipto, se prestam muito bem para o estudo. Assim o corte entre o cemitério de São-Leopoldo e o mato apresenta nitidamente os seguintes horizontes: debaixo da camada de vegetação existe uma faixa de solo claro, rico em areia sôlta e atravessado pelas raízes das gramináceas e compostas, tendo a grossura de poucos decímetros a um metro e mais; segue outra camada de terra dura, intensamente vermelha, fàcilmente amolecida e lavada pela água da chuva, chegando a dois metros de espessura; vem depois uma zona de transição de espessura variável, em parte reduzida a barro vermelho, em parte apresentando ainda a estrutura do arenito; termina tôda a série o arenito puro com sua sedimentação característica em ângulos de 18 a 33 graus.

Não resta dúvida de que as três primeiras camadas sejam oriundas de decomposição do arenito. A areia abundante encontrada à superfície e a transição insensível ao arenito na zona de contacto o demonstram à evidência. É ainda certo, que a decomposição do arenito no campo se opera antes de tudo sob a influência da água, tendo por conseqüência a alteração química dos ingredientes. Na parte superior, por pararem ali menos as águas da chuva infiltradas, os elementos se acham em parte desagregados, em parte decompostos; na parte média os ingredientes do arenito estão quìmicamente alterados, sendo impossível, sem análise, determinar até que ponto se realizou êste processo. A côr intensamente vermelha dêste horizonte provém do sesquióxido de ferro, cimento do arenito. Esta substância acumula-se, por vêzes, em faixas de poucos centímetros de espessura, observáveis em muitos cortes do terreno, principalmente nos morros de Hamburgo-Velho.

A decomposição do arenito nas coxilhas do campo se evidencia bem ao longo da água corrente. À medida que esta se infiltra nos sedimentos, o arenito toma o aspecto duma massa vivamente encarnada com tiras e faixas brancas. Continuando o processo, desaparece qualquer vestígio de sedimentação, a massa encarnada se amontoa em pequenos depósitos de ocre encarnado, forma hidratada da hematita (sesquióxido de ferro, cimento do arenito) e torrões brancos de caulim (silicato de alumínio). O ocre encarnado nunca se encontra em quantidade considerável. O horizonte mais bem desenvolvido, que vi até agora, encontra-se ao lado da estrada de São-Leopoldo a Lomba-Grande, no morro da caixa d'água da cidade. O caulim é comum em quase todos os arroios, achando-se, porém, em geral bastante impurificado. Encontrei-o muito puro no leito dum arroio profundamente cortado no solo do campo entre as estações de Portão e Capela, à esquerda de quem vai da primeira à última.

5. *Idade geológica* — O arenito rio-grandense, sem vestígio algum de fóssil, não permite a localização geológica direta. Não possuindo observações próprias, que possam esclarecer a questão, limito-me a citar a opinião do padre P. Pauwels (Um pouco de história geológica do litoral catarinense, *Egatea*, vol. 15, 1930, ps. 128 e seguintes): "Também no mesozóico continuou a deslocação do pólo em relação ao nosso continente (o autor admite a teoria da deslocação dos continentes de Alfred Wegener); demonstra-o a côr vermelha própria dos sedimentos provenientes de climas quentes — dos arenitos da série do rio do Rasto, camadas estas mais antigas do *triássico*; a chamada falsa estratificação, verificada por Walter na República Oriental e por nós em vários pontos do município de Curitibanos, atesta a existência de extensos lençóis de areia fina, que ao sabor dos ventos se aglomeravam em dunas.

Oriundos dum clima francamente desértico são finalmente os arenitos vermelhos de Botucatu; apesar de em Santa Catarina alcançarem uma possança de 200 metros, não apresentam vestígio algum de vida, a não ser dum raro verme arenícola (?). Outra prova de ser esta rocha resultado de extensos areais, què cobriam a nossa terra, são a freqüente estratificação falsa — observamo-la, p. ex., junto à ponte da estrada de ferro sôbre o Caí — e as impressões ondulosas ("Rippeln" em alemão), forma esta de equilíbrio entre a areia e o vento que, em alguns pontos, por um acaso se conservou a saber, sobrevindo depois duma copiosa chuva, que a fixou, uma tempestade de areia, que a enterrou e subtraiu à influência modificadora dos ventos.

Causa dêste clima desértico talvez tenha sido um galho da corrente do Peru, culpada de fenômeno idêntico na atual costa do Pacífico; ou então a mesma a que se deve o clima do nosso NE ou do Grão-Chaco. Mas seja como fôr, em fins do triássico o Brasil meridional oferecia o aspecto monótono dum vasto deserto, do qual emergiam apenas os picos mais altos das elevações graníticas no leste, e que se estendia igualmente através da atual África meridional (por suposição da teoria, então coerente com o Brasil), como provam as camadas Beaufort".

Sem me externar sôbre o valor ou desvalor da teoria da deslocação dos continentes acho, que se pode dizer com segurança, que o arenito rio-grandense é de origem *triássica.*

Na zona do arenito há três fenômenos, que a modo de transição, dirigem o olhar para a Serra pròpriamente dita. São os bancos de basalto, a capa de arenito metamorfoseado em quase todos os morros altos, e os restos de meláfiro achados em alguns dêles.

Os *bancos de basalto* podem ser observados em muitos lugares. Existe um dique de basalto tabular no Esteio, fornecendo o material para calçar as faixas laterais da estrada de cimento; existe outro na chácara do Seminário de São-Leopoldo, antigamente utilizado para a extração de pedra britada; existe um terceiro no fundo da Linha de Tiro de São-Leopoldo, servindo de anteparo às balas; existem, enfim, numerosos bancos desta rocha, formando como que o espinhaço de muitas coxilhas do campo. São, em geral, de pouca espessura: o que atravessa o corte da estrada São-Leopoldo—Pôrto-Alegre entre o cemitério e o bosque de eucalipto, tem apenas 60 centímetros; outros têm 5 metros, chegando até 20 e mais.

Os diques de basalto no campo apresentam duas particularidades: A primeira é a transformação do arenito na zona do contacto. Esta rocha, sem dar mostras de ter sido fundida ao calor do basalto em erupção, é antes torrada, decompondo-se em grandes torrões irregulares. A segunda é a decomposição do próprio basalto sob a ação da umidade. Quando os diques são de pouca grossura como o acima mencionado, a destruição é completa, restando apenas uma tira de terra azulada, listrada de muitos veios brancos e ladeada por faixas de arenito torrado. Encontram-se, às vêzes, bancos de 6 a 7 metros de espessura inteiramente transformados em terra azulada, como acontece na estrada que sobe ao morro de Sapucaia. Outras vêzes, como no campo do Seminário, só as zonas laterais do basalto sofreram a decomposição; há ainda casos, como no fundo da Linha de Tiro, em que a rocha, sem se ter reduzido a barro azul, já se amoleceu tanto, que as balas entram profundamente.

A localização dos diques de basalto no meio do arenito, a transformação operada nas zonas de contacto, e a própria estrutura tabular desta rocha não deixam dúvida: são porções de lava que irromperam através do arenito já formado, soldificando-se ao contacto do ar.

O *arenito metamorfoseado* forma a capa de quase todos os morros mais elevados. À primeira vista oferece um enigma petrográfico —: conservando a estrutura sedimentar do arenito, perdeu a clivabilidade, formando blocos compactos, mais duros que o granito, de fratura irregular e brilho vítreo. Encontra-se no ponto mais elevado do morro de Sapucaia, da Pedreira, do Quebradente e de muitos outros. Sob a ação da temperatura decompõe-se em fragmentos conchoidais como as outras rochas maciças, e tine ao martelo como o meláfiro mais compacto. Na fisionomia geral da paisagem distinguem-se imediatamente os pontos em que existe o quartzito: ao contrário dos paredões a prumo do arenito comum há blocos arredondados, como se observa na parte setentrional de Sapucaia ou na extremidade meridional da Pedreira.

A origem do quartzito pode ser uma única: o contacto com massas em fusão. Veremos imediatamente as provas diretas desta afirmação.

No morro da Pedreira, a uns 200 metros de altura, sôbre uma camada de quartzito, existem restos de *meláfiro amigdalino.* É o primeiro e único lugar em que encontrei esta rocha nos morros de arenito à margem esquerda do rio dos Sinos. Mas esta observação basta perfeitamente. O meláfiro é uma rocha de efusão. Existindo por cima do arenito formado pelo vento ao ar livre, é sinal

que se lhe derramou por cima numa época geológica posterior. Fiquemos com êste resultado, que se comprovará no capítulo seguinte, e tiremos as seguintes conclusões:

Os morros mais elevados do arenito leopoldense achavam-se primitivamente cobertos por uma camada de meláfiro. Êste, por seu calor, fundiu os sedimentos superiores do arenito, transformando-os em quartzito. Enquanto que os combros do deserto primitivo desprovidos de capa eruptiva iam perdendo de altura reduzindo-se a coxilhas revestidas de campo, os morros atingidos pelas lavas conservavam a sua altura. Destruindo-se a capa melafírica (rocha fàcilmente decomponível), a camada de quartzito continuou e continua até hoje a função protetora.

Assim a primeira zona não é, de maneira alguma, uma região de arenito puro. Apresenta, em tôda parte, sinais dum cataclismo eruptivo posterior, cujo estudo há de formar o assunto dos capítulos seguintes.

II — A zona dos chapadões

O terreno clássico dos chapadões é Capela e Pareci-Velho, no município de São-Sebastião. Um objeto verdadeiramente escolar para o estudo desta zona é um morro, que fica nos campos de Capela, entre a estrada de ferro e a estrada de rodagem a São-Sebastião. Sua forma lembra muito a de Sapucaia, sendo de fácil acesso do lado do leste e limitado por paredes a prumo no lado do oeste. Assentando sôbre as coxilhas areníticas do campo, cuja altura média ainda aqui é de cêrca de 100 metros, a base igualmente arenítica dêste morro sobe até 160 metros, sendo a direção das camadas rigorosamente orientada de norte a sul, e a inclinação de 23 graus para o leste. Aos 160 metros a rocha muda bruscamente de natureza. Uma capa de apenas 20 metros de espessura, 10 de largura e 40 de comprimento, de meláfiro amigdalino, constitui o tôpo do morro. A zona de contacto entre o arenito e o meláfiro é marcada por uma tênue faixa de quartzito.

Temos neste morro sem nome um paradigma clássico da estrutura da Serra. É do alto dêste morro, que compreendemos os morros de arenito puro de São-Leopoldo: a camada eruptiva, que causou a conservação de um e de outro, aqui existe ainda, lá desapareceu.

Mas não é só êste o resultado, que colhemos nos chapadões de Pareci-Velho e Capela. Subindo na maioria dêles, notam-se três fatos: todos têm uma base de arenito que fica entre 160 e 200 metros, todos têm uma capa de meláfiro, que mede entre dez e vinte metros de grossura, todos são perfeitamente planos em sua parte mais elevada.

Agora vem a observação principal e a conclusão mais importante: Olhando-se de algum dos chapadões situados no centro para qualquer um dos lados, surge a ilusão dum *planalto coerente*. Ora, sendo, o meláfiro rocha de efusão derramada por cima do arenito, segue-se, que a ilusão de hoje alude ao fato de ontem, quando o lençol de lavas acabou de se solidificar.

Também aqui a capa melafírica está sujeita a intensa destruição. De pouca grossura desde o comêço, ao esfriar necessàriamente se contraiu, atingindo as fendas o fundamento de arenito. Os agentes geológicos, principalmente a água, alargaram mais e mais estas fendas, roeram a base de arenito, decompuseram o planalto em tabuleiros isolados, reduziram os menores dentre êles, por decomposição tangencial, ao tipo "Sapucaia", acabando por destruir completamente a capa eruptiva em alguns dêles, como no morro do Zimmer perto de Capela, representante do tipo "Jacaré".

Assim a zona dos chapadões exemplifica uma fase anterior da zona do arenito puro; do outro lado, os fatos aqui observados em escala pequena, potenciam-se em dimensões gigantescas nos vales do Caí e do rio dos Sinos superiores e de seus tributários.

III — A zona das montanhas

Passemos agora à parte mais importante dêste estudo: a estrutura da Serra pròpriamente dita. Fa-lo-emos em vários assertos:

1. *Tôda a Serra nas bacias do Caí e do rio dos Sinos tem um fundamento de arenito.*

Para comprovar esta afirmação sirvam os seguintes dados: Na bacia do Caí encontra-se o arenito: no vale do Maratá, pouco além da estação do mesmo nome, a 48 metros; no vale do São-Salvador, abaixo da igreja, a 50 metros; no vale do Caí, em Bom-Princípio, a uns 50 metros; no vale do Forromeco, ao pé do morro Canastra, a uma altura desconhecida; no vale do Cadeia, em Joaneta, a 150 metros; no vale do Feitoria, na Picada Verão, a uns 200 metros. Na bacia do rio dos Sinos acha-se o arenito: na subida a Bom-Jardim pouco além de Estância-Velha, a 113 metros; na subida ao morro dos Dois-Irmãos a uma altura desconhecida; na subida à picada Verão, além de Sapiranga a 150 metros; na subida ao morro Ferrabraz a 170 metros; na subida a São-Francisco-de-Paula, além de Taquara, a 290 metros.

Acrescentaremos outra série de observações feitas numa viagem diagonal através das duas bacias fluviais: Estância-Velha, 113 metros; rio Feitoria, além de Bom-Jardim, 130 metros; arroio Veado, 210 metros; Lichtental, picada Café, Joaneta, 150 metros; na subida de Joaneta ao Erval (Tannenwald), 320 metros; vale do Caí superior, em Sertório e Sebastopol, cêrca de 200 metros; enfim, na subida de Jammertal ao Speckhof numa altura de 360 metros, o ponto mais elevado em que constatei o arenito rio-grandense.

Não resta, pois, dúvida de espécie alguma que o arenito constitui a base da Serra na porção estudada. Acresce como suprema confirmação o fato de que também o vale do Maquiné, em Barra-do-Ouro, apresenta o arenito.

É pena que me faltem os dados correspondentes à bacia do Taquari e do Jacuí. Sei que também nestas partes o arenito forma a base ao menos do pé da Serra, não havendo observações sôbre o interior. Seria de máxima importância constatar a extensão do antigo deserto que outrora formava a fisionomia do nosso Estado. Seria antes de tudo necessário saber, se o arenito rio-grandense está em continuidade com o arenito catarinense e paranaense. Faz três anos estudei o curso do Uruguai desde a fronteira argentina até a barra do Iraí. Embora a altura do leito se ache a 150-200 metros, não vi arenito.

2. *Tôda a Serra, na região estudada, constituía primitivamente um único planalto de massas eruptivas, cuja altura cresce em direção ao nordeste.*

Há numerosos pontos, em que se pode repetir a observação realizada no capítulo anterior nos tabuleiros de Pareci-Velho. Um dêstes pontos é o morro Canastra, à margem esquerda do Forromeco, de cuja altura se abrange um vasto panorama de chapadões, terminados de um lado pelos morros de Bom-Princípio e São-Salvador, de outro pelas elevações da margem esquerda do Caí. Outro ponto é a altura de Feliz-Lembrança, na subida de Joaneta ao Erval (Tannenwald), avistando-se na frente o chapadão da Fortaleza, à direita os chapadões à margem esquerda do Cadeia, e à esquerda os morros de Nova-Petrópolis.

O lugar, que aqui tomamos como ponto principal de observação, fica perto da Linha-Imperial nos arredores de Petrópolis. A estrada, vindo de Sabastopol no vale do Caí, sobe na encosta do vale do arroio Pirajá, alcançando a altura de quase 800 metros. Pela direita avistam-se os morros mais elevados de Petrópolis; mais adiante está o morro Fortaleza; à esquerda estendem-se o Chapadão, os chapadões de Gramado e os peraus das Pedras-Brancas além do Caí; pelas costas se elevam o gigantesco tabuleiro do Malakoff e os morros do vale do Piaí. Olhando-se em direção do Malakoff, especialmente, quando o sol está pela frente, mergulhando em sombras os vales intermediários, a ilusão dum *planalto coerente* e de altura igual é surpreendentemente perfeita. Os chapadões mais afastados entre si, por sua altura sensìvelmente igual (cêrca de 800 metros) e por sua superfície plana, demonstram que também êles são restos do planalto primitivo de massas eruptivas. O mesmo se constata com facilidade nos pontos antes mencionados e em meia dúzia de outros.

Resta provar a segunda parte dêste assêrto, a saber, que a altura da capa eruptiva aumenta em direção ao nordeste. O ponto mais baixo em que observei restos do planalto primitivo se acha nos morros tabulares de Pareci, com 200 metros; nos morros areníticos de São-Leopoldo deverá ter estado a uns 300 metros; nos morros Dois-Irmãos a cêrca de 450 metros; no Ferrabraz a cêrca de 550 metros; nas cabeceiras do arroio São-Salvador a uns 600 metros; às margens do Forromeco a cêrca de 700 metros; às margens do Caí superior (Chapadão, Fortaleza, Malakoff) a 800 metros; nos campos de São-Francisco-de-Paula a 900 metros, havendo pontos em que chega a mil metros, principalmente na estrada de São-Francisco ao Campo-Bom.

Desta observação se depreende com certeza, que o derramamento de lavas se deu em direção de nordeste a sudoeste: a camada eruptiva, que no vale do Caí em Sertório apresenta a possança de 600 metros, nos chapadões de Pareci-Velho varia entre 10 e 20 metros. Segue-se, que o planalto primitivo não era perfeitamente horizontal, mas inclinado para o sudoeste com uma rampa de 6-8 metros por quilômetro. Segue-se ainda, que o ponto de origem das lavas se acha perto dos pontos mais elevados do nordeste, pois as massas de erupção, como semi-fluídas ou pastosas que são, naturalmente alcançam maior espessura nas vizinhanças de sua origem, diminuindo de fluidez e portanto de possança à medida que dela se afastam.

3. *A formação dos vales se deve a fendas na capa eruptiva e a subseqüente decomposição tangencial.*

a) FENDAS — As gigantescas massas de erupção, depois de derramadas à superfície, esfriaram e se solidificaram. Deu-se, então, o mesmo fenômeno que, em escala menor, se pode observar todos os dias: um corpo fortemente aquecido diminui de volume à medida que perde em temperatura. Quando êste corpo se encontra livre de todos os lados, como seja uma barra de ferro, a contração se efetua sem rutura; quando, porém, a massa em esfriamento se acha presa de algum lado, o processo de contração se reduz a um processo de ruturação, que não cessa de decompor a massa coerente primitiva, até que a temperatura baixou ao nível do ambiente e tôdas as tensões internas se descarregaram.

Tal foi o caso da capa eruptiva. Presa na face inferior ao arenito do deserto triássico, decompôs-se em numerosos blocos e torrões, separados por fendas, que em muitos casos atingiam o fundamento arenítico.

Além desta prova apriorística, fundada nos fenômenos físicos da contração de massas em esfriamento, há outra direta. Muitos vales apresentam, em seu trecho inferior, um resto da fenda primitiva. Tomemos por exemplo o vale do Cadeia abaixo da cascata do Erval. Precipitando-se por um desnível de 120 metros, o rio entra num vale estreito, tortuoso, fechado por peraus a prumo de 100 e mais metros de altura, intransitáveis na maior parte do vale. Donde provém o abaixamento repentino do leito por mais de 100 metros? Como se explica a transição brusca dos flangos suavemente inclinados da parte superior e média dos morros para os paredões perpendiculares da parte inferior? Nenhum agente geológico pode entrar em questão: não as mudanças de temperatura, pois estas, agindo tangencialmente, transformam os paredões em encostas inclinadas; não o vento, pois a ação dêste é insignificante no fundo dos vales; não a água, pois os vales abertos por êste elemento, desde que existem as camadas eruptivas, são insignificantes; basta estudar o curso superior do Santa-Cruz, que nos campos de São-Francisco, tendo aproximadamente o volume do Cadeia, corre num leito, que se acha apenas uns 50 metros abaixo do nível do campo.

Quanto à água há ainda outro argumento: Há vales estruturados como o do Cadeia, que abrigam rios maiores, como o do Forromeco, o do Caí superior, o do Marcondes; há outros da mesma estrutura, da mesma profundidade e da mesma largura, que contêm cursos de água insignificantes, como o de Colômbia, o do Sander na subida ao Tannenwald, o do afluente esquerdo do Marcondes no Jammertal, e dúzias de outros. Ora, se os cursos de água por si mesmos tivessem aberto os vales, as dimensões dêstes estariam em proporção direta com o volume da água. Não sendo êste o caso, forçoso é admitir-se que ocupam fendas preexistentes.

b) DECOMPOSIÇÃO TANGENCIAL — Antes de entrarmos em considerações particulares, é preciso notar, que a rocha predominante da Serra é o meláfiro,

prevalecendo ora a variedade amigdalina com numerosos cristais de leucita e drusas de quartzo, ora a variedade vítrea, com poucas inclusões cristalinas. Há ainda bancos de basalto e lençóis de traquito, mas as minhas observações a êste respeito são tão escassas, que não permitem conclusões gerais. Nem importa, pois na formação dos vales só resultam diferenças, quando nos paredões da fenda primitiva há horizontes de rocha compacta (meláfiro vítreo, basalto) entressachados de diques de rocha amigdalina.

A decomposição do meláfiro amigdalino opera-se principalmente pela água. As numerosas cavidades revestidas de cristais dão a esta rocha estrutura muito porosa, permitindo a infiltração da água e favorecendo assim a destruição dos rochedos. Êstes, primeiramente, se decompõem em blocos já profundamente atacados pela ação desagregante da água, em seguida em torrões mais ou menos terrosos, enfim em terra bruno-avermelhada, fôfa por conter muitos cristais, e muito apropriada à lavoura.

O basalto tabular nunca existe em grande blocos. Os fragmentos expostos ao ar livre, cercam-se duma camada terrosa côr de tijolo clara, contendo um núcleo de rocha dura, compacta, azulado-escura.

O meláfiro vítreo, que quase sempre forma a capa mais alta dos chapadões, destrói-se principalmente sob a ação do calor. Esta rocha apresenta nitidamente a chamada estrutura fluidal. O magma pastoso, irrompendo do seio da terra em ondas e golfadas, continha certa predisposição para formar blocos arredondados. Êstes estão sujeitos à decomposição conchoidal. É um fenômeno, que se pode observar centenas de vêzes em tôda a extensão da zona estudada, desde os campos de São-Francisco até os morros de São-Salvador. Na estrada de Sapiranga ao Erval, perto do arroio Hospital, há blocos ovais conchoidalmente destruídos pelo calor como cebolas descascadas, restando apenas um núcleo insignificante no meio das ruínas. Os blocos meio enterrados assemelham-se a cebolas cortadas ao meio, destacando-se às vêzes mais de dez camadas.

Voltemos agora à formação dos vales. As fendas primitivas não tinham os paredões perfeitamente perpendiculares. A resistência, que o substrato oferecia à contração, fazia com que o afastamento dos blocos fôsse menor à base, aumentando à medida que se avizinhava do tôpo. Resultavam assim paredões levemente convergentes para a base.

Logo depois da formação das fendas começou a destruição dos blocos. Agindo de cima e do lado, as mudanças da temperatura debastaram a aresta dos torrões, fazendo cair os detritos no fundo dos vales. Êste processo pode ser observado ainda hoje em muitos lugares, especialmente no Caí superior. A parte ocidental do morro Malakoff apresenta a borda rachada pelo calor e decomposta em tôrres, pontas e ameias, das quais todos os anos desaba uma parte, rolando muitas vêzes até o leito do Caí.

É natural que o declive da fenda primitiva, pelo desbastamento da aresta superior, diminuia mais e mais. Os fragmentos menores, sob a ação do vento, da temperatura e da água reduzem-se a terra depositada nos lugares mais baixos ou carregada ao vale pelas águas das chuvas. Resulta assim, no correr dos milênios, a figura típica de muitos vales; a parte inferior estreita, limitada por paredes a prumo, representando da fenda o resto primitivo ainda não atingido pela decomposição tangencial; a parte média suavemente inclinada, formada por um solo profundamente decomposto, representando a parte em que se amontoaram os detritos da decomposição tangencial; enfim a parte superior íngreme, muitas vêzes constando de rochedos a prumo, representando a zona, em que ainda hoje continua a decomposição tangencial.

Explicam-se assim dois fatos importantes: o de constar a subida de quase todos os morros de ao menos dois degraus, e o de se achar a terra mais apropriada à lavoura a meia altura das encostas acima dos paredões.

Mas donde provêm os três, quatro e até cinco degraus, que às vêzes se encontram? Assim o vale do São-Salvador tem o primeiro degrau formado pelos restos da fenda primitiva; o segundo degrau aparece a meia altura da encosta; o terceiro a altura de 500 metros no chapadão do Pinhal e o quarto nos morros em forma de funil da linha Babilônia a uns 600 metros. — O morro Ferrabraz apresenta três degraus, os morros de Padre-Eterno quatro a cinco. — Nota-se ainda, que os degraus sempre se correspondem de um e de outro lado do vale.

A solução desta dificuldade é fácil: sempre que um dique de basalto ou em geral, de rocha mais compacta, se acha introduzido no meláfiro amigdalino, a destruição naquela altura se torna mais lenta, resultando um degrau. Êstes degraus, por sua vez, ficam sujeitos também à decomposição tangencial, repetindo abaixo de si o que se deu abaixo da aresta superior. Desta maneira resultam morros com os flancos em escada de vários degraus, como muitos dos de São-Salvador, Bom-Princípio, Feliz, Dois-Irmãos, Joaneta, Padre-Eterno-do-Caí superior e do Maquiné.

A decomposição tangencial da parte superior do planalto primitivo, em muitos lugares, está muito adiantada. Assim os morros à esquerda do arroio São-Salvador, os que ficam entre o Forromeco e o Caí, os que formam as elevações mais altas na região de Nova-Petrópolis trazem em suas costas os últimos restos do planalto em forma de pequenos chapadões.

4. *Todos os tipos de morros na região montanhosa resultam da decomposição tangencial.*

O primeiro tipo é o dos *chapadões,* representado pelo Chapadão, o morro Fortaleza, o Malakoff e outros às margens do Caí superior: são restos do planalto primitivo, intactos na superfície.

O segundo tipo é o das *canastras,* representado pelo morro Canastra à margem esquerda do Forromeco, pelos morros à margem esquerda do arroio São-Salvador e muitos outros disseminados por tôda a região: são restos menores do planalto primitivo, corroídos simètricamente dos quatro lados resultando a forma de pirâmide truncada.

O terceiro tipo é o das *serras estreitas* e compridas, conservando no ponto mais alto uma tira muito pequena do planalto primitivo: acidente orográfico êste talvez o mais comum em tôda a região: são faixas do planalto existentes entre duas fendas mais ou menos paralelas. Sua decomposição latitudinal dá origem a "canastras" menores.

O quarto tipo é o dos *funis* representado pelo morro de Bom-Jardim, pelo Vigia, por um morro à esquerda do Cadeia em Joaneta e pelos morros mais elevados da Linha-Francesa: são acidentes orográficos, em que só a ponta ainda indica mais ou menos, a altura do planalto.

O quinto tipo é dos *Dois-Irmãos* representado pelos morros dêste nome e por vários outros situados à mesma altura como as canastras, como por exemplo a parte mais elevada do morro das Batatas no Alto-da-Feliz: são os resultados da destruição ulterior dos funis, que tendem a nivelar-se mais e mais com sua base. — O produto final dêste nivelamento são chapadões secundários. Conheço um único dêstes: fica entre o arroio São-Salvador e seu afluente esquerdo mais importante. Enquanto os morros da esquerda e do fundo mostram a estrutura típica em dois degraus com canastras menores no centro, êste morro é um chapadão quase perfeitamente plano à altura do primeiro degrau. No centro observa-se uma pequena elevação arredondada: é o último indício do planalto primitivo, que sôbre as fases de chapadão, canastra, funil, "Dois-Irmãos" se destruiu completamente. É a sorte que no correr dos milênios geológicos terão todos os restos do planalto original, ficando então os tipos correspondentes secundários, que, porém, não podem esperar destino melhor.

Há ainda um sexto tipo, que se poderia chamar tipo *Ferrabraz*. São morros altos, que à maneira de proa de navio avançam planície a dentro, elevando-se bruscamente a considerável altura (600 metros). Acham-se principalmente à margem direita do rio dos Sinos, sendo seu representante principal o morro Ferrabraz. Acho que indicam o limite frontal do derramamento de lavas naquela região.

IV — A zona dos campos

Resta pouco a dizer sôbre os campos de São-Francisco-de-Cima-da-Serra. Com seus 900-1 000 metros de altura são um resto maior e coerente do planalto primitivo. Entre suas coxilhas mais elevadas nascem as cabeceiras do rio dos

Sinos ao sul e ao sudoeste, do Caí ao noroeste, do rio das Antas ao nordeste, do Maquiné ao leste. A capa superior consiste de meláfiro amigdalino ou vítreo. As fendas marginais penetram profundamente no planalto, alcançando no vale do Maquiné superior e médio a grandiosidade do vale do Caí.

Recapitulando, pode-se definir assim a estrutura da Serra nas bacias do Caí e do rio dos Sinos:

Por sôbre o deserto de areias triássicas derramaram-se massas gigantescas de lavas basálticas e melafíricas. A fisionomia orográfica da região é devida à formação de fendas e à ação da decomposição tangencial. A Serra pròpriamente dita é uma porção maior do planalto primitivo.

Donde vieram as lavas? Suponho que vieram duma fenda na crosta terrestre situada abaixo do ponto, em que alcançam maior possança, isto é, a divisa das águas dos rios mencionados nos campos de São-Francisco. Talvez seja êste o motivo, porque a *Serra é o telhado do Rio-Grande-do-Sul*.

São-Leopoldo. Seminário Central, 3 de janeiro de 1937.

Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Geografia das Cidades*

Evolução das cidades: cidades espontâneas

Capítulo I da 1.ª Parte da *Geographie des Villes* (Collection *Geographie Humaine*, dirigida por Pierre Deffontaines). Edition de *La Nouvelle Revue Française*, Decembre, 1936 — Paris.

PIERRE LAVEDAN

INTRODUÇÃO

O vocabulo *cidade* (ville), se bem que nos pareça, à primeira vista, evidente o seu sentido, é um dos mais complicados do léxico francês. Muitas definições foram propostas para êle. A mais simples, puramente quantitativa, é a da estatística administrativa francesa (desde 1846), do Instituto Internacional de Estatística (desde 1887), que classificam como cidade tôda aglomeração contando acima de 2 000 habitantes. De há muito se impugna êste critério argumentando-se que uma população aglomerada de 2 000 habitantes poderia apresentar um caráter totalmente rural, enquanto um núcleo inferior a 2 000 almas poderia mostrar-se essencialmente industrial. Neste caso, recorre-se a um princípio novo de definição, tirado do gênero de vida dos habitantes, pelo que podemos denominá-la definição sociológica. "Tem-se uma cidade, ensinam Jean Brunhes e P. Deffontaines, tôdas às vèzes em que a maioria dos habitantes emprega a maior parte do seu tempo no interior da aglomeração; tem-se uma aldeia (village) tôdas as vêzes em que a maioria dos habitantes emprega a maior parte do seu tempo no exterior da aglomeração". "A cidade, conceitua R. Maunier (*L'origine et la fonction économique des villes*) é um estabelecimento complexo composto por uma multiplicidade de grupos sociais distintos". Estas definições recusariam, portanto, o caráter urbano à "Cité" de Londres, ocupada durante o dia por 2 000 000 de homens, que integram um só grupo social, dos quais quase nenhum reside ali. Para outros a cidade se distingue da aldeia por certas peculiaridades, de configuração; a cidade medieval é, diriam, a que se acha circundada por uma muralha; neste sentido, no período atual, o critério de se reconhecer uma cidade poderia ser o da altura das suas edificações: é o que denominaremos definição arquitetural. Enfim, um quarto tipo de definição que nada tem de teórico, ainda hoje vigente em certos países como a Inglaterra: cidade é tôda aglomeração dotada de um certo estatuto jurídico ou municipal; ainda na Idade Média uma característica distintiva da cidade era o direito de possuir um mercado.

---

* A tradução para o portugués foi feita pelo Sr. João Milanês da Cunha Lima, da Secção de Publicações do C. N. G.

N. R. — Antecede ao estudo da Evolução das Cidades a seguinte apreciação do autor:

"A cidade é um ser vivo. Como todo ser vivo, nasce, cresce e morre. O estudo das origens, do crescimento e, quando fôr o caso, do declínio e da morte da cidade constitui objeto de uma ciência constituída recentemente, a evolução urbana. Esta ciência é duma complexidade extrema porque os fatôres susceptíveis de explicar as diversas fases do desenvolvimento da cidade são infinitamente vários. Tudo pode, no entretanto, cifrar-se no jôgo de duas grandes fôrças, a natureza e o homem. A que lado prendem as causas verdadeiramente eficientes da evolução? Discute-se a respeito disso. Muitos autores falaram em "determinismo geográfico"; chegou-se mesmo a mencionar a palavra "predestinação", querendo significar que não sòmente um dado sítio natural explicaria, por si só, o esplendor de uma cidade, mas ainda, que em tal lugar uma cidade deveria fatalmente estabelecer-se e prosperar. Pode, quem quiser, tratar esta questão ao modo metafísico; mas, se se pretende mantê-la no plano da ciência, suponho que não cabe à geografia a última palavra. A resposta, só a história pode fornecê-la. É uma questão do passado e do passado do homem; é prescrutando êste passado, analisando um certo número de exemplos históricos, que se pode exercer a nossa escolha".

Definir a cidade, será um dos fins a que visa êste trabalho. Pràticamente não examinaremos senão os casos, para os quais não pode haver dúvida, e, quando passíveis de contestação, não nos deveremos esquecer de que muitas cidades grandes começaram por ser aldeias e de que algumas aldeias devem a sua existência a antigas cidades decaídas.

A êste trabalho preside, com efeito, a idéia de que a cidade é um ser vivo, como o corpo humano, por exemplo. Daí o nosso plano:

— Evolução urbana, análise dos diversos fatôres geográficos ou históricos capazes de explicar a formação, o crescimento e o declínio da cidade.

Depois vem o estudo da aglomeração, em sentido próprio considerada por duplo prisma, estático e dinâmico, que os tratados de história natural distinguem em anatomia e fisiologia:

— os elementos da estrutura urbana, ruas, praças, áreas construídas, quarteirões;

— a vida que anima, hoje em dia essa estrutura, os problemas impostos pelo crescimento da população urbana, a circulação.

CAPÍTULO I

CIDADES ESPONTANEAS

Uma das primeiras distinções que aprendemos com a história é a das cidades espontâneas e criadas. Êstes têrmos precisam de ser explicados. Se pelas primeiras entendêramos as aglomerações que nada devem à ação do homem e pelas outras, as que lhe devem tudo, a distinção seria inadmissível. Não estudamos aqui categorias abstratas, e sim uma realidade sempre movediça, onde nada está absolutamente estancado. Na história de tôda cidade há uma parte da vontade e outra parte da espontaneidade e, exige-se, a miúdo, mais sutileza do que geometria para reconhecer qual delas tem preponderância sôbre a outra. Demais, tomemos casos extremos e a diferença transparecerá claramente. Vejamos duas capitais, Paris e Washington. O primeiro homem ou os primeiros homens que se refugiaram numa ilhota do Sena podem, sem dúvida, ser considerados fundadores de Paris. Logo, não poderíamos comparar o seu ato ao de George Washington que escolheu em 1790 o lugar onde se elevaria a Capital Federal, encarregando o major L'Enfant de traçar-lhe o plano e dividir-lhe os quarteirões. Veja-se agora um caso intermediário: Versalhes. Havia casas ao redor do castelo real antes de Luís XIV instalar, ali, a sua côrte; entretanto, é a Luís XVI que Versalhes deve não só ter-se adiantado, mas deve-lhe também a sua própria organização material tal como se traduz no seu plano ou nas destinações impostas a êste ou àquele dentre os seus bairros. Paris, cidade espontânea; Washington e Versalhes, cidades criadas. As posições respectivas do homem e da natureza são, desde o comêço, bem diferentes, conforme se trate de uma cidade espontânea ou de uma cidade criada. No primeiro caso, quer seja um só homem que venha a estabelecer-se num lugar dado, quer sejam dois homem (a aglomeração começa com duas casas) que se instalem lado a lado, mas sempre sem intenção definida, é evidente que as sugestões da natureza terão inteira probabilidade de serem aceitas. Êste, porém, é o primeiro estádio, o de formação; no período de crescimento, que vai decidir sôbre sua sorte, tôdas as explicações possíveis entram em jôgo.

Elemento de formação — Precisa com efeito distinguir-se — e esta observação capital deve-se a C. Jullian — em tôda cidade o elemento de formação e o elemento de progressão. Ajuntaríamos a êsses o elemento de declínio.

Por que razão os homens vieram estabelecer-se num sítio dado? Evidentemente, pelas vantagens que o sítio parecia oferecer-lhes: dado natural. "A natureza prepara o sítio e o homem organiza-o de tal forma que possa suprir a seus desejos e necessidades". Todavia, por que razão, entre diversos sítios igualmente aceitáveis, a preferência do homem recaiu sôbre um, com exclusão de todos os outros? Nisso intervém um ato de vontade ou simplesmente o arbítrio. Talvez conviesse inverter a fórmula e dizer: o homem escolhe e depois utiliza o sítio preparado pela natureza. O fator humano é primordial. Fórmulas como essas "tal sítio deveria atrair os homens" ou, então, "a cidade nasceu em tal sitio" se

nos apresentam senão de todo inexatas, pelo menos encerrando tanta verdade como o ditado vulgar: Todos os caminhos levam a Roma. A rigor, deveria dizer-se: tal sítio *pode* atrair os homens mas, em todos os casos, a vontade, o capricho e as ciência humanas, reservam para si a capacidade da escolha.

— Vontade humana: entendemos com isso à vontade que raciocina; existem, com efeito, como veremos adiante, dois motivos viáveis, embora diametralmente oposto, que teriam guiado os homens na escolha do seu ponto de fixação: o desejo do isolamento e o desejo de facilitar as relações com os seus semelhantes.

— Capricho humano em muitos casos a escolha do sítio não se explicaria a não ser por outras razões independentes da natureza, quando menos da própria razão. Quantas cidades não têm sido fundadas em lugares perigosos; há-as instaladas em zonas sujeitas a inundações fluviais, às vêzes, com periodicidade anual. Prova-o a popularidade alcançada na Idade Média por São-Nicolau-de-Mira protetor dos náufragos e inundados. Em regra geral, em qualquer lugar onde exista uma paróquia consagrada a São-Nicolau, é que seus paroquianos corriam o risco de um belo dia acordarem debaixo de uma enchente. Um bairro de Paris, e não dos menores por sua importância econômica e social, é, ainda hoje, designado pelo nome de *Marais*. A cidade do México está construída sôbre um antigo lago; as casas não possuem porões; faz-se mister uma drenagem continuada e sempre insuficiente porque sôbre essa esponja encharcada d'água o clima não pode deixar de ser dos mais insalubres. Por outro lado, cidades como São-Francisco, Messina ou Yokohama, estabelecidas em zonas sísmicas, e persistem em sua localização, embora tenham sido por diversas vêzes destruídas por terremotos. Existem, afirma A. Lutaud, "agrupamentos urbanos localizados em meio físico incompleto ou deficiente" (*Urbanisme*, 1935, p. 122). É que, a despeito de tudo, os inconvenientes naturais, a deficiência física, puderam ser compensadas por vantagens de outra ordem, ou mesmo, que a ciência, numa certa medida, conseguiu modificar ou atenuar a ordem natural dos fenômenos geográficos.

— Ciência humana. Os progressos das diversas técnicas permitiram que o homem se libertasse, cada vez mais, das contingências naturais. Aos perigos das águas contrapuseram-se os diques; não sendo possível suprimir os tremores de terra, adotaram-se construções mais elásticas. Os filósofos antigos recomendavam aos fundadores de cidades o devido cuidado quanto às condições de autosuprimento. Perderia isto a sua razão de ser na época em que o maior mercado europeu de peixes reside em Bâle, e em que se afronta a solução de fornecer aos parisienses a água do lago de Genève. Já, desde longa data, a história encarregou-se de desmentir os sábios conselheiros. Desde os tempos primitivos, quando escasseava a água, o homem soube buscá-la e colocá-la ao seu alcance. Na Palestina, Gézer, depois do II milenário, para atingir a fonte, os habitantes tiveram de perfurar um túnel de 66 metros de comprimento, 7 de altura, 4 de largura e 29 de profundidade. Em Jerusalém o túnel de Ophel completamente desenterrado pelas escavações de R. Weill, identifica-se ao *sinnar* de Davi Temos outros exemplos em Gabaon e em Bel Hamah, na Samaria. Mais tarde surgem os trabalhos de adução d'água pròpriamente ditos. O projeto contemporâneo do engenheiro egípcio Hussein Serry Bey, tendo por fim criar uma imensa fôrça hidráulica utilizando a diferença de nível entre o mar Mediterrâneo e a depressão de Quattara no norte do deserto da Líbia, tem por conseqüência (ou por condição) a criação de uma cidade em pleno deserto; nenhum urbanista que já se ocupou desta questão encarou o problema da falta d'água total como dificuldade insuperável (Cf. Hussein Shafey, "Une Cité industrielle en plein désert", *La Vie Urbaine*, 1934, p. 293).

Dentre os elementos geradores de cidades os que parecem copiar mais a natureza do que ao homem são as colinas e os rios. A acrópole é, sem contestação, o sítio urbano mais natural e característico, o que mais condiz com a idéia da predestinação. Tôdas as épocas primitivas revelaram predileção pelas acrópoles: Gournia, Mycènes, Tirynthe, Argos, Athènes, Thèbes são exemplos clássicos da Grécia. Na Itália, também os etruscos demandaram as *oppida* e, como êles, as tribos autóctones da Gaula, antes da conquista (Gergovie, Alésia, Bibracte, Uxellodunum): mais tarde Augusto empenhou-se em fazê-las descer à planície, para um quadro novo. Não faltam exemplos ainda visíveis destas regiões, cuja magnificência ou o pitoresco se gravam fàcilmente na memória dos viajantes: na Espanha, Morella ou Iviça; na Itália, Sienna ou San Gimignano; na França Langres

ou Sancerre. Mas a que motivo o homem cedeu quando determinou estabelecer-se numa acrópole ? Muitos já foram apontados e isto nos faz crer que êsses motivos se alternam. A história nos induziria, assim, a introduzir subdivisões no que pareciam simples blocos geográficos.

Sustenta H. Boy Hawes (*Gournia*) que a escolha de pontos elevados para sítios urbanos se fundava, antes de mais nada, num princípio de economia: na Grécia, onde as rochas recobrem a maior parte do solo, todo palmo de terra fértil é precioso; ora, os vales são férteis e as montanhas quase sempre incultas; se os homens concordaram em apinhar-se num espaço estreito, foi, sem dúvida, a fim de ganhar espaço para os campos. A hipótese é sutil, mas nenhum fato positivo pode ser invocado que lhe assegure um valor real que não tem como simples hipótese.

Interroguemos as acrópoles gregas sôbre as quais dispomos de maiores elementos, a começar por Atenas. Vemos que no centro da grande planície delimitada pelo Parnês, o Pentélique e Himeto e à mesma distância do mar a que recebeu o nome de Cidade (*polis*) não fôra a única em condições de pretendê-lo. O determinismo e a predestinação bem poderiam agir do mesmo modo não fôsse em favor de Lycabette, muito escarpada ou de Pnyx ou do Aréopage, muito medíocres, sem dúvida, em favor da colina de Philopappos. Mas a Acrópole tinha a particularidade de ser o santuário de algumas divindidades das mais antigas da Ática, notadamente de Cécrops, que a distinguiam entre os outros. As altitudes, mereceram, de todos os povos primitivos, um respeito sagrado e, em muitos casos, instalaram-se nos topos de montes acreditando obedecer ao apêlo de um deus. Resta um argumento material, cuja importância não é lícito deixar de reconhecer: a facilidade que ofereciam à defesa. A colina isolada corresponde a uma das duas grandes necessidades elementares, a de viver apartado dos semelhantes. O homem é um lôbo para o homem e êle tem a consciência disto. Pirenne recorda (*Villes du Moyen Age*, p. 54) que as palavras com que o inglês moderno (*town*) ou o russo moderno (*gorod*) designam cidade, originàriamente designavam um reduto fortificado.

A acrópole, portanto, favorece a defesa, mas o que importa no caso é a preocupação defensiva porque muitos outros acidentes físicos podem assumir igual função e têm sido utilizados para fins bélicos. É um problema humano e que comporta mais de uma solução natural.

A defesa pode ser assegurada assim pela água como pelo relêvo. A função da colina isolada pode bem ser assumida pelos meandros fluviais, principalmente pela língua da terra cercada d'água por três lados, bastando proteger o quarto por meio de uma amurada e um fôsso: *l'éperon Barré*. Tôdas as épocas perturbadas, tôda a remota Idade Média oferecem sugestivos exames; ainda na atualidade, Berna, Toledo, Marburgo, Besançon, Shrewsbury se enquadram nesta definição. Consoante isso uma ilha pode ser tida por um lugar de isolamento. Os ocupantes das palafitas fincando suas estacas no meio dos lagos atendiam à segurança ao mesmo tempo que à facilidade da pesca. Inúmeras ilhas fluviais serviram de berço a cidades: Paris, Berlim, Estocolmo, São-Petersburgo, Nova-York. Há também as ilhas de pântano (marais). Segundo César, em Gaulle Bourges (*Avaricum*) era dêste tipo construída sôbre uma elevação ligeira e cercada de charcos (marécages) até três quartas partes do seu perímetro; constituem caso análogo as fortalezas de Vénètes no gôlfo de Morbilhan, tendo, como equivalente dos charcos um baixo que deixa a descoberto a maré vazante. Certos autores atribuem aos rios e às bacias dêstes uma importância igual à das acrópoles, como elementos geradores de cidades. A história demonstra de sobejo que isto não acontece. A água é o elemento multiforme por excelência, ora opondo obstáculos, ora aproximando. Os homens perceberam desde o mais remoto passado que ela podia ser tão perigosa para êles próprios como para os seus adversários. Existem rios cujas margens se apresentam completamente desprovidas de cidades, fato êste ligado ora ao temor das inundações ora ao das invasões. Era remontando os rios que os normandos atingiam as suas vítimas. O mesmo sucede com o mar; Tucídides acentua que as cidades mais antigas conservavam-se distanciadas do mar, resguardando-se dêsse modo das incursões dos piratas. Atenas dista cinco quilômetros da costa. O rio pode constituir uma arma terrível nas mãos de um inimigo aguerrido. Sybaris, Mantinée foram arruinados por esta via. Xenofonte conta-nos a destruição de Mantinée pelos espartanos em 395

A. C. com a cumplicidade do rio Ophis: o inimigo interpôs uma baragem na descida do rio; as águas privadas de escoadouro transbordaram; a argila das casas desmanchada, tôda a Mantinée ruiu num alagado. "Êste exemplo, adianta o historiador grego, ensinou os homens a evitar que um rio qualquer beirasse as suas muralhas. Verifica-se quase sempre, ao examinar-se detidamente a origem das cidades que se avizinham de um rio que elas escolheram sempre a altura que domina o rio e não o próprio rio. Em Toulouse, por exemplo, o sítio primitivo da cidade foi a colina de Vieille-Toulouse; trata-se, portanto, de uma cidade de acrópole, da mesma forma que as cidades de península ou de meandro (Berna, Besançon). O caso de Gênova debruçada sôbre o seu lago equipara-se ao de Toulouse. À vista de uma carta atual, classificará o geógrafo: cidade de lago, històricamente, porém incorrerá num êrro. A cidade de Gênova surgiu numa colina e até o século XIX desenvolveu-se em direção contrária ao lago, que, sòmente nos nossos dias, veio a constituir-se um objeto de propaganda turística. A evolução de Zurich é quase exatamente igual. Ambas, como Toulouse ou Berna, são cidades de acrópole.

Se os vales dos rios desempenham um papel importante na evolução urbana — que a ninguém ocorreria contestar — é em paridade com outro elemento geográfico muito mais geral, a estrada. Há caminhos fluviais como há caminhos marítimos, terrestres, aéreos. Todos respondem à segunda das duas grandes necessidades elementares do homem: a sociabilidade, o desejo de travar relações com seus semelhantes.

Cumpre esclarecer que a estrada é mais um elemento ativo de agregação urbana do que um elemento de formação. Consideramos aqui a estrada, isoladamente. Contudo, para que tenha lugar o nascimento da cidade, faz falta a combinação da estrada com um segundo elemento, de ordinário uma outra estrada da mesma natureza ou de natureza diferente. A cidade, ponto geográfico, define-se pela intersecção de duas linhas. Cruzamento de duas estradas da mesma natureza: a confluência de dois cursos d'água, Lyon. Bifurcação de duas vias férreas: vimos por diversas vêzes, nos dias que correm, concretizar-se êste efeito, por exemplo no maciço Central com Capdenac, Arvant, Neussargues, Eygurande, Saint-Sulpice-Laurière, cidades de bifurcação, que não raro, herdaram êstes nomes de aldeias mais antigas situadas nas imediações (Capdenac), embora não se confundam com elas. Cruzamento de duas vias de natureza diferente, o rio e a estrada terrestre: teremos a cidade a vau ou de ponte; várias cidades gaulesas incluíam no seu nome o sufixo *briva,* ponte, denunciador de uma tal origem: Brive, *Samararobriva* (Amiens).

O único caso em que a água tenha, por si só, em estado isolado, atraído consideràvelmente os homens a ponto de fazer surgir uma cidade, é o das fontes. Seu papel na geografia urbana tem sido muito apreciado. *Aquae benignae augent numerum deorum nominibus variis urbesque condunt,* já sentenciava Plínio, o antigo; as águas benfeitoras aumentam o número dos deuses diversificando os nomes divinos, e fazem nascer cidades. No Império romano foram numerosas as cidades cujo nome principiava por *Aquae* ou *Divona*: *Aquae Sextiae* (Aix, as águas de Sextius), *Divona Cadurcorum* (Cahors, a fonte dos Cadurques); entre as cidades francesas aquelas cujo nome começa por Fontaine (Fontainebleau) devem geralmente sua origem a uma fonte. Atualmente, assiste-se com muita freqüência ao nascimento de estações terminais, cada uma das quais, na Alemanha traz o nome precedido de *bad,* rótulo da origem urbana.

Sem embargo, ao lado das cidades que têm na sua origem um elemento geográfico, elemento êsse a que o homem se viu acorrentado por lhe parecer mais compatível com essa ou aquela necessidade, cuja urgência primava, então, sôbre tôdas as outras, conta-se uma série que teve por origem um fato puramente humano: um castelo, uma igreja, uma casa qualquer. Ilustram esta segunda hipótese as cidades francesas que emergiram na Idade Média, sem falar das cidades criadas, compreendendo tão sòmente as cidades espontâneas, a que os historiadores medievais chamavam cidades de acessão, formadas seja em tôrno de uma cidade galo-romana, seja ao pé de um fortim, mosteiro ou igreja. Esta determinação aplica-se pelo menos à metade das cidades francesas atuais. A geografia explica, talvez, porque a *vila,* o castelo ou o mosteiro se tenham estabelecido num lugar dado, todavia não explica senão indiretamente, em segundo grau, a formação da própria cidade. Precisa citar nomes ? Cidades oriundas

duma *vila*: tôdas a cujo nome se liga o sufixo ay (no Norte) e ac (no Sul): Epernay ou Capdenac, Pouilly ou Pauillac — cidades provenientes de um castelo; aqui é um prefixo que no-las indicam freqüentemente: Château-Landon, Château-Thierry, etc. — cidades advindas de um mosteiro: Vêzelay, Moissac, La Réole, Saint-Dié, etc.

Resumamos. Ou a origem da cidade é um feito humano (castelo, igreja *vila*, encruzilhada, bifurcação) ou é um fato natural e notadamente um acidente geográfico. Mesmo neste último caso a existência do acidente geográfico nunca determina necessàriamente o nascimento da cidade; nunca brotam cidades sôbre tôdas as acrópoles, confluências e bem assim sôbre encruzilhadas ou todos os pontos em que uma estrada corta um rio. É uma simples possibilidade que pode ou não realizar-se. Se tem lugar esta realização, sempre intervém algo de moral, uma intenção (motivos de segurança, do tráfego), que é o que determina o homem a escolher, para associar-se a outros homens, um tipo de sítio de preferência a qualquer outro e esta intenção varia conforme as épocas. As cidades não buscam necessàriamente nem a vizinhança da água nem a do relêvo. A natureza é como um teclado que o homem dedilha a seu bel-prazer, suscitando uma melodia, ora harmoniosa ora discordante.

Fatôres de crescimento — O elemento de crescimento de uma cidade ora é o de fundação que continua a agir, ora novo elemento sem relação alguma com o primeiro. Corresponde ao que se chama comumente a *função urbana*. Vichy nasceu das fontes que já os romanos utilizavam; essas, até o presente, condicionam-lhe a prosperidade. Paris nasceu numa ilha do Sena, no entanto é evidente que se muitas outras circunstâncias não viessem associar-se àquela, a aglomeração parisiense não chegaria a ser o que é hoje. É interessante analisar o quanto valem como elementos de crescimento os dois principais acidentes tidos como urbanos por predestinação: as acrópoles e os rios. Não sòmente uma cidade de monte não se pode desenvolver a menos que se espalhe por além do monte, mas ainda se tem assistido a verdadeiras deserções; o rápido desenvolvimento de certas cidades determinou a reconstituição das mesmas a maior ou menor distância da sua sede primitiva (Toulouse e Vieille-Toulouse). Quando uma cidade que atinge um certo grau de desenvolvimento ou aspira a atingi-lo, encontra um morro em seu perímetro urbano, êste causa-lhe estorvo e por essa razão tende a arrasá-lo ou suprimi-lo (Paris, colina de Chaillot; Rio-de-Janeiro, Pão-de-Açúcar).*

Para as cidades situadas nas margens dos rios, se o curso d'água tivesse a influência decisiva que se lhe atribui, era natural que houvesse um desenvolvimento paralelo nas duas margens, salvo impossibilidade material. Ora, é o que se vê raramente. Muitas cidades são apenas confinadas pelos rios, mas não atravessadas por êles; a ação do rio portanto só se fará sentir de um lado. A prova disto é capaz de fornecer-nos não importa que grande rio francês. No Sena, entre Paris e o mar, destacamos Nantes e Vernon à esquerda, Rouen e Caudebec à direita. No Loire, Orléans e Blis à direita, Tours e Saumur à esquerda, Ancenis à direita. No Rhône, Tournon à direita, Valence, Avignon e Arles à esquerda. No Garonne tôdas as cidades importantes menos Bordeaux estão à direita e notadamente Agen, Marmande, e La Réole. Objetar-se-á talvez, que se trata de grandes rios, cujas margens separam como um braço de mar. Mas êste mesmo fenômeno se passa com os cursos d'água muito mais medíocres. La Vesle é um córrego dos mais humildes e, não obstante, Reims formou-se e cresceu à sua margem direita, não se prolongando à esquerda senão muito tardiamente. Châlons sur-Marne está à margem direita (Norte) do Marne; foi necessário a via ferrea com a respectiva estação para gerar pequeno bairro do lado oposto. Cahors encontra-se à margem direita do Lot e nada tem defronte. E assim, também, Bergerac e Dordogne, Perpignan e Têt.

Entre as explicações possíveis, algumas são de ordem natural: as duas margens se acham desigualmente expostas às inundações: em Toulouse, o Garona sempre causou mais estragos na margem esquerda (bairro de Saint-Cyprien) do que na margem direita. As outras são de ordèm puramente humana. Recordemos a recomendação de Xenofonte às cidades ciosas da sua segurança militar para

N. R. * — No Rio-de-Janeiro, foram arrasados os morros do Senado e do Castelo, para atêrro de lagoas e depressões, mas ainda continua, sobranceiro à baía de Guanabara, o Pão de Açúcar,

que não se deixassem atravessar pelos rios. Para justificá-lo, basta visitar no Museu dos Inválidos, em Paris, a admirável coleção dos planos em relêvo do Serviço Geográfico do Exército: êstes nos patentearão as dificuldades que tiveram de enfrentar, em casos análogos, os engenheiros mesmo muito mais modernos, para estabelecer seu sistema de fortificações.

Se, a despeito de tudo, a cidade realmente abrange o rio (Paris, Rouen, Bordeaux, Nantes, Lyon), jamais há uniformidade entre as duas margens. Em Paris, a margem direita transcende de muito a margem esquerda. Em Londres dá-se o inverso. O rio não representa quase nada na explicação. Em Paris a margem direita desde cedo, tornou-se o centro de uma aglomeração de mercadores que foi durante tôda a Idade Média, a animadora do seu desenvolvimento: foi por ela que se empreendeu o amanho do primeiro pôrto (pôrto de Grève) próximo ao qual se acham instalados os Halles e o órgão municipal. Mais tarde a residência real estabelecida também sôbre a margem direita tornou-se o elemento ativo. Se a evolução de Paris não estivesse condicionada senão pelo Sena, o desenvolvimento das duas partes teria sido proporcional. A desproporção é tanto mais digna de nota quanto se observa que, precisamente, a margem direita é fìsicamente a mais desfavorecida; um nome de bairro como *Marais* não indica um sítio muito propício ao estabelecimento urbano de, apesar de tudo, o *Marais* foi, no tempo do crescimento da cidade, o coração de Paris.

Somos assim levados a firmar êste princípio: os elementos de crescimento urbano são quase exclusivamente fatos humanos. Êstes podem ser de ordem econômica ou de ordem política, estando subentendido que êstes fatos, sobretudo econômicos, podem achar-se mais ou menos na dependência das condições naturais ou físicas.

A primeira e a mais freqüente razão do florescimento de uma cidade é a sua atividade comercial, a sua condição de mercado devido, comumente, à situação que ocupa de permeio entre duas regiões de natureza diferente. Na França, por exemplo, em Limagne d'Auvergue, vemos que tôdas as aglomerações um pouco importante ocupam não o meio da planície mas as faldas da montanha. Thiers, Gaunat, Rion, Clermont Ferrand. Diversas grandes cidades importantes são portos e quem diz pôrto diz cidade de ligação. Retomemos o exemplo de Paris: se a aglomeração de mercadores formou-se ao norte e não ao sul do Sena, é que dêsse lado se achavam as ativas cidades da Grand Belgique de que não havia equivalente do lado oposto.

A ligação é evidentemente facilitada e intensificada mediante uma grande estrada. É então que o curso d'água, caminho fluvial, adquire tôda a sua importância. Mas êle está longe de ser único. Antigas e notáveis aglomerações se extinguiram em virtude de terem permanecido isoladas do sistema de vias férreas. Saint-Bertrand de Comminges, que fôra no II século da nossa era uma cidade galo-romana considerável (Lugdunum Convenarum), que fôra a sede de um bispado antes da Revolução, não é mais sequer a sede municipal desde o estabelecimento das vias férreas que divergiram dela; o lugar que lhe cabia ocupou-o Montréjeau, bastião do século XIII, cidade criada, a quem a via férrea comunicou um forte impulso, tanto que já rivaliza com a respectiva sede municipal, Saint-Gaudens. Vierzon não era, nos primórdios do século XIX senão um modesto burgo; hoje, ponto de cruzamento de dois grandes troncos ferroviários que atravessam a França, de norte a sul e de este a oeste, Vierzon que ainda não subiu à categoria de sub-prefeitura, impõe-se já como a segunda cidade do departamento do Cher. As linhas de navegação e aérea exercem uma influência similar. A vida de não poucas aglomerações acha-se ligada à existência de uma escala. As cidades de aeródromo são os mais recentes testemunhos desta ação das vias de comunicação (que é ação de crescimento, não de formação): Le Bourget, Croydon ou Friedrichshafen já existiam antes da invenção dos dirigíveis e aviões.

Um outro aspecto contemporâneo da mesma idéia; o turismo. Uma situação privilegiada, um belo monumento, uma curiosidade natural, a prática de um esporte podem transformar bem modestas aglomerações em cidades importantes ou pelo menos ativas. Neste caso incluem-se muitas cidades suíças. A pequena circulação que ainda se observa em Saint-Bertland-de-Comminges, emprestam-na os visitantes atraídos por suas catedrais e escavações. Em nossos dias vemos os

esportes de inverno dar vida a certos países ou prolongar a que certas estações apenas conheciam durante os meses de verão.

Além da atividade comercial, alinharemos, entre os grandes elementos do crescimento urbano, a atividade industrial. O fato é surpreendente num país como a Inglaterra, onde as cidades do centro e do norte, que permaneceram medíocres até a utilização da hulha, subseqüentemente se avantajaram às cidades puramente agrícolas do sul e da bacia de Londres. O que ocorreu ali foi o episódio duma transformação mundial; entretanto não é preciso mais do que um particular ousado decidindo-se a empreender a exploração de uma riqueza local e obtendo êxito nesta tarefa para mudar o destino a uma cidade. Kiruna na Lapônia, que verdadeiramente não existia ainda em 1891, constituiu-se a principal aglomeração da região, sobrepujando Galivara, depois que teve início a exploração das duas colinas de minério de ferro que a cercam. Salientávamos que a exploração de uma matéria prima nem sempre tinha êxito garantido. Resta-nos mencionar que em nossa época o desenvolvimento de uma indústria local nem mesmo depende da existência de matéria prima própria; nada, absolutamente, parecia predestinar Clermont-Ferrand a tornar-se metrópole do *cautchouc*.

Devemos, finalmente, reservar uma grande parte aos fatos não mais de ordem econômica, mas de ordem política. Se examinarmos a carta da Europa atual, dar-nos-emos conta de que as suas maiores cidades são capitais: Londres, Paris, Berlim, Moscou, Roma. Regra geral, a cidade capital de um país é também a aglomeração mais populosa dêste país. Uma exceção como Barcelona confirma a regra, porque Barcelona é uma antiga capital. Quanto a Berna e Washington que levaram a palma a Zurich e Bâle ou a Nova-York, trata-se de confederações em que a escolha da capital foi puramente arbitrária ou guiada pelo desejo de evitar rivalidades entre cidades de quase igual importância. Ainda assim, que seriam Berna ou Washington se os homens não as tivessem elevado à categoria de capitais?

Nesta ordem política englobamos, ainda, fatos muito menos importantes que o estabelecimento de um govêrno central, embora valham como elementos de crescimento: a presença duma Universidade, duma guarnição, dum tribunal. Numerosas cidades da província francesa derivam a sua atividade de um dêsses dois últimos elementos: viram-se *maires*, mesmo anti-militaristas convictos, redobrarem as demarches, a fim de manter o benefício da presença dum regimento para seus concidadãos. Quanto às cidades que gravitam em tôrno de universidades é, na Inglaterra, com Oxford ou Cambridge, ou, mais ainda, na Alemanha, com Marbourg, Tubingen, Heidelberg, Iena, que vamos encontrar os exemplos mais frisantes.

Elemento de morte — A cidade nasce e cresce e depois, mais cedo ou mais tarde, morre. O fato é normal, sendo também normal que a história ofereça maior soma de exemplos que o presente. O elemento de morte pode ser simplesmente negativo: o desaparecimento do que lhe fôra elemento de progressão. Raramente nestes casos resulta o desaparecimento completo da cidade; o que acontece é que ela estaciona ou começa a agonisar. Um pôrto ativo, pouco a pouco, se recama de areia e o mar o abandona. Aigues-Mortes é um exemplo clássico. São-Luís fêz escavar ali uma bacia ligada por um canal ao Mediterrâneo; foi de lá que partiu para as suas duas cruzadas e a cidade conservou-se por uma centena de anos como uma das mais florescentes do sul de França. Ulteriormente, os canais se entupiram e, desde Carlos VI, Aigues-Mortes não passou de um simples burgozinho. O epíteto de Morte atrelado ao nome de Bruges, recordou por muito tempo um fato desta ordem. Alhures é uma indústria próspera arruinada pela crise ou por uma indústria concorrente. A denominação de *bourgs pourris* e a reforma eleitoral inglêsa de 1832, consagram a decadência de um certo número de burgos do sul da Inglaterra arruinados pela transformação econômica do começo do século XIX.

Há cidades todavia devastadas por morte violenta. A natureza e o homem rivalizam-se então nas responsabilidades e, quiçá, as mais pesadas incumbem ao homem.

Entre os fenômenos naturais os mais temíveis são os tremores de terra, as erupções vulcânicas e as inundações. A Bíblia nos fala da destruição de Sodoma, e de Gomorra sob uma chuva de enxôfre e de fogo: escavações recentes revelaram-lhe o local e deram lugar aos trabalhos de salvamento das ruínas. Em

nossa época cidades inteiras foram destruídas por terremotos ou vulcões, em 1906, São-Francisco e Valparaíso; em 1908 Messina na Cecília e Reggio em Calábria. As catástrofes causadas pela Montanha Pelée ou pelo Fouzi-Yama são conhecidas de todo o mundo. Geralmente, hoje em dia, estas ruínas já se acham tôdas reparadas; após o tremor de terra de Messina o govêrno italiano, baseado no relatório duma comissão especial, elaborou mesmo a primeira lei que pode chamar-se de urbanismo *assísmico* (modificações no plano antigo e interdições de reconstruir). Mas êste processo nem sempre foi usado em outros períodos menos urbanos. As plagas da Grécia e da Ásia Menor estão gravadas de cidades assim desaparecidas: Sicyone, Corinto (a cidade atual é Nova Corinto reconstruída em 1855 a certa distância da antiga), Helice em Achaie (recoberta pelas águas do gôlfo de Corinto por ocasião do tremor de terra de 373 (A. C.), etc. Pompéia, Herculanum e Stabies foram soterradas para sempre pelo Vesúvio. O folclore de todos os países é rico em legendas de cidades tragadas pela terra ou pela água. O caso de Ys na Bretanha é o mais conhecido. A tradição charentina (de Charente) explica o nome da vala de Antioco (ilha de Oleron) pela reminiscência de uma cidade de Antioco desaparecida sob as águas no primeiro século da era cristã. Nem tudo é invenção nestes contos; no Peru reconheceram-se os restos da cidade de Sallusttiani coberta pelo lago Umayo.

Outras cidades têm sido vitimadas simplesmente pela erosão marinha. Winchelsea na Inglaterra, na costa de Sussex, fôra no século XII um dos mais florescentes dos Cinco Portos; foi lá que desembarcou, a 7 de dezembro de 1067, Guilherme o Conquistador e onde Henrique II saltou de volta à Inglaterra em 1188. O mar arruinou-a no século XIII. Em 1250, formidável tempestade destruiu-lhe avultado número de casas. Outras registaram-se em 1252 e 1254. Não houve outro recurso senão o de abandonar inteiramente o sítio. Eduardo I construiu para os habitantes que sobreviveram à catástrofe uma nova cidade, "estando já a antiga, pela maior parte, submersa pelo mar e correndo o risco de uma imersão total" (1284). Quase na mesma época o Zuiderzée era o resultado de uma série de investidas do mar (notadamente em 1170 e 1277), cada uma das quais custou a vida de um certo número de aglomerações. Nosso século registrou o sinistro de Galveston nos Estados Unidos (Texas) totalmente arrebatada por uma inundação que fêz 40 000 vítimas. Em setembro de 1926 o grande ciclone que varreu todo o gôlfo do México destruiu uma metade de Miami, deixando sem teto mais de 50 000 pessoas. Outro desastre pela água, devido ao rompimento de um reservatório: a destruição completa de Johnstown (Pensylvania) a 31 de maio de 1887. Os estragos inflingidos a Johnstown e Miami foram prontamente reparados.

Em compensação o homem é, por si mesmo, um agente de morte ainda mais terrível para as cidades e quase sempre as condenações pronunciadas por êle são irrecorríveis. De 1914 a 1918 diferentes aglomerações foram tão radicalmente canceladas que não há cogitar em reerguê-las. Não se trata, todavia, que de pequenas cidades mas a história alonga singularmente esta lista e sobretudo a enriquece de nomes brilhantes. Que é que trouxe a morte a estas grandes cidades do passado: Babilônia, Ninive, Tebas do Egito, Éfeso, senão a guerra? Os principais portos do norte da Europa nos começos do século IX foram os de Quentovic (sôbre Pás-de-Calais, perto de Etaples) e de Duurstède (no Reno, ao sudoeste de Utrecht); visitados pelos normandos, de 834 a 844, pode-se dizer mesmo que os próprios nomes tenham perdurado até hoje? Os meios empregados são por vêzes de um refinamento assombroso. Quando habitantes de Crotone apoderaram-se de Sybaris, em 510 A. C. desviaram o curso de um rio, o Cratis, para que da cidade assim inundada, não restasse o menor vestígio. Em 146 A. C. quando Cipião Emiliano, realizando a promessa de Catão, destruiu Catargo, consagrou-lhe o solo aos deuses infernais, a fim de que nada fôsse construído, nem semeado em sua área.

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

O pescador no litoral leste do Estado de São-Paulo

A parte do litoral situada no chamado "norte" de Santos é caracterizada pela proximidade da serra do Mar que, à medida que se afasta daquele pôrto mais se aproxima do oceano, chegando mesmo em alguns pontos a cair diretamente nêle. É um litoral novo, recortado, com praias de extensão variável, algumas mais longas — Bertioga, com 12 quilômetros e Caraguatatuba com 8 quilômetros, outras pequenas, interrompidas pelos morros, partes desmoronadas da serra, a ela ligadas pelos detritos que se acumularam na várzea. Esta é cortada de rios que, descendo em torrentes da montanha, vêm espraiar-se nela, quase sem fôrça para atingir o mar.

O ataque do mar ainda se faz sentir às vêzes; em 1934 avançou êle grandemente na Bertioga, escavando a praia, destruindo o arvoredo, e, invadindo o cemitério, pôs a nu ossadas humanas. Descobriu também dezenas de esqueletos de baleia. A regularização faz-se mais vagarosamente em alguns trechos, nas praias de areia grossa, declive abrupto, fortemente batidas pelo mar, como Itaguaré e praia do Tombo na ilha de Santo-Amaro. Em outros, a evolução vai mais adiantada. As praias se apresentam mais largas, com inclinação quase nula e areia muito fracionada.

As primeiras são as "praias bravas", constantemente revolvidas, desertas; o homem se afasta delas pela impossibilidade de aí se localizar. Nem para o trânsito servem; o caminho é a picada aberta no "jundu", afim de evitá-las. São as outras, de areia dura com enseadas apropriadas à saída das embarcações, aquelas que constituem os centros de povoamento. Vêem-se ao longo delas, diante dos "portos", rêdes secando ao sol, estendidas nas estacas, canoas sôbre os rolos, prontas para descerem para o mar, mulheres e meninas de pote à cabeça a caminho da fonte, crianças brincando, enfim, indícios de atividade humana.

Foi o litoral a primeira zona povoada pelo europeu ao chegar à terra americana, mas abandonou-o ao conhecer as terras mais férteis do planalto de clima ameno. Santos destaca-se como único centro a manter-se em progresso, devido à sua ligação com o planalto através da garganta do Cubatão: os demais como Ubatuba, Caraguatatuba e Iguape estão mais ou menos decadentes, a população praiana esparsa em pequenos núcleos, constitui o elemento humano da região litorânea. Diante da estreiteza e da umidade excessiva da faixa de planície, o homem entrega-se ao mar, vivendo com os seus próprios recursos, dominado pelo meio pouco favorável que o cerca.

No físico o praiano não difere muito do caboclo do interior, um pouco mais escuro talvez do que o seu irmão de serra acima. Mestiço, descendente de índios e de portuguêses, com mistura relativamente pequena de sangue negro. Outros elementos brancos, alemães, italianos, pouco têm penetrado no litoral; os sírios, entrados últimamente, não são aceitos para casamento, não se tendo misturado ainda, portanto. O pescador tem estatura mediana, tendendo para baixa, magro, pele escura curtida pelo sol e pelo vento do mar. Quando são, é forte e resistente, adestrado na luta constante contra o oceano e contra tôda sorte de males que o afligem. Nos arredores de São-Sebastião há japonêses dedicados à pesca e salga da manjuba que enviam para os seus compatriotas do interior. É um elemento que vive à parte, sem contacto com os demais.

O pescador procura os cantos das praias para estabelecer-se. Aí, ao abrigo dos ventos, o mar calmo permite a saída das embarcações para a pesca e a presença das fontes garante-lhe água para beber.

Vive em casas isoladas umas das outras, mesmo nas praias onde a população orça por duas ou três centenas de habitantes, variando a distância entre elas conforme a posse da terra ou simplesmente obedecendo à vontade do proprietário. São construídas atrás do "jundu", o mato que orla a praia, ainda como proteção contra o vento, verdadeiramente escondidas dentro da folhagem. Sua presença é indicada sò-

mente pelos "portos", aberturas largas e sinuosas que as comunicam com a praia. À entrada dêles, erguem-se os varais para estender as rêdes e descansam as canoas na falta de ranchos para abrigá-las. Os capões, à beira dos caminhos que ligam as praias entre si são também lugares procurados para a construção de casas, pela facilidade que oferecem à circulação.

O terreno à volta da casa é limpo, varrido com cuidado; não falta o seu pé de café e um jardim rústico com flores e folhagem de côres vivas, a moenda para o preparo da garapa e, mais longe, subindo pelos morros mais enxutos, as roças de mandioca, cana de açúcar e banana.

A casa é semelhante à do caipira, de pau a pique, telhado de sapé de duas águas, raras vêzes caiada. Poucas portas e janelas, com fôlhas de madeira aplainada. Sòmente os mais ricos, os negociantes que já dispõem de algum capital, têm soalho de madeira, pois seu custo atinge cêrca de 2:000$000, muito elevado para um pescador. Êste tem o seu chão de terra batida, 20 ou 30 centímetros mais alto do que o terreiro. A divisão interior é quase uniforme: uma parede central, separando de um lado a sala e do outro um quarto ou dois. No fundo um cômodo que dificilmente se poderia chamar de cozinha, de tão exíguas dimensões (3 a 4 metros quadrados) e uma coberta sob a qual é preparado o peixe em gamelas de madeira. A construção é frágil e o vento coa pelas frinchas do telhado e das paredes, completando a obra das chuvas fortes de verão. No fim de poucos anos, ameaçada de ruir pela ação combinada dêsses agentes de erosão, ela é abandonada por seus moradores que levantam outra nova de preferência a consertá-la. O mobiliário consta de escassos bancos de madeira, prateleiras para guardar os pratos e canecas de fôlha e demais objetos de uso doméstico, a mesa com o pote de barro e a cuia para retirar a água. Às vêzes os remos e apetrechos de pesca completam a lista dos objetos guardados em casa.

Não comem à mesa, mas sentados em qualquer parte, no banco, na soleira da porta ou simplesmente nos calcanhares, a posição mais comum. Dormem em esteiras de palha, postas sôbre tábuas armadas em cavaletes ou caixotes de madeira; colchão é luxo só ao alcance dos abastados. Apesar da pobreza, da miséria mesmo, o traço característico da casa praiana é a limpeza, que se estende ao sítio e à própria pessoa do praiano. O banho é de uso corrente entre êles.

O alimento é simples e pouco variado, produto de suas culturas e da pesca. Apertado entre o mar e a serra, pouco terreno se lhe oferece para plantar. A várzea, muito úmida, exige drenagem e outras obras dispendiosas. Contudo, os praianos fazem sempre suas pequenas roças, as quais lhe fornecem mandioca e cana para o fabrico da garapa com o qual adoçam o café. Além dêsses, só os produtos do mar enriquecem sua alimentação diária. Inconstante como é o oceano, ora lhe oferece pescado em abundância até excessiva, a ponto de não poder aproveitá-lo todo, ora muito agitado, impede a saída das canoas e portanto aprovisionamento. Alguns dias seguidos de mau tempo são suficientes para esgotarem-se as provisões e os praianos se vêem na contingência de recorrer à pesca de siris ou a desenterrar amêijoas na beira da praia afim de matar a fome. Comem peixe cozido ou assado, misturado com farinha de mandioca. Afora isso, alguns grãos de feijão cozidos num caldeirão de água, café misturado com garapa a que adicionam farinha, palmito, banana e mais alguma fruta que encontram pelo jundu. O que nunca deixa de haver é a pinga, uma necessidade talvez, quando o praiano chega encharcado da pescaria, depois de ter ficado imóvel, durante horas, ao vento, à chuva, aos respingos do mar.

Veste roupas de algodão, sempre muito limpas. Não usa lã e, no tempo frio, as mulheres agasalham-se cobrindo a cabeça com toalhas daquele material. Adquirem a roupa no centro mais próximo — Santos, São-Sebastião, Ubatuba ou nas canoas de "voga", que fazem viagens entre êsses portos, em número cada vez mais reduzido hoje. Como nas demais zonas do Estado, existe o comércio de armarinho feito pelo sírio ambulante, fixado nas praias mais populosas, o qual leva suas mercadorias a praias cujos habitantes têm, por seu intermédio, ligeiro contacto com o mundo. O sírio é dono, além da venda, de um caminhão que aluga para o transporte de peixes e de passageiros.

Raros são os veículos, geralmente carroças puxadas por burros. O praiano, grande caminhador, anda de preferência a pé. Caminha ràpidamente com passos leves. Transita pelas praias quando duras, permitindo a passagem

e pelos caminhos péssimos que vão de uma a outra, quando separadas por esporões montanhosos ou areia. Nem sempre as primeiras constituem caminhos seguros; vêm desaguar nelas muitos rios e as marés vivas alcançando o jundu, interrompem a circulação. É o isolamento quase completo a que se vê obrigado o pescador, sem estradas que o ponham em ligação não sòmente com o planalto, como também com os núcleos maiores do litoral. Isto força-o a uma economia fechada, tirando-lhe o estímulo para aumentar as culturas além de suas próprias necessidades, pois o excedente seria inutilizado pela falta de transporte.

Freqüentes vêzes é acusado de preguiçoso e atrasado por não acompanhar o progresso dos habitantes do interior do Estado. Entretanto, na época da tainha, quando aparece o peixe êle não descansa. Se, após um lanço que levou horas para ser puxado, aproxima-se outro cardume, recomeça a lida sem esmorecimento, porque, sendo poucos os meses de abundância, êle não pode desperdiçá-los. Sòmente depois de preparado o peixe isto é, salgado e pôsto nos varais para secar, é que vai mudar a roupa molhada durante o cêrco feito dez, doze e até dezoito horas antes. Como a pesca de rêde se faz nos meses de inverno, são comuns as pneumonias e as gripes, em conseqüência.

Sua resistência é posta à prova quando rema horas seguidas em busca de pesqueiros melhores e sobretudo, por ocasião dos temporais que os surpreendem em alto mar, tendo de afrontar-lhe a fúria. Nem tôdas as praias servem de abrigo, e se por acaso vira a canoa pouco estável, a morte é certa, pois o pescador não sabe nadar. Êle entretanto não se impressiona com isso: a morte no mar é encarada como um fato natural.

É de pouco falar o praiano. As longas horas à espera do peixe habituam-no ao silêncio. Delicado no trato e hospitaleiro, oferece o que tem com simplicidade, mas sinceramente. Esperto, tem os sentidos muito apurados, herança dos indígenas seus avós, dispondo de memória visual e auditiva muito desenvolvida.

A inconstância do seu trabalho dependendo tão estreitamente da natureza, especialmente do mar, fá-lo pouco apto à vida sedentária da lavoura. Mesmo quando empregado nos bananais, volta à praia na época da pesca das tainhas; estabelecido na cidade, sente sempre a nostalgia do mar. Gosta de mudar-se de uma praia para outra, havendo uma troca constante entre os habitantes dos diversos povoados, vindo também de localidades mais longínquas, até de Parati e Angra-dos-Reis.

Desconhecendo vida melhor, satisfaz-se com a que tem vivendo-a, anos após anos, desambicioso e atrasado, antes por ignorância do que por incapacidade de progredir. Pode servir de exemplo o seguinte: ao formar-se o sítio Indaiá, havia na praia da enseada da Bertioga uma população calculada em cêrca de trezentas pessoas que se abasteciam numa única venda, cujo sortimento consistia em poucos artigos: pinga, farinha e sal. Cinco anos depois, graças ao contacto com a gente da cidade que freqüentava o sítio, havia além dessa venda mais outra, na qual se encontravam latas de biscoitos, sardinha, goiabada, garrafas de guaraná e por fim até pão fresco recebido da Bertioga, sortimento destinado à população local. Para quem ouve falar no progresso do planalto em São-Paulo, o prazo de cinco anos é suficiente não para desenvolver um comércio modesto, mas para fazer surgir cidades; aquêles que conhecem o litoral, entretanto, sabem que êsse mesmo espaço de tempo é bastante curto para a evolução de populações que se mantêm estacionárias desde um ou dois séculos.

O habitante do litoral é muito prejudicado pelo clima, quente e úmido, pela alimentação deficiente, quase limitada ao peixe, e pela ignorância de muitos princípios de higiene; o que torna mau o estado sanitário da região. É atacado pela malária, verminose, amarelão, tuberculose e lepra. Quando se sente mal dirige-se para Santos, para internar-se na Santa Casa; os leprosos são recolhidos aos leprosários pelas autoridades sanitárias do Estado. A mortalidade, especialmente a infantil, é grande. Os organismos, depauperados desde a infância pela alimentação insuficiente, reagem mal à invasão das moléstias.

O ensino nas praias além de ser fraco, não passando das primeiras letras, é inadequado aos habitantes. É grande o analfabetismo devido ao pequeno número de escolas. Escolas profissionais, tais como as escolas de pesca para os filhos dos pescadores, ainda são insuficientes, pois a existente, localizada em Santos, não atrai os meninos das praias mais afastadas. Não que

lhes falte vontade de aprender; há escolas primárias freqüentadas por alunos que têm de caminhar cinco ou seis quilômetros para chegar à escola.

Têm os pescadores vida social organizada, embora sem chefes e subordinados. São muito unidos entre si; um dêles é incapaz de denunciar outro por qualquer falta cometida. Pacíficos em extremo, mesmo sob a ação do álcool se mantêm calmos. Raras são as discussões e é comum nos povoados não haver nem por tradição lembranças de brigas. A família é perfeitamente constituída, sem intervenção da lei ou da igreja, pois as dificuldades materiais a vencer são grandes; poucas vêzes dispõem de dinheiro para vir à cidade. Nascem, casam e morrem sem que tais fatos sejam registrados, quer religiosa quer civilmente.

Não têm espírito religioso, nem santos padroeiros, nem mesmo superstições. O culto externo reduz-se a uma ou outra novena, recitada em conjunto na capela, por tôda a população do lugarejo, puxada em latim completamente deturpado e incompreendido. Algumas vêzes, formam-se as "bandeiras do Divino" que vão de praia em praia recolhendo níqueis e goles de pinga em troca dos cantos. Diferem nisso os habitantes do litoral meridional, onde a festa do Senhor Bom Jesus de Iguape e a de Nossa Senhora dos Navegantes em Cananéia representam fatos importantes na vida da região. De vez em quando surge a idéia de fazer propaganda religiosa ao longo das praias. Vai um protestante, conseguindo alguns adeptos para o seu credo. Logo em seguida acodem os católicos e um padre traz de novo as ovelhas ao aprisco, realizando então batizados, casamentos e missas.

A capela enche-se na hora da missa; as mulheres no interior, os homens do lado de fora. Mas se, durante o ato religioso, soa a buzina da rêde, avisando que há peixe à vista, em poucos instantes esvazia-se a capela, pois tôda a assistência atende ao chamado.

Assim, vive o habitante da costa do Estado de São-Paulo isolado, entregue a si mesmo, à triste sorte de lutar sòzinho contra a natureza dominadora. Explora o mar, seu meio de vida quase exclusivo, mas ignorante como é, tendo apenas a ensinar-lhe a própria prática, não pode tirar senão pequeno proveito do seu trabalho.

Dos processos para se conseguir o pescado: a pesca de rêde e a pesca de linha: a de alto mar não é quase utilizada pelo praiano, por exigir barcos maiores e mais sólidos, bem como aparelhamento melhor. É praticada entre nós por lanchas que vão de Santos, já com o seu pessoal. A mais importante para o pescador, a que mais recursos lhe fornece é a de rêde.

O peixe aparece o ano inteiro, com abundância de indivíduos e de variedades, mas a pesca de tainha, de tôdas, é a de maior vulto. Constitui a maior fonte de riqueza das praias. Aproxima-se nos meses de junho, julho, e agôsto, em cardumes, chegando alguns a atingir vinte mil peixes. Acossada pelo frio dos mares do sul, ela procura abrigo nas águas mais quentes e mais tranqüilas das barras dos rios e dos fundos das enseadas onde pode desovar. Nadando à flor d'água, sua presença é indicada pela agitação na superfície do mar. O praiano calcula o número de indivíduos pela extensão da mancha, sem grande êrro, mas seu número é constantemente reduzido, porque se o cardume é grande, o pêso do próprio peixe ou os peixes maiores que acompanham a tainha rompem a rêde, perdendo-se dessa maneira parte apreciável do lanço. Em compensação, graças a tal fato, as espécies não são completamente destruídas pelo uso de aparelhos inadequados, cuja ação prejudicial vem sendo combatida há muitos anos.

Percebendo qualquer anormalidade no mar, o vigia, postado na praia à espera dêsse momento, acena com uma toalha branca para a canoa da rêde e nesta um outro faz soar a buzina para reunir os pescadores. De todos os pontos, como por encanto, surgem homens, mulheres e crianças. É tôda a população válida que vai tomar parte na pescaria; tôdas as ocupações são abandonadas para só serem retomadas depois de terminada a faina do peixe. Rola-se a canoa para o mar e nela embarcam cinco ou seis homens necessários para dar o lanço. A rêde tem uma extensão de 120 a 200 braças; pertence às vêzes a um só proprietário, o capitalista do lugar, às vêzes é formada de diversos panos de donos diversos, costurados uns aos outros para a pesca da tainha. Uma rêde de 120 braças exige cêrca de quinze camaradas para ser puxada, as de duzentas, vinte e cinco.

Largada na praia uma das extremidades da rêde, ràpidamente se faz o cêrco, um semicírculo de 200 metros de diâmetro envolvendo o cardume.

Outras canoas acompanham a rêde do lado de fora cujos homens levantam-na para "aparar" o peixe que procura fugir, saltando por cima dela.

Sendo muito grande o cardume dá-se um segundo lanço, denominado "rêde de fôrro" afim de apará-los. A medida que se vai completando o cêrco, os cabos se aproximam; na parte final da operação distam de 40 a 50 metros apenas um do outro. A rêde é trazida, braça a braça, vagarosamente, obedecendo a um certo ritmo. Cada um toma o seu lugar sem atropêlo, sem se ouvirem ordens; os homens vão para o fundo até onde alcançam pé, as mulheres até a água chegar-lhes aos joelhos. Quando o peixe atinge a praia, começa o trabalho de remoção para local a salvo das ôndas. Homens, mulheres e crianças amontoam-no, procedendo-se então à contagem e à primeira divisão: um têrço para o dono da rêde. Os dois terços restantes são divididos entre todos aquêles que tomaram parte na pescaria. Põem-se à roda do peixe e começa então a distribuição, um a um, diante de cada pescador, até o último. Na praia da Bertioga cada homem recebe dois quinhões, as mulheres um e as crianças meio quinhão, isto é, para cada dois peixes que cabem aos homens, as mulheres recebem um, e as crianças, cada duas rodadas, um. Existe também o sistema de pagar-se um salário fixo aos camaradas, variando de 120$000 a 150$000 livres e mais a alimentação. Geralmente há só uma rêde na praia, pois são poucos aquêles que podem possuí-las, havendo duas e, até três em casos excepcionais. Pescam então em dias alternados, com os mesmos camaradas pagos por cada um dos proprietários ou cada rêde tem os seus.

Juntamente com a tainha vêm outros peixes, arraias, cações e peixes miúdos. Êstes são aproveitados para consumo da população local; aquêles são vendidos no caso de haver compradores, e salgados os remanescentes. Na falta de sal, por ocasião dos lanços grandes, sendo insuficientes os estoques das vendas, afim de não perder todo o peixe, deixando-o apodrecer na praia, o pescador vende-o a qualquer preço, até $100 a cambada (dois peixes).

Apesar disso é esta a época de fartura nas praias, quando o caiçara faz suas compras de mantimentos e roupas. É quando o resultado da pesca dá para mais alguma coisa do que matar a fome, quando se movimentam as praias com a volta daqueles que se dirigiram aos bananais em busca de um ganho mais certo.

Além da pesca da tainha, feita com rêdes grandes, há a pesca do "picaré", rêdes pequenas, carregadas nos ombros, para apanhar os peixes miúdos que se aproximam da arrebentação nas noites escuras. Outros peixes como a pescada, a corvina, a garoupa só são apanhados a linha. O pescador sai antes do amanhecer, só ou com um companheiro, numa canoa pequena, dirigindo-se para os parcéis que sabe mais piscosos. Chegando aí, lança a "poita", pedra que lhe serve de âncora, e fica horas e horas à espera de que o peixe morda a isca. Volta muitas vêzes com o peixe suficiente para o seu almôço. Aquêles peixes têm pequeno valor econômico, salvo o cação que, pesando 500 quilos pode fornecer a décima parte do seu pêso em óleo e cuja carne é vendida em São-Paulo comumente como sendo de garoupa.

O sistema de pescar por meio de cercos fixos é proibido há anos por ser extremamente prejudicial à navegação e escoamento das águas, promovendo a formação de bancos de areia que modificam o relêvo do fundo. Sua presença é tolerada por representar uma reserva de peixes para os pescadores.

Ocupando uma área de 2 025 quilômetros quadrados dos 247 239 da área total do Estado, a população do litoral entre Santos e os limites do Estado do Rio orça por 36 273 habitantes. Sua densidade é relativamente grande, 24,63 habitantes por quilômetro quadrado, segundo os dados de 1939.*

Entretanto aquela zona, tendo sido a primeira a receber colonização européia, mantém-se estacionária. Seus habitantes, privados de meios adequados para explorar convenientemente a terra e o mar, isto é, a agricultura e a pesca, sem transporte, vivem alheios ao progresso geral, sem influência na vida econômica do Estado. Nem se beneficiam da vizinhança de Santos, porta de entrada da onda civilizadora que se espraiou muito além das fronteiras do Estado de São-Paulo. Agora, com o desenvolvimento extraordinário do planalto, começa a aparecer um novo sôpro de vida, ainda muito fraco, é verdade, nas culturas de frutas, nas praias onde se vê um turismo incipiente, na construção de estradas e do pôrto de São Sebastião. É a onda que

* Boletim do Departamento Estadual de Estatística. São-Paulo, 1940.

volta, trazendo para o litoral a animação e os ensinamentos obtidos em outras regiões, onda que passará por êle sem aí se deter. Surge assim a esperança de que, com o saneamento da região e com a valorização do homem, venha o litoral a desenvolver tôdas as suas possibilidades integrando-se no conjunto do Estado e da Nação.

Maria Conceição Vicente de Carvalho

*

Geografia carioca: primeiras explorações econômicas

Em continuação à série de trabalhos do Prof. Everardo Backheuser, publicados no *Jornal do Comércio,* sob o tema "Geografia Carioca" e que vêm sendo transcritos neste *Boletim,* inserimos o intitulado "Primeiras explorações econômicas", que se segue:

No século XVI "a cidade" do Rio-de-Janeiro seria, como já disse, constituída apenas pelo aglomerado "urbano" do morro do Descanso, e, mais, pelo disperso povoamento da "Piaçaba" ou "Apiaçaba", nome que os tupis conferiram ao "pôrto", ou antes, a "todo fim de caminho que demandasse o mar ou os rios navegáveis". (V. Coaraci).

Há quem entenda o vocábulo indígena de outro jeito. Como foz de rio. Neste caso, a praia da Piaçaba, no Rio-de-Janeiro, não seria a da Misericórdia onde estava "o pôrto" (o guindaste), mas a de Santa-Luzia, onde desaguaria a lagoa Grande. Max Fleiuss está nesta corrente. O erudito helenista Padberg Denkpol, também profundo conhecedor do tupi, elucidou-me, em exaustivos esclarecimentos, sôbre êste ponto, em carta particular que teve a bondade de me enviar. Acredita que a praia aludida não seria a da Misericórdia. Vivaldo Coaraci parece ter opinião contrária. Em qualquer caso, houve engano de minha parte em estender, em crônica passada, a praia da Piaçaba até o morro de São-Bento. No máximo iria até onde fica hoje a Igreja do Carmo. Para alguns, nem isso.

Deixando êste ponto lingüístico-histórico de lado (e sou dos menos competentes para elucidá-lo), voltemos à geografia da época.

*

Em ambos aquêles povoados (alto do morro do Castelo e em sua base junto ao mar), só haveria casas de taipa, raras de adôbe, cobertas muitas de sapé, algumas de telha, chão em geral batido, isto é, sem assoalho. Seriam habitações como as dos jecas da atualidade, encontradas até agora em todo o interior do Brasil, e até a dois passos das cidades mais importantes da República.

No alto, fortificações também de taipa, espécie de castelo feudal que deu nome a êsse trato da orografia local. Ali, o marco da cidade, hoje recolhido ao Instituto Histórico. Ali, Salvador Correia de Sá dera início à construção da Sé, sob o patrocínio de São Sebastião. Ali, os jesuítas edificaram o seu colégio. E êste colégio cognominaria a ladeira pela qual se galgava o "Monte" pelo lado da chamada "Floresta", em cujo local houve depois famosa chácara, na qual tantos acontecimentos notáveis do segundo reinado deveriam de ocorrer. Ali, a "Casa do Govêrno". Ali, afinal, tôda a vida política e administrativa. Isso, no Morro, no alto do Castelo, cujo cume era atingido, como já ficou dito, por três ladeiras de pesada ascensão. Na praia, isto é, na orla marítima da Várzea, com as primeiras explorações agrícolas do solo, casas de morada dos colonizadores.

Nem só, porém, nesse trecho existiria, ao tempo, povoamento. Recordamos que, antes, nas cercanias do Cara-de-Cão, talvez um pouco à margem dêsse local, na atual Praia-Vermelha, tinham morado portuguêses. E muitos dêles por lá permaneciam, na chamada "Vila-Velha", depois da cidade já se ter transplantado mais para o interior da baía de Niterói, ou seja, para aquêle morro em padrasto do forte Coligny, monte tão bem talhado para a defesa contra tôda sorte de inimigos. O velho povoado primitivo, extinguindo-se aos poucos, ainda existiria todavia até aos fins do século XVI.

Também mais algumas casas, alguns casebres diríamos agora, bordariam os trajetos das "aguadas". Que eram essas aguadas? Lugares onde os moradores mandavam buscar por escravos a boa linfa no grande abastecedor da cidade, no rio Carioca, aquêle mesmo que, depois, captado nas alturas, teria de ser canalizado, ao longo das montanhas de Santa-Teresa e do aqueduto dos Arcos, até o ponto central que recebeu o nome de "largo da Carioca". Os que buscavam, porém, a

água do rio Carioca, procuravam-na ou próximo da foz na "Aguada dos Marinheiros" ou um pouco acima. E lá chegariam, a êsses dois pontos de abastecimento, por duas trajetórias. Costeariam a praia, desde a Porta da Cidade, seguindo por Santa-Luzia, lagoa do Boqueirão até alcançarem o local onde está atualmente o largo da Glória. Aí bifurcariam: uns marginando o "salgado" chegariam à praia do Sapateiro-Sebastião-Gonçalves, onde estava a "Casa de Pedra"; outros, tomando pelo lado de terra, penetrariam no Catete até a lagoa da Carioca (largo do Machado) e afinal alcançariam, mais ou menos onde está hoje a matriz de N. S. da Glória, o rio de águas famosas, "aquelas águas que faziam lindos os carões das damas".

Todos os morros dêsses dois trajetos eram explorados como olarias para o fabrico de adôbes, tijolos e telhas para as construções.

Seria considerável o trânsito nesse caminho, pois por êle se iria ter também à praia de Francisco-Velho (Botafogo) e aos engenhos das margens da grande e formosa lagoa de Sacopenapã (Rodrigo-de-Freitas).

*

Não era êste, aliás, o único engenho de açúcar dos arredores do Rio-de-Janeiro. Muitos outros já existiriam.

A atividade econômica dos sesmeiros de tôda a região se concentraria em tôrno do plantio da cana e da exploração pecuária. Antônio de Marins possuía um curral bem perto do Castelo, entre Santa-Luzia e a lagoa do Boqueirão. Os sitiantes da sesmaria da cidade, durante anos sucessivos reclamaram a criação de um campo ou "rocio" dentro da própria sesmaria, como local de serventia comum aos animais dos moradores. Os jesuítas nas suas grandes propriedades plantavam cana e criavam gado. Dessas safras de açúcar dos padres da Companhia e dos outros sesmeiros bem como das cabeças de gado que se criavam, por tôda parte é que pôde ser mais tarde tirado o tributo exigido pelos franceses de Douguay-Trouin.

E todos êsses engenhos se comunicavam com o magro centro citadino por meio de caminhos, melhor diria, de trilhas estreitas, mal dando para pedestres e um que outro animal de carga. Não eram estradas projetadas com descortínio, traçadas com os recursos que a técnica da época já permitia, mas ao contrário, pouco mais do que contorcidas trajetórias, legítimos "caminhos da roça", de que guarda a topografia urbana do Rio, modernos vestígios indeléveis. São, por exemplo, na direção sul, os trajetos para Botafogo, pelas atuais ruas do Catete, Senador Vergueiro (Caminho-Velho,) Marquês de Abrantes (Caminho-Novo), São Clemente (marginando o rio Banana Podre). São, na direção norte, a estrada de Mata-Cavalos (rua do Riachuelo) e Mata-Porcos (rua Frei Caneca), o caminho do Engenho Velho (rua Haddock Lôbo); os caminhos do Engenho Novo (de um lado a rua São Francisco Xavier e, de outro, Barão de Mesquita e Barão do Bom Retiro); o caminho do Andaraí Pequeno (rua Conde de Bonfim). Êsses e outros trajetos se vão delineando pouco a pouco com o correr dos tempos, e todos, ou quase todos, figuram na planta que no vice-reinado do conde de Cunha é levantada para a Capitania do Rio-de-Janeiro, pelo sargento-mor Vieira Leão.

No século XVI longe se estaria, porém, da vivacidade econômica — agrícola e pastoril — que o Rio colonial acabara atingindo. As sesmarias se vão multiplicar pelo propósito de tornar vívida a ocupação do Recôncavo, mas não seriam, então, ainda um grande número.

A princípio, como é bem sabido, apenas duas únicas grandes sesmarias haviam sido concedidas: a dos jesuítas e a da cidade. Esta começaria na Casa de Pedra e teria uma légua acompanhando "o salgado". Aquela, partiria do rio Iguaçu (talvez o que depois se chamou Papacouve) e penetraria até Inhaúma.

A demarcação da sesmaria da cidade, ocorrida quando alguns moradores e mesmo o poder civil já estavam em luta com a Companhia de Jesus, trouxe conflitos judiciários e até distúrbios e motins. Não quero, neste momento, abordar o tema que tanta tinta fêz correr na época e até hoje ainda desgasta tipos das máquinas de escrever; lembrarei apenas, para esclarecimento do quadro antropogeográfico que tracejo, um fato. É que, a ser legítima a demarcação dos pilotos da época, a linha de rumo batido que trouxeram da Casa de Pedra, no sopé do morro da Viúva, até as proximidades do atual bairro da Saúde, deixaria a cidade, já então existente, tôda ela à direita, isto é, a leste, do dito rumo. Isto — se ou-

tras contraprovas não existissem — seria suficiente para evidenciar a má direção imposta à capciosa colimação dos pilotos e juízes a serviço de procuradores anti-jesuíticos. O rumo fixo visìvelmente errôneo, que imprimiram à agulha, determinou algo de aberrante do bom senso: a existência da cidade, tôda ela, fora da sesmaria que à cidade havia sido outorgada, e a aberração foi tão gritante que para ficar a cidade dentro das terras a ela concedidas pela Coroa, houve-se por bem erigir-se uma "sesmaria de sobejo" no flanco da primeira sesmaria concedida. (Êsse tema é assaz interessante para a antropogeografia da cidade colonial e em outra ocasião o retomarei com prazer).

E voltemos ao nosso tema:

À atividade agrícola e pastoril dos primitivos moradores junta-se quase que concomitantemente, pela fôrça das circunstâncias, um pequeno surto industrial de caráter local: a exploração de barreiras e pedreiras e a fabricação de açúcar.

Já no correr dêsses folhetins geográficos aludi a essas duas fontes de trabalho industrial.

O engenho de açúcar seria de paupérrima instalação e sua indumentária técnica teria ademanes ainda mais rudimentares que os modestos banguês do período imperial. Era, porém, para a época, um trabalho sedentário e estável pelo qual se deixara seduzir o colonizador português. A exploração das minas, tão ao sabor dos espanhóis, nos Andes e no México, só muito mais tarde, quando tomou o feitio de lucro seguro, sem vai-e-vens aventureiros, seduziu os "caranguejos do litoral", ao lusitano de conhecido pendor agrícola. Essa falta de iniciativa "pelo sertão" valeu ao "português-fluminense" severas críticas de Capistrano. Mas injustas.

A exploração de barreiras e pedreiras nada tinha de riscos e poucas penas trazia. Eram matérias necessárias de consumo local.

A algumas dessas barreiras e pedreiras já fiz alusão. Outras, cujos locais não foram guardados pelos historiadores, teriam por certo existido. E ainda hoje existem no Distrito-Federal, por tôda parte. A toponímia local grava, dessas primeiras explorações, alguns vestígios coloniais, imperiais e até do tempo da República. Além da travessa da Barreira e da rua do Bairro Vermelho, vários logradouros houve sob a designação de "rua ou caminho da Pedreira" (entre outras, a atual rua da Conceição, a travessa do Oliveira, a avenida Pasteur, as ruas Bento Lisboa, Pedro Américo, Mato Grosso).

A pedra carioca utilizada, em associação com o tijolo, na construção civil e militar foi durante muito tempo empregada apenas nas partes de alvenaria coberta. É que seu lavramento, a escopro e ponteiro, fazia-se realmente assaz difícil, pela estrutura lenticular de nossos gnaisses cheios de veios e olhos de feldspatos.

Os canteiros a denominavam "pedra de galho" e lhe tinham horror pois que raramente permitiam obra de face lisa e polida. Quando o monumento arquitetônico exigia bom espelho recorriam os portuguêses aos arenitos do Reino, como aconteceu ao chafariz do largo da Carioca, cujas peças de cantaria foram importadas de além-mar.

Outros exemplos poderiam ser trazidos a rol, se não temêssemos nos alongar.

★

Garimpos

A *Revista do Museu Nacional* — órgão da Secção de Extensão Cultural do Museu Nacional — publicou no número 2, ano I, dezembro de 1944, um trabalho do Sr. L. de Castro Faria sôbre as atividades dos garimpeiros, intitulado *Garimpos*, cujo texto passamos a transcrever:

Certas modalidades de aplicação do esfôrço humano pouco se alteram com o volver dos tempos. Transcorrem séculos e o obreiro anônimo de hoje reproduz inconscientemente, um quadro debuxado noutras eras, em paragens distantes, repetindo etapas já vencidas de evolução que não se completou. Nasce a indústria, as conquistas da técnica desvendam perspectivas antes mal idealizadas, arrojados empreendimentos criam paisagens novas, e no entanto, alguns gêneros de vida permanecem alheios a tudo isso, sempre distanciados do progresso e do confôrto.

O garimpo, por exemplo, na constituição, no aspecto, reflete todo êsse rudimentarismo anacrônico.

Formam-no um grupo de aventureiros, vindos de rumos diversos, trazendo variada soma de experiências desastrosas. Falta-lhes geralmente o elo de um patrimônio comum. É gente que abandonou a zona agrícola ou os campos de criação de um Estado longínquo; gente que trazia as mãos calejadas desde a infância, e gente que o desfortúnio afastou de sendas menos rudes; gente, enfim, que emigrou de terras distantes, quem sabe lá por que? São pretos, são brancos, são mestiços de todos os matizes. Esta heterogeneidade caracteriza a fisionomia extremamente móvel de certos garimpos matogrossenses.

O agregado humano, que assim se constitui, subordina-se de pronto aos ditames de uma tradição que vem dos tempos já remotos do Brasil colonial, conduzindo as vanguardas dêsse pioneirismo estranhamente renascido. Sobrepairando a tôdas as desigualdades e contrastes, é ela que une os componentes e define as aspirações dêsse grupo sobremodo instável. Não há códigos escritos, nem preceitos estatuídos, e todavia, todos os membros de um garimpo sabem que há deveres a cumprir e direitos a respeitar. Os delitos são punidos severamente — com maior rigor o furto — pois os garimpeiros são ao mesmo tempo juízes e executores da pena, que terá de ser de morte ou de expulsão, uma vez que não podem, nem se julgam com o direito de prender. Vem de longe essa originalíssima aplicação de uma justiça própria: os garimpeiros, na época do privilégio real para a extração dos diamantes, constituíam agrupamentos cuja existência transcorria à margem da lei, e por conseguinte do apoio que ela pudesse oferecer.

Garimpeiros eram, ainda nas primeiras décadas do século XIX, aquêles aventureiros rebelados contra o monopólio real, e que reunidos em bandos, melhor resistiam às perseguições e mais fàcilmente realizavam o seu trabalho furtivo. Datam de então o espírito de independência e o sentimento de solidaridade, únicos fatôres de coesão dêsse grupo, que prescinde de similitudes de origem e de condições dos seus componentes, para manter, através do tempo e do espaço, formas tão peculiares de existência.

As condições de vida e de trabalho não mudaram. Se o garimpeiro ganhou a liberdade de exercer a exploração das terras diamantíferas, nenhum apoio recebeu, porque ainda hoje ajudado apenas da própria experiência e de invencível energia, participa daquele mesmo ciclo do expansionismo minerador.

Faz a descoberta, levado em parte pelo empirismo de conhecedor profundo da sua arte, em parte pela constância de sonhador impenitente, pois não há riacho cujo leito não perscrute, nem cascalho que não revolva. Um acaso feliz, *indicações* promissoras, a notícia espalha-se. Em pouco é um grupo inteiro que se movimenta em busca do novo achado, levando apenas as poucas ferramentas, as indispensáveis bateias e peneiras, um trem de cozinha, os trajes humildes e a arma inseparável.

Num instante ergue-se a *currutela*. É um amontoado de abrigos, construídos de fôlhas de palmeira, informe. Sendo animadores os primeiros resultados, o grupo aumenta, a estrada prolonga-se. Surgem então as casas *barreadas*, mas tudo disposto sem ordem, como que na expectativa de mudança iminente.

Não raras vêzes, porém, o monchão é farto e os diamantes, recolhidos uns após outros, fazem a fortuna de alguns e aguçam a cobiça de todos.

Com a demorada permanência num lugar, as necessidades mais prementes vão promovendo soluções adequadas: surge um comércio regular, as as roças tomam vulto e a currutela desordenada e quase grotesca de há pouco, torna-se uma pequena vila.

Muitas dessas minas chegaram a ser cidades importantes, mas infelizmente nem tôdas conseguiram a estabilidade que almejaram. Umas, nascidas ainda no século XVIII, conheceram o apogeu e logo lento descalabro, outras continuam a viver, mais ou menos esquecidas das origens porque o garimpeiro que lançou as primeiras fundações já vai longe na sua faina de descobridor.

* * *

Associação dos Geógrafos Brasileiros

No mês de setembro de 1934, na residência do Prof. Pierre Deffontaines, na cidade de São-Paulo, um grupo de estudiosos da Geografia reuniu-se e resolveu fundar uma agremiação destinada a desenvolver os estudos geográficos em nosso país. Assim nasceu a Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Seu nome é bastante significativo. Não constitui um grêmio de caráter regional; seus membros não se limitam a focalizar a Geografia paulista. Dentro do espírito que norteou seus fundadores, deve congregar todos quantos, vivendo no Brasil, desejam ver mais bem conhecida a nossa terra e difundidas, entre nós, as diretrizes da moderna Geografia.

Seu aparecimento foi a primeira conseqüência da elevação da ciência geográfica ao nível do ensino superior. Nasceu como reflexo da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São-Paulo e como resultado imediato da preciosa colaboração que nos foi trazida pelos mestres franceses. O momento era oportuníssimo; e o decurso do tempo veio provar que a iniciativa fôra tomada em boa hora e atendia a uma justa aspiração de um grupo de amantes da nova Geografia.

Quem conhece o Prof. Pierre Deffontaines sabe como é capaz de transmitir, aos que o cercam, o entusiasmo com que se dedica aos estudos geográficos. Daí o número não pequeno e selecionado dos que o ajudaram a fundar a nova associação. Morais Rêgo, Caio Prado Júnior, Rubens Borba de Morais, Agenor Machado, Geraldo de Paula Sousa, A. C. Couto de Barros, Edi Crisciúma, Glycon de Paiva, Mário Travassos, Teodoro Knecht, entre outros freqüentaram as reuniões dos primeiros tempos.

Quando o Prof. Deffontaines deixou a metrópole paulista, coube ao Prof. Pierre Monbeig, com seu não menor entusiasmo pela ciência geográfica, continuar a obra encetada. Ocupando a sua presidência desde então, difícil seria encontrar alguém com maior dedicação à tarefa de manter viva a chama acesa há uma década.

Nascida como reflexo da criação da Faculdade de Filosofia, era justo que, sem demora, seus alunos passassem a assistir às reuniões e a colaborar nos seus trabalhos. João Dias da Silveira, Conceição Vicente de Carvalho, E. Simões de Paula, Antonieta de Paula Sousa, Astrogildo Rodrigues de Melo, Alice Piffer Canabrava, podem muito bem resumir êsse grupo de gente moça, que veio trabalhar para os mesmos objetivos. Outros, como Aroldo de Azevedo, saíram diretamente do magistério, atraídos pela sedução de suas finalidades.

Assim consolidou-se a obra iniciada em 1934. Suas reuniões quinzenais prosseguiram, no mesmo ambiente de simplicidade e de operosidade construtiva, sem formalismos nem preocupações acadêmicas, a princípio, no Instituto de Higiene, depois na Faculdade de Filosofia, mais tarde e até hoje na Biblioteca Municipal. Muitos dos primeiros colaboradores deixaram de trazer sua valiosa contribuição: o professor Morais Rêgo, porque a morte o levou prematuramente; outros por motivos de ordem particular. Em compensação, porém, novos elementos passaram a freqüentar com assiduidade as reuniões da Associação; entre êstes, é justo sejam lembrados os nomes de Sálvio de Almeida Azevedo, Aníbal Alves Bastos, Otávio Barbosa, Fernando Marques de Almeida, Odilon Nogueira de Matos, Renato Silveira Mendes, Ari França, José Ribeiro de Araújo Filho, Nice Lecocq Müller, Clodomiro Pereira da Silva, José Carlos Rodrigues, Rui Osório de Freitas, Elina Oliveira Santos e tantos mais — simples estudiosos da Geografia, especialistas em Geologia, professôres em sua maior parte, eficientes colaboradores todos êles.

Ao mesmo tempo, especialistas nos mais diversos setores do conhecimento humano fizeram *comunicações* de interêsse geográfico, honrando com sua presença as reuniões da Associação: Emanuel de Martonne, C. Levi-Strauss, Luiggi Galvani, Roger Bastide, Félix Rawitscher, Radcliff Brown, Antoine Bon, Francis Ruellan, Delgado de Carvalho, Garibáldi Dantas, J. Sampaio Ferraz, José Setzer, Emílio Willens, Nélson Werneck Sodré, Carlos Quirino Simões, Samuel B. Pessoa, Luciano Jaques de Morais, Antônio Carlos de Oliveira, Caio Dias Batista, e outros muitos.

A criação de núcleos *filiados* (entre os quais se acham em funcionamento os de Curitiba e Amparo) e as suas publicações foram as mais importantes manifestações de caráter externo da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Constitui motivo de justo orgulho para seus membros, com efeito, a coleção de sua revista *Geografia*, publicada em 1935 e 1936, considerada com muita razão a primeira revista brasileira dedicada exclusivamente à moderna ciência geográfica. O presente

Boletim, embora em condições mais modestas, continua as tradições da primeira revista e procura mostrar um pouco do que se vai construindo em nossa agremiação.

Não seria possível deixar no esquecimento o apoio decisivo e sincero emprestado pela A. G. B. aos Congressos Brasileiros de Geografia, realizados durante sua existência, especialmente ao que se reuniu em Florianópolis, sob a presidência do ministro Bernardino de Sousa, no ano de 1940. As páginas dos *Anais* recentemente publicados constituem um testemunho indiscutível dessa colaboração.

Dez anos foram decorridos desde que, em uma casa da avenida Angélica, um grupo de amigos da Geografia deliberou coordenar seus esforços a fim de alcançar as mesmas finalidades.

É ainda muito cedo para se poder julgar o valor da obra que vem sendo constituída pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, sobretudo se compararmos seus anos de vida com os de outras instituições, venerandas pela idade e pelos serviços já prestados ao país.

De qualquer forma continua ela a ocupar um lugar à parte no panorama cultural do Brasil, pelas suas finalidades, pela sua orientação, pelo que já fêz.

(Registo extraído do *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, n.º 5, novembro de 1944 — São-Paulo).

★

Não culpemos o arado *

Foi editado nos Estados-Unidos no ano passado um livro do fazendeiro Edward J. Faulkner intitulado *Plowman's Folly* (A loucura do lavrador), em que se condena o uso do arado de aiveca, porque revolve o solo enterrando a matéria orgânica superficial a uma profundidade de 15 a 25 centímetros. Em julho de 1943 a revista *Time* de New-York publicou comentários favoráveis a respeito do livro. Outro artigo apareceu em janeiro dêste ano na edição inglêsa do *Reader's Digest*, transcrito em português nas *Seleções* de março último.

Êsse artigo está assinado pelo famoso romancista Louis Bromfield que concluiu com as seguintes palavras muito justas: "A existência de uma civilização nos Estados Unidos se baseia em 23 centímetros em média de solo arável... A face da Terra está cheia de ruínas de nações e civilizações que se destruíram por não saberem conservar a riqueza do solo".

Graças à divulgação incomparável da interessantíssima revista *Seleções*, foi enorme o número de pessoas que leram o artigo contra o arado: diversos jornais comentaram-no repetidamente.

Achamos necessário observar que, se as afirmações de Faulkner e de Bromfield talvez em grande parte estejam certas para o Estado de Ohio, não podem contudo merecer crédito nos climas quentes e úmidos do Brasil.

Um dos maiores erros que cometem pessoas não especializadas quando falam de solos, é o de supor que se trata de material que em tôda parte deve ser pouco diferente daquele que lhes é familiar. Na realidade não há material de estudo que varie tanto de lugar a lugar como o solo. Talvez não exista material que seja tão complexo e ao mesmo tempo suposto tão simples pelos que não se dedicaram a estudos especializados.

Mesmo para os Estados-Unidos as afirmações de Faulkner valem sòmente para certos tipos de solo, clima e planta. Mas para nós são raras as condições em que aquelas afirmações podem ser em parte levadas em consideração.

Em Ohio o solo permanece durante o inverno coberto pela neve. Ao chegar a primavera, a neve começa a derreter lentamente encharcando literalmente o solo com água. Ao mesmo tempo a temperatura sobe com firmeza e nitidez. As plantas germinam fàcilmente. A abundância de água favorece o crescimento que só é dificultado pelas temperaturas ainda baixas. Durante o inverno, sob a neve, a matéria orgânica se conserva integralmente no solo.

No planalto paulista e na maior parte do Brasil o invêrno é sêco e a insolação é forte, pois durante a estiagem são pouquíssimos os dias de céu nublado. Os solos secam, endurecem e perdem matéria orgânica. Se não forem arados, a água das chuvas primaveris correrá morro abaixo, ao invés de se infiltrar no solo e constituir assim a reserva que fará germinar as plantas e possibilitará o seu crescimento.

* N.R. — Artigo escrito, em 1944, pelo Prof. José Setzer, para as páginas dêste *Boletim*.

De fato, sabem perfeitamente os nossos lavradores, que quanto mais cuidadosa fôr a aração, tanto melhores são as colheitas. Boa aração permite infiltração de grandes quantidades de água, e aqui chove muito na estação chuvosa.

Faulkner condena a aração e especialmente o arado de aiveca, porque êste revolve o solo enterrando a matéria orgânica da superfície. Se esta matéria orgânica não fôr enterrada, será ela volatilizada pelo calor solar que é intenso entre nós. O arado permite guardar a matéria orgânica a uma profundidade de 10 a 20 centímetros. Isto também garante bom enraizamento e boa alimentação das plantas. Seria desejável que a superfície do solo não perdesse o seu húmus, mas a necessidade dêste se faz sentir ainda mais na profundidade, de modo que é de tôda conveniência enterrar a matéria orgânica com o arado.

Diz Faulkner que a presença de camada de matéria orgânica úmida na superfície diminui a evaporação, de modo que a água não sobe e o solo se conserva fresco na profundidade. Aqui a evaporação é tão forte, que a camada humosa não arada resseca ràpidamente e o húmus é destruído, pois se decompõe desprendendo gás carbônico que vai pelos ares. Mas na estação chuvosa as chuvas superam largamente a evaporação, de modo que o solo será tanto mais fresco na profundidade, quanto mais permeável o tornarmos com o arado.

Segundo Faulkner, ao invés de enterrarmos, "deveríamos deixar estrume, folhagens e lixo apodrecer sôbre a terra" a fim de "melhorar o solo de cima para baixo, deixando a matéria orgânica acumular-se gradativamente sôbre a terra, como sempre fizera a Natureza."

Não façamos confusão entre solo florestal e o de campo cultivado a céu aberto, onde o nosso sol torra o terreno impiedosamente. Está certo Faulkner atribuindo papel importante à matéria orgânica. Para nós ela é ainda mais importante, pois sem ela precipitam os colóides e cessa a alimentação das plantas, coisa que raramente pode ser observada nos Estados-Unidos, onde as plantas no geral só definham por falta de água.

Justamente por ser tão preciosa e tão pouca a matéria orgânica, devemos resguardá-la sob a superfície do solo. A matéria orgânica constitui o maior problema do solo agrícola nos climas quentes de todo o globo terrestre, sejam êles úmidos ou áridos. Fabricá-la partindo de restolhos, mato cortado e lixo de fazenda é o que o nosso lavrador deve aprender em primeiro lugar.

Mais adiante diz Faulkner: O arado de aiveca "deixa o solo limpo e despido, portanto exposto à erosão pelo vento e pela água e sujeito a maior evaporação pela ação do sol e do vento. Isto não só diminui o rendimento imediato, como acaba por fazer desaparecer a camada produtiva do solo".

"Solo limpo e despido" é uma fatalidade contra a qual não adianta protestar, pois é preciso eliminar o mato antes do plantio. Devemos enterrar o mato com o arado e não nos servir do fogo para limpar o terreno. Isto não é novidade para qualquer lavrador, mas as condições econômicas obrigam a praticar queimadas: é muito mais barato do que arar por cima do mato ou capiná-lo primeiramente. O arado de discos não é melhor que o de aiveca, porque não enterra bem o mato no caso de não se aplicar o fogo. Quanto à erosão, ninguém ignora a importância da defesa contra ela. Êstes são trabalhos, cuja necessidade aqui ainda é maior do que nos Estados-Unidos.

Afirma Faulkner que "o arado de discos que quebra e afofa a terra sem revolvê-la nem enterrar as plantas velhas, prepara o solo sem impedir a atração capilar da umidade para as raízes das plantas, deixando também certa quantidade de vegetação sêca na superfície, que ajudará a conservar a preciosa umidade tão necessária à plantação. Esta vegetação não deixa que as chuvas carreguem na enxurrada com toneladas de terra fértil, fazendo transbordar os cursos de água, como acontece nos terrenos desnudados. E a terra assim recoberta não poderá ser levada pelo vento sob forma de poeira."

Visto que ao arado de aiveca segue a gradeação que destorroa os pedaços graúdos de terra, obtém-se afofamento idêntico ao proporcionado pela lavra com arado de discos. No cultivo de plantas de inverno, como, por exemplo, a aveia, que é plantada aqui em março, quando as chuvas começam a escassear e a evaporação passa a subrepujar cada vez mais a precipitação atmosférica, é para nós interessante que, depois de nascidas as plantas, o primeiro centímetro do solo seja menos rico em matéria orgânica que o segundo. Como a

matéria orgânica aumenta a permeabilidade do solo, ao mesmo tempo que os nossos são no geral mais argilosos que os de climas temperados, em condições idênticas de rocha-matriz, preferimos que os nossos campos cultivados para enfrentar a estiagem estejam cobertos por camada delgada de material argiloso do subsolo, a fim de conservar a matéria orgânica fora do alcance do sol e tornar menos permeável a superfície do terreno, dificultando assim a perda por evaporação da água que sobe no solo por capilaridade. Ao mesmo tempo o perigo da erosão decresce porque escasseiam as chuvas, ao passo que o vento se torna impotente para levantar as partículas da superfície, cimentadas umas às outras pela contração de material argiloso.

Essencialmente, para nós, o arado de aiveca é melhor que o de discos, porque revolve completamente a terra, de modo que a vegetação que a cobre, e a parte do solo mais rica em húmus, ficam voltadas para baixo e assim resguardadas da inclemência do sol. Mas se o terreno é queimado antes da aração, como é costume, essa superioridade do arado de aiveca diminui, uma vez que o mato não se enterra mais, e sim apenas a parte mais humosa do solo e as cinzas da queimada, se estas já não tiverem sido levadas para dentro do solo pelas chuvas caídas entre a queimada e a aração. Se o terreno não fôr queimado, a tração necessária aumenta, pois arranca as plantas enraizadas, de modo que o trabalho com o arado de aiveca pode se tornar muito difícil, exigindo, por exemplo, dois burros em vez de um só. Ao mesmo tempo o arado de discos, abrangendo área maior, principalmente quando o número de discos é elevado, permite arar uma determinada gleba com grande economia de tempo. Vê-se que há argumentos pró e contra nesta questão de preferência de arado de discos ou de aiveca, dependendo a solução da natureza do solo e da cultura, bem como das possibilidades econômicas do lavrador.

A fim de regularmos a vazão dos cursos d'água, devemos manter vegetação a mais alta e densa possível em tôdas as terras que não estejam em cultivo ou sob pastagem.

Não há dúvida que, quando não se tomam as necessárias precauções, todos os solos são prejudicados pelo cultivo, pois a fim de não perturbar a Natureza, de que fala Faulkner, deveríamos deixar o mato invadir tôdas as nossas terras. Mas a moderna ciência do solo sabe o que acontece com os diversos tipos de solos, quando são maltratados de tôdas as maneiras, e sabe qual o remédio mais econômico em cada caso, de modo que é hoje possível cultivar qualquer solo sem empobrecê-lo e até, pelo contrário, melhorando-o paulatinamente.

Visto que o elemento número um da produção agrícola é a água, e dado que o Brasil é dos grandes países o que menor área apresenta de climas secos, podemos dizer que, felizmente, quase a totalidade do país comporta cultivo rendoso sem empobrecimento do solo. O que falta é trabalhar com afinco e com bom senso.

A defesa do solo contra a erosão é um problema mais grave entre nós que nos Estados-Unidos. Durante a estiagem os solos ressecam e perdem húmus, quando mal protegidos pela vegetação, enfraquecendo assim as suas propriedades coloidais, que são grandemente responsáveis pela retenção d'água. Na estação chuvosa as chuvas são torrenciais e sempre abundantes. A questão das pragas é também muito mais grave aqui, por ser úmido e quente o clima.

Mas não devemos desanimar. Devemos arar bem os nossos solos, evitar as queimadas e combater a erosão e as pragas com a máxima energia. O nosso mau lavrador acha-se assim mais sujeito a infortúnios que o norte-americano, mas o nosso bom lavrador pode ser recompensado por abundantes colheitas, de várias culturas, diversas vêzes por ano, se souber plantar vegetais os mais bem apropriados ao solo e ao clima e mediante utilização dos ensinamentos da técnica moderna.

*

Campanha povoadora

Entre os graves problemas que ao Brasil se deparam, exigindo solução imediata e judiciosa, avulta o relativo ao povoamento do seu imenso território.

Apesar de todos os esforços dispersos pela hinterlândia, em marchas mais ou menos florescentes de ocupação efetiva, os mapas de densidade demográfica apenas apontam a faixa litorânea e paragens vizinhas, como utilizadas pelo trabalho humano, enquanto mais da metade permanece pràticamente desocupada.

Escassamente coopera para o engrandecimento econômico do país, ou não figura de todo como elemento de atividade produtiva, à míngua de habitantes.

E' a reserva do futuro, sem dúvida, mas de que urge assenhorear-se efetivamente o Brasil, antes que se desencadeem cobiças insopitáveis.

Não haverá divergência entre os que examinam a vastidão erma, a respeito da premência de trazê-la à comunidade brasileira mediante a utilização do seu potencial, até hoje desprezado, quando não desconhecido.

Só o povoamento conseguirá tamanha transformação quando se multiplicarem os germes urbanos, que em breve prazo pontilhavam de vilas prósperas e cidades as ferrovias de penetração, do tipo da E. F. Noroeste, da E. F. Sorocabana, do prolongamento da C. Paulista.

À beira da linha, rasgaram-se ruas e avenidas, debruadas de edifícios, em que se alojaram os forasteiros decididos à fixação definitiva naqueles rincões ainda recentemente estranhos à vida civilizada.

Bastou a facilidade atraente do transporte proporcionada pela construção da via férrea, para que se operasse a transmutação da paisagem, de bravia que era, em acolhedora e afeiçoada à presença humana.

A sucção demográfica exerceu-se fortemente, a ponto de elevar São-Paulo ao primeiro lugar, entre os Estados brasileiros, pelo número de seus habitantes.

Nem sempre, todavia, o aumento verificado deixou de causar conseqüências prejudiciais a outras regiões, donde se exilavam os moradores, em busca da Terra da Promissão.

Como ocorrera ao tempo da intensificação da indústria da borracha, cujos lucros estonteantes abriram caminho à transplantação de boa parte da população nordestina, encaminhada para os seringais da Amazônia, também a miragem do enriquecimento em curto prazo chegou a forjar, nos sertões balanos, neologismo expressivo — "sãopauleiro", para designar os que deixam os seus afazeres costumeiros, e atendem aos convites de trabalho nas indústrias e lavouras paulistas.

Há como que apenas deslocamento de vidas, que animam as paragens progressistas, em contraste com o velho torrão de que desertaram.

Povoamento de tal classe não é o que patrocinam os patrícios esclarecidos, pois que não soluciona a falha nociva de enormes vazios demográficos.

Quando muito os transferem de uma para outra região, sem vantagem para o conjunto.

Por que se manifestará a tendência ambulatória da migração interna, que não contribui para o aumento da população em seu todo, embora beneficie a homogeneização do povo, pela solidariedade sentimental e cultural, devida ao entrelaçamento de famílias vindas de regiões distantes?

Por ventura não será descabido atribuir ao atavismo a maior dose de influxos andejos, que distinguiam tanto os lusitanos das caravelas aventureiras como os indígenas movediços.

Boa parte, porém, deverá debitar-se à conta da carência de cuidados projetores da individualidade humana, em seus múltiplos aspectos.

Econômicamente minguados em suas possibilidades de progredir, o sertanejo sente-se desamparado, longe dos centros médicos que o possam acaso auxiliar nas doenças, desprovido de escolas para os filhos e de tôdas as diversões que lhe amenizem a existência.

Não resiste às promessas do ganho compensativo com que lhe acenam os agenciadores de empregos, e parte para a empolgante aventura, de que tornará ou não, conforme a fôrça atrativa das novas querências.

Atuará, em hipótese favorável às suas previsões, de harmonia com outras componentes, por igual operosas, em prol do desenvolvimento das localidades escolhidas, mas deixando entaperada a sua morada antiga.

Não é o povoamento que se fixa em tais circunstâncias, mas simples troca de lugares habitados.

De maneira diversa impõe-se, com o imperativo das exigências inadiáveis, o povoamento amplo, na totalidade territorial, regulado por normas racionais de proteção aos brasileiros porvindouros.

Certo, não seria impossível o encaminhamento para os rincões inaproveitados da gente que sobrar da monstruosa carnificina européia.

Raros, porém, escaparão às malignidades dos traumatismos, que os tornarão inadaptáveis às funções impostas aos desbravadores.

Melhores contingentes poderão firmar-se com os próprios nativos, já perfeitamente aclimados, e seus descendentes salvos da aniqüilação.

É a classe mais recomendada de povoadores, sem perigo de enquistamentos raciais nem de questões diplomáticas derivadas de insatisfações de minorias inassimiláveis.

Para que, todavia, concorram com a valia de suas qualidades ancestrais, é mister que não pereçam ao abondono, afistulados de lesões depauperantes, a que pagam excessivo tributo.

Ainda recentemente o Departamento Nacional da Criança editou expressivo opúsculo em que se espelha a gravidade alarmante do problema.

São apenas 49 páginas que merecem lidas e meditadas por quantos se interessam pelo futuro da nacionalidade brasileira.

O professor Clóvis Correia da Costa, que as apresentou à consideração dos seus patrícios, ao versar o *Problema médico-social máximo do Brasil*, não se contentou apenas em raciocinar com palavras, de que poderão acaso divergir os leitores, embora formule conceitos derivados de sua exemplar experiência profissional.

Recorre aos números, cuja eloqüência fere a atenção mais incauta.

"Nos anos de 1910-1911, afirma de passagem, a densidade da população na Bélgica era de 252 habitantes; a da Inglaterra e do País de Gales — 239; da Itália — 121; da Alemanha — 120: Áustria — 76; e da França — 74 — tudo por quilômetro quadrado".

Qual será a do Brasil?

O mapa elaborado pelo Conselho Nacional de Geografia com os elementos fornecidos pelo recenseamento de 1940, evidencia que sòmente a faixa litorânea, com maior ou menor largura, conforme paralelo considerado, alcança índice apreciável de densidade.

E análise mais recente, a que se entrega uma de suas Secções, a de Estudos, separa, por meridiano, a metade oriental da população, distribuída em menos de 20% do território nacional.

Se, porém, a linha igualmente orientada para os pólos dimidiar a área total, ficarão a leste mais 95% dos habitantes recenseados, enquanto na metade ocidental se encontrarão menos de 5%.

Assim é que varia sobremaneira a densidade calculada para o país, diminuida bastante pela solidão das suas reservas territoriais.

Entretanto, o coeficiente de natalidade alcança a média de 23,5 nas capitais, ultrapassando de 35 nas aglomerações da hinterlândia, circunstância que leva o autor a concluir: que "a média geral do país deve andar entre 30 a 35 por mil".

Para cotejo, cita a de outros povos consoante estimativas de 1937, que atribuíram à Inglaterra — 14,9, à Escócia — 17,2, à Austrália — 18,2, ao Canadá — 19,6, à União Sul-Africana — 23,9.

De outras regiões, as estatísticas mais próximas, desde 1934, indicavam 21,9 para Hungria, 18,0 na Alemanha 16,1 na França, 23,8 na Itália.

Maior densidade ocorre no continente americano, onde Costa-Rica se extrema, com o índice de 42,2 que Buenos-Aires ultrapassava em 1898 com 43,9, para baixar a menos da metade 19,3, em 1940, até o mínimo de 18,9, observado nos Estados-Unidos.

Os números indicativos de nascimentos no Brasil seriam, pois, grandemente favoráveis ao aumento da população, caso não sofressem trágicas reduções.

Desde a nati-mortalidade, que prolonga as devastações do abôrto criminoso, no limiar da vida, em proporção ao redor de 80 por mil, alcançando, não raro, números mais altos, com 125 em Belém de 1929, até períodos ulteriores, nos quais se registra a mortalidade infantil no primeiro ano de idade.

"Somos colocados, observa o autor, entre os países de mortalidade infantil mais elevada — 175 por mil".

E' o primado maligno da destruição de elementos, que poderiam concorrer, em outras condições, para o engrandecimento do país.

E talvez ainda seja, na realidade, excedida a cifra, que, no Rio-de-Janeiro, orçou por 192,4 em 1939, e nas capitais, de registro menos defeituoso, aponta resultados mortificantes como "342 por mil em Fortaleza, 224 por mil em João-Pessoa; 230 por mil em Manaus; 219 por mil no Recife; 192 por mil em Pôrto-Alegre; 185 por mil em Belo-Horizonte; 175 por mil no Rio-de-Janeiro; 159 por mil em Belém; 141 por

mil em São-Paulo e 123 por mil em Niterói — tudo em 1934".

Mais reduzidas taxas exibem as cidades que timbram de cuidar da infância para lhe proteger a existência em que se espelha a cultura do povo respectivo.

Em Paris — 101; Roma — 87; Londres — 71; Nova Iorque — 59; Estocolmo — 45; Haia — 40; Berna — 31; são exemplos proporcionados pelos povos que sabem defender a vida de seus descendentes na fase mais sujeita a perecimento.

Adotado o índice de 30 por mil para a natalidade global, a população de 42 milhões daria, por ano, 1 260 000 crianças, que iriam constituir o mais apropriado contingente povoador, já perfeitamente adaptado ao meio brasilense.

A nati-mortalidade, porém, com 81,84 % devora	103 118
e a mortalidade infantil, à razão de 175 por mil mais	220 500
	323 618
Somados, ainda os abortos criminosos, no total de	412 472
Ascende, pois a	736 090

o desfalque anual que sofre a população do Brasil, em conseqüência de falhas estudadas pelo autor, cujas conclusões abrem esperanças de atenuação futura.

"E' um problema que se resume em uma palavra — *assistência,* tanto ao feto ainda nas entranhas maternas, como ao recenascido e ao lactente". Seja ela organizada com a amplitude e eficiência proporcionada às solicitações da realidade social no Brasil litorâneo, como, por igual, nos rincões sertanejos, e, certo, será estancada a sangria pavorosa, que retarda o aumento endógeno da população brasileira, em condições de absorver e assimilar qualquer parcela de estranha procedência.

A proteção ao trabalhador nacional, por lhe apreciar a valia incomparável, deverá começar no berço, e até antes, para que não se apresente em condições inferiores ao colono dalém mar, recebido entre mimos e extremos de hospedagem, embora nem sempre saiba corresponder ao amistoso acolhimento.

As comemorações anuais do "Dia da Criança", prolongadas por semana, como a derradeira, dedicada ao estudo dos assuntos que lhe dizem respeito, contribuirão, sem dúvida, com as suas irradiantes ressonâncias, para atrair a atenção geral em prol de sua defesa que se identifica intimamente com a do povo brasileiro.

Virgílio Correia Filho.

★

A Real Sociedade de Geografia

O Sr. C. R. Crone, secretário em exercício da Real Sociedade de Geografia, escreveu, recentemente, para a agência *Press Information,* um artigo sôbre aquela Sociedade, desde a idéia de sua fundação até sua atual organização, evidenciando suas primordiais finalidades.

Inicia o Sr. Crone:

Terminadas as guerras napoleônicas, os povos da Europa Ocidental reiniciaram com vigor a exploração das partes dos continentes e mares, que ainda permaneciam desconhecidas. Participaram dessa tarefa soldados e marinheiros, administradores e negociantes, procurando novas fontes de suprimentos e mercados para seus produtos. A êles se reuniram de maneira cada vez mais íntima, cientistas e colecionadores, imbuídos do espírito de pesquisa, que caracterizou o século.

Em resultado, surgiu em Londres a idéia de estabelecer um ponto, onde pudessem ser reunidas informações obtidas nas viagens, e consultados mapas e documentos geográficos. O problema foi solucionado com a fundação da Real Sociedade de Geografia, em 1830; a partida era boa. Homens de interêsses variados, muitos dêles acostumados a se reunirem no Raleigh Dining Club, se inscreveram como membros. Já no primeiro ano da sua fundação, a Royal Geographical Society, absorvendo ainda a Associação Africana fundada em 1788 por Joseph Banks, conseguiu obter o apoio de 400 sócios.

O objetivo geral da Sociedade era "a promoção e difusão do importantíssimo e agradável setor do conhecimento: a geografia", os particulares: 1.º — coleta e publicação de informações geográficas; 2.º — formação de uma biblioteca e uma coleção de mapas; 3.º — aconselhar e dar instruções aos viajantes e 4.º — manter relações com sociedades semelhantes na Grã-Bretanha e no exterior. Êsses objetivos, com alguns desenvolvimentos, determinaram desde então o trabalho da Sociedade.

Durante o primeiro meio século de existência, a Royal Geographical Society dirigiu seus esforços quase inteiramente para o encorajamento das explorações em tôdas as partes do mundo. Seu papel nessa tarefa consistia em dar conselhos aos organizadores, examinar seus planos e, quando êstes fôssem aprovados, conceder auxílios financeiros e empréstimos de instrumentos. A Sociedade não era portanto responsável diretamente pela organização ou direção de tais expedições, mas agia antes como uma *clearing house* de idéias, e um repositório de experiências e informações. Por ocasião do regresso das expedições auxiliava a preparação e publicação dos relatórios e mapas no *Geographical Journal* e podia também reconhecer serviços meritórios por concessão de medalhas reais. Estas medalhas eram conferidas por S. Majestade o Rei, segundo as recomendações do Conselho, que dispunha de outros prêmios ainda.

Com o correr dos anos dos interêsses da Sociedade estenderam-se além do encorajamento das explorações. Em fins do último século, quando o nível da educação geográfica na Grã-Bretanha estava ficando para trás do Continente, a Sociedade conseguiu fazer reconhecer a importância do assunto e elevar os padrões de ensino nas escolas e universidades.

Produção e qualidade dos mapas britânicos são outros assuntos, em que a Sociedade pôde introduzir melhoras. Os modernos processos de reprodução e inscrição utilizados nos mapas publicados no *Geographical Journal* influenciaram o trabalho de outros cartógrafos. De tempos a tempos são divulgados mapas especiais. O mais recente exemplo é o belo mapa da Europa e do Oriente Médio, publicado pelo Conselho Britânico.

Talvez o aspecto últimamente mais destacado seja a crescente atenção que vem sendo dedicada à Geografia Humana, isto é, apreciação da relação entre as sociedades humanas e os ambientes naturais que as cercam, considerando a geografia não apenas simples descrição de terras distantes, mas instrumento para melhor ordenamento da vida humana.

Para efetuar seus trabalhos, a Royal Society depende inteiramente do apoio que recebe de seus membros, entre os quais se incluem homens e mulheres de muitas nacionalidades, com interêsses e opiniões diferentes, mas ligados todos pelo laço comum de fazer progredir o conhecimento geográfico.

O desenvolvimento da Sociedade nos primeiros anos foi lento, mas recebeu considerável impulso durante a grande era da exploração africana e a partir de então realizou firme progresso, paralisado apenas durante os dois períodos de guerra. Em 1939 existiam aproximadamente seis mil membros e o contínuo desenvolvimento tornou necessário abandonar a sede em Savile Row para acomodações maiores. Extensas ampliações, tornadas possíveis pela generosidade dos membros foram inauguradas em 1930 no atual edifício em Kensington Gore por ocasião das comemorações do centenário da fundação da Real Sociedade de Geografia, que, pela primeira vez pôde contar com um salão de conferências, com capacidade para 900 pessoas, e equipamento adequado para exibição de filmes cinematográficos. As amplas acomodações também permitiram dar melhor espaço para o salão de mapas e a biblioteca, que contém cêrca de 80 000 volumes, inclusive narrativas raras de viagens antigas e relatórios científicos das últimas expedições, obras sôbre geografia geral, topografia, ciências afins e publicações periódicas das sociedades geográficas do mundo, recebidas principalmente em troca do *Geographical Journal*.

Os departamentos do govêrno e autoridades aliadas serviram-se da biblioteca durante a guerra. Para uso dos estudantes é mantido um catálogo de todos os acréscimos feitos periòdicamente na biblioteca. Contìnuamente são atendidos os pedidos de informações, tanto dos membros da Sociedade, como do público em geral em tôdas as partes do mundo.

A coleção de mapas inclui as cartas geográficas divulgadas pelos departamentos cartográficos do mundo, num total de mais de 250 000 mapas, numerosos atlas antigos e uma grande coleção de fotografias e chapas para lanternas. Tudo isto encontra-se à disposição do público, quando deseja examiná-lo.

No Museu são exibidas relíquias pessoais de exploradores famosos e retratos de todos os membros agraciados com a medalha real.

Contribuição ao ensino

Papel Histórico do Litoral, do Relêvo, dos Rios e dos Climas Sôbre o Povoamento do Brasil

(Programa de Geografia — Curso Colegial)

Prof.ª Léa Quintiere
Da Secção Cultural do Conselho Nacional de Geografia

O Setor Didático da Secção Cultural do C. N. G. publica o 2.º plano da matéria que constitui um ponto do programa oficial de geografia da 3.ª série colegial.

Como anteriormente já ficou dito, êstes planos visam auxiliar o professor e neste caráter não são oficiais. Sendo flexíveis permitem grande variedade de planos de aulas nêles baseados.

Esta sub-unidade pode ser lecionada em 2 aulas expositivas, assim distribuídas:

1.º) — Introdução.
Estudo dos fatôres geográficos mais importantes.
2.º) — O povoamento e a influência dos fatôres geográficos.
— Conclusão.

ESQUEMA DA MATÉRIA

Unidade II: Condições geográficas da evolução brasileira.
Sub-unidade 1: Papel histórico do litoral, do relêvo, dos rios e dos climas sôbre o povoamento do Brasil.

I — INTRODUÇÃO:

a) O meio geográfico e sua influência no povoamento através dos fatôres relêvo, climas, hidrografia, etc.
b) O exagêro desta influência: o determinismo, crítica.

II — DESENVOLVIMENTO:

A) ESTUDOS DOS FATÔRES GEOGRÁFICOS MAIS IMPORTANTES.

1. **Litoral** — a) características gerais e sua influência no povoamento.

b) *tipos de costas*
condensação. Ex.: Bahia, Rio-de-Janeiro, Santa-Catarina.
dispersão. Ex.: Ceará, Sergipe, R. G. do Sul.

c) povoamento do litoral — *necessidade de comunicações* entre os núcleos.

2. **Relêvo** — a) características gerais: *dificuldades de penetração.*
   b) *as aberturas naturais* — (São-Francisco, Itapicuru, Jequitinhonha) e sua importância. O Amazonas.

3. **Rios** — a) características gerais.
   b) vertente atlântica — *caminho pelos vales.*
   c) rios do planalto — *rios de penetração.* Exs. Tieté, Rio-Grande, Iguaçu.

4. **Climas** — a) característica geral.
   b) importância econômica: *procura de produtos tropicais.*
   c) *possibilidade de aclimatação.*

B) O POVOAMENTO E INFLUÊNCIA DOS FATÔRES GEOGRÁFICOS.

1. **Influência da economia.**

   Sec. XVI — agricultura (*cana*) — Bahia — periferia.
   " XVIII — ciclo da *mineração* — interior.
   " XIX — *o café* — Rio-de-Janeiro — periferia.

2. **Os grandes centros de povoamento.**

   a) Bahia — situação geográfica.
   — *irradiação para NW, S, W. e pela costa.*

   b) São-Paulo — situação geográfica e histórica.
   — as *bandeiras* e a *formação territorial.* Povoamento de Goiás, Mato-Grosso, Minas-Gerais e sul do país.
   — *o vale do Tietê* e sua importância.

   c) Pernambuco — situação geográfica.
   — característica: *colonização da mata e do agreste.*
   — *correntes de colonização:*

   a) pelo litoral — postos militares — contra o invasor.

   b) pelo sertão — fatôres
   1. Necessidade de alimentar os mercados litorâneos.
   2. repelir ou cativar os gentios.
   3. refúgio da invasão holandesa.

3. **Centros secundários de povoamento.**

   a) Maranhão — situação geográfica.
   — govêrno independente.
   — corrente colonizadora para o Amazonas, Goiás e Mato-Grosso.

   b) Território fluminense.
   — situação geográfica.
   — conseqüência dos focos baianos e paulistas.

III — CONCLUSÃO:

Os grandes centros de povoamento e sua relação com a Geografia.

a) irradiação dos focos de colonização sendo feita através das vias de penetração mais fáceis.
b) características gerais da atual distribuição de população.
c) as causas geográficas não "determinam" esta distribuição. Variação ou mudança do foco da periferia para o interior: o Brasil do futuro.

Material didático aconselhável:

Mapa físico do Brasil — Escala de 1:5 750 000
Mapa da distribuição da população do Brasil
Mapa esquemático das estradas de ferro e de rodagem do Brasil.

Fotografias:

1 — Tipos de costa de dispersão e de condensação.
2 — Uma estrada na serra do Mar
3 — Uma "gaiola" do Amazonas ou do São-Francisco.

BIBLIOGRAFIA

Caio Prado Júnior — *Formação do Brasil Contemporâneo* — I — Colônia.
Delgado de Carvalho — *Geografia do Brasil* — 1913.

Revista Brasileira de Geografia:

Ano I ns. 1 e 2.
Ano V n.º 2.

Pierre Deffontaines — *Geografia Humana do Brasil* — Separata da *Revista Brasileira de Geografia*.

Se quiser receber as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira", escreva à Secretaria do Conselho Nacional de Geografia.

Aspectos Gerais da Fisiografia das Regiões Fronteiriças

IV

Os rios Japurá e Içá

Prof. F. A. RAJA GABAGLIA
Membro do Diretório Central do C.N.G.

SUMÁRIO — 1. *As secções da fronteira Brasil-Colômbia.* 2. — *Japurá e sua bacia.* 3. — *O Içá.* 4. — *Intercomunicações entre as bacias fluviais.* 5. — *O Cassiquiare.*

1 — A fronteira Brasil-Colômbia pode ser dividida em três trechos: O 1.º vai do rio Negro às nascentes do Memachi, e foi outrora linde nosso com a Venezuela até que o Laudo de 1891, da Regente de Espanha, adjudicou à Colômbia as terras situadas a W. do rio Negro.

O 2.º trecho vai do marco colocado entre a cabeceira do rio Memachi, ao N., e a que contraverte, do igarapé Major Pimentel, ao S., ponto fixado pelas coordenadas 1°58'56",9 Lat. N. e 68°12'36",2 Long. W. Gr., até a foz do rio Apapóris, no Japurá, a 1°22'42",80 Lat. S. e 69°25'20" Long. W. Gr.

O 3.º trecho da fronteira Brasil-Colômbia é constituído desde o ponto onde conflui o Apapóris com o Japurá, prossegue pelo talvegue do rio Japurá e, águas descendo, passa entre a ilha de Pataúá, que fica em território colombiano, e a margem esquerda do rio até o ponto com que o referido talvegue corta a linha geodésica Apapóris-Tabatinga e vai, por essa linha geodésica, até os Solimões.

A linha geodésica chamada Apapóris-Tabatinga tem a extensão de 302 quilômetros e 510 metros e corre do ponto em que a encontra o talvegue do rio Japurá (1°31'37",11 Lat. S. e 69°26'55",9 W. Gr.) até a cabeceira do igarapé Santo-Antônio (4°13'8",7 Lat. S. e 69°56'58",6 Long. W. Gr.), estendendo-se pelo leito dêsse igarapé, até o seu desaguadouro, no rio Amazonas, ainda Solimões (4°13'30",51 Lat. S. 69°56'33",7 Long. W Gr.), seguindo, pelo paralelo do dito desaguadouro, até a sua intersecção com o talvegue do Solimões.

A fronteira Brasil-Colômbia foi ùltimamente demarcada (1930-1936), no 2.º trecho; anteriormente, já o barão de Parima demarcara o 1.º trecho, tendo o mesmo se dado com a geodésica Apapóris-Tabatinga, "zona de fricção", onde se entrechocaram os interêsses da Colômbia com o Peru e, ainda, os do Equador que pleiteou com os vizinhos, o território que ora se interpõe entre as suas e as nossas terras. O último atrito nessa zona nevrálgica foi o caso de Letícia, onde se fêz sentir, pela mediação diplomática do Protocolo do Rio-de-Janeiro (24 de maio de 1934), a influência conciliadora da nossa Chancelaria, removendo um *casus belli* entre o Peru e a Colômbia.

A linha geodésica Apapóris-Tabatinga foi demarcada por duas Comissões Mistas Brasilo-Peruanas, em 1865-67 e em 1872-73. Os chefes brasileiros foram: na 1.ª, o barão de Ladário e, na 2.ª, o barão de Tefé.

Hoje, a denominação da linha Tabatinga-Apapóris, referida aliás ainda nos tratados, é imprópria, pois, na realidade, ela vai daí "quebrada" da cabeceira do igarapé Santo-Antônio, no rumo de 190°15'40",24 até encontrar o talvegue do rio Japurá, prosseguindo pelo talvegue, como dissemos, no Japurá até a bôca do Apapóris, ficando, em território brasileiro, a povoação de Vila Bittencourt, conforme conseguiu a Comissão Brasileira, então, chefiada pelo coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira. A adjudicação para o Brasil de Vila Bittencourt foi uma vitória, pois a situação da mesma é a cavaleiro, dominando a navegação do rio.

2. — O rio Japurá, é lindeiro da foz do Apapóris até o extremo da geodésica Japurá—Santo-Antônio, numa extensão de apenas 17 quilômetros e 87 metros. É um dos grandes afluentes da margem esquerda do Amazonas. Seu curso é aproximadamente, segundo Vergara y Velasco, de 2 200 quilômetros e na bacia tem 263 000 quilômetros quadrados.

O Japurá é chamado, em seu curso superior, de Caquetá e provém dos Andes de Popain, estando as suas cabeceiras num "páramo", rodeado de penhascos e donde correm também outros grandes rios. Assim, são oriundos do mesmo nó hidrográfico, o Madalena, (para N. E.) o Canca, (para N.) o Patiá (para E.) e o Caquetá (para S.E.) o Caquetá tem sua origem na vertente oriental do páramo de Iseamê e contraverte com o Madalena o grande rio colombiano e um pouco ao N. do Putumaio.

Jules Crevaux galgou, por entre florestas, o cabeço, pouco elevado que separa os altos afluentes das duas bacias: a do Japurá e a do Putumaio.

Os cursos do Caquetá e do Putumaio são destarte, quase paralelos, a não ser no baixo-Japurá, o qual segue, diretamente, para E e, nesta direção, desemboca no Amazonas.

No ponto de vista geológico, a bacia do Japurá é terciária, com arenitos horizontais, sem fósseis, constituindo, conforme Odorico R. de Albuquerque, a chamada "Terra Geral do Japurá".

Geomorfològicamente, o Japurá é um rio que não conseguiu ainda atingir ao seu perfil de equilíbrio. Na têrça parte de seu curso, ao deixar os Andes, contorna um planalto arenítico, a que erode violentamente: duas barrancas alvadias, como dois paredões, apertam o álveo fluvial que se estreita de mais de 700 a 600 metros, formando uma garganta. Mais a jusante, após transpor êsse desfiladeiro, volta o rio a correr sôbre a chapada e se encaixa em uma nova garganta, entre barrancos tão altos que as araras ali fazem os ninhos e donde o nome de Araricoara, dado a êsse *cañion*, que se termina numa cachoeira de 30 metros de altura.

Antes de chegar à planície amazônica, o Caquetá desce o último degrau do planalto arenítico, na cachoeira de Cupati e passa, então, a ter o nome de Japurá.

Pela margem direita, o Japurá recebe o rio Apapóris, meândrico e encachoeirado, oriundo da Colômbia e lindeiro numa extensão de 39 quilômetros e 45 metros, desde quando recebe o Taraíra até a foz. A fronteira pelo Apapóris, hoje definitivamente estabelecida, pôs fim às pretensões colombianas que sustentavam que o lindeiro com o Brasil deveria ser o furo de Avati-Paraná, que sai do Solimões e vai ter ao Japurá, por terras alagadas.

O Baixo-Japurá é um dédalo de canais e alcança o Amazonas, numa embocadura mal definida, em que se confundem os canais fluviais com os paranás e lagos ou lagoas marginais. É uma região semi-lacustre, semi-emersa, de terras aluviais, ricas de limo.

O Taraíra afluente do Apapóris e, pois, sub-afluente do Japurá, é, de suas nascentes à foz (257 quilômetros e 630 metros) rio lindeiro. Apresenta, em seu curso, algumas cachoeiras, entre as quais a de Urumutum, a montante da qual está a ilha das Araras, hoje colombiana, pelo critério adotado pela Comissão Mista Demarcadora, o do braço de maior largura (1933).

3. — O Içá ou Putumaio, outro grande afluente da margem esquerda do Amazonas é cortado pela linha geodésica Apapóris-Tabatinga, de 2°52'14",4 Lat. S. e 69°41'24",6 Long. W. Gr. a 2°53'01" Lat. S. e 69°41'33" W. Gr., apenas uma vez.

O Içá é originário dos Andes, e, como já vimos, suas cabeceiras, estão próximas das do Japurá. No seu curso superior, chama-se Putumaio; o ouvidor Ribeiro Sampaio, apelidou-o de "Dourado Içá", porque das "minas que tem nas suas cabeceiras arroja o ouro para suas margens" e como tantos outros rios amazônicos, que promanam dos Andes, carrega fragmentos de pedra-pomes arrancados das abas de vulcões.

Geològicamente, segundo os estudos realizados pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, e especialmente pelos geólogos A. P. de Oliveira e P. F. de Carvalho, a bacia do Içá pertence à era terciária e ao pleistoceno. Sondagens, feitas pouco acima de Santo-Antônio-de-Mamuriá, revelaram argila variegada, argila cinzento-escuro, argila cinzento-azulado e linhito, inclusive de boa qua-

lidade. Pelos perfis geológicos e pelos fósseis encontrados, os geólogos reconhecem na bacia do Içá a existência da chamada "formação Pebas", em que predominam formas de água doce.

Geomorfològicamente, o Içá é um rio que já atingiu ao seu perfil de equilíbrio e sua bacia contràriamente ao que supunha Hartt, mas de acôrdo com o ponto de vista de Katzer, uma região lagunar que, antes do terciário e do levantamento dos Andes, se comunicava com o gôlfo de Guaiaquil, o que parece ser confirmado pela fauna fóssil, mista de água salgada, salobra e marinha, que caracteriza a formação Pebas.

4. — Notável fenômeno fisiográfico da América-do-Sul é o das intercomunicações entre todos os seus grandes sistemas fluviais. Intercomunicam-se não em suas embocaduras, mas em suas nascentes e assim, examinando-se apenas o extremo Norte do nosso país, pode-se reconhecer intercomunicações hidrográficas entre a bacia do Amazonas e a do Oiapoque; entre a bacia do Amazonas (rio Trombetas) e a do Essequibo; do Orinoco; entre a bacia do Amazonas e a do Madalena.

O coronel F. Jaguaribe de Matos, em interessante e erudita "comunicação" apresentada ao III Congresso Internacional de História das Ciências; em Lisboa (1936), sob o título "Les Idées sur la Physiographie Sud-Américaine (Évolution des Idées)", estudou as comunicações existentes entre as bacias fluviais do nosso Continente. Far-se-á aqui apenas breve estudo das comunicações entre o rio Negro e o Orinoco.

Entre o rio Uaupés e o rio Guaviare, aquêle um dos formadores do rio Negro, e êste afluente direito do Orinoco, há comunicações, já registradas no século XVIII. De um ponto do sopé da serra da Camareta, na parte alta do curso superior do Guaviare sai um braço que se lança no Uaupés. Coudreau, citado pelo coronel Jaguaribe, fala que uma das fontes do Alto-Uaupés se comunica com o Unaíba, braço do Goyabero do Alto-Guaviare. No *Diário de Viagem*, de Ribeiro de Sampaio está indicado o canal Cabuquena, ligando o Uaupés ao Orinoco.

Entre o Guaínia e o Irinida, aquêle chamado também Alto-Rio-Negro, e êste, da bacia do Orinoco, há comunicações.

5. A mais interessante, porém, dessas intercomunicações fluviais, é a que aconchega diretamente o Orinoco ao rio Negro e, pois, ao Amazonas. É o Cassiquiare.

O Cassiquiare é um canal que com os seus meandros, atinge a extensão de 365 quilômetros; uma linha reta, unindo seus extremos, reduziria êsse comprimento a 184 quilômetros (Rice). Descrevendo um grande arco de círculo, com a concavidade voltada para N. W., seu rumo geral é de 48° S.W. até receber o seu afluente Siapa ou Idapa e a partir dessa confluência.

Entre os exploradores do Cassiquiare avulta Michelena y Rojas (1855-1859), o qual dá como largura do Cassiquiare 80 a 200 metros, suposto que, em alguns pontos, é largo de 1 quilômetro; sua profundidade atinge 10 metros.

O Dr. Rice (1919-1920), no ponto de junção com o Negro, mediu as seguintes larguras: Negro, 711 metros; Cassiquiare, 655; Guaínia, 483.

Glycon de Paiva, depois de Rice, explorando o Cassiquiare, determinou a velocidade média, a direção de suas águas, e a sua descarga, verificando que 90% da vazão total do canal são contribuições de seus afluentes e apenas 10% representa a quota do Orinoco. Dêsses dados e elementos, conclui-se que o Cassiquiare deve ser considerado um rio antigo, tão velho como qualquer um dos rios da região. A direção de sua corrente é sempre do Orinoco para o Negro, com uma pequena declividade (0m,06 por quilômetro).

Sob o ponto de vista geográfico, o Cassiquiare é, portanto, um afluente do rio Negro e nunca do Orinoco. O ponto onde o Cassiquiare toca o Orinoco é Bifurcación; aquêle em que junta-se ao Negro é Sunción, 90 quilômetros a montante de Cucuí e com a altitude de 150 metros. (Jaú).

Sob o ponto de vista geomorfológico, o Cassiquiare é um belo exemplo de captura de rio próximo às nascentes.

O Cassiquiare rouba ao Orinoco um têrço de suas águas. O primitivo Cassiquiare, antes de ser capturado pelo Orinoco, tinha suas nascentes perto dêste,

em Buenos-Aires, onde se erguem pequenos montinhos de granito em decomposição, testemunhando um antigo divisor de águas.

O Cassiquiare, ao se lançar no rio Negro, tem, em frente, São-Carlos, povoação venezuelana que, por ocasião da demarcação do Tratado de Santo-Ildefonso. (1777) Portugal propôs trocar por Tabatinga.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

As indicações bibliográficas são distribuídas em três itens: a) o das obras gerais; b) o de trabalhos de exploradores viajantes, demarcadores; c) o de monografias teses, etc.

a) TRABALHOS ANTIGOS

Elisée Reclus, *Geog. Univ.* (tomos XVIII e XIX); ed. Paris, 1894.

Keane, *Central and South Am.* (vol. I) *in* "Stanford's Compendium" (ed. Edw. Stanford); Londres, 1901.

Vergara y Velasco, *Nueva Geografia de Colombia,* ed. Bogotá, 1901.

Barão de Marajó, *As Regiões Amazônicas;* ed. Lisboa, 1906.

TRABALHOS RECENTES

Pierre Denis, in *Geog. Univ.* de Vidal La Blache e Gallois, tomo XV (Paris, 1927).

Raja Gabaglia, *As Fronteiras do Brasil*; Rio, 1916.

Lima Figueiredo, *Limites do Brasil*; Rio, 1936.

J. S. Fonseca Hermes e Murilo de Miranda Basto, *Limites do Brasil, in* "An. do IX Congresso Brasileiro de Geografia"; vol. II).

Augusto Otaviano Pinto, *Hidrografia do Amazonas e seus Afluentes,* em 2 vols. (um de atlas). Ed. Imprensa Nacional, 1930.

Amazônia Brasileira, excerptos da "Revista Brasileira de Geografia", ed. por ocasião do X Congresso Brasileiro de Geografia, Rio, 1944.

b) TRABALHOS ANTIGOS

Michelena y Rojas, *Exploración y Hidrografia de la America del Sul*; Bogotá, 1867.

Jules Crevaux, *Voyages dans l'Amérique du Sud*; Paris, 1883.

Henri A. Coudreau, *Voyage à travers les Guyanes et l'Amazonie*; (vol. 2); Paris, 1887.

TRABALHOS RECENTES

A. Jahn, *Beitrage zur Kenntniss der Orinoco und Rio Negro Gebietes*; Berlim, 1909.

Hamilton Rice, *Casiquiare Canal and Upper Orinoco,* in Georg. Journ. Nov. 1921.

Report Orinoco — Casiquiare — Negro Waterway (Venezuela, Colômbia, Brasil) prefered for the Coordinator of Inter-American Affairs, by Corps of Engineer U.S.A.; July, 1943.

c)

Odorico R. de Albuquerque, *Reconhecimento geológico no vale do Amazonas*; Bol. n.º 3 do Serv. Geol. Min.; 1922.

Avelino Oliveira e P. F. Carvalho, *Estudos geológicos na fronteira com o Peru*; Bol. n.º 8 do Serv. Geol. Min. (1924).

Glycon de Paiva, *Reconhecimentos geológicos nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Colômbia in* "Relatório anual do diretor do Serv. Geol. Min. 1928".

F. Katzer, *Geologia do Estado do Pará*; Bol. IX do Mus. Paraense Emílio Goeldi (1933).

Coronel F. Jaguaribe de Matos, *Les Idées sur la Physiographie Sud-Américaine*, separata de "Actes, Conférénces et Communications" do III Congr. Int. de Hist. das Ciências (Lisboa, 1937).

DOCUMENTAÇÃO DA AULA

a) Mapas

1 — Avelino Inácio de Oliveira, *Mapa geológico do Brasil e de parte dos países vizinhos*. Escala: 7 000 000 (1938). Está apenso à excelente "Geologia do Brasil", de Avelino e Othon Leonardos (Rio, 1943).

2 — *Mapa geológico do Brasil*, organizado pela Divisão de Geologia e Mineralogia (sob a direção de Aníbal Alves Bastos), 1942. Escala: 1:5 000 000.

3 — *Mapa "Upper Rio Branco*, Cassiquiare Canel and the Upper Orinoco", by A. Hamilton Rice (1919-1920). Escala: 1 750 000.

4 — *Carte potamographique speciale de l'Amerique du Sud* pelo coronel F. Jaguaribe de Matos, in sua Memória acima citada. Escala: 1:10 000 000 (1935).

5 — *Carta geográfica da fronteira entre o Brasil e a Colômbia*, contendo todos os trabalhos da Comissão Mista Demarcadora (1931-1936). Escala: 1:1: 000 000.

6 — *Mapa do rio Putumaio ou Içá*, pelo capitão Joaquim Vicente Rondon. Escala: 1:500 000 (1935). Inspetoria Especial de Fronteiras.

7 — *Fôlha do trecho limítrofe do rio Japurá*, pela Comissão Mista, em 1933. Escala: 1:50 000 (Mapoteca do Itamarati).

8 — *Levantamento do rio Paraná* (5 fôlhas), pela Comissão Mista, em 1933 (Mapoteca do Itamarati).

9 — *Levantamento do trecho do Içá* cortado pela linha geodésica Apapóris-Tabatinga, pela Comissão Mista (1933).

10 — *Levantamentos hidrográficos do rio Içá* pelo capitão tenente José da Costa Azevedo, 1866. (Mapoteca do Itamarati).

11 — *Mapa mostrando a zona compreendida entre o Papuri e Taraíra*, resultante do acôrdo da Comissão Mista, feito por troca de *Notas*, em virtude do qual a linha lindeira fixada pelo meridiano, aproximadamente de 69°30' W.Gr. foi deslocada para 70°2'37",33 W.Gr. que corresponde à cabeceira do rio Taraíra.

12 — *Planta hidrográfica de uma parte do rio Içá*, pelo barão de Tefé, em 1873 (Mapoteca do Itamarati).

13 — *Mapa, indicando a comparação das intersecções da linha geodésica Tabatinga-Apaporis*, segundo os tratados da Comissão de Limites de 1868, 1873 e 1931, no rio Içá. O mapa indica que os trabalhos de 1931 vieram, confirmar o da marcação do barão de Ladário (1868).

14 — *Mapa de la Republica de Colombia*, pela Oficina de Longitudes; Bogotá, (1931).

15 — *Mapa das comunicações do rio Negro* para o Japurá por Lôbo de Almada, no sec. XVIII (Mapoteca do Itamarati)

16 — *Carta da "Demonstração das povoações dos espanhóis*, que consta acharem-se estabelecidos na parte superior do rio Negro e no canal de Cachiquiary (1781). — Mapoteca do Itamarati.

17 — *Carta hidrográfica do Avati-Paraná* (1868) Mapoteca do Itamarati.

18 — *Carta de Simões de Carvalho* (1781) de comunicações entre o Negro e o Japurá (Mapoteca do Itamarati).

19 — *Mapa dos rios Uaupés, Apapóris e Japurá*, indicando as comunicações para o rio Negro (Mapoteca do Itamarati).

20 — *Mapa, dando a comunicação do Japurá para o Negro* (Mapoteca do Itamarati).

b) Fotografias

1 — Marco da embocadura do rio Taraíra;
2 — Boqueirão no rio Taraíra;
3 — Marco da embocadura do Apapóris;
4 — Marco colocado na intersecção da linha geodésica Apapóris-Tabatinga com a margem direita do rio Japurá;
5 — Margem direita do rio Içá onde se vê o marco ali colocado;
6 — Marco que assinala a intersecção da linha geodésica Apapóris-Tabatinga com a margem direita do rio Içá;
7 — Marco do rio Içá — 1936.

Colabore com êste "Boletim" que é bibliográfico, enviando-lhe livros de sua autoria ou disponíveis em duplicatas, e que ofereçam interêsse geográfico.

Tertúlias geográficas semanais

CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA TERTÚLIA, REALIZADA A 17 DE JANEIRO DE 1946

OBSERVAÇÕES DO SR. TIBOR SEKELJ SÔBRE UMA EXCURSÃO À REGIÃO DA SERRA DO RONCADOR E ILHA DO BANANAL

Presidiu, de início, a sessão, por estar ausente o Eng.º Christovam Leite de Castro, a Prof.ª Gilda de Andrade Pinto. Depois de chamar atenção que esta seria a primeira tertúlia do ano, deu a Prof.ª Gilda A. Pinto a palavra ao conferencista, Sr. Tibor Sekelj, que abordou o tema "Da serra do Roncador à ilha do Bananal", região que êle percorreu com a Expedição Roncador-Xingu.

Disse o tertuliano:

O Roncador — Partindo da cidade de Xavantina, recentemente fundada, sôbre o rio das Mortes, realizei duas excursões para o norte com os membros da Expedição Roncador-Xingu. Chegamos a 70 quilômetros do referido rio em plena terra dos Xavantes, rodeados e ameaçados por êsses ferozes índios, ouvindo-os de noite ao redor do nosso acampamento, mas sem poder vê-los e sem sofrer ataque algum.

No trajeto atravessamos campos secos com arvoredos baixos e disseminados chamados "cerrados", não apropriados para cultura. Sòmente faixas de dezenas ou centenas de metros de largura que margeiam os seis arroios que atravessamos antes de chegar ao rio Areões apresentam vegetação alta e exuberante com vários tipos de palmeiras destacando-se também os ipês, quina, pau-brasil de madeira côr violeta e inúmeras espécies de madeira de lei. Encontramos belas espécies de baunilha e além das orquídeas comuns, que em grande quantidade enfeitam as árvores, encontram-se, também, orquídeas brancas de tamanho fora do comum.

Estas faixas de terra que são fertilíssimas, atraem tanto os animais selvagens como os índios primitivos. Quando o civilizado estabelecer-se nesta parte do Brasil, serão êstes riachos que o receberão de braços abertos.

Quanto ao reino animal, esta região é paupérrima. Vimos e caçamos vários veados e algumas antas. Afora os patos selvagens e jaburus, vimos perto das águas muito poucos pássaros. A selva à noite é silenciosa como um túmulo. Acompanha-nos ùnicamente o coaxar dos sapos numa lagoa próxima e os assovios que os Xavantes produzem soprando numa cana de taquara imitando o trinar dos pássaros, quando se querem acercar do acampamento sem serem pressentidos.

Há uma abundância extraordinária de insetos nesta região. Várias qualidades de carrapatos, desde os grandes com um centímetro de comprimento, até os pequenos que se assemelham a um ponto negro, os quais penetram pelas dobras da roupa e chegam até o corpo antes de se ter tempo de se defender dêles. Significa isso uma semana de um coçar contínuo antes de se conseguir livrar-se desta praga. Os "borrachudos" e os mosquitos são outras tantas delícias para os viajantes desprevenidos.

N.R. — O C.N.G. de acôrdo com a Resolução n.º 181, de 5 de fevereiro de 1945 do Diretório Central deu uma nova orientação às reuniões culturais realizadas em sua sede. O artigo 2.º da aludida Resolução determina que o programa destas reuniões culturais compreenda 3 tipos diferentes: 1.º as reuniões avulsas, 2.º as tertúlias quinzenais, 3.º os seminários.

As tertúlias que anteriormente eram semanais passarão a ser de agora em diante quinzenais e consistirão na apresentação de um assunto de Metodologia Geográfica ou Geografia do Brasil.

Como outrora, a comunicação feita sujeitar-se-á ao debate, ao interlocutório imediato ou posterior. O tertuliano será de preferência um geógrafo de reconhecido valor e se possível pertencente a um núcleo regional de estudiosos da Geografia do Brasil. O assunto a ser abordado em cada tertúlia será objeto de entendimentos prévios com o secretário-geral que arbitrará se o trabalho se enquadra ou não nos objetivos e programas das reuniões culturais do C.N.G.

Sôbre a existência da serra do Roncador tem-se discutido muito. Agora já não há dúvida nesse sentido: não existe como uma formidável cadeia de montanhas altas e intransponíveis, mas sim em forma de uma sucessão de colinas de altura relativa de uns 300 metros a 600 metros sôbre o nível do mar. São essas colinas de formação antiga, talvez do plioceno, segundo o geólogo Dr. Nei Vidal, e formam a linha divisória das águas entre o Xingu e o rio das Mortes-Araguaia.

As regiões altas são sêcas, desprovidas de riachos, desfavoráveis à vida.

Neste ponto da sua comunicação mostrou o Sr. Tibor Sekelj no mapa do Brasil a região em estudo, delimitando-a, passando depois a examinar o mapa do município de Araguaiana, mostrando o trajeto percorrido e a região onde se acham grupadas 14 aldeias de Xavantes.

Continuando acentuou:

Os Xavantes — Quanto ao selvícola, até agora já se localizaram, de avião, várias aldeias de Xavantes moradores da região. O major Basílio localizou duas aldeias perto da cachoeira da Fumaça, e num vôo que fêz até a ilha do Bananal o aviador sargento Filon, localizou 14 aldeias, sendo que a maior continha mais de 70 casas. Encontram-se estas próximas da margem esquerda do rio das Mortes, a 150 quilômetros de sua confluência com o Araguaia. Foram encontradas também várias aldeias provisórias de caça. Tive oportunidade de observar de perto 7 delas. As aldeias permanentes estão situadas em lugares altos, por causa das inundações, na época das chuvas, enquanto que as aldeias de caça ficam em lugares baixos, perto de alguma lagoa onde na época da sêca, correm os animais selvagens para aí saciar a sua sêde. Encontramos uma plantação dos Xavantes onde êles cultivam cabaças e uma qualidade muito ruim de milho e algodão.

Tiramos a conclusão de que o Xavante é semi-nômade. Suas aldeias são fixas com casas à prova de chuva, plantações, instalações para secar e conservar a comida, etc. É aí onde êles passam a época das chuvas. Quando se inicia a sêca e os animais selvagens retiram-se para os lugares mais baixos, famílias inteiras emigram.

Os nossos companheiros da Expedição Roncador-Xingu viram um grupo de 80 pessoas entre homens, mulheres e crianças deslocando-se para o sul em direção às Minas dos Araés. Na época da desova das tartarugas, nos meses de agôsto e setembro, grupos de Xavantes atravessam o rio das Mortes e chegam até as praias do Araguaia para recolher os ovos das tartarugas. Brancos e índios Carajás os temem, e nessa época não seria possível obrigá-los a passar a noite na margem esquerda do Araguaia, ao norte de São-José.

As casas são construídas de fôlhas de babaçu, e de outras palmeiras do lugar, colocadas sôbre esqueletos de troncos. As casas têm o formato de semi-globo e medem 6 a 8 metros de altura. Dispõem-se em círculo com maior ou menor abertura de um lado, principalmente em direção ao bosque, porque quase sempre a aldeia se encontra em campo aberto, nas cercanias de um mato. Num círculo menor e concêntrico com as casas, estão colocadas uma prateleiras que servem para a conservação dos alimentos e consistem de um pedaço de madeira em forma de pé, e de uma plataforma à altura de 2 metros. Dentro dêste círculo há uma casa isolada, que poderia ser a morada do chefe, depósito de armas, etc. As moradias das aldeias provisórias de caça são ao contrário, pequenos cones, até 1 ½ metros de altura e dispostas em linha reta ou em semi-círculo, com abertura para a lagoa.

O único animal doméstico que êles conhecem é o cão.

Suas armas são: o arco, a flecha e o cacete ou cajado, ou borduna, feito de uma raiz, geralmente com um nó no extremo e afilado na outra extremidade. Com esta arma tão primitiva, abatem os animais selvagens e também a seus inimigos, considerando como tais todos aquêles que invadem seu território. Ao matar um homem, deixam junto ao cadáver a arma, crendo provàvelmente com isso desfazer-se da arma que cometeu o crime, ficando assim com a consciência tranqüila.

Seus utensílios são cuias de abóbora e também cestos trançados de fôlhas de buriti hàbilmente trabalhados. As árvores que encontramos derrubadas nunca excediam 20 centímetros de diâmetro, e mostravam vestígios de machado de pe-

dra, com o qual realizam um trabalho mais de paciência do que de fôrça. Mais para o norte, onde funcionários do S.P.I. e alguns religiosos estão fazendo esforços para entrarem em contacto com êles, receberam muitos facões e machados e aprenderam a usar êsses instrumentos.

São péssimos navegantes e para atravessarem o rio constroem balsas primitivas. A mais perfeita já encontrada, foi uma de forma redonda de 2 metros de diâmetro, o estrado formado de troncos de buriti atingindo a espessura de 70 centímetros. As bordas da balsa também eram feitas com os mesmos troncos, formando uma parede de 40 centímetros de altura. Todos os troncos tinham sido cortados com machado.

Num riacho encontrei um lugar com paredes de pedra, transformado numa verdadeira piscina. Junto à mesma havia um tronco derrubado que atravessava o riacho e uma árvore apoiada a certa altura, representando, sem dúvida, uma ponte com seu corrimão.

Os Xavantes não usam roupa de espécie alguma. Dizem que são altos e bem proporcionados, com os cabelos compridos cobrindo as espáduas. São ferozes e intrépidos, a ponto de atacar a flechadas o enorme pássaro que atravessava o céu xavante, com a velocidade fantástica e ruído infernal, que era o avião, que sobrevoou. Estariam pensando na carne saborosa daquele pássaro ou supunham nêle mão do homem branco? Não sei, mas não duvido de que seria necessária uma coragem extraordinária para enfrentar semelhante monstro com suas armas primitivas.

Aqui interrompeu para mostrar algumas fotografias. Entre elas uma aldeia de Xavantes habitada e outra desabitada; casas isoladas, mostrando a forma e a abertura; Xavantes flechando; vegetação típica da região anterior e da serra do Roncador — campos com árvores disseminadas e florestas com palmeiras perto dos rios; uma aldeia de caça; cacetes e cestos usados pelos índios. Em tôdas as fotografias o conferencista chamou a atenção para os pontos a que se referira na leitura.

Em prosseguimento declarou:

Pelo Araguaia — Terminada a nossa missão naquela região, descemos o Araguaia num bote a remo, atravessando 120 quilômetros em 25 dias. O rio estava na vazante e praias enormes e brancas emergiam de ambos os lados. Às vêzes quando não acertávamos com o único "canal" por onde a canoa poderia passar, encalhava o bote em bancos de areia. Então saltávamos n'água e empurrávamos a embarcação até o lugar mais fundo. Perto de Aragarças há 2 corredeiras e mais abaixo de Leopoldina outras 2. Numa delas a canoa virou e conseguimos salvá-la com grande dificuldade.

Considerando todos êsses acidentes surpreenderam-nos sobremaneira, os enormes cascos metálicos dos barcos, com que o ilustre e otimista general Couto de Magalhães queria implantar uma permanente linha de navegação, cujos restos podem ser observados no pôrto de Leopoldina. Seria naquela época mais profundo o Araguaia? Pode ser, pois tôdas as praias que agora vemos são cobertas pelas águas durante verão, e se descobrirão no próximo inverno em outros lugares e de distintas maneiras. Árvores enormes serão arrancadas das margens e levadas pela correnteza. Os barrancos altos sofrerão desmoronamentos cedendo vários metros às vêzes, e as margens baixas serão inundadas formando lagoas e pântanos de milhares de quilômetros quadrados.

Um engenheiro conhecedor do Araguaia, chamou-o "rio em formação". Preferiria denominá-lo "rio em transformação", ou "rio em deformação". A erosão natural e a artificial provocada pelos garimpos situados junto ao rio das Garças e do Araguaia enchem seu leito cada vez mais de areia. Como o leito torna-se dia a dia menos profundo, a expansão lateral cresce, transformando-se em pântanos com a área cada vez maior de ambos os lados. O rio está procurando um novo caminho. Onde poderá encontrar um caminho mais conveniente, terreno mais baixo, do que o leito pelo qual passavam os navios de Couto de Magalhães? O fundo do rio se eleva de ano para ano, e as águas da época das chuvas ameaçam estender-se cada vez mais, se a mão do homem não interferir. Porém a inteligência do homem que submete a natureza à sua vontade, canalizará também êste rio, dragará seu fundo, garantirá suas margens para torná-lo útil; do mesmo modo que levará os índios das margens do Araguaia da sua vida primitiva à civilização.

A vegetação das costas é abundante, porém em muitos lugares nota-se que ela ocupa uma faixa muito estreita. A vida animal é intensa. Pela manhã as praias estavam cheias de pegadas de onças, jacarés, antas, capivaras, veados e tartarugas. Enquanto que o achado de alguns dos rastros nos desagradavam, os da tartaruga eram recebidos sempre com alegria. Era fácil seguir êsses rastros desde o lugar onde o animal saiu d'água, por tôda a praia onde passou, até o lugar mais ou menos alto onde iniciou a sua volta. Nesse mesmo lugar, encontra-se uma plataforma bem lisa, onde os rastros foram desfeitos. Ali tem-se que cavar para encontrar os ovos. A pequena tartaruga chamada vulgarmente "tracajá" põe no mês de agôsto 15 a 20 ovos de forma elítica. A tartaruga grande põe 120 a 150 ovos redondos parecidos com a bola de ping-pong, de casca mole. Êsses ovos representam excelente alimento não sòmente para o índio como também para o estômago de um civilizado.

O rio é muito piscoso. Vimos peixes pequenos dar saltos de 6 metros fora d'água e centenas de pirarucus arpoados, de 2 metros. Êsse peixe é o bacalhau brasileiro. Cardumes de botos seguiam nossa canoa aparecendo ruidosamente à tona emergindo imediatamente. Manadas de lontras nos saudavam com seu grito característico e jacarés preguiçosos deslizavam pelas margens.

Nos arredores de Araguaia abundam os pássaros especialmente os aquáticos como pato, marreco, socó, socó-boi, mergulhão, o enorme jaburu, a formosa gaivota e o barulhento jacu-cigano. Casais de araras cortam o céu e beija-flores adornam os arbustos. Borboletas em grande quantidade nos acompanham e, às vêzes, dão uma côr amarelada à costa.

A temperatura é agradável. Sòmente à tarde sopra o vento do norte provocando o "banzeiro" que mais de uma vez interrompeu a nossa viagem. Ao anoitecer volta a quietude e deitados na praia admiramos o céu goiano. As estrêlas parecem maiores e a lua cheia irradia uma luz de claridade quase diurna.

Desde Leopoldina os índios Carajás nos acompanharam e em Santa-Isabel, na ilha do Bananal, ficamos com êles durante várias semanas. A respeito dêles falaremos mais tarde. Prosseguimos 35 léguas rio abaixo e ali perto de Macaúbas entramos na ilha do Bananal com a intenção de procurar os índios Javaés.

Ilha do Bananal — Como é sabido essa ilha fluvial é a maior do mundo. Seu comprimento é de uns 400 quilômetros e sua largura de 120 quilômetros.

Está quase completamente desabitada. Sòmente em sua margem ocidental sôbre o rio Araguaia há cinco aldeias Carajás, com um pôsto do S.P.I., e dois núcleos de religiosos, um dos quais fôra até bem pouco um leprosário. Na margem oriental da ilha há duas aldeias Javaés, e uma no meio da ilha, sôbre o rio 23, ou Riozinho. Tôda a população da ilha talvez não ultrapasse 400 habitantes. Os dois mapas que tínhamos conosco, se contradiziam completamente. Nos 18 dias de caminhada pela ilha, o nosso único meio de orientação era a bússola. Margeamos o Araguaia até o sul e depois dobramos para leste para alcançar, em um dia de marcha, o Riozinho. Não o conseguimos e ficamos sem água. Atravessamos um campo de uns 30 quilômetros de extensão semeado de casas de termitas chamadas "cupim", que neste lugar tomam formas curiosas; às vêzes são altas e ponteagudas e outras vêzes envolvem alguma árvore. Ao anoitecer, quando suas silhuetas se recortam no céu, algumas adquirem formas humanas, e de outras saem ramos de árvores que se erguem para o céu, como dois braços. Pareciam personagens lendários sofrendo por seus pecados. No dia seguinte, chegamos ao Riozinho e o transpusemos. Continuamos até o sul seguindo as curvas do rio e dos lagos que o acompanham. Os 200 quilômetros que cruzamos representam uma formosíssima região de lagos com vegetação alta em suas margens. Muitos dêles se interligam e outros estão em comunicação co mo rio.

Cardumes de piranhas há em tôdas essas águas e muitos peixes pequenos, raros e coloridos que bem poderiam estar em qualquer aquário.

Peixes como o tucunaré e o bagre abundam no rio. Se bem que em todos os lados da ilha haja jacarés, foi no Riozinho onde vimos um de tamanho monstruoso. Tinha mais de 6 metros de comprimento e o formato do crânio apresentava tôdas as características do crocodilo africano. Vimos também algumas arraias de 50 a 60 centímetros de diâmetro, com ferrão negro e venenoso na cauda.

Não passamos um só dia na ilha sem ver uma dezena de veados e cervos, algum tapir e várias capivaras. Para um caçador é um lugar ideal esta ilha. A caça e a pesca representam para nós uma grande ajuda para a alimentação. O rio e os lagos estão acompanhados por uma faixa de vegetação alta, que poucas vêzes sobrepassa os 20 metros, atrás desta faixa há um campo com capim alto às vêzes até com 2 metros, interrompido sòmente por pequenos bosques. Num dêstes encontramos orquídeas de aspectos bem raros, que perdi num acidente no caminho.

Para mostrar os pontos referidos projetou mais uma série de fotografias: margens do Araguaia com a vegetação alta característica e sua destruição pela enchente; grandes praias (de 250 a 500 metros de largura); paisagens típicas da ilha do Bananal, mostrando que sòmente nas margens das lagoas a vegetação é alta; lagos pitorescos; campos de capim mais altos que um homem; animais encontrados (cobra, anta, piranha).

Justificou algumas falhas das fotografias, dizendo que muitas foram reveladas na própria excursão e outras esperaram 5 ou 6 meses para serem reveladas, e prosseguiu:

Com os Javaés — Depois de 14 dias de marcha, avistamos uma pequena aldeia de Javaés, a do chefe Itediocré, que não figura em nenhum roteiro, e cujos habitantes não tinham visto homem branco havia muitos anos. Não falam português e não usam objetos de civilizados, a não ser alguns colares, facas, um facão de mato e uma tesoura. O idioma dêles é o mesmo dos Carajás, com ligeiras modificações, idioma do qual havíamos organizado um vocabulário e aprendido o suficiente para nos entendermos com êsses índios sem intermediário, pois andávamos sós, sem guias nem intérpretes.

Fomos recebidos amigàvelmente e nos dois dias que passamos com os Javaés foram suficientes para comprovar, que êste povo vive uma vida feliz e contente sem contacto com a civilização, e sem necessitar dela. Tudo quanto necessitam: alimento, fôlhas para construir seus ranchos e material para fabricar suas armas e enfeites, encontram no bosque e no rio. Cultivam mandioca e milho e abastecem-se dos bananais existentes na parte oriental da ilha. Vivem sem sal, e é talvez o único benefício que a civilização poderia dar-lhes. Ofereci-lhes carne de anta, e a rejeitaram, pois êles não comem carne de animal de espécie alguma. Quando, porém, souberam que estava temperada com sal, devoraram-na ansiosamente.

O Javaé é altivo, sincero e desembaraçado, ao mesmo tempo que é humilde, astuto e desconfiado, seu irmão, o Carajá. Aquêle é um verdadeiro senhor e dono da selva e do rio. Êste ao contrário, transformou-se em escravo da civilização, pois aprendeu a usar os seus produtos, entretanto não aprendeu a produzí-los nem a ganhá-los honestamente. Eis aqui o efeito do avanço atropelado da nossa cultura, e talvez de uma tática perniciosa, que empregam tantos os agentes do govêrno como os religiosos, que é a tática dos presentes. Desta maneira se lhes ensina ver em cada brancò um indivíduo obrigado a dar objetos e dinheiro ao índio, sem que êste tenha que fazer ou dar alguma recompensa. É uma semente segura para o mal-entendido entre o selvícola e a civilização ocidental e talvez o caminho mais seguro para o desaparecimento do indígena americano.

Quanto aos costumes, língua e maneira de vida, estas se assemelham tanto à dos Carajás, em sua forma primitiva, que podemos falar ao mesmo tempo de ambas as tribos.

A vida privada do Carajá — A tribo dos Carajás pertence à família dos Gês. Está desaparecendo, pois nos últimos 20 anos diminuiu de 3 000 indivíduos para 600. Vivem em pequenas aldeias durante o inverno sêco nas margens do Araguaia e durante a época das chuvas em seus barrancos altos. E um povo essencialmente aquático, e em sua canoa chamada "ubá", feita por êles mesmos de um só tronco, se sentem verdadeiros anfíbios. O arco e a flecha lhes servem para pescar, entretanto para abater qualquer animal da terra, servem-se do cacete ou bordão. Na luta com o homem, ao contrário, só usa, melhor dizendo, usava a lança com osso de onça na ponta. Pode-se reconhecer com segurança o Carajá e o Javaé por um círculo tatuado nas bochechas dos homens e mulheres chamado "omaruro".

No interior do rancho atualmente a única vestimenta da mulher é uma faixa feita do tecido que se extrai de debaixo da casca de uma árvore e que depois de

uma volta na cintura esconde o corpo. O homem, ao contrário, usa só um barbante com que amarra os órgãos.

Ao entrar na aldeia, nos circundam pássaros domesticados, garças, mergulhões, jaburus e as formosas araras azuis e vermelhas, estas últimas de alto aprêço para êles. Seu valor é igual ao de um par de dentes de capivara, com o qual fabricam adornos de orelha para as crianças, e o de uma canoa. São êstes três os maiores valores que conhecem.

Para ser bem recebido pelos Carajás, é necessário ir bem munido de presentes, entre os quais o fumo não é de desprezar. Se o visitante conquista suas simpatias, fazem-no sentar na esteira que cobre o solo, e começam a interessar-se por suas vestes e pelos objetos que leva à vista. Respondem às perguntas lentamente, pensando bem na resposta. O que um diz em carajá, sempre repetem, e entre sorrisos criticam-no com a espôsa e outras pessoas presentes, de igual modo como outros atos do "tori" nome dado por êles ao branco. O Carajá é um crítico amável. Conversando não interrompe o trabalho. Pois sim. Ouvi muitas vêzes dizer que o índio não quer trabalhar, que é vagabundo. A verdade, ao contrário é que êle não quer fazer o que a civilização lhe impõe. Êle não é agricultor, não é boiadeiro, não quer rachar lenha nem carregar areia.

Nessa altura da palestra outra série de fotografias foi projetada: um Javaé — o melhor amigo dos excursonistas; o mesmo com um menino que compreendia algumas palavras de português; Javaés pescando com arco e flecha; preprarativos para a partida, focalizando a despedida dos índios e a travessia do rio.

Como a tradução só havia sido feita até êste ponto o conferencista continuou a palestra à medida que ia projetando algumas fotografias.

Disse êle ainda:

Apraz-lhe, porém, pescar com sua flecha, levantar-se de noite para caçar tartaruga, pela madrugada percorrer as praias à cata de ovos de tataruga e trepar nas árvores para colhêr mel ou filhotes de papagaios. E assim, no remanso da habitação, com paciência única, fabrica as próprias flechas, trança os canastros e arranja os enfeites para a cabeça, orelhas, braços, pernas e lábios.

A mulher sabe fiar o algodão e fabricar com êle as indumentárias que são usadas pelo homem e a criança. Ocupada nesta tarefa entretém a conversa com o visitante. De quando em quando se levanta para ir à cozinha, situada em um dos ângulos do rancho que abriga três ou quatro famílias. A base da alimentação é o pescado. Outras comidas há feitas de mandioca, milho e arroz, como o "cabuji" que só é tido por bom tendo a mulher cuspido no tacho o milho por ela mastigado. Comem também mel, bananas e frutas colhidas no bosque.

A mulher também se incumbe da cerâmica, não só na fabricação de pratos, caçarolas e jarros como também na criação de bonecos em cujo estilo típico conseguem trabalhos originais.

A língua dos Carajás está pejada de guturais e vozes aspiradas e parece, especialmente em bôca de mulher, mais uma língua gemida do que falada. É ainda de notar-se que a língua falada pela mulher não é a mesma do homem, embora a diferença não seja muito grande. No seu dialeto a mulher costuma aumentar as palavras, acrescentando-lhes sons e sílabas inteiras, como se tivesse mais tempo para falar. Por exemplo, a côr branca é para o homem "iuraré" e "icuraré" para a mulher. Filho é "riore" e "ricore". Faca é "máaú" e "maqué". Casca "hetó" e "hectocu".

O Carajá sabe contar sòmente até cinco, apesar de existir em sua linguagem nomenclatura para números até 20 e fazem seus cálculos com o auxílio dos dedos das mãos e dos pés. Porém, o Carajá de hoje aprendeu, em contacto com a civilização, as palàvras "cinqüenta" e "cem" e é capaz de reconhecer os cheques do Banco do Brasil.

Podemos observar a vida dêstes índios em sua plenitude através de constantes visitas. Quando está para nascer um futuro membro da aldeia, o pai se retorce de dores fingidas sôbre uma esteira. Entretanto, a mulher em silêncio sôbre outra esteira cumpre sua função de maternidade, ajudada por outras índias. Ao completar o terceiro dia de nascido perfuram-se os lóbulos das orelhas da criança, aos quais se dependuram formosos arcos e pintam-se-lhes o rosto com uma tinta roxa chamada urucum.

Quando é varão aos três anos mais ou menos, numa noite de plenilúnio pratica-se-lhe uma perfuração sob o lábio inferior. Neste orifício introduz-se um enfeite, o "oluó", a princípio de osso e depois de madeira, que se pode tirar fàcilmente e que varia na forma e no tamanho, segundo os gostos pessoais. Se o recenascido é mulher, aos três anos vestem-no com uma faixa negra de algodão que lhe cobre as partes pudentas. A criança passa a ser o centro de carinho e das atenções da família. O avô improvisa-lhe brinquedos, a mãe o pinta e penteia-lhe os cabelos. Aos 12 anos aparam-lhe o cabelo e pintam-lhe o corpo inteiro com uma tinha negra extraída do jenipapo. Esta pintura não se deve lavar. Logo que começa a desaparecer, por si mesma e tem já crescido o cabelo, são ferrados nas faces com dois círculos produzidos pela bôca do cachimbo em brasa. Com êste ato o jovem ingressa na coletividade Carajá. Êsses círculos são chamados pelo homem "omaruro" e "colomaruro" pela mulher e começa a usar uma faixa que confecciona para si da casca de uma árvore. Aos 16 anos o jovem está em condições de casar, pois aprendeu a arte de flechar peixes, colhêr mel das árvores, perseguir uma queixada e derrubá-la com um cacete, construir uma canoa de um tronco de árvore, por meio do ferro e do fogo.

E ainda há mais. Aprendeu a executar as danças e a entoar os cânticos do "Aruaná". Êste é o nome da festa eterna do Carajá. Festejam os dias de plenilúnio e os crepúsculos, a boa pesca, o comêço e o fim da estação chuvosa, o achado de ovos de tartaruga, e ... as alegrias da dança. A uns 100 metros da aldeia se encontra a casa do "Aruaná", na qual se encerram as vestes dos dançarinos e na qual a mulher não tem acesso, sob pena de converter-se em mulher de ninguém. As mulheres, do mesmo modo que as crianças, não podem falar coisa alguma relacionada ao "Aruaná". Os homens se congregam em tôrno desta "casa de mistérios", como numa espécie de clube e dali saem os bailarinos, dois a dois, com passos indolentes, meneando-se e cantando. Na extremidade do caminho, a uns 50 metros dali, está a mulher — no máximo duas — que intervém na dança. Ela espera os bailarinos movendo-se graciosamente e passando as mãos pelo ventre. Os dançarinos se acercam da jovem, dançam em volta dela, circundando-a, ameaçando agarrá-la até que ela num momento dado, escapa das suas mãos. Os cânticos numa linguagem alterada e que só os homens compreendem, dizem coisas como esta:

"Bicho feio, bicho bravo — come tudo!
Mulher boa, fruta doce — foge, foge!

Em síntese, assistimos a uma representação teatral da luta do mal contra o bem, em que o mal é mais forte porém, não vence, porque o bem sempre encontra uma saída para sua salvação.

O casamento é simples e sem muita cerimônia. Assegurado o acôrdo dos pais os amigos do noivo levam as armas dêste à casa da noiva. Se esta aceita o oferecimento o matrimônio está concluído.

Passam-se os primeiros dias da vida matrimonial sem efetuar-se a união carnal, tratando os nubentes da aproximação espiritual entre êles. Naturalmente isto se dá quando a mulher é virgem. Sendo viúva ou desquitada a simples união sexual consuma o casamento e muitos Carajás contam três ou quatro espôsas.

Reina um mútuo respeito entre os esposos e o homem nunca dá um passo sem consultar a mulher. Nos momentos de ciúmes a mulher puxa os cabelos lisos e compridos do homem que descem até a metade dos ombros e o homem contravém com beliscões e cajadadas nos casos mais sérios. Nos dias de paz, a espôsa se encarrega de enfeitar o marido dos pés à cabeça com figuras que revelam grande imaginação e senso artístico. Também unta-lhe de azeite de côco o cabelo e passa longas horas a penteá-lo. Os enfermos são curados pelos feiticeiros com ervas e movimentos misteriosos, destinados a tirar-lhes o feitiço do corpo. Se o Carajá morre não é atribuída a sua morte a uma enfermidade, senão a um feitiço de algum inimigo e muitas vêzes os parentes se vingam assassinando os supostos culpados.

Enterram o morto de costas envolvendo-o em uma cobertura de modo a impedir que a terra toque o corpo. Junto aos pés põem um prato com comida — onde o espírito vai comer. Dois anos após, a sepultura é aberta e os ossos extraídos dela são encerrados num pote em que voltam a ser enterrados. O homem chora cinco dias pela morte da espôsa, enquanto esta o faz até o florescer do ipê

ou "pau d'arco", às vêzes durante o ano inteiro invocando em altos vozes: "os brancos vivem uma eternidade, só o Carajá morre jovem!" — E quando chega a época dos ovos da tartaruga: "onde estás meu marido, para comer conosco os ovos de tartaruga, onde estás? Mas quando a mulher se cansa de chorar ou não tem disposição para fazê-lo, presenteia outra, que possa substituí-la nesta tarefa.

O chefe da aldeia é eleito e governa a sua aldeia assistido por um conselho de três membros. Esta função, naturalmente, vai sendo reduzida com o avanço da civilização e esta redução pode aplicar-se a tudo o que acabamos de ver, tanto dos costumes como também do número de componentes da tribo pois, como já dissemos, a civilização não consegue adaptar êste selvícola ao quadro econômico e cultural do nosso tempo. O Carajá, o Javaé, o Tapirapé, continuarão vegetando sob o jugo da "civilização benfazeja" até desaparecerem algum dia por completo.

Terminado o tempo usou da palavra o Eng.º Christovam Leite de Castro, que chegara em meio da palestra, referindo-se aos três tipos de reuniões estabelecidas pelo C.N.G., tertúlias, seminários e reuniões avulsas, explicando em que consistia cada uma delas.

Fêz referências elogiosas ao tertuliano e à palestra, ressaltando o sentido de confraternização americana que representava a reunião — excursão de um argentino ao centro do nosso país, dizendo ser um fato digno de louvor o Brasil ter sempre o coração aberto aos estrangeiros de boa vontade.

Como de costume iniciaram-se os debates, constatando a Prof.ª Gilda a coincidência de, no reinício das tertúlias, que há alguns meses não se têm realizado, ter-se tratado de questões referentes ao Araguaia, recordando que na inauguração dessas reuniões, o coronel Lísias Rodrigues referiu-se ao Tocantins. Se o coronel Lísias já nos tinha trazido informações sôbre a região, colhidas através de suas viagens, o Sr. Tibor Sekelj trouxe-nos mais alguns valiosos detalhes. Assim os tertulianos vão contribuindo para o maior conhecimento do Brasil.

Em seguida o Eng.º Leite de Castro encerrou a sessão agradecendo ao colaborador e anunciando o próximo seminário sôbre o estudo da imigração no Brasil.

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Seminários de Estudos Geográficos

ATA DO 2.º SEMINÁRIO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS, REALIZADO EM 29 DE JANEIRO DE 1946, NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

SEMINÁRIO SÔBRE "ASPECTOS GEOGRÁFICOS DAS MIGRAÇÕES". A IMIGRAÇÃO EUROPÉIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL. OS PROBLEMAS ATUAIS DAS MIGRAÇÕES PELOS SENHORES DR. PÉRICLES DE MELO CARVALHO, GAVIÃO GONZAGA, ARTUR RAMOS, DR. JOÃO MARTINS DE ALMEIDA, JOÃO ALBERTO, PROF. CÂNDIDO MELO LEITÃO, CEL. ADIR GUIMARÃES, PROF. CARLOS DELGADO DE CARVALHO, ENGS. LEITE DE CASTRO E VIRGÍLIO CORREIA FILHO.

Abrindo a sessão o Eng.º Virgílio Correia Filho convidou os membros do Conselho de Imigração e Colonização a fazerem parte da mesa, dizendo não ser necessária a apresentação do Dr. Péricles de Melo Carvalho, por ser o mesmo um nome amplamente conhecido do público presente. Em seguida deu-lhe a palavra.

Inicialmente o Dr. Péricles de Melo Carvalho disse que não iria fazer uma conferência e sim, aproveitando a oportunidade que o I.B.G.E. lhe oferecia, expor em linhas gerais o problema imigratório no Brasil.

O assunto por êle tratado, foi, em síntese, o seguinte:

O objetivo da palestra é esclarecer alguns pontos do problema; colocá-lo na sua devida situação, desfazendo as idéias errôneas que circulam pelo público. Não há uma opinião geral e coerente a êsse respeito entre os que debatem a questão. Para se compreender o aspecto geral do problema é necessário um retrospecto histórico. O movimento migratório é essencialmente humano; é a luta do homem contra o meio procurando na zona habitável o seu verdadeiro ecúmeno; é uma luta de causa econômica e climática, especialmente de adaptação.

As migrações humanas vêm desde o fim do período paleolítico, depois da última glaciação, quando os cromagnóides invadem as terras dos homens de Neandertal. Seguem-se outras migrações históricas observadas nas civilizações cretense, egea, romana, persa, grega, etc. em movimentos de conquista e de domínio. Sempre o hòmem procurando o meio habitável e as condições mais favoráveis para a sua sobrevivência.

Refere-se o conferencista aos vários fatôres que influem sôbre êsses deslocamentos, de forma direta e indireta, tais como, o *clima*, as *raças* e *povos*, que hoje sofrem restrições em seus conceitos. Fala sôbre as diferenças individuais no conceito moderno para distinção de povos, abolindo-se as antigas classificações de raças puras, desde que a miscigenação e todos os fatôres ecológicos, colocam hoje em dia o problema em têrmos diferentes. Discorre sôbre os vínculos de união entre os povos: a língua, a religião e os interêsses econômicos; como fatôres que excluem o conceito de raças puras.

Outra importante questão abordada foi a de *fronteiras*, divididas em naturais e orgânicas, e, outra ainda, o *desequilíbrio econômico dos povos*, analisando os fatôres de produção e consumo, como causas das migrações parciais ou em massa.

O índice de vida é uma das causas de maior interêsse para o equilíbrio entre os povos. O rompimento dêsse equilíbrio é muito grave e constitui problema mais importante para as trocas econômicas e migratórias. Já se tentou resolver essa questão em várias épocas, sendo de mencionar a última na reunião de Chapultepec. Êsse rompimento pode provocar uma concorrência e daí o deslocamento de massas dos países de índice mais baixo para o de índice mais alto. Essa tendência tem uma influência muito grande na questão da aquisição. Analisa a "lei do consumo" de Engels estabelecida sôbre o cálculo nos agrupamentos — famílias, pela qual a predominância de consumo é alimentar quanto mais baixo é o índice de vida diminuindo quando se eleva o *standard* econômico.

Êsse índice econômico é muito importante e tem influência para as trocas.

Todo país de imigração tem naturalmente necessidade de elevar o seu *standard* de vida, para poder entrar no mercado concorrente. Daí a necessidade de nivelamento. Os desequilíbrios têm provocado crises tremendas em diversas partes do mundo, e obrigado os povos a tomarem medidas drásticas de emergência, como o Brasil, queimando café, o Império Britânico imobilizando campos de cultura e sacrificando a borracha na Malásia, etc.

Enuncia a seguir o que denominou de postulados imigratórios, estabelecendo as condições de atração ou repulsão das massas, ora pela fixação, ora pelo sucesso dos primeiros imigrantes, e pelos recursos postos a serviço da imigração.

Menciona os *métodos clássicos* — Para aplicação dessas leis entre os quais se distinguem:

1) Formação de condições favoráveis à fixação do imigrante: amparo econômico, assistência social e moral, possibilidade de integração econômica e política, etc. Com essas condições dá-se a integração paulatina do estrangeiro, dentro do processo que se pode denominar de "naturalização progressiva", onde essas fases são medidas e comparadas, a exemplo dos Estados-Unidos. No Brasil ainda não há sob essa forma sistemática e orientada, o processo de integração por etapas;

2) propaganda baseada em informações completas, a fim de que o imigrante não seja iludido;

3) seleção e recrutamento, devendo-se aproveitar com exatidão o momento propício e verificando-se o volume e o grau de interêsse do país;

4) outro fator de influência na vinda de imigrantes é a concessão aos mesmos de benefícios e facilidades.

O problema no momento atual — Aplicando-se aqui os métodos clássicos e princípios gerais pode-se afirmar se a questão da migração é sempre útil ou não a um país. O aproveitamento das riquezas naturais constitui um dos objetivos do país dentro dos princípios gerais orientadores de sua política de progresso. Serão as riquezas naturais melhor aproveitadas ou sòmente exploradas pelos nacionais, fechando-se assim o país dentro de si mesmo ou haverá maior lucro na colaboração estrangeira? Devemos aceitar a colaboração alienígena útil? A troca de conhecimentos na época atual devido a todos os meios de contacto une e tende a facilitar ainda mais esta colaboração entre os povos.

Neste ponto o Dr. Péricles fêz uma interpretação de um gráfico por decênios, comparando vários países e mostrando a grande entrada de imigrantes nos Estados-Unidos. Comparou, em seguida, êste com o gráfico da distribuição de estradas no nosso território.

Fazendo um estudo histórico da imigração no Brasil analisou um gráfico da curva imigratória desde o Império aos nossos dias, assinalando os períodos áureos para o movimento imigratório brasileiro, entre os quais os de Deodoro, que estabeleceu uma subvenção para o fomento da imigração e o de Floriano Peixoto, que transferiu o direito de imigração de federal para estadual. No final do govêrno de Prudente de Morais a imigração caiu com as restrições estabelecidas. Afonso Pena e Nilo Peçanha estimulam a imigração, o primeiro com a criação do Serviço de Povoamento do Solo, e o segundo facilitando as passagens de imigrantes. Hermes da Fonseca também decreta leis de auxílio abrindo créditos. Concluindo que a imigração cresceu sòmente nos momentos em que o govêrno facilitou os meios de fomento.

De 1883 a 1930 a média anual da imigração só atingiu a 79 mil imigrantes, para descer a menos de 30 000 em 1930, com a restrição quantitativa e qualitativa estabelecida pela legislação posterior, apresentando o Brasil um *deficit* de cêrca de 600 000 imigrantes, dentro de sua marcha normalmente pequena.

No período da última guerra as restrições maiores levaram a imigração a uma fase de negação total. Essa crise será solucionada com a nova política imigratória estabelecida pelo decreto de 18 de setembro de 1945, muito mais liberal.

A nova lei procura dar possibilidades ao país, remover as dificuldades que lhe haviam sido criadas, sem contudo excluir a quota constitucional de 2%. A legislação atual resolveu também distinguir a migração dirigida da espontânea.

O problema atual da imigração no Brasil resume-se considerando-se o mesmo uma questão premente, atual e imediata, cuja solução exige pressa. Em primeiro lugar pela necessidade de maior número de braços para a lavoura, e para as profissões em geral.

Sem dúvida há excedente de população, dentro do próprio país, porém êsse excedente nem sempre poderá satisfazer, porque, além de insuficiente, oferece outras condições de ordem técnica e econômica difíceis de serem completadas.

O Brasil tem necessidade da imigração técnica e produtora, mas precisa também de braços para a lavoura, como já foi dito, para que a solução não seja agravada com desequilíbrio de aumento da população urbana sem o correspondente aumento da produção agrícola.

Enquanto no Brasil há necessidade de incentivar a imigração, na Europa há um excedente de população em situação precária econômica e financeira. Compreende-se assim a urgência na solução do problema imigratório intimamente em contacto com as questões sociais.

Êste excedente de população européia nos leva a concluir que estamos dispondo no momento de uma grande quantidade de elementos que podem ser selecionados com rigor para seu máximo aproveitamento no Brasil. Poderíamos mesmo escolher zonas favoráveis de populações na Europa. Um exemplo típico é a Itália onde há excedente de técnicos e trabalhadores qualificados, produtores e colonos, que seriam òtimamente utilizados no Brasil. Apresentam os italianos ainda a vantagem de ser um elemento fixador.

Portugal também apresenta um caso semelhante de disponibilidade imigratória favorável, embora seus problemas de excedente demográfico na metrópole, não possam ser imediatamente resolvidos, visto que o govêrno português não pretende permitir senão a emigração das populações coloniais. Enfim: na Europa há grande número de imigrantes disponíveis, de fácil seleção para o Brasil.

Os meios de solução — Entre os meios mais eficientes de solução do problema está o restabelecimento das linhas de navegação. Êste é um problema sério, que não poderá ser resolvido antes de 6 meses.

Dentro dêste período há problemas a serem resolvidos para facilitar a colaboração do govêrno, tais como:

a) levantamento do cadastro de mão de obra, isto é, saber quais as necessidades reais, em colaboração com as classes e com os órgãos.

b) preparo interno com a reorganização e readaptação dos órgãos administrativos para recebimento e orientação das novas correntes, visando facilitar a tarefa do govêrno, a fim de que não se agravem mais os problemas da habitação e alimentação nos centros urbanos. Colaboração com emprêsas de transportes, associações e órgãos interessados. Aumentar os meios de hospedagem o recebimento e colocação.

c) formação de núcleos coloniais e criação de agências no exterior para a seleção, recrutamento e embarque;

d) financiamento e plano de colonização.

Ao lado dêstes problemas deve-se pensar no estabelecimento de órgãos de defesa para os trabalhadores quer nacionais como estrangeiros, visando evitar conflitos ou concorrência estrangeira. Deve-se fazer, conservar e prever meios na legislação que possam resolver tais assuntos. É preciso que não haja uma diferença entre o trabalhador estrangeiro e o brasileiro. Não nos devemos ater a um negativismo nem ao contrário defender a imigração total sem restrições para que possamos realizar, no devido tempo, esfôrço honestamente orientado de resultados satisfatórios para o Brasil, que assim em futuro próximo sentirá os efeitos dêsse trabalho e seu futuro será orientado num alto sentido digno da nossa geração.

Terminada a palestra o engenheiro Virgílio Correia Filho passou a presidência ao engenheiro Christovam Leite de Castro, que deu início aos debates.

Inicialmente o Dr. Gavião Gonzaga, pedindo a palavra, disse estar de acôrdo em dois pontos: a) necessidade da urgência da corrente migratória; b) a sua qualidade e quantidade. Apresentou porém uma dúvida. O europeu tem o seu meio de vida em nível bastante elevado. Nós precisamos reconhecer que as condições de vida do Brasil são inferiores. O amparo ao imigrante deve ser não só

na sua chegada, como também durante sua vida, para que não se verifique os 40% de regresso que as estatísticas mostram. O imigrante precisa de uma assistência especial, mas precisamos considerar que o brasileiro também. Para darmos ao imigrante o que êle necessita e deixarmos o nosso trabalhador de lado ou vice-versa é um êrro. As vontades são ótimas, os interêsses são muitos, mas como resolver?

Respondendo-lhe, o Dr. Péricles declarou que a questão de civilização e o conceito de alto nível são muito discutidos. O índice de vida do Brasil é atualmente muito melhor que o da Europa em face das dificuldades com que lutam os povos daquele continente. A questão de amparo ao trabalhador nacional bem interpretada revela que a legislação social trabalhista criou, de certo modo, um desnível no problema de mão-de-obra.

No afã de proteção à grande massa de trabalhadores e não tendo sido concluído o programa de elevação do nível educacional dos mesmos, concomitantemente, observa-se um desequilíbrio entre as noções de *dever* e *direitos*, na grande massa operária do país. Êsse desequilíbrio deverá ser corrigido, em benefício da produção, devendo o govêrno iniciar um programa de educação e aperfeiçoamento do trabalhador, para torná-lo digno da legislação protetora.

Sôbre a questão de se dar mais ou menos favores ao trabalhador estrangeiro, em relação ao nacional, respondeu que a seu ver o problema deve ser o de criar facilidade e auxiliar tanto uns como os outros, de forma a que nunca o trabalhador nacional receba menos que qualquer imigrante.

O necessário é que ambos tenham assistência. Referindo-se à aculturação pediu o Prof. Artur Ramos, como técnico no assunto, que esclarecesse a questão.

Usando da palavra o Prof. Artur Ramos iniciou dizendo que o imigrante de que nós temos mais necessidade é o rural e a proteção a êle é antes de assimilação. Não está apenas em dar um confôrto técnico; o próprio mecanismo da entrada faz com que com o tempo se assimilem. A assimilação no Brasil é espontânea. Desde a 2.ª geração o europeu passa a ser brasileiro. Os meios de comunicação hoje são tão rápidos que a humanidade é uma só. O cuidado de fixação passa a segundo plano porque isto se dá e os que voltam, inassimilados, constituem até um benefício para nós. Tudo indica o trabalho de absorção e miscigenação, processos fundamentais na fixação de imigrantes.

O Dr. João Martins de Almeida examinando o problema sob o ponto de vista médico, disse não existir mais aqui aquêle povo "mui formoso e limpo de corpo" da época de Cabral.

Hoje grande parte é doente, e deve-se levar isto em conta quando se pensa na imigração. A seleção feita na Europa é precária, e os imigrantes são em geral portadores de doenças contagiosas, destacando-se a sífilis e a tuberculose, e não nos convém o aumento dos males que já possuímos.

Lembrou que justamente os imigrantes do sul europeu, incontestàvelmente os mais indicados ao nosso país, oferecem um índice elevado de tuberculose, embora não se apresente a terrivel peste branca em forma pulmonar.

Lembrou a necessidade de criteriosa seleção dos imigrantes antes do embarque, que ainda deve ser condicional, ficando para o julgamento definitivo o reexame na Estação Sanitária a ser criada na ilha das Flores, onde a "abreugrafia" e outros métodos de pesquisas constituirão o filtro final.

O Dr. Gonzaga concordou com todos os apartes, mas declarou que suas palavras não haviam sido bem interpretadas. Afirmou que não devia se pensar que o Brasil fôsse o ideal. Podem se aclimatar, mas não estão desejosos em vir, nem o Brasil tem a prioridade. Para radicá-los é preciso que se implore. O clima é rude, há doenças próprias dos trópicos, etc. Não devemos ser excessivamente otimistas.

O professor Melo Leitão pedindo a palavra, afirmou que no caso dos 40% que voltam dá-se o seguinte: os que vêm sòzinhos voltam mas os que vêm com a família se radicam.

Disse o conferencista que as estatísticas só registravam as entradas. Não registravam a fixação e nessas entradas estavam incluídos os turistas.

Voltando ao debate o Dr. João Martins de Almeida, referiu-se à fixação de camponeses italianos em solo brasileiro, citando casos de seu conhecimento pessoal em São-Paulo, em que alguns dêles, depois de ricos, foram visitar o país de origem e não se adaptaram mais aos seus hábitos, regressando ao Brasil com mais amor à nova pátria adotada.

O coronel Adir Guimarães constatou que antigamente havia processos, principalmente o de paga, para trazer imigrantes e o mesmo imigrante aqui chegava várias vêzes.

Tomando a palavra novamente o professor Melo Leitão disse que o clima não é tão mau e a questão das doenças tropicais já está se apagando. Muitas das doenças graves que aqui existem vieram da Europa. É preciso evitar também que venham ganhar dinheiro para voltar.

O professor Delgado de Carvalho afirmou que nós precisamos de imigrantes sãos e acompanhados, mas também de analfabetos para que se fixem nas zonas rurais. Há muitas vantagens do analfabeto, pois êsses não trazem a sua cultura, a idéia de grandeza de seu país e nunca constituirão um quisto; sua assimilação é mais fácil. O instruído vai para os centros urbanos complicar ainda mais a questão da habitação. Um dos sérios problemas é o dos indivíduos sem profissão.

Em seguida o ministro João Alberto afirma que não devemos deixar de resolver as dificuldades. Os insucessos da imigração são grandes e os perigos maiores. O que o fazendeiro quer é aquêle que trabalha por pouco dinheiro, com o fim de se tornar proprietário. O Brasil já recebeu analfabetos, porém hoje o horror ao analfabetismo é uma verdade. A primeira pergunta que se ouve quando se chega ao interior é se há escolas.

Quanto à diferença de tratamento entre o imigrante e o caboclo diz que o segundo deve adquirir primeiramente uma série de hábitos, para ter a ambição de ganhar dinheiro e o estrangeiro já vem com êsses hábitos. Não devemos, porém, dar preferência a um ou a outro; deve-se abrir crédito para o que vai produzir, seja êle brasileiro ou estrangeiro.

A dificuldade de transporte é enorme e dos que vão para o interior 80% voltam para a cidade. A solução do problema é muito cara. Não é um problema só do govêrno; é um problema geral.

Prosseguindo o engenheiro Leite de Castro esclareceu que chamou o problema a debate para que se considere o aspecto geográfico e não a imigração em si mesma.

Sob o ponto de vista demográfico — A densidade de população é muito pequena. Os mapas assinalam dois Brasis: o litoral, povoado, e o interior, com pequena população. É um país colonial em que há uma metrópole e uma colônia dentro de suas fronteiras.

As estatísticas não são tão más. A interpretação é que é perigosa. A maior imigração é a defesa à mortalidade infantil no Brasil.

Em verdade o assunto é muito complexo, mas que há de planejado, para que melhor possamos orientar o nosso trabalho?

Respondeu o Dr. Péricles que o Departamento Nacional de Imigração está trabalhando ativamente.

No Brasil as idéias abundam; os planejamentos também, as iniciativas de caráter prático estão sendo tomadas. A coordenação de diversos órgãos que tratam do assunto está sendo tratada.

A reforma da ilha das Flores e a ida de técnicos ao estrangeiro em missões de selecionar imigrantes, são medidas urgentes e práticas tomadas pelo govêrno.

Quanto à mortalidade infantil disse êle que devemos nos lembrar que é maior nos centros urbanos pela falta de braços na zona rural com a conseqüente diminuição de produção para melhor alimentação da população das cidades. O *standard* de vida outrossim influi.

Em resposta à pergunta do engenheiro Leite de Castro sôbre a zona que o C.N.G. deveria estudar em primeiro lugar disse o Dr. Péricles que não poderia dar uma resposta imediata, devido à complexidade de tais problemas sujeitos a estudos de vários órgãos e diferentes aspectos.

Fazendo uso da palavra o coronel Frederico Augusto Rondon esclareceu que a imigração está ligada à colonização; uma não pode ser estudada sem a outra. Estamos externamente assumindo compromissos de potência e um país não pode impedir a imigração. A capacidade de assimilação do nosso sertanejo à civilização é comprovada. Entre as muitas provas temos a do serviço militar. A solução do problema está em uma organização.

Não havendo mais debates a serem feitos o engenheiro Leite de Castro, agradecendo a todos os presentes e especialmente ao Dr. Péricles de Melo Carvalho pela valiosa contribuição a tão complexo problema, encerrou a sessão.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho de Imigração e Colonização

NOMEADO SEU PRESIDENTE O MINISTRO JOÃO ALBERTO LINS DE BARROS — A CERIMÔNIA DE POSSE — DISCURSO DO SR. MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — Por decreto de 12 de fevereiro último do Sr. Presidente da República, foi nomeado para exercer as funções de presidente do Conselho de Imigração e Colonização, o ministro João Alberto Lins de Barros. A cerimônia da posse teve lugar no dia 19, tendo pronunciado, nessa ocasião, o ministro das Relações Exteriores, o seguintes discurso:

"Cabe-me a satisfação de, em nome do Sr. Presidente da República, dar ao ministro João Alberto Lins de Barros posse do cargo de presidente dêste importante órgão destinado ao exercício de funções da maior importância para que o nosso país aumente, pela imigração abundante e selecionada o volume de sua população tão diminuta, em frente de nossa imensa extensão territorial.

Paralisadas há tanto tempo e por circunstâncias diversas as grandes correntes imigratórias, que, mesmo antes da nossa Independência começaram a afluir para o Brasil, não há como contestar a urgência de uma larga e bem orientada política destinada a recuperarmos o tempo perdido na obra, sôbre tôdas necessária, do povoamento do nosso solo.

Desde 1820, até a data das últimas estatísticas, o total dos estrangeiros entrados em nossos portos não atinge a reduzida quantidade de cinco milhões em contraste com a cifra de quarenta milhões importados pelos Estados-Unidos.

A nossa densidade demográfica é de uma pobreza alarmante, pois, chega apenas a 4,9 por quilômetro quadrado. Ora, é bem sabido que sem densidade demográfica não pode haver progresso material.

O drama da civilização brasileira consiste, pois, em que nos incumbe uma grave escolha: ou aumentamos ràpidamente a nossa população ativa, atraindo elementos humanos aptos, sadios e assimiláveis, ou estacionamos, correndo mesmo o perigo de retrogradarmos.

A solução é a que seguiram todos os países novos e em formação — fomentar a vinda de imigrantes, contribuindo para que se radiquem ao solo e se nacionalizem.

Mas a imigração espontânea é hoje pràticamente impossível. Tem de ser obra sistemática do poder público, que precisa encaminhá-la, localizá-la e fixá-la por uma política, que tanto participe do preparo das condições internas, inclusive o clima psicológico, como de ação diplomática nos centros de emigração.

Nenhum momento é mais oportuno do que o atual para pô-la em marcha, quando a população européia está em geral empobrecida, proletarizada e temerosa das conseqüências da última catástrofe político-militar.

Não há o mínimo receio de que os adventícios sejam concorrentes incômodos dos nacionais no mercado do trabalho, pois é notória a falta de braços por tôda parte. De outro lado as atuais condições da vida demonstram que são cada vez mais necessários os técnicos de qualsquer atividades e que êles contribuem para a criação de novas ocupações.

O engenho inventivo da humanidade aperfeiçoa-se vertiginosamente e, a cada descoberta, não surgem apenas novas fontes de riqueza ou de confôrto, bem-estar e até de cura para os males humanos. Cada criação no terreno da prática, da indústria e até da arte fomenta outras formas de atividades e de remuneração para o trabalho. Dessa maneira, comumente um povo é beneficiário da importação de um cientista ou de um técnico estrangeiro, de um especialista ou de um simples conhecedor dos segredos da perfeição industrial.

O govêrno do Presidente Eurico Dutra tem como um dos pontos fundamentais do seu programa a retomada de uma política imigratória de grande envergadura e conta para isso com a capacidade e o espírito público dêste Conselho a cuja frente é hoje colocado o ministro João Alberto. Pelo seu dinamismo, pelo seu espírito organizador, pelo sentido realista de suas atividades na administração, o novo presidente dêste órgão está destinado a realizar uma obra de maior significação, por cujo êxito formulo os melhores votos".

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Conselho Nacional de Geografia

Diretório Central

O BRASIL NA PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — APROVADAS AS CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS PARA OS MAPAS NA ESCALA DE 1:1 000 000 — Sob a presidência do Dr. Heitor Bracet, presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou-se no dia 4 de fevereiro último, na sede do Conselho Nacional de Geografia, a 1.ª reunião ordinária quinzenal do seu Diretório Central, com a presença da maioria dos membros.

Inicialmente foi aprovada a ata da reunião anterior, a que se seguiu a leitura do expediente mais importante e do *Diário do Conselho*.

Por proposta do engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho, foram aprovados diversos votos: de regozijo pela reorganização do Diretório Regional do Conselho no Estado da Paraíba; de congratulações aos membros do Conselho, ministro Bernardino de Sousa, engenheiro Moacir Silva e engenheiro Flávio Vieira pelas recentes investiduras em elevados cargos públicos; de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Ribas, ex-interventor federal no Paraná; de aplauso à Associação dos Geógrafos Brasileiros pelo êxito da reunião científica de Lorena; de simpatia ao II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria pela inclusão no seu temário de estudos de proble-

mas geográficos e estatísticos de atualidade; de satisfação pelo êxito da reunião no Brasil da diretoria do Instituto Interamericano de Estatística; de júbilo ao Dr. Osvaldo Aranha pela sua investidura como presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, em substituição ao presidente eleito que faleceu recentemente.

Ainda por proposta do secretário foi consignada em ata a satisfação do Diretório pelo efetivo empossamento dos dirigentes da nação livremente escolhidos pelo seu povo.

Na ordem do dia, foram baixadas três Resoluções: a de n.º 225, aprovando o quadro de consultores técnicos, assessores ao Diretório Regional do Conselho no Estado da Bahia; de n.º 226, provendo ao pagamento de um adiantamento; de n.º 227, aprovando as convenções cartográficas para os mapas na escala de 1:1 000 000, a serem adotadas pelos órgãos técnicos do país.

CAMPANHA GEOGRÁFICA DE 1946 NA BAHIA. BIBLIOTECA PÚBLICA DE MANAUS. MAPA DAS AMÉRICAS. MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO. INTEGRAÇÃO DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO NACIONAL. REUNIÃO DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA. JULGAMENTO DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS DE 1945 — Sob a presidência do coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, representante do Ministério das Relações Exteriores, realizou-se no dia 18 de fevereiro próximo passado a reunião ordinária do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, relativa à segunda quinzena do mês, presente a maioria dos membros.

Inicialmente foram lidos: a ata da reunião anterior, que foi aprovada; o expediente mais importante; e o *Diário do Conselho* referente à quinzena transata.

Por proposta do Dr. Péricles de Melo Carvalho, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi aprovado um voto de congratulações ao ministro João Alberto Lins de Barros pela sua investidura na Presidência do Conselho Nacional de Imigração e Colonização; e por proposta do Eng. Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho, aprovaram-se os seguintes pronunciamentos: de regozijo aos membros do Diretório, Drs. Ulpiano de Barros e Flávio Vieira pelas recentes promoções na administração federal; de aplauso ao Conselho Nacional de Estatística pela edição do livro *Brazil looks forward;* de reconhecimento ao govêrno do Estado da Bahia pela aprovação da campanha geográfica de 1946, a ser efetivada em colaboração com o Conselho; de contentamento pelo êxito com que se desenvolve a campanha lançada pelo Conselho em favor da restauração da Biblioteca Pública de Manaus, em a qual já se conseguiram cêrca de 4 500 livros; de simpatia ao Prof. Agnelo Bittencourt, secretário do Diretório Regional do Conselho no Estado do Amazonas, pela honrosa aposentadoria que lhe concedeu o govêrno do Estado; de congratulações à American Geographical Society pela conclusão do mapa das Américas na escala de 1:1 000 000.

O secretário do Conselho fêz minuciosa comunicação acêrca dos trabalhos da Comissão constituída pelo Conselho de Segurança Nacional, na qual representa o Conselho, encarregada do estudo dos problemas do mapeamento do território nacional e da fixação das normas técnicas para os trabalhos geodésicos, topográficos e cartográficos, e esclareceu as conclusões a que chegou a Comissão.

O secretário-geral leu também um memorial dos funcionários do Conselho sôbre a questão do aumento dos seus vencimentos, que foi devidamente examinado e debatido.

Em seguida, houve a solenidade da assinatura do têrmo da integração no Conselho do Instituto de Colonização Nacional, representado pelo diretor geral, tenente-coronel Frederico Augusto Rondon e sócios, que usou da palavra em agradecimento às saudações do presidente, do Dr Péricles de Melo Carvalho e do secretário-geral.

Na ordem do dia, houve as seguintes deliberações: foi aprovado o relatório das atividades do Diretório Central relativas ao ano de 1945 (Resolução n.º 228) autorizou-se a ida de delegados brasileiros ao México a fim de participarem da reunião dos dirigentes do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (Resolução n.º 229); estabeleceu-se nova discriminação das verbas do orçamento do Conselho (Resolução n.º 230); baixou-se a classificação, em julgamento final, das monografias geográficas apresentadas no concurso de 1945 (Resolução n.º 231); aprovou-se uma alteração do quadro de assistentes do Conselho (Resolução n.º 232); e finalmente foi considerada a representação do comandante Thiers Fleming, consultor técnico do Conselho, sôbre as divergências existentes nos mapas atuais da região limítrofe entre os Estados do Espírito-Santo e Minas-Gerais.

★

Secretaria Geral

CONFERÊNCIA DO ENG. LEITE DE CASTRO COM O CEL. LINCOLN CALDAS, DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO — Sôbre diversos assuntos ligados à geografia nacional, o Eng. Christovam Leite de Castro, secretário-geral do C.N.G., manteve, durante os meses de janeiro e fevereiro último, com o Cel. Lincoln Caldas, do Serviço Geográfico do Exército, várias e demoradas conferências. O Eng. Leite de Castro e o Cel. Lincoln Caldas são membros da Comissão encarregada do processo do mapeamento nacional.

★

VISITA DO GENERAL MAC NAUGHTON, CHEFE DAS FÔRÇAS CANADENSES NA ÚLTIMA GUERRA — Estêve em visita ao Conselho Nacional de Geografia no dia 4 de fevereiro último o general Andrew G. L. Mac Naughton que comandou as fôrças canadenses na última guerra. O general Mac Naughton que se encontra nesta capital investido no cargo de embaixador especial do Canadá à posse do Presidente Eurico Gaspar Dutra, veio acompanhado da sua Exma. espôsa, do seu ajudante de ordens major A. G. Canpten e com a assistência do cientista Pierre Dansereau, da Universidade de Montreal. O visitante percorreu tôdas as dependências do órgão geográfico do I.B.G.E., tendo o seu diretor Eng. Christovam Leite de Castro feito uma exposição sôbre o plano de trabalho do C.N.G. e mostrado as principais tarefas já levadas a efeito e por realizar, despertando vivo interêsse do ilustre visitante. Havendo exercido o cargo de ministro da Defesa Nacional do Canadá, até o último ano, bem como a presidência do Conselho Nacional de Pesquisas e Estudos, o general Mac Naughton dedicou especial atenção aos resultados das expedições de pesquisas e estudos realizados no interior do Brasil, bem como o andamento da campanha de coordenadas e outros empreendimentos culturais e técnicos, como sejam trabalhos cartográficos.

★

Regresso dos Estados Unidos de três técnicos do C. N. G.

Procedentes dos Estados Unidos regressaram ao Brasil os especialistas brasileiros: Srta. Edite Taunay Leite Guimarães e Srs. Armando Schnoor e Alcion da Fonseca Dória, técnicos do Conselho Nacional de Geografia que, naquele país, estagiaram em instituições especializadas em cursos de aperfeiçoamento.

Os Srs. Armando Schnoor e Fonseca Dória estiveram cêrca de seis meses freqüentando, como estagiários o U. S. Coast and Geodetic Survey onde se especializaram, o primeiro, no processo moderno de compilação e revisão de cartas geográficas, e o segundo no método de reprodução e impressão de cartas geográficas, bem como na moderna técnica fotográfica aplicada à cartografia. A senhorita Edite Taunay Leite Guimarães, que é a diretora da biblioteca do Conselho Nacional de Geografia, freqüentou a Library of Congress de Washington, tendo se especializado em bibliografia geográfica.

★

Quatro bôlsas de estudos para técnicos de Cartografia à disposição do C. N. G.

A Embaixada Americana, através da sua Divisão Cultural, comunicou, recentemente, ao Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário geral do C. N. G., que o mesmo dispõe de quatro bôlsas de estudos para técnicos de cartografia.

★

Concurso de monografias geográficas de 1945

O DIRETÓRIO CENTRAL DO C. N. G. PREMIOU CINCO CONTRIBUIÇÕES — OBTIVERAM AS DUAS PRIMEIRAS CLASSIFICAÇÕES OS TRABALHOS "REGIÃO NORTE" E "FERNANDO DE NORONHA" — TAMBÉM PREMIADAS UMA CONTRIBUIÇÃO MINEIRA E DUAS MONOGRAFIAS MATO-GROSSENSES. —

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, em sua última reunião, depois de aprovar os pareceres elaborados pela Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Cartografia do mesmo Conselho, que examinou e criticou as monografias geográficas concorrentes ao concurso relativo ao ano de 1945, proferiu julgamento final sôbre as mesmas proclamando em terceiro lugar o trabalho denominado *Região Norte*, do capitão Amauri Benevenuto de Lima, concedendo ao seu autôr o 3.º prêmio estabelecido pela Resolução 191 que deu normas àquele concurso, uma vez que não foi apresentado nenhum trabalho merecedor do primeiro ou segundo prêmios.

Em quarto lugar obteve classificação a monografia intitulada *O Território de Fernando Noronha*, cujo autor Sr. Américo Ribeiro de Araújo, residente nesta capital alcançou o 4.º prêmio. A classificação em quinto lugar recaiu no trabalho *Monografia do Município de Governador Valadares* de autoria do Sr. Guilherme Giesbrecht, de Minas-Gerais. Em sexto lugar foi classificada a monografia *Ensaio geo-físico do distrito de Camapuã* (*Município de Herculânea — Mato-Grosso*) da lavra do Sr. Carlos Garcia Queirós. Sendo classificada, por fim, em sétimo lugar, a contribuição *Carandá — monografia* (*Município de Pôrto Murtinho — Mato-Grosso*) de autoria do Sr. Bonifácio Camargo Gomes.

★

Concurso de monografias de 1946

Realizar-se-á mais uma vez, por intermédio do Conselho Nacional de Geografia, o concurso de monografias referentes a aspectos de Geografia municipal que, desde 1942, vem sendo efetuado regularmente.

O julgamento final das monografias, efetuado pelo Diretório Central do C. N. G., habilitará as monografias classificadas no Concurso a concorrer aos seguintes prêmios:

a) um 1.º prêmio de Cr$ 3 000,00;
b) dois 2os. prêmios de Cr$ 2 000,00;
c) cinco 3os. prêmios de Cr$ 1 000,00;
d) dez 4os. prêmios de Cr$ 500,00;
e) vinte 5os. prêmios de recebimento de tôdas as publicações editadas pelo Conselho durante 1945;
f) cinqüenta 6os. prêmios de recebimento dos números da *Revista Brasileira de Geografia* e do *Boletim Geográfico* referentes a 1945.

O campo dos trabalhos a serem apresentados ao concurso de 1946 é bastante vasto; poderão êles versar sôbre qualquer aspecto de Geografia municipal ou regional, incluindo num estudo único diversos municípios semelhantes quanto ao ponto de vista físico, humano ou econômico.

Poderão também ser aceitas para o concurso de 1946, monografias que tratem de problemas de Geografia Geral, especialmente quando êsses problemas se refletirem na Geografia nacional.

As monografias serão recebidas pelo Diretório Central até o dia 30 de julho, que emitirá o julgamento definitivo das mesmas até o dia 30 de outubro.

☆

VISITAS FEITAS AO CONSELHO NOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO ÚLTIMO — Estiveram em visita ao Conselho Nacional de Geografia nos meses de janeiro e fevereiro próximo passado os Srs.: Hamilton Garner e Marino Veríssimo da Fonseca, ambos do Conselho Nacional do Petróleo; Prof. Sílvio Fróis de Abreu; Prof.ª Conceição Vicente de Carvalho, Profs. Pouessel e Velter, franceses; Prof. Óton Leonardos; William F. Combos, vice-presidente executivo do American Chamber of Commerce for Brazil; Henry Linchtwardt; Prof. Lauro Travassos; Prof. Sílvio Júlio de Albuquerque Lima; Prof. Castro Barreto; Mackenzie Gordon Jr. e Milton Denault, do U. S. Geological Survey; Prof. Marcel Roussin, da Universidade de Ottawa; Cel. Paul Schaner e Major Jerome Alexander, da U. S./A. A. F.; Roberto Freire; Estefane Vanier; Prof. Artur Tôrres Filho, Higino Gonzalez N, consejero comercial de la Embajada de Chile; D. Justino José de Sant'-Ana, bispo de Juiz-de-Fora; Prof. Couto Fernandes, Comte. Brás de Aguiar, chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras; Major Saião, do E. M. E.; Cel. Roberto Simpson; Major Juca Pirama; escritora Rose Brown; Antônio Hirsch Marcolino Fragoso; Eng.º Auristano Teixeira Lobão; Comte. D. Juan F. Fabri e 1.º Tenente Eduardo T. Palma, oficiais argentinos.

★

Secção Cultural

RESTAURAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE MANAUS — RECOLHIDOS CÊRCA DE 4 000 VOLUMES. — O Conselho Nacional de Geografia, por deliberação do seu Diretório Central, está promovendo uma larga campanha visando arrecadar, por doações, o maior número possível

de contribuições bibliográficas destinadas à restauração da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, que foi, no ano último, completamente destruída por um incêndio.

A campanha vem merecendo expressivo apoio de instituições públicas e particulares e mesmo de escritores e bibliófilos. Diàriamente têm chegado à Secretaria Geral do C. N. G. sito no 5.º andar do edifício Serrador, à praça Getúlio Vargas, grandes remessas de publicações, já atingindo a cêrca de quatro mil volumes as doações feitas até ontem.

No livro especial de doações figuram as seguintes instituições e personalidades que enviaram livros e periódicos com aquela finalidade: — Conselho Nacional de Geografia, Observatório Nacional, Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas, Sociedade Brasileira de Belas Artes, Instituto Osvaldo Cruz, Escola Militar de Agulhas Negras, Serviço de Documentação da Marinha, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Divisão de Educação Física, Centro Nacional de Pesquisas Agronômicas, Serviço de Proteção aos Índios, Departamento Nacional da Criança, Divisão de Educação Física, Instituto Nacional do Mate, Conselho Federal de Comércio Exterior, Prefeitura Municipal de Araruna — Estado da Paraíba, Serviço de Estatística Econômica e Financeira, Serviço de Radiofusão Educativa, Divisão de Águas, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, do Estado de São-Paulo, Biblioteca do Ministério do Trabalho. Indústria e Comércio, Biblioteca do Ministério da Fazenda, Biblioteca Nacional, e os Srs. José de Mesquita, coronel Laurêncio Lago, Didio A. da Costa, Dr. Plínio Olinto Nogueira Itagiba, Luís Narciso Alves de Matos, José Maria Belo Cássio de Resende, major Dioclécio de Paranhos Antunes, Dr. Virgílio Correia Filho e coronel Leopoldo Néri da Fonseca.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Conselho Nacional de Proteção aos Índios

VISITA DO SR. WILLY AURELI, CHEFE DA "BANDEIRA PIRATININGA" — IMPORTANTES MISSÕES CONFIADAS PELO PRESIDENTE DO C. N. P. I. — Estêve, recentemente, em visita ao general Cândido Mariano Rondon, presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, o Sr. Willy Aureli, chefe da Bandeira Piratininga que se fêz acompanhar do secretário da mesma, Sr. Dagoberto de Almeida. Antes de embarcar para São-Paulo, onde se reunirá ao segundo escalão da Bandeira para rumar em demanda do alto Araguaia, o Sr. Willy Aureli palestrou longamente com o general Rondon, que autorizou o chefe da Bandeira a fazer inspeções particulares para o Conselho sôbre as coordenadas que se supõe estarem erradas da ponta norte da ilha do Bananal. Tais verificações visam apurar se, de fato, existem erros das cartas geográficas daquela região. E essas correções serão feitas pelo coronel Jaguaribe de Matos, chefe da Carta Geográfica de Mato-Grosso. O general Rondon pediu ainda ao Sr. Willy Aureli fôsse verificado o modo de viver dos índios canoeiros, do vale do Pium, os quais são os únicos que conhecem a indústria do ferro, pois industrializam as pontas de suas lanças, brincos, etc., ao contrário dos demais selvagens, como os Carajás, que utilizam chifre para o mesmo fim. Na entrevista em aprêço disse ainda o general Rondon que o chefe da Bandeira Piratininga procurasse verificar se de fato o Conselho Nacional de Proteção aos índios está satisfazendo totalmente o mister para o qual foi criado, porquanto é sua a finalidade de proteger os índios, e finalidade muito delicada, requerendo duas qualidades principais de um homem. Uma, patriótica, desdobrando-se em conservar a raça da qual descendemos, o que, até então, tem sido atribuído finalidade diferente para o C. N. P. I. Em geral presume-se que o Conselho tenha sido criado para cultivar o índio e torná-lo produtor, ao ponto de ser colonizado ou escravizado, o que a isto o índio, possuidor de um caráter impoluto, não se deixaria dominar, porque se tal pudesse ser feito, teriam os portuguêses, quando colonizaram o Brasil, conseguido. A missão dêsse Conselho, prossegue o general Rondon em suas considerações — é exclusivamente a de manter as tradições da raça como um vínculo político-social. A segunda qualidade requerida é a de humanitarismo. É preciso que o homem que se ocupe de tais misteres possua um coração generoso e complacente, fazendo o índio compreender que o civilizado tem em mente apenas o intuito de oferecer-lhe um padrão de vida ameno, reduzir os seus sacrifícios, ensiná-lo a vencer as vicissitudes da vida bugre com mais facilidade, demonstrando que para isso o Serviço tem na pessoa de seus inspetores de Postos recursos para oferecer-lhes.

A certa altura o general Rondon disse ao Sr. Willy Aureli "Nem todo homem sabe compreender a alta finalidade dessa missão, portanto quero crer que a mais diminuta observação praticada nesse terreno seja útil a êsse Serviço". Depois, acrescentou: Insisto que você, que dispõe de homens dispostos e possuidores de verdadeiro amor patriótico e desinteressado à causa dos índios, verifique a situação dos índios canoeiros, porque pretendemos que o Serviço busque uma aproximação com os mesmos, podendo levar-lhes os devidos amparos ainda êste ano.

Em prosseguimento, o general Rondon pediu ao secretário da Bandeira que, antes de redigir os relatórios tivesse muito cuidado em relação aos detalhes e afirmações, porque fazia questão de que a obra da Bandeira Piratininga que é verdadeiramente útil, ficasse isenta de tôda e qualquer dúvida. Declarou mais que o Serviço, pelo seu Conselho e sua Diretoria, achava-se no dever de recompensar tão bons serviços prestados pela Bandeira, e portanto sentia-se na obrigação de oferecer tudo o que fôsse necessário, porquanto possui o Serviço aquilo que possa ser útil à Bandeira em sua missão desbravadora dos sertões brasileiros. E, ato contínuo, pôs à disposição da mesma, transportes rodoviários existentes em Leopoldina.

☆

UM GEÓGRAFO PARA A BANDEIRA. — O Sr. Willy Aureli solicitou, então, do general Rondon fizesse parte da Bandeira um geógrafo, afim de promover o levantamento do rio da Solidão, de tão grande importância fluvial na bacia pré-amazônica.

☆

PARA QUE SEJA CONDIGNAMENTE COMEMORADO O DIA DO ÍNDIO — O general Rondon antes de despedir-se, pediu ao Sr. Willy Aureli procurasse comemorar o mais condignamente possível a data de 19 de abril, dia em que se comemora o "Dia do Índio". Assim, como sabendo que a Bandeira tinha por programa distribuir víveres, roupas e medicamentos entre os índios, nesse dia o fizesse de maneira mais ampla, revestido o ato de solenidade, procurando explicar aos índios a significação da data. Que fizesse, mesmo, uma preleção em nome dêle — o Pai Velho — e man-

dasse o intérprete da Bandeira, José Nilo, catequizar um índio da região onde êle se encontrasse, a fim de que êste falasse, na sua língua, aos demais índios a respeito da data. Êsse dia os Carajás o festejam com pompas, realizando a famosa dança aruanã. O suculento calogi, é uma sopa grossa feita de pirárucu. Os índios chupam as espinhas do peixe e tornam a enviá-las para a panela. Nesse ritual vale tudo, pois quanto mais estravagâncias se fizerem, mais solene é o ato e mais suculento estará o pirão.

A próxima data de 19 de abril será comemorada em todos os aldeamentos do Brasil, sendo assim a primeira vez que vai ser comemorada tão amplamente.

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Biblioteca Nacional

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS DOS ESTADOS UNIDOS. — Foi inaugurada no dia 26 de fevereiro último na entrada da Biblioteca Nacional, uma exposição de 60 fotografias dos Estados Unidos.

As fotografias são apresentadas em estilo salon e representam vinte e cinco dos quarenta e oito Estados da União. Foram selecionadas entre milhares de fotos tiradas por fotógrafos de tôdas as regiões dos Estados Unidos.

Fazem parte desta exposição, fotografias da cidade de Nova-York, de Washington, de igrejas e missões de vários pontos do país e fotografias de fases dos trabalhos agrícolas e de criação de gado. Entre os motivos fotográficos expostos sobressaem as Universidades de Notre-Dame, Yale e Georgetown, as barcas do rio Mississipi, fases da preparação de aços e muitos outros interessantes aspectos dos Estados Unidos.

★

Museu Nacional

ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA O CURSO DE MUSEUS. — Estão abertas no Museu Histórico Nacional, até o dia 14 do corrente, as inscrições para o Curso de Museus, que é ministrado em três séries, sendo estudadas as seguintes matérias:

1.ª série — História do Brasil Colonial: História da Arte; Numismática; Etnografia e Técnica de Museus.

2.ª série — História do Brasil Independente; História da Arte Brasileira; Numismática Brasileira; Artes Menores e Técnico de Museus.

3.ª série — Secção de Museu Histórico, História Militar e Naval do Brasil; Arqueologia Brasileira; Sigilografia e Filatelia e Técnica de Museus; — Secção de Museu de Belas-Artes ou Artístico — Arquitetura; Pintura e Gravura; Escultura; Arqueologia Brasileira; Arte Indígena e Arte Popular e Técnica de Museus.

O candidato deverá apresentar os seguintes documentos: certificado dos cursos clássico ou científico, carteira ou atestado de identidade atestado de idoneidade, 4 retratos 3 x 4, além de Cr$ 3,40 de estampilhas federais. Os documentos devem ter as firmas reconhecidas.

Estão também abertas as matrículas para a 2.ª e 3.ª séries.

★

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUA TRANSFORMAÇÃO EM DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. — Por decreto-lei, recentemente baixado, pelo Sr. Presidente da República, foi transformado em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Entrevista do Sr. ministro Edmundo Macedo Soares e Silva sôbre os principais problemas afetos ao M. V. O. P.

O coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, ministro da Viação, concedeu no dia 16 de fevereiro último, aos representantes dos jornais acreditados junto ao seu gabinete uma entrevista, durante a qual foram focalizados os principais problemas nacionais de urgência, afetos àquele Ministério.

Satisfazendo a tôdas as perguntas formuladas, esclareceu-as em muitos pontos, sôbre diversos planos de serviços e obras da sua pasta, alguns dos quais ainda não conhecidos do público.

Um dêsses serviços por exemplo refere-se à possibilidade do Departamento dos Correios e Telégrafos se constituírem em depositário da economia popular, no interior, uma espécie de Caixa Econômica, nos lugares onde não haja instituições dessa natureza. Segundo o ministro Macedo Soares, essa possibilidade será estudada logo que possível após os trabalhos de melhoria da qualidade dos serviços prestados ao país por aquêle Departamento.

Acrescentou o coronel Macedo Soares e Silva:

— A introdução de programas novos tais como a criação de uma rêde de agências para receber depósitos populares e efetuar cobranças de impostos, como se faz em diversos países, ficará na dependência de estudos completos e levantamentos extensos, que, conquanto possam ser executados em pouco tempo, ainda se acham em fase inicial.

Relativamente à região de maior densidade demográfica, acha o coronel Edmundo de Macedo Soares ser possível o fornecimento já, de um serviço de correios e telégrafos comparável aos dos mais adiantados países do mundo e declarou em seguida, que todos os esforços serão feitos nesse sentido.

☆

PRIORIDADE PARA AS OBRAS MAIS URGENTES. — Perguntado sôbre o programa de trabalho do Ministério, no corrente exercício, o ministro salientou que o mesmo só poderá ser desenvolvido estritamente dentro dos recursos orçamentários de 1946.

— O Departamento Nacional de Obras de Saneamento — adiantou o titular da Viação — dispõe de Cr$ 48 000 000,00, o Departamento de Obras Contra as Sêcas, de Cr$ 42 000 000,00, os Departamentos de Estradas de Ferro e de Rodagem, reunidos de Cr$ 440 000 000,00, e que vários outros Departamentos e Setores do Ministério também dispõem de recursos no Plano de Obras e Equipamentos, perfazendo tudo um total de Cr$ 580 000 000,00. Quanto às obras a que tais dotações se destinam já estão tôdas aprovadas e muitas em andamento.

Sôbre o programa de trabalho do Ministério, declarou o coronel Edmundo Macedo Soares e Silva que a preocupação da sua administração será executar obras dentro de um plano de conjunto, de forma que seja possível prever e pesar tôdas as necessidades, estabelecendo-se uma escala de prioridades para as mais urgentes.

Quando se trata de um plano de conjunto, num Ministério de âmbito eminentemente nacional, como o da Viação, se deve pensar em têrmos de qüinqüênios ou mesmo de gerações e trabalhar em etapas anuais — completou o coronel Macedo Soares.

☆

O PROBLEMA DA LIGAÇÃO RIO-NITERÓI. — Falando, após, sôbre o transporte entre o Rio e Niterói, o ministro Macedo Soares reconheceu a dificuldade da Companhia Cantareira em satisfazer as necessidades públicas, em virtude de conhecidas circunstâncias, especialmente da falta de material. E outro aspecto que pouca gente conhece, do caso da Cantareira, é que essa emprêsa é registrada para serviços de cabotagem e não de transporte de passageiros tal como se faz entre esta capital e Niterói.

— Para mim, por exemplo, tanto como para qualquer pessoa, uma barca da Cantareira está em pé de igualdade com qualquer outro transporte coletivo, bonde ou ônibus — acrescentou S. Excia. e continuou: Mas a verdade é que a sua situação jurídica, legal é bem outra, como expliquei acima. Tanto assim que essa emprêsa é subordinada à Capitania dos Portos e ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. Para auxiliar os serviços entre as duas capitais, o Ministério da Marinha, em colaboração com o da Viação está estudando a possibilidade de empregar três embarcações usadas no rio Amazonas, do tipo das usadas para transporte de passageiros no rio Mississipi, que aquêle Ministério possui. Essas embarcações são grandes, com capacidade para duas mil pessoas e, por serem de calado excessivo para os ancoradouros da Cantareira, está sendo estudado o meio de serem adaptadas para o transporte. Logo que terminem êsses estudos, dentro de dois meses, talvez as embarcações estejam aqui.

☆

A RÊDE FERROVIÁRIA NACIONAL — Um dos presentes interessou-se, em seguida, pela situação das rêdes ferroviárias do país, salientando que um dos pontos fracos das estradas de ferro, aqui reside na diferença de bitolas. O ministro respondeu que êsse problema não pode ser resolvido por um Ministério, pois exige os esforços de uma geração. Acrescentou S. Excia. que 50 % da população brasileira vive em 18 % do território e que nessa região só se devem construir, daqui por diante, linhas-tronco de bitola larga.

Continuando estendeu sôbre a mesa um mapa em que está projetada a fusão de todos os sistemas ferroviários do país num único sistema e informou que basta construir cêrca de 800 quilômetros de linhas para ligar São-Luís-do-Maranhão a Jaguarão, no Rio-Grande-do-Sul. No momento o Brasil dispõe de cêrca de 36 000 quilômetros de linhas férreas; o que é insignificante, comparado com os Estados Unidos que dispõem de 360 000 quilômetros e com a Argentina, que tem a têrça parte da população do Brasil, de 40 000 quilômetros.

☆

A DRAGAGEM DOS PORTOS NACIONAIS. — A uma pergunta sôbre os portos e canais, o ministro declarou que já o pessoal do Departamento respectivo está concentrando esforços no sentido de resolver o problema e ativar o grande esfôrço feito pelos governos anteriores. Citando algarismos, o coronel Edmundo Macedo Soares e Silva mostrou que no momento seria necessário dragar 29 000 000 de metros cúbicos para desobstruir os portos brasileiros e entregá-los livres, ao tráfego, enquanto o orçamento dêste ano consigna dotação que permite a dragagem, apenas, de 800 000 metros cúbicos.

— Nesse ritmo — finalizou S. Excia. — só em 30 anos seria possível fazer a dragagem dos 25 000 000.

No parecer de S. Excia o recurso é dotar o país, em vários pontos, de dragas para manterem em plena eficiência as barras, tudo enquadrado num plano eficiente de trabalho.

★

Departamento Federal de Obras Contra as Sêcas

SUA NOVA DENOMINAÇÃO — APROVADO O NOVO REGIMENTO. — Pelo Sr. Presidente da República foi assinado no dia 3 de janeiro passado o Decreto-lei n.º 8 486 reorganizando o Departamento Federal de Obras Contra as Sêcas, que passará a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (D. N. O. C. S.), que nessa mesma data teve aprovado o seu novo Regimento.

★

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

INSTITUÍDO O PRÊMIO "VIEIRA FAZENDA" NO VALOR DE Cr$ 30 000,00 PARA O MELHOR TRABALHO HISTÓRICO SÔBRE O DISTRITO FEDERAL — O Sr. prefeito do Distrito Federal considerando que compete ao govêrno estimular a pesquisa histórica, principalmente a relativa aos assuntos ligados à vida da cidade de São-Sebastião do Rio-de-Janeiro, acaba de baixar a Resolução n.º 4, de 24 de janeiro de 1946, instituindo o prêmio "Vieira Fazenda" no valor de Cr$ 30 000,00 para o melhor trabalho histórico sôbre o Distrito Federal.

A íntegra da aludida Resolução vai publicada na secção competente no presente número dêste *Boletim*.

★

Instituições Particulares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE FÉRIAS — CONTRIBUIÇÃO DO I. B. G. E. — A Associação Brasileira de Educação, vem realizando sob a orientação do professor Celso Kelly, o 7.º curso de férias que tem a cooperação de vários nomes de grande destaque em nosso meio educacional, além do valioso concurso do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da emissora PRA 2 que está irradiando o curso.

Em homenagem a Roosevelt, o curso está sendo designado Curso Roosevelt e a primeira parte consta de uma série de 17 aulas tôdas sôbre o grande estadista.

A 2.ª série terá a colaboração do I. B. G. E. através da palestra "O I. B. G. E. conta o que é o Brasil".

★

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO NACIONAL

REALIZAÇÕES DO GOVÊRNO DO AMAPÁ — CONFERÊNCIA DO CAPITÃO JANARI NUNES — A convite do Instituto de Colonização Nacional realizou-se, no dia 10 de janeiro último, na sede da A. B. I., a conferência do capitão Janari Nunes, governador do Território Federal do Amapá, sôbre as atividades de seu govêrno naquela unidade da Federação.

O conferencista discorreu sôbre os esforços que seu govêrno vem despendendo para integrar o homem amazonida do Amapá na comunhão nacional, oferecendo-lhe o confôrto possível e a maior assistência médica, educacional e técnica, cuidando de sua saúde, dando-lhe escolas e ensinando-o a produzir.

Em seguida foi exibido um filme que despertou, entre a assistência, o maior interêsse.

★

INSTITUTO GENEALÓGICO DO RIO-DE-JANEIRO

SUA FUNDAÇÃO. — Em reunião efetuada no dia 15 de fevereiro próximo passado, na sede da Federação das Academias de Letras do Brasil, tendo a presença de grande número de historiadores e cultores de estudos genealógicos foi fundado o Instituto Genealógico do Rio-de-Janeiro.

Foi eleita por aclamação a seguinte diretoria:

Presidente — ministro Bernardino de Sousa; vice-presidente — Carlos Xavier; 1.º secretário — Óton Costa; 2.º secretário — Costa Filho; tesoureiro — Mário Linhares; diretor da Revista — Raul Monteiro; bibliotecário — Francisco C. Soares Brandão.

Por proposta de Carlos Xavier e Óton Costa, foram aclamados sócios honorários os genealogistas Salvador de Moya, presidente do Instituto Brasileiro de Genealogia, Mário Melo, secretário do Instituto Arqueológico Pernambucano e Câmara Cascudo do Instituto Histórico do Rio-Grande-do-Norte.

Para elaboração dos estatutos foi designada uma comissão composta dos Srs. Atílio Vivácqua, José Augusto e Carneiro da Cunha.

★

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DISTINGUIDOS PELO INSTITUTO PARAGUAIO DE INVESTIGACIONES HISTORICAS O EMBAIXADOR J. C. DE MACEDO SOARES E O ENGENHEIRO VIRGÍLIO CORREIA FILHO. — Acabam de ser distinguidos pelo Instituto Paraguaio de Investigaciones Historicas com os títulos de sócios correspondentes, o embaixador José Carlos de Macedo Soares e o engenheiro Virgílio Correia Filho, respectivamente, presidente perpétuo e 1.º secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Para fazer a comunicação estiverem no Instituto Histórico os Srs. Justo Pastor Benitez e Prof. Antônio Ramos.

★

Certames

I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS DIRETORES DE SERVIÇOS METEOROLÓGICOS MUNDIAIS

ENTREVISTA DO REPRESENTANTE DO BRASIL AQUELE CERTAME. — O engenheiro Francisco Xavier Rodrigues de Sousa, diretor do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, designado, recentemente, pelo govêrno, para representante do Brasil na I Conferência Internacional dos Diretores de Serviços Meteorológicos Mundiais a realizar-se em Londres, concedeu, à imprensa desta capital uma entrevista na qual abordou as principais questões relacionadas àquele certame, promovido pela Organização Meteorológica Internacional e patrocinado pelo govêrno britânico.

Trata-se de uma reunião extraordinária que antecederá uma outra, anunciada para o próximo outono, em Washington, esclarece, de início, o engenheiro Francisco de Sousa.

As questões relativas às aplicações da meteorologia tomaram tal desenvolvimento que O. M. I. julgou imprescindível, antes da realização, em setembro próximo, da Conferência em Washington, uma reunião dos diretores de Serviços de Meteorologia dos principais países, de modo a que se dê a maior divulgação ao progresso e métodos usados, durante a guerra para um melhor aproveitamento das pesquisas meteorológicas.

Razões da Conferência — Dizendo dos motivos da viagem, lembrou o engenheiro Francisco de Sousa que, durante os seis anos da última guerra, os trabalhos da Organização Meteorológica Internacional, subvencionada pelo govêrno brasileiro, ficaram bastante reduzidos. Restabelecida a paz, fêz-se necessário que a O. M. I. voltasse às suas atividades o mais breve possível. Melhoramentos inúmeros favoreceram a meteorologia durante a guerra, quer sob o ponto de vista científico, quer prático. Tornava-se necessário, assim, que a O. M. I. se ocupasse dos progressos introduzidos, estandardizando-os e procurando adaptá-los a todos os países. Por outro lado, algumas organizações internacionais novas apareceram durante a guerra, vindo a exigir relações futuras com a Organização Meteorológica Internacional. Outro ponto interessante e que merece ser estudado é a composição das diferentes comissões da O. M. I. Muitas vagas se verificaram nas diversas associações, não só por motivo de falecimento como por demissão, restando, ainda, a considerar as modificações introduzidas nos trabalhos mundiais de meteorologia e que necessitam de uma revisão geral. O estatuto da O. M. I., em virtude de tais considerações, dada a situação excepcional da ciência meteorológica, carece de algumas alterações que sòmente poderão ser estudadas por uma reunião de diretores de Serviços Meteorológicos. Impondo-se, portanto, essa urgente providência para solução satisfatória das dificuldades e necessidades citadas, resolveu o presidente da O. M. I. convocar uma conferência extraordinária de diretores de Meteorologia do Mundo.

Uma rêde mundial de estações aerológicas — Prosseguindo, diz o engenheiro Francisco de Sousa que, entre os vários pontos do programa

que interessam, mais de perto, ao Brasil, serão tratados, na grande reunião, os seguintes:

a) Exigências internacionais de proteção meteorológica à aviação civil.

b) Número de observações diárias exigido pelo serviço sinótico geral.

c) Publicação dos dados sinóticos e aerológicos.

d) Emprêgo das máquinas Hollerith para a análise dos dados climatológicos.

e) Organização duma rêde mundial de estações aerológicas.

f) Estabelecimento de estações meteorológicas em pontos de altitude elevada.

As teses que serão apresentadas — Várias teses serão apresentadas pela delegação do Brasil, salientando-se uma referente a trabalhos de análise de observações meteorológicas realizadas em nosso país, análise essa executada nas máquinas Hollerith, de acôrdo com processos estudados por meteorologistas patrícios. Trata-se de um trabalho de vulto a que daremos em breve divulgação. Mais de 10 milhões de cartões, em cêrca de quatro anos consecutivos de trabalho foram perfurados. Sòmente dêsse modo poderiam ser aproveitadas séries de vinte anos de observações meteorológicas realizadas na densa rêde de estações que possuímos — concluindo, o engenheiro Francisco de Sousa, esclareceu que a reunião preliminar da Conferência Internacional de Meteorologia, se verificará no período de 25 de fevereiro a 2 de março do corrente ano.

I CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PETRÓLEO

ENTREVISTA DO ENGENHEIRO URUGUAIO VEGH GARZON. — O engenheiro uruguaio Carlos Vegh Garzon em declarações prestadas, recentemente, à imprensa desta capital, teve ocasião de aludir à importância do Congresso Sul-Americano de Petróleo a realizar-se em Lima, em princípios de 1947 e à significação do ato de fundação da Secção Brasileira da entidade da qual é presidente.

Como nasceu o I.S.A.P. — atendendo a um pedido de esclarecimento o Sr. Vegh Garzon diz que o I.S.A.P. nasceu de uma proposta sua à União Sul-Americana de Engenheiros na assembléia de Lima, em 1941, sendo a sugestão aprovada por aclamação.

— Tive a necessidade de viajar por vários países sul-americanos tratando de assuntos relacionados com o petróleo e constatei, então, a falta de relações que havia, surpreendendo-me com o isolamento existente. Entrei em contacto com técnicos do Peru, Equador, Bolívia, Argentina, sugerindo-lhes a idéia da criação de um Instituto Sul-Americano, idéia que foi partilhada por todos. Está claro que o Uruguai deu logo adesão. Criado o Instituto, filiaram-se ao mesmo as Secções do Uruguai e Argentina, em 1941, a do Chile, em 1942 coincidindo com o Congresso Pan-Americano de Engenharia; a seguir a boliviana, peruana e em outubro do mesmo ano a do Equador, por ocasião de minha viagem a Quito. Foi assim que se instituiu o Instituto, dirigido por um Conselho Internacional Permanente, que se formou em Montevidéu que foi escolhida como sede provisória, onde continua, e elegeu-se o Conselho, correspondendo a presidência ao Uruguai.

As finalidades do Instituto Sul-Americano de Petróleo — As finalidades do organismo que presido são, em primeiro lugar, promover maior entendimento entre todos os técnicos sul-americanos dedicados ao petróleo, em tôdas as suas fases: produção, industrialização, comércio, ensino, investigação; facilitar o avanço de tôdas as tarefas e estudos que devam efetuar-se nesse campo, mediante publicações, revistas, trabalhos, estatísticas. Outro propósito fundamental é o de propiciar a realização de congressos sul-americanos de petróleo. O primeiro terá lugar em Lima, em março de 1947.

Unificação de estatísticas e intercâmbio de técnicos — E' nosso propósito, também, tratar de unificar as estatísticas estrangeiras e uniformizar os sistemas de medidas e de métodos de análises, de forma que os resultados de um país sirvam para ser interpretados por outro. Outro objetivo: intercâmbio de técnicos entre os países a fim de que haja uma troca de ensinamentos. Recentemente, no Chile, oferecemos ao govêrno local a cooperação de técnicos uruguaios em matéria de refinação de petróleo, problema que o Chile está abordando agora.

O primeiro congresso — O ponto mais importante é a realização do Congresso de Lima, em março de 1947, quando serão tratados temas de grande transcendência. Temos o propósito de adotar a técnica petrolífera norte-americana, tendo já o Instituto muitos membros ativos nos Estados-Unidos e tendo já relações diretas com o A.P.I. (American Petroleum Institute) e American Chemical Society.

A situação petrolífera do Brasil — O Brasil atravessa um momento de extraordinária importância nesta matéria. Além da realidade já existente na Bahia, onde acaba de ser encontrado outro campo petrolífero (Pitanga), tôdas as opiniões técnicas de geólogos brasileiros e estrangeiros coincidem em afirmar a existência de petróleo em muitas outras zonas do país. O que é necessário, pois, é investigar e explorar intensamente, propósitos que perseguem, precisamente, os processos adotados pelo Conselho Nacional de Petróleo que acaba de conceder licenças para a exploração de refinarias no Brasil. Estas estarão obrigadas a destinar uma parte importante de seus lucros em trabalhos e pesquisas petrolíferas, o que representa uma conquista muito importante para o Brasil. Estimo, na verdade, muito inteligentes as medidas tomadas nesta matéria, porque assim sustentará a colaboração do capital particular nestes trabalhos que representam grandes riscos, com os quais, nem sempre, pode o Estado arcar exclusivamente. No setor da refinação, inicia o Brasil um período de grande perspectiva, estando já assentada a construção de quatro refinarias de grande capacidade de produção, podendo abastecer as necessidades mais fundamentais do Brasil, dentro de um prazo não superior a dois anos. Entendo que o Brasil fêz muito bem em decidir-se a abordar a indústria da refinação, ainda com o petróleo importado, já que isso permite radicar dentro de suas fronteiras uma indústria de grande importância, que proporcionará benefícios econômicos, técnicos e financeiros a todo o país.

O que significa a fundação da Secção Brasileira — A criação da Secção Brasileira do I.S.A.P., patrocinada pelas autoridades do Conselho Nacional de Petróleo, significa para o Instituto um apoio de enorme importância e permitirá ao Brasil tomar parte ativa na tarefa dêsse organismo, principalmente no que se refere à sua participação no Congresso de Lima. Mediante a criação da S.B. o Brasil será membro oficial do certame, com tôdas as prerrogativas e facilidades que essa situação significa. Na reunião de ontem no Clube de Engenharia, adiantei o convite oficial do Conselho Internacional do Instituto a tôdas as instituições técnicas do Brasil, oficiais e particulares, para colaborarem no Congresso, e tenho a certeza de que alcançaremos, amplamente, essa contribuição e que o Brasil ocupará o lugar de primeiro plano que lhe corresponde no continente.

★

II ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

SUA REALIZAÇÃO EM LORENA — Teve lugar em Lorena, Estado de São-Paulo, no período de 21 a 27 de janeiro passado, a II Assembléia Geral Ordinária da Associação dos Geógrafos Brasileiros. A Assembléia contou com a cooperação do Conselho Nacional de Geografia, representado pelo seu secretário-geral, Eng. Christovam Leite de Castro e pelo Cel. Frederico Augusto Rondon, membro do Diretório Central, além da equipe de geógrafos do CNG, assim constituída: Miguel Alves de Lima, Nilo Bernardes, Pedro Geiger, Edgar Kuhlmann, Espiridião Faissol, Lísia Maria Cavalcante, Dora de Amarante Romariz, Elsa Coelho de Sousa, Míriam Gomes Coelho, Léia Quintiere e Antônio Teixeira Guerra. A delegação carioca teve ainda a grande colaboração dos cientistas professôres Francis Ruellan e Pierre Dansereau — com seus assistentes Henrique Veloso e Fernando Segadas Viana — além dos professôres Antônio Musso, Máriam Tiomno e Pe. Ambrósio.

A abertura dos trabalhos da Assembléia verificou-se no dia 21, às 20,30 horas no edifício da Prefeitura Municipal, sob a presidência do Prof. Pierre Monbeig, coadjuvado pelos Profs. Aroldo de Azevedo e Fernando Marques de Almeida respectivamente secretário-geral e tesoureiro da A.G.B.

Dando início à apresentação das comunicações o Eng. Leite de Castro, em obediência aos Estatutos da Associação e como sócio efetivo da mesma fêz a apresentação do trabalho original do universitário e sócio colaborador da Secção Regional do Rio-de-Janeiro — Espiridião Faissol — que leu em seguida sua *Monografia sôbre o município de Ituiutaba*. Após os debates sôbre alguns pontos aludidos pelo autor foram ainda apresentados os trabalhos: do Sr. Antônio Rocha Penteado — *Notas sôbre o rio Tietê na região de Itu e Salto* e da Prof.ª Nice Lecoq Muller sôbre *A vila de Icapara*. Por motivo da ausência de seus autores foram lidos respectivamente pelo Prof. Aroldo de Azevedo e pela Prof.ª Maria da Conceição Vicente de Carvalho.

No dia seguinte teve início o programa dos trabalhos a serem realizados no campo pelos congressistas. Divididos em três equipes: Geomorfologia, Biogeografia e Geografia Humana, visitaram os arredores da cidade demorando-se numa granja leiteira típica da região, onde os membros da 3.ª equipe tiveram oportunidade de fazer demorado inquérito sôbre a vida e as atividades econômicas, enquanto que as demais equipes se ocuparam da interpretação geomorfológica da paisagem e do seu revestimento vegetal. Daí seguiram para o morro da Caixa-d'Água de onde tiveram uma visão panorâmica e histórica da cidade através da palestra feita pela Prof.ª Elina de Oliveira Santos que estudando a formação e evolução da cidade de Lorena salientou os traços de sua economia nos diferentes ciclos da produção brasileira.

Regressando à cidade, às 14 horas teve lugar, no edifício da Prefeitura Municipal a sessão plenária para apresentação e discussão das "comunicações" dos sócios. Após a sua apresentação pelo Eng. Leite de Castro, o Prof. Antônio Teixeira Guerra leu o seu trabalho sôbre *O vale do Parnaíba e as cidades centros de transportes* que suscitou interessantes debates.

Em seguida, foi feita a apresentação pela turma do Rio, dos resultados de uma excursão realizada dias antes à serra dos Órgãos. Inicialmente o Prof. Francis Ruellan, seu orientador, falou sôbre seus objetivos, a organização e a constituição das equipes em que foram divididos os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia e os geógrafos do CNG que nela tomaram parte. A seguir passou a palavra aos chefes das três equipes: Miguel Alves de Lima — Geomorfologia; Prof. Pierre Dansereau — Biogeografia, e Lísia Maria Cavalcante — Geografia Humana, para apresentarem seus relatórios. Finalizando, as secretárias científicas Prof.ªs Máriam Tiomno e Dora do Amarante Romariz deram uma visão de conjunto das regiões percorridas, sendo completada pela palavra do Prof. Francis Ruellan.

Esta comunicação quer pela prática da nova metodologia geográfica, quer pelos resultados obtidos ou ainda pela importância da difusão da técnica do trabalho de campo, causou profunda impressão nos congressistas presentes.

À noite a Prefeitura Municipal ofereceu aos membros da Assembléia um banquete presidido pelo prefeito, ao qual estiveram presentes o coronel João Batista Rangel e outras altas autoridades civis e militares. Agradecendo o discurso do Sr. Brás de Olivas, em nome dos membros da A.G.B. falou o Eng. Leite de Castro.

No dia seguinte — 23 — pela parte da manhã, o Prof. Aroldo de Azevedo apresentou os resultados de seus estudos sôbre o bairro da Lapa, em São-Paulo. De acôrdo com o programa partiram em seguida, para uma excursão à serra da Bocaina obedecendo ao seguinte itinerário: Lorena—Silveiras—Barreiro, onde pernoitaram, subindo no outro dia até a fazenda do Lajeado, acima de 1 500 metros de altitude. Neste trajeto mantiveram as diferentes equipes sua organização e seu ritmo de trabalho.

No dia seguinte as equipes de Biogeografia e de Geomorfologia iniciaram a ascensão aos morros de Boa-Vista e Tira-Chapéu, pontos culminantes da Bocaina. A equipe de Geografia Humana sob a direção do Prof. Aroldo de Azevedo depois da visita à fazenda próxima de Pinheirinhos, regressou a Barreiro onde continuou seus trabalhos, enquanto aguardava a chegada das duas outras equipes, para juntos regressarem a Lorena.

Durante a tarde de sábado os congressistas discutiram os resultados da excursão realizada e em sessão plenária, o geógrafo Pedro Geiger apresentou o seu trabalho intitulado: *Pequenas notícias de uma excursão a Angra-dos-Reis* que a seguir foi debatido. Às 20 horas obedecendo ao programa pré-fixado visitaram o solar Batista de Azevedo que abria suas portas em recepção à sociedade lorenense.

No domingo pela manhã, após a missa rezada pelo congressista padre Ambrósio Kox. realizou-se uma excursão a Piquête em visita à Fábrica de Pólvora Presidente Vargas, onde tiveram oportunidade de apreciar não só a parte técnica do estabelecimento como também a grande obra social que se desenvolve em tôrno dêle.

No cassino dos oficiais foi oferecido aos visitantes um banquete tendo falado para saudá-los o coronel Tomás Pompeu do Monte, e em agradecimento o Prof. Fernando Marques de Almeida.

Regressando a Lorena os congressistas reuniram-se novamente em sessão plenária para a discussão da divisão regional do Brasil, elaborada recentemente pelo Conselho Nacional de Geografia. Foi analisada a divisão regional do Estado de São-Paulo e calorosamente debatido o critério adotado para esta divisão, resultando daí preciosos ensinamentos.

À noite foi-lhes oferecido em despedida um jantar íntimo na residência da família Aroldo de Azevedo, realizando-se depois a última sessão plenária. Nela foi feita a leitura do relatório do Diretório, pelo secretário, Prof. Aroldo de Azevedo; a que se seguiu a eleição do novo

Conselho Diretor. Esta eleição realizada segundo os estatutos entre os sócios efetivos, foi presidida pelo sócio honorário Francis Ruellan e teve como resultado a continuação da mesma diretoria, assim constituída: Pierre Monbeig — presidente, Aroldo de Azevedo — secretário e Fernando Marques de Almeida tesoureiro.

Antes do encerramento dos trabalhos foi proposto e aceito como sócio honorário da A.C.B. o nome do cientista canadense Prof. Pierre Dansereau.

Pedindo a palavra o Prof. Antônio Musso comunicou à diretoria que estavam sendo organizados os resultados de seu trabalho em conjunto com a Prof.ª Elina de Oliveira Santos e Pe. Ambrósio Kox, realizado em Lorena, quando os outros membros participavam da excursão à Bocaina.

Pedindo a palavra o Prof. Fernando Marques de Almeida louvou o espírito de pesquisa, o otimismo sadio e a honestidade científica mantido por todo o grupo durante aquela reunião em Lorena. E para consolidar ainda mais aquêle núcleo de geógrafos militantes propôs que, brevemente, a A.G.B. em colaboração com o CNG realize uma excursão ao Pico de Itatiaia. Esta proposta que foi aceita com entusiasmo por todos os presentes teve o apoio do Eng. Leite de Castro em nome do CNG.

Antes do encerramento, ficou deliberado que os resultados dos trabalhos científicos ali discutidos e pesquisados, serão publicados nos *Anais* da Associação. A 28 regressaram os congressistas às duas capitais.

★

II CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E INDÚSTRIA

Realizou-se no período de 25 de janeiro a 3 de fevereiro último, nesta capital, o II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, patrocinado pelo Clube de Engenharia. A sessão de instalação do Congresso teve lugar, no dia 25, no auditório do Ministério da Educação, e foi presidida pelo Eng. Édison Passos, presidente do mesmo, que, dando início à solenidade, pronunciou um discurso, sôbre as principais finalidades do importante certame, destacando-se os problemas essenciais do planejamento técnico, industrial e econômico do Brasil.

Nessa mesma data tiveram início os trabalhos das comissões: de Planejamento Geral do País, de Planejamento Industrial, de Planejamento da Energia, de Planejamento Rural, de Planejamento Urbano, de Planejamento do Ensino Técnico e Profissional, de Planejamento dos Transportes e de Planejamento da Mão de Obra.

Na 2.ª sessão plenária do Congresso usou da palavra o ex-ministro da Agricultura, Sr. Apolônio Sales, que discorreu sôbre o tema *O aproveitamento do rio São-Francisco*.

Do programa do Congresso, constaram, também, visitas a diversas fábricas e emprêsas.

★

Unidades Federadas

GOIÁS

AGUARDADA A CHEGADA DE UMA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA AMERICANA — PESQUISA DE UMA CIVILIZAÇÃO PRÉ-INCA — Uma expedição científica norte-americana chefiada pelo paleontologista Robert Kaeter, recentemente embarcada em Miami, está sendo esperada no Alto Araguaia a fim de pesquisar na selva do planalto centro brasileiro a existência de uma civilização pré-inca. A bordo de um barco de 43 pés essa expedição excursionará durante 18 meses pelo interior dos Estados de Goiás e Mato-Grosso, onde se acredita existirem vestígios de um povo, ainda desconhecido na história e que teria florescido há cêrca de 480 anos. Além do Sr. Kaeter fazem parte da expedição os cientistas Lewis Wemack, Warren Wislew, Albert Perazzo e Herald Ruffaner, os quais representando diversas instituições de seu país efetuarão estudos de antropologia indígena e de aspectos geológicos do Brasil Central.

★

MINAS-GERAIS

Instituto Histórico e Geográfico

O FALECIMENTO DO SR. ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA — RELATÓRIO DO INSTITUTO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1945 — Realizou-se no dia 18 de janeiro passado mais uma reunião do Instituto Histórico e Geográfico de Minas-Gerais sob a presidência do coronel Herculano d'Assunção.

Faltaram, com causa participada, os Srs. Roberto de Vasconcelos e Noronha Guarani.

Depois de lida e aprovada a ata da sessão antecedente, procedeu-se à leitura do expediente, que constou de vários ofícios e cartas de sócios, instituições culturais e prefeituras, agradecendo a remessa da *Revista*.

O Sr. presidente, aludindo ao falecimento dos consócios, presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Álvaro da Silveira e Estêvão Leite de Magalhães Pinto, comunicou aos presentes que o Instituto convocaria para breves dias uma sessão especial para render as devidas homenagens à memória de tão preclaros consócios.

O Sr. Salomão de Vasconcelos, em aditamento, comunicou também o recente falecimento, em Santa-Bárbara, do consócio coronel Júlio de Vasconcelos Teixeira da Mota, cidadão conspícuo, pertencente a tradicional família mineira e antigo deputado estadual, requerendo que a êle se estendessem também as homenagens da casa.

O mesmo senhor, aludindo à passagem do centenário de nascimento do coronel Francisco Ferreira Alves, ex-senador estadual e atuante republicano do tempo da propaganda, signatário do manifesto de 1889, com João Pinheiro, Silva Jardim e outros próceres do momento, ofereceu à casa ligeiros dados biográficos e uma fotografia do ilustre mineiro, já falecido, para figurarem no próximo número da *Revista*.

Ainda o mesmo senhor encaminhou à mesa e pediu fôsse também inserida na *Revista* uma resenha histórica, de autoria do expedicionário Cássio de Magalhães Vioti, sôbre a atuação da FEB no teatro da recente guerra européia.

Finalmente, pediu que o Instituto se congratulasse com o consagrado historiador paulis-

ta Carvalho Franco, pela sua recente nomeação para delegado especial do Departamento de investigações do vizinho Estado de São-Paulo.

A proposta de sócio honorário do ilustre comandante Thiers Fleming foi aprovada por unanimidade de votos.

O Sr. Copérnico Pinto Coelho, com a palavra, procedeu à leitura do relatório anual do Instituto, relativo ao exercício de 1945, que em seguida entrou em discussão e foi aprovado sem debate.

O mesmo senhor leu e apresentou à mesa o balanço geral da tesouraria relativo ao ano financeiro de 1945, e requereu a nomeação de mais dois membros *ad-hoc* para integrar a Comissão de Contas e Orçamentos e emitir parecer sôbre o mesmo, sendo designados os Srs. Levindo Lambert e Valdemar Lobato.

Preenchida essa formalidade, foi em seguida submetido a votos e aprovado o referido relatório.

O Sr. presidente propôs, e foi aprovado, um voto de louvor ao Sr. Copérnico Pinto Coelho pela sua dinâmica e probidosa atuação no espinhoso cargo de tesoureiro.

★

PIAUÍ

Instituto Histórico e Geográfico

1.ª SESSÃO ESPECIAL DE REORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO — ELEITA A NOVA DIRETORIA — Realizou-se no dia 4 de janeiro passado, sob a presidência do Sr. Benedito Martins Napoleão do Rêgo, interventor federal interino, com a presença do Sr. João Bastos, presidente do Diretório Regional de Geografia, várias autoridades estaduais e membros do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí uma sessão especial, destinada a eleger a nova diretoria para o corrente ano, bem como iniciar estudos sôbre a reorganização do mesmo. Abrindo a sessão usou da palavra o Sr. interventor federal no Estado que, depois de expor a necessidade do ressurgimento do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, como órgão de estudos científicos de interêsse geral e atendendo mais a sugestão que o senhor interventor federal neste Estado, coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz, manifestou no mesmo sentido, convidava os presentes para reorganizarem o Instituto, que fôra fundado em 23 de julho de 1918 e reconhecido de utilidade pública pela Lei estadual n.º 1 002, de 4 de julho de 1921. Após o que, com o assentimento de todos, procedeu-se à eleição da nova Diretoria para o ano social de 1946. Realizada a eleição verificou-se o seguinte resultado: para presidente de honra — embaixador J. C. de Macedo Soares; para presidente — Sr. João Pinheiro; para primeiro vice-presidente — Sr. Benedito Martins Napoleão do Rêgo; para segundo vice-presidente — Sr. João Bastos; para orador — Sr. Mário José Batista; para primeiro secretário — Sr. Álvaro Alves Ferreira; para segundo secretário — Sr. Simplício de Sousa Mendes; para primeiro tesoureiro — professor Felismino Freitas Weser; para segundo tesoureiro — professor Benedito Lemos; para bibliotecário — professor Odilon Nunes; para a Comissão de Redação e Pesquisas; Srs. João Pinheiro, Eurípedes Clementino de Aguiar, João Bastos, Valdir de Figueiredo Gonçalves, e professor Odilon Nunes. Foram aclamados sócios de honra — embaixador J. C. de Macedo Soares e coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz, interventor federal no Estado. Ficou determinado que a posse da nova Diretoria será a 24 do corrente mês. Em seguida, o Sr. interventor federal, interino, comunicou que iria oficiar ao secretário geral do Estado, para que providenciasse, junto ao diretor geral da Biblioteca Pública, no sentido de oferecer acomodações, no prédio daquela repartição, para sede provisória do Instituto, e ao diretor geral do Departamento Estadual de Informações, para que promova os necessários meios de fazer as publicações de documentos e uma revista semestral do mesmo Instituto. A seguir, ainda o presidente congratulou-se com os presentes pela boa vontade que todos haviam demonstrado, e agradeceu a solicitude com que atenderam ao convite, anteriormente feito para esta sessão. Ficou reorganizado o quadro social, de sócios efetivos, em número de quarenta membros, sendo trinta os abaixo relacionados, ficando dez vagas; Srs.: Anísio de Brito Melo; João Pinheiro; monsenhor Cícero Portela Nunes; Eurípedes Clementino de Aguiar; Heitor Castelo Branco; Simplício de Sousa Mendes; Benedito Martins Napoleão do Rêgo; professor Benedito Lemos; João Bastos; Mário José Batista; Álvaro Alves Ferreira; professor Felismino Freitas Weser; professor Odilon Nunes; Valdir de Figueiredo Gonçalves; Esmaragdo de Freitas e Sousa; Matias Olímpio de Melo; José de Arimatéia Tito; Nereu de Figueiredo Bastos; Júlio Antônio Martins Vieira; Satiro Alexandrino Nogueira; João Soares da Silva; professor Alceu do Amarante Brandão; Godofredo Freire da Silva; Antilhon Ribeiro Soares; Cromwell Barbosa de Carvalho; professôra Maria Isabel Gonçalves de Vilhena; Antônio Veríssimo de Castro; Clemente Honório Parente Fortes; Édison da Paz Cunha; Alarico José da Cunha. Como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão.

★

TERRITÓRIO DO AMAPÁ

2.º ANIVERSÁRIO DE SUA INSTALAÇÃO — Comemorou no dia 26 de janeiro passado o 2.º aniversário da instalação do Território do Amapá, criado pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, com 146 000 quilômetros quadrados de terras desmembradas do norte do Estado do Pará, o Amapá vai se afirmando pela exploração das suas riquezas, que serão fatôres preponderantes no progresso da Amazônia.

Construções imprescindíveis, saneamento, criação de escolas, fomento da produção, enfim, todos os setores vêm sendo atacados para o levantamento do homem amapaense.

★

Municípios

UAUÁ (Bahia)

SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA COMARCA RECENTEMENTE CRIADA — Foi instalada solenemente, no dia 17 de janeiro passado, a comarca de Uauá, recentemente criada. O ato foi presidido pelo prefeito do município, Sr. Erval Cordeiro de Matos.

Iniciados os trabalhos, foi passada a presidência ao Dr. Edilberto Francisco Ayard Maciel, primeiro titular da nova comarca. Assumindo a presidência da sessão, o juiz de Direito declarou aos presentes, estar instalada, naquele momento, em obediência ao Decreto n.º 13 384, de 24 de dezembro de 1945, a comarca de Uauá, cuja criação fôra feita pelo Decreto-lei esta-

dual n.º 512, de 19 de junho de 1945, a qual ficou classificada na primeira entrância. Concedeu depois a palavra ao prefeito Erval Cordeiro de Matos, orador oficial da solenidade, que disse da imensa satisfação de tôda a população em ver instalada a sua comarca, traçando ligeiramente o histórico da localidade e finalizando com uma saudação ao magistrado que acabava de assumir as funções de juiz da referida comarca.

Em seguida, o Dr. Edilberto Maciel proferiu um discurso sôbre a importância da criação e instalação da comarca, demorando-se em considerações sôbre a função judiciária.

*

Exterior

AUSTRÁLIA

ESTABELECIDO CONTACTO COM O SOL ATRAVÉS DO RADAR — A agência Reuters fêz divulgar recentemente, nesta capital, um telegrama procedente de Sidney anunciando que físicos australianos, associados ao Conselho de Pesquisas Científicas e Industriais, estabeleceram, pela primeira vez, contacto com o Sol, por meio do radar.

"As vidas de todos os habitantes da Terra poderão ser materialmente afetadas por êsse feito único" declarou um dos cientistas que participaram da experiência.

Os sinais recebidos de volta do Sol pelos físicos australianos foram, segundo estou informado, de natureza especial. Diferentes dos ecos normais ouvidos por ocasião do contacto com a Lua, os sinais solares eram ondas com ruído, emitidas pela superfície ou pelo interior do astro-rei.

As mais recentes investigações capacitaram os cientistas a medir, o calor do Sol, que foi calculado em um milhão de graus, normalmente, podendo, no entanto elevar-se às vêzes a dez milhões.

O informante declarou mais que o êxito dos físicos australianos é uma valiosa contribuição ao conhecimento do universo e do sistema solar, abrindo vastas possibilidades no terreno da astro-física, ciência que trata da física e da química dos corpos celestes.

E acrescentou: "E' provável que surjam agora muitas descobertas importantes, as quais, sem dúvida, afetarão as vidas de todos nós. É impossível prever as modificações que aguardam a humanidade".

*

ESTADOS-UNIDOS

Califórnia

NOVA CARTA FOTOGRÁFICA DO UNIVERSO UTILIZANDO O TELESCÓPIO SCHMIDT — Segundo telegrama divulgado nesta capital, procedente de Pasadena, na Califórnia, os cientistas do Instituto de Tecnologia da Califórnia, de Pasadena, alimentam esperanças de preparar uma nova carta fotográfica do universo. Acreditam ser possível realizar tal intento em menos de cinco anos, graças ao novo telescópio Schmidt, de 48 polegadas, que não sòmente fotografará de uma só vez tantos milhares de astros quanto o colossal telescópio de 200 polegadas, conhecido como "Gigante de Palomar", como possibilitará, outrossim, tirarem-se fotografias em frações de segundo.

O "Gigante de Palomar", contudo, em fotografia de exposição simples, pode fotografar uma parte do céu tão considerável quanto metade da área que parece ocupar a Lua em ocasião de plenilúnio, quando assestado diretamente na vertical, ao que informou o Dr. Edwin Hubble, chefe do programa de pesquisas de Palomar, no instituto do mesmo nome.

Conquanto apresentado como sendo de 48 polegadas, o novo telescópio Schmidt — que foi construído no Instituto, sob fiscalização do Dr. Donald Hendrix — na realidade é dotado de uma lente especular de 76 polegadas, constituindo essencialmente uma gigantesca máquina fotográfica.

O Dr. Hubble declarou que o Schmidt, que pesa cêrca de uma tonelada e meia, pode fotografar no mínimo 80 por cento do céu de Palomar, acrescentando que o mesmo instrumento ou outro igual, poderia fotografar da África, os 20 por cento restantes dos reinos estelares.

Quando o telescópio Schmidt fôr utilizado com o gigante de duzentas polegadas, em Monte-Palomar os astrônomos predizem que o homem aprenderá, por fim, se tôda a criação está se expandindo numa escala estupenda.

O Dr. Fritz Zwicky, cientista de Pasadena que descobriu as estrêlas explosivas, calcula que, se bem que sòmente 20 dessas "estrêlas atômicas" tenham sido descobertas durante 70 anos, o telescópio Schmidt poderia indicá-las numa média de 80 por ano.

O inventor dêsse notável instrumento foi Bernhard Schmidt, especialista em ótica, empregado do Observatório de Hamburgo. Schmidt morreu na Alemanha, ignorando até que ponto revolucionara a astronomia com seu invento, considerando-se que poderia ter recebido o Prêmio Nobel, se não perecesse, vítima de sub-nutrição pouco antes do fim da guerra.

*

Chicago

EXPLORAÇÃO DO VALE DO AMAZONAS — Foi divulgado nesta capital, por telegrama do A.P., procedente de Chicago, que o Sr. Colon Campbell Sanhorn, encarregado da Secção de Mamíferos do Museu de História Natural de Chicago, pretende partir de Nova Orleães, a 12 do corrente, para Callau, no Peru, de onde iniciará uma exploração pelo vale do Amazonas, em busca de espécies raras de mamíferos, pássaros e répteis da região amazônica.

*

INGLATERRA

Londres

PESQUISAS EM TÔRNO DA RADIAÇÃO SOLAR — Sob êste título a imprensa desta capital divulgou um telegrama procedente de Londres, da agência Reuter, cujo texto se segue:

Um som alto e sibilante, lembrando um jôrro de ar, foi ouvido por um grupo de jornalistas britânicos que teve permissão de inspecionar a sede do Grupo Operatório de Pesquisas do Ministério de Suprimentos, em Richmond Park, nesta capital.

Tal ruído era proveniente do Sol, num trajeto com a velocidade da luz, e gastando oito minutos para chegar até à Terra. E' precisa-

mente êsse som que interfere na onda ultra-curta dos aparelhos do telégrafo sem fio, do tipo utilizado para os serviços de comunicações, dando origem ao "fading" total, e, em tempo de guerra, isto constitui um obstáculo de conseqüências funestas.

De algum tempo a esta parte, os técnicos do govêrno britânico vêm dando largos e rápidos passos nas pesquisas em tôrno da radiação solar, conseguindo vasta soma de conhecimentos nesse campo.

Hoje, tive ocasião de entrar numa cabina do tipo utilizado pelas unidades anti-aéreas para montagem do radar. Essa cabina trabalha sôbre um pino giratório, para que possa ser deslocada em todos os sentidos, e, quando ficamos de frente para o Sol, em seu interior, o som aludido ainda se fêz mais notado. Um raio especial de côr azul, a princípio em linha reta desintegra-se em partículas que gravitam em tôrno de um limbo "mostrando" o ruído, enquanto que um relógio especial registra o volume do fenômeno. As manchas solares — causas reais do som considerado — eram visíveis através de uma luneta com lentes esfumaçadas.

A propósito, Sir Edward Appleton, secretário do Departamento de Pesquisas Científicas e Industriais, declarou o seguinte: "De há muito que se sabe que as manchas solares afetam a transmissão do rádio de ondas curtas pois que causam anormalidades nas camadas ionizadas de reflexão, na atmosfera superior, e, em conseqüência, é ouvido no rádio um ruído intenso Acresce que o som do rádio é de hábito acompanhado por "fading" total de ondas curtas associado àquele. Isto se deve à formação de uma cortina de absorção sob a parte mais pesada da camada atmosférica, de forma que as ondas de rádio são fortemente absorvidas nesse ponto. Tal cortina é conseqüência da explosão da luz ultra-violeta e provoca o "fading", durando de meia a uma hora. Tais "fadings" são observados sòmente na parte da Terra iluminada, na ocasião pelo Sol. Além disto, os "fadings. são acompanhados durante um ou dois dias mais tarde — prosseguiu Sir Edward — de tempestades magnéticas que não afetam, por certo, o tempo, e, em vários casos por auroras boreais. Tanto as tempestades magnéticas quanto as auroras, ao que se julga, penetram na atmosfera terrestre, cheia de enxames de átomos com cargas elétricas, provenientes do Sol. Tais partículas levam de um a dois dias em sua trajetória do Sol à Terra. O ruído solar no rádio não afetará, de ordinário, a recepção radiofônica, mas pode enfraquecer muito os sinais de onda curta. O ruído solar é de grande interêsse científico, visto como sua existência não foi sequer suspeitada senão até há bem pouco tempo. Abriu-se com isto um novo setor às pesquisas científicas, e espera-se que os cientistas de todo o mundo começarão a dedicar-se à sua observação durante o próximo período de atividade das manchas solares, que culmina em 1947 e no ano seguinte. Essa descoberta, puramente britânica, pode ser posta a serviço de grandes objetivos práticos.

Envie os livros de sua autoria ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.

Relatórios dos Representantes Estaduais, Apresentados à VI Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C.N.G.

RIO-DE-JANEIRO

É o seguinte o relatório apresentado à VI Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C. N. G., pelo Sr. Luís de Sousa, secretário do Diretório Regional de Geografia no Estado do Rio-de-Janeiro, sôbre as atividades geográficas dêste Estado no ano de 1944:

A ano de 1944 foi, pela importância dos assuntos geográficos nêle tratados, um dos mais fecundos e dos mais afanosos. Desde primeiro de janeiro, com a instalação solene do novo quadro territorial para o qüinqüênio que se iniciou naquela data, com a denominação simbólica de Dia do Município, até fins do exercício, quando por um decreto estadual teve solução definitiva uma velha pendência de limites interestaduais, ocorreu uma seqüência de fatos e acontecimentos que bem ilustram a alta importância que, dia a dia, vão tomando os problemas de cunho geográfico.

Após vários anos de esforços e ações empreendedoras, definindo as atribuições geográficas até então disseminadas por órgãos vários, impròpriamente conduzidas, hoje, separadas dos conjuntos heterogêneos, trabalhamos com programas claros e bem traçados, em proveito da organização geográfica brasileira .

O Estado do Rio-de-Janeiro, com os seus cinqüenta e dois Diretórios Municipais e seus duzentos e quarenta e sete informantes distritais pode dizer que tem uma estrutura plenamente estabelecida, funcionando de modo a produzir apreciáveis resultados.

Contamos, no corpo de membros do Diretório Regional, com uma plêiade de estudiosos intelectuais, de modo particular aos estudos geográficos, autores de trabalhos notáveis sôbre essa especialidade, e que, solícitos e solidários, em tôdas as ocasiões, correspondem prazeirosamente aos apelos que lhes são endereçados, quando se faz mister prestigiar qualquer iniciativa do Conselho Nacional de Geografia.

DIA DO MUNICÍPIO

Exatamente de acôrdo com as prescrições do edital, foram instalados em todos os municípios as circunscrições devidas ao novo quadro territorial fluminense, para o período qüinqüenal iniciado em 1.º de janeiro de 1344 e que terminará a 31 de dezembro de 1948. O Diretório Regional tomou parte ativa nestas solenidades, em Niterói, havendo seu secretário sido o orador da festividade cívica, a convite do prefeito local.

A lei estadual, que fixou o quadro em referência, tomou o número 1 056 e foi publicada no *Diário Oficial* de 1.º de janeiro de 1944.

Posteriormente, foi publicado outro decreto, em observância às instruções dêste Conselho, que tomou o n.º 1 310, e segundo o qual ficou prorrogado o prazo para a entrega dos mapas municipais, até 31 de dezembro de 1945.

Para a execução dêsses mapas, que terão vigência durante o corrente qüinqüênio, está o Diretório Regional recebendo o valioso concurso do Departamento das Municipalidades, chefiado com eficiência e reconhecido espírito de colaboração, pelo dedicado servidor público, Dr. Hermes Cunha.

CONVÊNIO DE SÃO-LOURENÇO

A 28 de fevereiro, na cidade mineira de São-Lourenço, reunidas em sessão especial do Diretório Municipal de Geografia tôdas as altas autoridades locais e presentes os representantes oficiais dos Estados de Minas-Gerais e Rio-de-Janeiro, engenheiros Benedito Quintino dos Santos e Luís de Sousa, respectivamente, foi, por êstes últimos, assinado um Convênio Definitivo de Limites, que pôs têrmo a uma situação de dúvidas, que prevalecia em longo trecho da faixa lindeira dêsses dois Estados.

As atenções, os gestos cavalheirescos, as expressões de simpatia e fraternidade, a carinhosa hospitalidade das autoridades mineiras dispensadas à delegação fluminense que ali compareceu, para aquêle expresso fim, foram extremamente cativantes e atestam, de modo exuberante, o que afirma a tradição secular quando diz que os nossos queridos irmãos de Minas-Gerais são incomparáveis no trato afável, obsequioso e gentil, nessa arte primorosa de bem acolher. Assim foi o govêrno do Estado do Rio-de-Janeiro, na pessoa do seu eminente chefe, distinguido pelo govêrno de Minas-Gerais, com tôdas as deferências demonstrativas da consideração do respeito e da admiração que lhe são atributadas.

Cabe essa nota neste registro porque revela um apuro de sentimento nos atos de confraternização da espécie dêste, em que o espírito de brasilidade se vem sobrepor aos interêsses ou anseios de uma coletividade secundária.

Êste Convênio foi aprovado pelos governos dos dois Estados, por decretos estaduais que tiveram a sua publicação, simultâneamente, feita no dia 11 de novembro de 1944.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Cumpre-nos assinalar que, não obstante haverem os trabalhos desta Comissão ficado reduzidos com a terminação do programa do qüinqüênio, muitas dúvidas tiveram de ser dirimidas, ainda, e para isto novas pesquisas, con-

sultas e expedientes tiveram de ser feitos, absorvendo tempo apreciável, e sendo que, ao presidente, o ilustre fluminense José Matoso Maia Forte, coube a maior soma de trabalho nesta árdua tarefa suplementar.

O Sr. interventor federal, apreciando o trabalho da Comissão, que se desincumbiu das suas atribuições sem que os seus membros abdicassem das suas funções normais, houve por bem de reconhecer, elogiosamente, o esfôrço despendido.

COMISSÃO DA CARTA

Sob as dificuldades oriundas da escassez de pessoal técnico especializado e de instrumental de engenharia, prosseguem os trabalhos da Comissão da Carta, em ritmo ascendente. — Continuam a se desenvolver os serviços de cartografia e de topografia com o pessoal do quadro. Grandes esforços foram realizados no sentido de melhorar a aparelhagem dêste órgão, de maneira a poder aumentar o seu rendimento, no exercício próximo futuro, estando já garantida essa disposição, graças ao franco apoio que o govêrno tem reservado a êstes serviços. A Comissão da Carta está com a incumbência de fazer o levantamento de tôdas as divisas intermunicipais, ligando êstes perímetros aos pontos geodésicos das coordenadas. É uma obra de cujo alcance não precisaremos ressaltar. Contaremos no início do exercício de 1945 com mais alguns técnicos que tomarão parte nessa obra. Vários trechos foram já levantados, com a precisão desejável, e os novos mapas municipais que estão sendo ultimados em sua confecção, trarão, já, as correções cartográficas resultantes dessas operações. Uma das turmas de campo empenha-se, neste fim de exercício, na cravação de marcos principais e condutores, num trecho da linha divisória do Estado de Minas-Gerais, numa extensão de cêrca de 130 quilômetros. Num ponto dessa linha, na interseção da estrada de rodagem Palma-Miracema, acaba de ser erigido pela Comissão, por conta dos dois Estados, um obelisco de pedra, que se destina a perpetuar a ação patriótica e cívica dos Srs. governador Benedito Valadares e interventor comandante Ernane do Amaral Peixoto que, com superior clarividência, em salutar e cordial entendimento resolveram um dos problemas mas antigos e embaraçosos das linhas divisórias. A Comissão da Carta continua mantendo o engenheiro Valdemar Vacchias à disposição do Conselho, para, sob a orientação dos serviços técnicos dêste, coletar e coligir elementos úteis à confecção da nova carta do Estado. Em ligação com êstes trabalhos afetos ao engenheiro Vacchias desenvolve também proveitosa atividade o engenheiro Benjamim Kingston, incumbido de, em outros setores, extra-oficiais, localizar trabalhos que interessem à Comissão e de promover a aquisição de cópias dos mesmos. Dados precisos têm sido coligidos sem ônus para o Estado e com grande aproveitamento. O programa de trabalho para o exercício de 1945 está traçado com o objetivo de se obter uma crescente produção, mercê dos novos recursos que estão sendo encorporados.

X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Logo que o Diretório Regional recebeu da Secretaria do Conselho instruções sôbre a instalação do X Congresso na cidade do Rio-de-Janeiro e não mais na cidade de Belém do Pará, por motivos divulgados e relacionados com a situação internacional, pôs em atividade o seu corpo de auxiliares para reencetar a campanha interrompida ao final do exercício anterior. Convocados os membros que haviam participado dos trabalhos iniciais, novas iniciativas foram postas em execução com o propósito de reavivar o interêsse que aquêle certame vinha despertando. A nota mais importante desta segunda fase dos trabalhos foi a recepção que o Diretório patrocinou, em sessão do Rotary Clube, no Hotel Icaraí, para os dirigentes do X Congresso. Compareceram como homenageados, os Srs. Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia, presidente Executivo da Comissão Organizadora Central, cônsul Murilo de Miranda Basto, secretário da mesma, e o Sr. ministro João Severiano Fonseca Hermes Júnior, presidente de honra da Comissão. Durante a recepção falaram os Srs. Dr. Raja Gabaglia, definindo o alcance do Congresso, o Dr. Alfredo Neves, presidente do Rotary Clube de Niterói, agradecendo a presença dos homenageados e o Dr. Luís Palmier, pelo Diretório Regional, enaltecendo a orientação brilhante dos dirigentes do Congresso e esclarecendo quais os esforços que estavam sendo desenvolvidos no Estado do Rio em prol do êxito daquele conclave.

Para comparecer ao X Congresso, como representantes do govêrno, foi designada pelo Sr. interventor uma delegação chefiada pelo Sr. secretário de Viação e Obras Públicas, presidente do Diretório Regional, coronel Hélio de Macedo Soares e Silva, integrada pelos nomes ilustres dos Srs. ministros José Matoso Maia Forte e Dr. Luís Palmier, e, finalmente, pelo secretário do D. R. G.

Foram os seguintes os trabalhos do setor fluminense apresentados ao Congresso:

1) *Município de Pirai*, de autoria do ministro José Matoso Maia Forte.
2) *Geografia e Industrialização do Calcáreo no Estado do Rio-de-Janeiro*, de autoria do Dr. Luís Palmier.
3) *Estudos sôbre a imigração do Brasil*, de autoria do engenheiro Benjamim Kingston.
4) *Regiões lacustres do Estado do Rio-de-Janeiro*, de autoria do Dr. Luís Palmier.
5) *Rios de Paraíba do Sul*, de autoria do engenheirco Guilherme Hippert.

A delegação fluminense foi honrada, nesse importante certame, com a aclamação do seu chefe, coronel Hélio de Macedo Soares e Silva, para vice-presidente de honra do Congresso. Todos os membros da delegação foram incluídos nas Comissões Técnicas, de acôrdo com os seus conhecimentos especializados, e nêles desenvolveram acentuada atividade, relatando teses, discutindo e escrevendo pareceres, votando e apresentando sugestões na marcha dos trabalhos. Na exposição de Cartografia, organizada pelo ilustre professor fluminense José Veríssimo da Costa Pereira, compareceu a Comissão da Carta, com uma apresentação dos seus trabalhos. Cabe-nos a satisfação de registrar que o Estado do Rio-de-Janeiro teve a honra de receber os Srs. congressistas em suas terras, na visita oficial feita às obras da baixada fluminense, dirigida pelo engenheiro emérito Hildebrando de Araújo Góis, muito digno diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento. Nessa ocasião foi concedida à caravana congressista a oportunidade de conhecer os prósperos municípios de Duque de Caxias, Nova-Iguaçu e Itaguaí, onde estão localizados os núcleos de São-Bento e Santa-Cruz, o Instituto de Fitopatologia, a Fábrica Nacional de Motores, a Cidade das Meninas e a Universidade Agronômica do Brasil. Para enlêvo do espírito foram apreciadas interessantes dissertações sôbre o saneamento da região percorrida, pelo aba-

lizado engenheiro Hildebrando de Araújo Góis e, atentamente, ouvida uma palestra sôbre "aspectos fisiográficos e geo-humanos da Baixada Fluminense" proferida, com notável erudição pelo culto engenheiro coestadoano Alberto Lamego Filho, autor de várias obras de inestimável valor sôbre a ciência geológica. A êste fluminense ilustre coube a medalha de ouro —, conferida pelo Congresso —, ao autor do melhor trabalho apresentado.

EXPEDIENTE DA SECRETARIA

Foi o seguinte o expediente da Secretaria durante o exercício:

Ofícios remetidos	442
Ofícios recebidos	206
Telegramas remetidos	156
Telegramas recebidos	42

Os membros do Diretório Regional têm sido incansáveis na dedicação com que se entregam à solução dos problemas que envolvem as atribuições do órgãos geográfico local. Faremos justiça ressaltando entre êsses, os nomes consagrados de Matoso Maia Forte e Luís Palmier, por haverem contribuído para o êxito das iniciativas geográficas fluminenses, com uma valiosa parcela de ação pessoal, incisiva, generosa e eficiente, maior do que se poderia esperar. O Diretório Regional deve, por isso, muito a êsses dois eminentes cultores das letras geográficas e com satisfação registra, nestes anais, esta observação honesta e tradutora de um sincero reconhecimento, por parte dos demais membros.

Todos os empreendimentos geográficos têm merecido inteiro apoio do govêrno estadual, que, não se tem limitado, apenas, em atender às necessidades normais, mas ido muito além, incentivando os concursos de monografias, oferecendo prêmios aos autores dos melhores trabalhos, prestigiando os certames material e moralmente, com especiais atenções, estimulando os propugnadores da causa geográfica, com a confiança das suas expressões.

Colocadas, como estão, as funções geográficas, num plano de elevação cívica, em que os esforços, as iniciativas, e os resultados decorrem de uma compreensão patriótica, que coloca a ação acima do interêsse individual, louvamos, sem restrições, todos aquêles que cooperam desprendidamente, com os membros do Diretório Regional, comungando, fraternalmente, das mesmas aspirações, na concepção dos alevantados propósitos que emanam, inspiradamente, da consciência diretora do Conselho Nacional de Geografia.

RIO-GRANDE-DO-SUL

O Sr. Desidério Finamor, presidente do Diretório Regional de Geografia do Rio-Grande-do-Sul, apresentou à VI Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C. N. G., o seguinte relatório das atividades geográficas daquele Estado no ano de 1944.

Exmo. Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em cumprimento às disposições regulamentares temos o prazer de apresentar a V. Excia. um sucinto relato das atividades do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio-Grande-do-Sul, bem como das principais ocorrências sucedidas no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro do ano de 1944.

Diretório Regional

O Diretório Regional funcionou assim constituído:

Presidente nato: Dr. Ataliba de F. Paz.
Secretário nato: Dr. Desidério Finamor.

Membros: Dr. Germano Petersen Filho, Cap. Fragata, Haroldo A. dos Reis, Dr. Léo Silveira de Arruda, Dr. Artur Ambros, Dr. Caio Brandão de Melo, Dr. Egídio de Sousa, Ten. Cel. Osman Paisant, Ten. Cel. Nélson de Castro Sena Dias, Dr. Pedro Barroso, Dr. Adolfo Ambros Filho.

Reuniões: O Diretório reuniu-se duas (2) vêzes em sessão ordinária e uma vez em sessão extraordinária.

Na sessão ordinária do dia 8 de agôsto de 1944 tratou-se da substituição de um membro da Comissão Revisora da Divisão Territorial, vaga aberta com a renúncia do Eng.º Ildefonso Dias da Silva. Foi eleito o Eng.º Germano Petersen Filho.

Nessa mesma sessão tratou-se da designação do Eng.º Adolfo Ambros Filho, chefe do Serviço Estadual de Geografia, para apresentar êste Diretório junto aos trabalhos da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia a realizar-se na Capital Federal de 14 de agôsto a 2 de setembro; deu-se conhecimento aos membros do D. R. G. dos Decretos-lei n.º 6 549 de 31 de maio de 1944, n.º 6 588 de 14 de junho de 1944, e do ofício n.º 8 830, de 25 de maio de 1944, do Sr. Secretário do Interior ao senhor Presidente do Diretório Regional acompanhado de uma cópia do trabalho elaborado por aquela Secretaria sôbre alterações alvitradas para o quadro da divisão territorial do Estado no projeto apresentado pela Comissão Revisora da Divisão Territorial a vigorar no qüinqüênio 1944-1948.

Na sessão ordinária do dia 18 de setembro tratou-se da substituição do representante dêste Diretório junto a Comissão Revisora da Divisão Territorial, vaga aberta com o afastamento do Ten. Cel. Osman Plaisant. Foi eleito o Ten. Cel. Nélson de Castro Sena Dias.

Na sessão extraordinária, realizada no dia 27 de dezembro, aberta inicialmente pelo senhor presidente que em seguida passou a presidência ao Sr. Interventor Federal, presente à sessão, foi dado conhecimento do Decreto-lei sôbre a Divisão Territorial dêste Estado, a vigorar de 1 de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1948.

Razões diversas contribuiram para que as reuniões dêste Diretório não se processassem normalmente, como estabelece a Resolução n.º 3, de 12 de julho de 1937 da Assembléia Geral do C. N. G., dentre elas principalmente a motivado pelo Decreto-lei n.º 6 549, de 31 de maio de 1944, que prorrogou por mais um ano o prazo para apresentação do novo quadro da divisão administrativa e judiciária do Estado.

Substituições: Em substituição ao Ten. Cel. Osman Paisant, que foi designado para o comando de uma unidade militar no interior do Estado, foi nomeado por decreto de 17 de agôsto, como representante do Comando da 3.ª Região Militar, o Ten. Cel. Nélson de Castro Sena Dias, chefe da 1.ª Divisão de Levantamentos do Serviço Geográfico do Exército, membro efetivo dêste Diretório.

Em ata da sessão ordinária do dia 18 de agôsto foi consignado um voto de louvor pelos relevantes serviços prestados pelo Ten. Cel. Osman Plaisant.

Expediente: O movimento de documentos entrados e saídos foi o seguinte:

Ofícios recebidos	43
" expedidos	26
Telegramas recebidos	24
" expedidos	19
Circulares expedidas	88

Diretórios Municipais: Em virtude do decreto de prorrogação da apresentação do quadro da divisão territorial, os Diretórios Municipais tiveram pouco movimento.

Aguardava-se a todo o momento a comunicação de aprovação do quadro proposto.

II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia. — Para essa reunião, realizada na Capital Federal, de 14 de agôsto à 2 de setembro, foi designado o Eng.º Adolfo Ambros Filho, chefe do Serviço Estadual de Geografia. Êsse funcionário apresentou um relatório das suas atividades nesse conclave geográfico.

X Congresso Brasileiro de Geografia. — Êste Diretório se fez representar, na pessoa do Eng.º Adolfo Ambros Filho, nesse congresso, realizado na Capital Federal de 6 à 16 de setembro de 1944. Dêsse magno conclave geográfico êsse funcionário apresentou um relatório das suas atividades.

Conclusão: São essas, em resumo, as ocorrências mais notáveis do decurso do exercício findo de 1944.

Congratulo-me com V. Excia. pelo valioso acervo de serviços prestados a nossa pátria e de par com as homenagens dêste Diretório queira aceitar os protestos de minha elevada estima e alto aprêço.

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.

Registos e

comentários bibliográficos

Bibliografia

Livros

DR. B. BRANDT — *Geografia Cultural do Brasil* — (Tradução do Prof. Rodolfo Coutinho) — Separata do *Boletim Geográfico* — Ns. 16 a 23 — Rio-de-Janeiro, 1945.

O Conselho Nacional de Geografia, pelos vários organismos que o integram e de cuja eficiência temos um conhecimento pormenorizado através da série de publicações que lhe enriquecem o patrimônio, iniciou a divulgação de uma coleção ou biblioteca geográfica, que vai dos simples guias para professôres e estudantes de cursos superiores às monografias de alto tomo, do tipo dessa notável interpretação geo-humana que é o *O Homem e o Brejo*, de Alberto Lamego Filho, ou dêsse ensaio interessantíssimo que vamos encontrar em *O Rio dos Tocantins*, de Lísias Rodrigues, o magnífico conhecedor dos problemas e da realidade geográfica da grande artéria que liga o centro ao extremo norte do Brasil.

No momento, o Conselho, no desdobramento dessas suas atividades de alta cultura, lança em circulação a *Geografia Cultural do Brasil*, da autoria do Dr. B. Brandt, tradução e anotações do professor Rodolfo Coutinho, separata do *Boletim Geográfico*.

O assunto realmente é novo entre nós. Muito pouco dêle têm cuidado os nossos geógrafos. Pode-se mesmo afirmar que, de certa maneira, só aqui e ali têm dêle se ocupado, num flagrante esquecimento de um dos aspectos mais movimentados e mais curiosos da geografia moderna. Aliás, cabe aqui assinalar que os memoráveis estudos da geografia brasileira, seja no aspecto particular das regiões, das unidades políticas, seja dos acidentes fisiográficos, tem sido muito mais preocupação dos geógrafos estrangeiros que pròpriamente dos nossos. Sirvam de exemplo os trabalhos de Reclus, Wappeus, Sellin, Deffontaines, Denis, que marcaram época e constituem ainda em nossos dias fontes preciosas de informação, tanto mais quanto, na feitura dos livros em que nos revelaram ao mundo, se não foram pioneiros, pelo menos riscaram as grandes linhas de nossa configuração, grandes linhas de que não nos temos afastado.

Ora, uma equipe forte, lucidíssima, de geógrafos brasileiros, do Império à República, já podia ter trazido mais assìduamente e mais densamente o resultado de suas pesquisas, compondo o quadro de nossa caracterização geográfica com a minuciosidade que a identificação de campo já vem permitindo. Para citar apenas um grupo de hoje, Backheuser, Delgado, José Veríssimo, Haroldo de Azevedo, Gicovati, Honório Silvestre, Várzea, Fróis de Abreu, Gabaglia, que se identificaram perfeitamente com os temas nacionais no campo geográfico, que se identificaram profundamente com os problemas e a técnica da geografia moderna, por que ainda não modelaram o livro de consulta de que carecemos, avançando do livro didático, necessário, é bem de verse, para a obra ampla, o retrato mais circunstanciado, mais vivo, mais enérgico, o retrato que nos proporcione um conhecimento menos rápido, o retrato que venha a ser aquilo que Cândido Mendes e Moreira Pinto pretenderam construir sob o Império?

A *Geografia Cultural do Brasil*, do professor Brandt, de que nos ocupamos e a propósito da qual gisamos estas considerações tão rápidas mas ditadas pelos melhores anseios cívicos e culturais, como acabamos de ver, é assim,

mais uma contribuição estrangeira que os nossos geógrafos podiam ter dispensado se, com os elementos de que dispõem, o saber que possuem e ninguém de boa fé lhes pode negar ou desconhecer, a houvessem escrito, mais sumosa, mais exata, mais elucidativa e com uma visão mais nacional.

Obra de mestre que penetrou fundo os nossos sentimentos, que examinou com olhos de ver as mil particularidades que nos distinguem, que compreendeu a variedade de nossa formação e a natureza que nos situa com tanta autonomia no quadro geo-humano e geo-econômico da América do Sul, o livro do professor Brandt é um roteiro útil, consciencioso, da nossa maneira de ser.

Os oito capítulos que a compõem foram traçados com relativa segurança, diremos melhor, com quase absoluta exatidão. Assim, como anota o tradutor, que foi um hábil anotador, aqui e ali, Brandt teve de claudicar, afirmando sem apoio na verdade dos fatos. E isso porque a geografia cultural, não desprezando o contacto direto com o ambiente, utilizando mesmo a todo momento a fisiografia para a compreensão de uma realidade ou a melhor caracterização de uma particularidade espiritual, econômica, material, trabalha com os dados de estatística, com os subsídios da história, com a antropologia física e cultural, com a ciência econômica, etc. Recolhendo materiais nessas ciências, nem sempre êsses materiais, entre nós, lhe foram proporcionados com a necessária segurança. E a conseqüência é que teve de claudicar, sem que, todavia, essas falhas perturbam as faces principais da obra ou sejam de tal monta que a paisagem brasileira, no ângulo da geografia cultural, tenha sido apresentada com desrespeito à exatidão.

Assim, apenas para exemplificar, no capítulo final, referente à "cultura e às relações com o exterior", além do que o anotador corrigiu, há outros desvios que precisavam ser assinalados. Quando afirma que a influência alemã começa entre nós com o episódio da penetração em terras brasílicas, nos idos tempos coloniais, com os homens dos Welsers, que haviam obtido a concessão de Carlos V sôbre o território venezuelano, o professor Brandt erra. Porque os homens dos Welsers, que se tornaram famosos pela barbárie porque tomaram contacto com a gentilidade, não atingiram terras do Brasil. Suas façanhas, tristes façanhas, processaram-se muito acima da fronteira venezuelana com o Brasil. Citando Samuel Fritz escreve que foi, como aliás geralmente se diz, o mais antigo cartógrafo do Amazonas, quando isso não está certo. Porque, se desprezarmos os trabalhos dos cartógrafos bisonhos da expedição dos frades que desceram o Amazonas em 1635 e os da subida de Pedro Teixeira em 1637, temos de dar o título de primeiro cartógrafo do Amazonas ao jesuíta Aloísio Conrado Pfeill, que foi, posteriormente, o informante sereno e seguro de Samuel Fritz.

Essas e outras nuguilhas, contudo, não prejudicam o conjunto magnífico da obra tanto mais quanto o Dr. Brandt, com ser alemão, escreve páginas que são um documentário admirável sôbre a adaptação do europeu no mundo tropical sul-americano que representamos e sôbre os rendimentos palpáveis que nossa miscigenação vem indicando. Suas observações são interessantes, suas conclusões bem medidas. Sente-se que o professor Brandt tem seus entusiasmos pela obra de fôrça construtiva que temos realizado vencendo a adversidade ambiente, dominando o espaço, erguendo as cidades, plantando a espécie vegetal que veio de fora e nos garante possibilidades e títulos heróicos num cômputo sereno de nosso valor como fôrça criadora. Suas conclusões acêrca das nossas condições culturais de vida, por exemplo, no tocante aos imperativos de lusitanidade que nos ficaram e os contingentes estrangeiros ainda não puderam destruir, inclusive aquêles trechos acêrca da dulcificação, aprimoramento, enriquecimento e universalidade que estamos dando ao idioma que falamos, são aceitáveis em grande parte. A marcha do povoamento, sôbre que vamos ter um livro de sumo escrito por Artur Neiva, capítulo nunca demasiadamente louvado de nossa personalidade, examinando com a compreensão do que êle representa em nossa formação e nossa própria atualidade, constituiu quadro bem feito na *Geografia Cultural do Brasil,* é de si uma das provas do critério de que se valeu o eminente geógrafo para cobrir o todo nacional, entendendo-o, propondo-o, caracterizando-o.

Andou bem o Conselho Nacional de Geografia, fazendo traduzir e bem traduzir e anotar a *Geografia Cultural do Brasil,* do professor Brandt. Porque, com *A Cultura Brasileira,* de Fernando de Azevedo, *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil,* de Afonso

Arinos, *Geografia Humana do Brasil*, de Pierre Deffontaines ajuda a compor um fundo de quadro ótimo do Brasil, em sua evolução de quatro séculos e sua atualidade tão cheia de altos e baixos e de perspectivas tão singulares.

Artur César Ferreira Reis.

★

J. E. TEIXEIRA MENDES — *Comparação das Condições de Clima Vigentes nas Zonas Cafeeiras de Santa-Catarina e de São-Paulo — In* "Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — Ano XX — N.º 221 — Julho de 1945, São-Paulo, 1945.

Focaliza o presente artigo, uma útil apreciação sôbre as diversidades de condições de clima entre as duas regiões cafeeiras brasileiras, com minuciosos dados meteorológicos, fornecidos pelo Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura. Conclui o autor por afirmar que qualquer comparação das condições de agricultura catarinense com as de São-Paulo há de se basear nas notáveis diferenças de clima existentes.

M. B. G.

★

MÁRIO MELO — *O afro-indianismo na orografia pernambucana* — Separata da "Revista de Educação" — vol. X — 2.º trimestre do ano de 1945 — Recife, 1945.

O Sr. Mário Melo é, não há negá-lo, um dos mais autorizados estudiosos da História da sua terra — Pernambuco. Nesse seu afã de estudar e escrever a História local o escritor naturalmente estendeu-se à Geografia dando também a essa ciência contribuições úteis. É que por vêzes não se pode desassociar fàcilmente as duas disciplinas dada a aproximação ou mesmo o entrosamento de uma com a outra.

Agora temos em mãos uma nova contribuição do escritor pernambucano na qual são relacionados os topônimos referentes à origem africana, uns poucos, e a origem indígena em maior número, das serras de Pernambuco. Além da indicação toponímica e sua interpretação segundo a língua de origem o autor localiza o acidente geográfico quanto ao município a que pertence.

Trata-se, explica o autor — de uma contribuição para a onomástica geral pernambucana a figurar no *Dicionário Geográfico Brasileiro* planejado pelo Conselho Nacional de Geografia, cuja elaboração já está bem adiantada.

C. P.

★

W. D. JOHNSTON JR. — *Os pegmatitos berilo-tantalíferos da Paraíba e Rio-Grande-do-Norte, no Nordeste do Brasil* — Boletim n.º 72, ano 1945 da Divisão de Fomento da Produção Mineral — D.N.P.M. — M.A. Rio-de-Janeiro, 1945.

Examina o autor na presente publicação as principais ocorrências dos minerais estratégicos — berilo e tantalita — nos Estados da Paraíba e do Rio-Grande-do-Norte, constituindo valiosa contribuição aos estudos das nossas condições de mineração. Apresenta o trabalho, que se baseou em três visitas dêsse geólogo norte-americano realizadas na região pegmatita, uma copiosa documentação fotográfica. a par de grande número de mapas e gráficos ilustrativos.

M. B. G.

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Periódicos

Arquitectura — Organo oficial del Colegio Nacional da Arquitetura. Año XIII. N.º 145. Agôsto, 1945. La Hondura — Cuba.

Órgão do Colégio Nacional de Arquitetura, publica um conjunto de trabalhos sob temas em conexão com a arte arquitetônica e as artes co-irmãs. O Sumário é o que segue:

Nuestro edifício social — La galeria de la academia de Florencia — Antonio Rodriguez Morey — La bomba atomica y la arquitectura de ciudades, Arquitecto Pedro Martinez Inclán — Reflejos de arte moderno en Norte America — Arq. Emilio Horth Terré — Assuntos Urbanos — Arq. Félix Pérez Torres — La porcelana inglesa — Decoracion interior, R.C.P.R. — El Bohio Coribe, Dr. Francisco Pérez de la Riva — Renacimiento o decadencia — Camilo Mauclair — Notas de interes professional.

J. M. C. L.

*

Ceará Econômico e Estatístico — Ano N. N.º 1. Fortaleza, 1945.

Assinalamos, com êste registo, o aparecimento de uma nova publicação especializada, destinada a informar o país sôbre fatos econômicos e sociais do Estado do Ceará. Elaborando estudos e pesquisas em tôrno das realidades regionais, analisando problemas, indicando o rumo, de acôrdo com os processos modernos, em que deverão ser conduzidos os trabalhos de melhoramento, a ela está confiado um papel evidente na reestruturação sócio-econômica daquela região nordestina. Dentre os artigos enfeixados neste primeiro número destacamos o assinado por Joaquim Alves, sob o título "*População Praieira*" — estudo sociológico sucinto, mas expressivo, do litoral cearense. O autor descreve-lhe o meio geo-físico, a extensão e divisão em zonas e, de outro lado, a população, sua densidade, movimento demográfico e atividades econômicas peculiares. Sôbre a economia feminina, especialmente a indústria de rendas, faz significativas considerações a respeito da manufatura e comércio dêsses produtos, frisando a compressão que sofre esta indústria pelos intermediários que tiram o melhor proveito do sacrificado trabalho das pobres artífices.

J. M. C. L.

*

Documentos de Arte Argentino — Publicacione de la Academia Nacional de Bellas Artes — Cuaderno XVII — Las ciudades de Santa Fé y Corrientes — Buenos Aires, 1945.

Magnífica coletânea de fotografias de valiosas obras de arte encontradas nas cidades de Santa Fé e Corrientes, com um histórico dos seus principais monumentos históricos. Inicia o presente trabalho um breve comentário sôbre a descoberta de Santa Fé, fundada por Juan Garay, em 1573, em nome dos reis de Espanha, de acôrdo com os mandatos das Chancelarias do Peru, a qual só mais tarde, em 1651, foi definitivamente fundada por Francisco Antônio de Vera Mujica, que, reuniu na nova cidade, em nome da Junta de Temporalidades, as quatro ordens: jesuítas, franciscanos, mercenários e dominicanos, com o objeto de delimitar as terras para a ereção de suas respectivas igrejas e conventos. Dêsses monumentos destacam-se as igrejas da Companhia de Jesus, de São Domingos, Catedral e os conventos de São Carlos e São Lourenço.

A cidade de Corrientes, fundada em 1588, nascida de emprêsa semelhante à de Santa Fé, possui, também, memoráveis monumentos históricos, dos quais se salientam a Igreja e Convento de Nossa Senhora das Mercedes e a Igreja e Convento de Santo Antônio.

São todos êsses monumentos apresentados nos seus menores detalhes nas esplêndidas fotografias da coletânea, que é o 17.º trabalho do plano das publicações da Academia Nacional de Bellas Artes, da coleção Documentos Argentinos.

M. B. G.

*

O I. G. G. — Revista do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São-Paulo — Vol. II — N.º 3 — São-Paulo — Julho a setembro de 1944.

Mais um número desta publicação trimestral, no qual figura, em primeiro lugar, um artigo do Sr. Valdemar Lefèvre, intitulado "Aspectos Geográficos do Estado de São-Paulo", com documentação fotográfica, em que o autor examina, de modo sucinto, os aspectos físicos, econômicos (agrícola e industrial), e sociais de diversas regiões do Estado, finalizando com uma apreciação do aspecto cultural da Escola Politécnica do Estado de São-Paulo.

Insere, também, êste número da I.G.G., um longo e minucioso relatório sôbre os estudos efetuados nos rios Itapetininga e Paranapanema, datado de 9 de fevereiro de 1889, de Teodoro Sampaio, então 1.º engenheiro-ajudante da Comissão Geográfica e Geológica da Província de São-Paulo.

Enfeixa o presente número um amplo noticiário da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e História, e do X Congresso Brasileiro de Geografia.

M. B. G.

*

Relatório de 1943 da Diretoria da Divisão de Fomento da Produção Mineral — D.N.P.M. — Ministério da Agricultura — Rio-de-Janeiro, 1945.

Dando cumprimento a dispositivos regulamentares apresenta o Sr. Avelino Inácio de Oliveira o relatório dos trabalhos executados pela Divisão de Fomento, durante o ano de 1943, abrangendo os dois grandes setores confiados à Divisão, que são as pesquisas de jazidas minerais e os trabalhos decorrentes da aplicação do Código de Minas, principalmente na parte concernente a autorizações de pesquisa e lavra.

Apresenta o relatório em aprêço grande número de gráficos comparativos, mapas ilustrativos, fotografias, finalizando com a apresentação da relação das emprêsas autorizadas a funcionar, no decorrer do ano de 1943.

M. B. G.

AOS EDITÔRES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Mapas

Novo mapa da América Latina

A Sociedade Americana de Geografia concluiu recentemente, depois de vinte e cinco anos de contínuo trabalho, o maior mapa da América Latina até agora publicado. Em dezembro último a fôlha relativa a Bogotá — uma das cento e sete que compreendem a carta — foi entregue pela oficina impressora àquela Sociedade. Considerando como o único projeto jamais realizado no ramo por uma organização particular, abrange a América Latina, desde a fronteira entre os Estados-Unidos e o México até o cabo de Horn inclusive as Índias Ocidentais. Devido à escala de 1:1 000 000 é denominado o mapa milionário. Representa oito milhões de milhas quadradas, isto é, quase um sexto da superfície de terra do globo. O término da obra foi comemorado com um jantar de gala no Rainbow Room de Nova-York. Compareceram a solenidade representantes diplomáticos dos países latino-americanos, especialmente convidados. Falando na ocasião, Raye P. Platt, diretor do Departamento Hispano-Americano de Pesquisas da Sociedade Americana de Geografia, contou ter sido o Sr. Isaias Bowman, atualmente presidente da Universidade John Hopkins, o idealizador do gigantesco plano. Bowman, quando ainda professor de geografia, em Yale fêz diversas viagens à América do Sul. Notou, todavia, a grande falta de mapas que fôssem precisos e minuciosos. As poucas cartas geográficas que encontrava eram rudimentares e falhas. Tornando-se diretor da sociedade, em 1915, decidiu fazer alguma cousa no sentido de dotar os países visitados de mapas melhores e mais exatos. No entanto, só pôde concretizar suas idéias depois da guerra de 1914-1918.

Os trabalhos tiveram início em 1920 sob a direção de Alan G. Ogilvie, hoje professor de geografia na Universidade de Edinburg. A primeira secção, a da região da capital boliviana, foi publicada em 1922.

Desde então, uma média de sete compiladores, inúmeros desenhistas e cartógrafos têm trabalhado ininterruptamente. O custo total das pesquisas, compilação, desenho, impressão e material é de cêrca de 500 000 dólares. Se tôdas as fôlhas, litografadas por A. Hoen & Cia. de Baltimore, fôssem juntadas, cobririam uma área de 320 pés quadrados, medindo 34 por 28 pés em sua maior dimensão. Vinte e oito fôlhas, representando o nordeste da América-do-Sul, foram expostas, numa montagem esférica especial, numa das salas da sociedade. Incumbiu-se da organização William A. Briesemeister, renomado cartógrafo, que, desde o início até a finalização do trabalho auxiliou com sua experiência e conhecimentos. A exposição foi franqueada ao público logo após o jantar.

A escala de 1:1 000 000 e a projeção policônica modificada foram escolhidas, segundo declarou o próprio Sr. Briesemeister, em obediência à recomendação do Congresso Internacional de Geografia. Nessa escala, uma polegada, no mapa representa aproximadamente doze milhas no solo. Como se vê o tamanho do mapa, é simplesmente descomunal. Cada fôlha é acompanhada de legendas e diagramas que facilitam a interpretação das informações.

Para compilar os dados foram pesquisadas inúmeras fontes sôbre todos os assuntos referentes a cada uma das regiões. Mais de 250 fontes se revolveram à cata de dados para uma única fôlha e, a fim de que algumas delas apresentassem as grandes variações ao terreno, viram-se os técnicos na contingência de preparar onze chapas para que o efeito de vinte e uma tintas diferentes fôsse exato.

O trabalho ingente desenvolvido pela Sociedade Americana de Geografia bem merece o aplauso de todos os países da América Latina. Denota esfôrço e, sobretudo, boa vontade em conhecer a América-do-Sul.

Colabore com êste "Boletim" que é bibliográfico, enviando-lhe livros de sua autoria ou disponíveis em duplicatas, e que ofereçam interêsse geográfico.

Lista de publicações entradas no período de 1.º de janeiro a 15 de fevereiro de 1946

Recebemos e agradecemos:

(DE 1 A 15 DE JANEIRO DE 1946)

Periódicos nacionais:

Agronomia — Ano III — Ns. 3 e 4 — Vol. III — Julho, setembro, outubro e dezembro de 1944 — Rio.

Boletim da Associação Comercial do Amazonas — Ano V — N.º 50 — Setembro de 1945 — Manaus — Amazonas.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior — Ano VIII — n.º 9 — Setembro de 1945 — Rio.

Boletim Estatístico — Ano III — Ns. 45, 33 e 132 — Maio e abril de 1945 — Rio.

Boletim Informativo da Câmara de Comércio da Cidade do Rio-Grande-do-Sul — N.º 827 — Dezembro de 1945 — Rio-Grande-do-Sul.

Boletim do Instituto Brasil - Estados Unidos — Ano IV — N.º 31 — Junho de 1946 — Rio.

Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças — Ano V — n.º 60 — Dezembro de 1945 — Rio.

Boletim Econômico — N.º 10 — Outubro de 1945 — Rio.

Boletim Semanal da Associação Comercial de São-Paulo — Ano III — N.º 117 — Novembro de 1945 e n.º 122 — Janeiro de 1946 — São-Paulo.

Brasil Açucareiro — Ano XIII — N.º 5 — Vol. XXVI — Novembro de 1945 — Rio.

Ceres — N.º 34 — Vol. VI — Julho e agôsto de 1945 — Minas-Gerais.

Conselheiro Fiscal — Ano VII — N.º 29 — Dezembro de 1945 — Rio-Grande-do-Sul.

Construtor (O) — Ano VI — N.º 337 — Dezembro de 1945 — Rio.

Coop — Ano IV — N.º 38 — Outubro de 1944 — Salvador — Bahia.

Defesa Nacional (A) — Ano XXXI — N.º 360 — Maio de 1944 — Rio.

Economia — Ano VII — N.º 79 — Dezembro de 1945 — São-Paulo.

Medicina — Cirurgia — Farmácia — N.º 116 — Dezembro de 1945 — Rio.

Monitor Comercial — Ano X — N.º 110. — Novembro de 1945 — Paraná.

Monitor Mercantil — Ano XXXI — Ns. 1532, 1533 e 1535 — Vol. LX — Dezembro de 1945 — Rio.

Revista Brasileira de Estatística — Ano VI — N.º 21 — Janeiro e março de 1945 — Rio.

Revista do Comércio de Café do Rio-de-Janeiro — Ano IV — N.º 60 — Novembro de 1945 — Rio.

Revista do Departamento Nacional do Café — Ano XIII — N.º 149 — Novembro de 1945 — Rio.

Revista de Educação Pública — N.º 2 — Vol. I — Abril e junho de 1943 — Rio.

Revista de Organização Científica — Ano XIV — N.º 166 — Outubro de 1945 — São-Paulo.

Revista Rural Brasileira — Ano XXV — N.º 303 — Novembro de 1945 — São-Paulo.

Periódicos estrangeiros:

Agronomia — Ano X — N.º 43 — Setembro de 1945 — Lima — Peru.

Boletim Estadistico — N.º 25 — 1945 — República-del-Salvador.

Boletim Estadistico — Ano XLVI — N.º 577 — 1945 — Buenos-Aires — Argentina.

Boletin Minero — Ano LXI — N.º 546 — Vol. LVII — Outubro de 1945 — Santiago — Chile.

Boletin Museo Social Argentino — Ano XXXIII — Ns. 279-280 — Setembro e outubro de 1945 — Buenos-Aires — Argentina.

Boletim Oficial — Ano XXXVII — N.º 112 — Outubro de 1945 — Habana.

"Boletin" de la Sociedad Venezolana de Ciencias Naturais — Ns. 62 y 63 — Vol. X — Janeiro-junho de 1945 — Caracas — Venezuela.

Boletim da União Panamericana — N.º II — Vol. XLVII — Novembro de 1945 — Washington, D.C. — U.S.A.

Estadistica — Journal of the "Inter-American Statical Institute" — N.º 11 — Vol. III — Setembro de 1945 — México, D.F.

Em Guarda — Ano IV — N.º 10 — Washington, D.C.

Monthly Labor Review — N.º 2 — Vol. 61 — Agôsto de 1945 — Washington.

Mundo Português (O) — Ns. 140-141 — Vol. XII — Agôsto-setembro de 1945 — Lisboa — Portugal.

Ocidente — N.º 89-91 — Vol. XXVII — Setembro-novembro de 1945 — Lisboa — Portugal.

Portugale — Rev. Ilust. de Cult. Lit. Cient. e Artística — Ns. 105-106 — Vol. XVIII — Maio-agôsto de 1945 — Portugal.

Rapport — Conférence Internationale du Travail — Vol. VI — 1945 — Canadá.

Revista Banco de La República — N.º 215 — Vol. XVIII — Setembro de 1945 — Bogotá — Colômbia.

Revista del Colegio de Ingenieros de Venezuela — Ano XXIII — N.º 155 — Abril-maio-junho de 1945 — Caracas — Venezuela.

Revista del Comercio Exterior — N.º 6 — Vol. X — Junho de 1945 — México, D.F.

Revista Geográfica Americana — Ano II — N.º 21 — Vol. III — Junho de 1935 — Ano VIII — N.º 96 — Vol. XVI — Setembro de 1941 — Buenos-Aires — R.A.

Revista de Portugal — N.º 39 — Vol. VIII — Dezembro de 1945 — Lisboa — Portugal.

The South American Journal — Ns. 17 e 18 — Vol. CXXXVIII — Outubro e novembro de 1945 — London, W.C. — Inglaterra.

Folhetos nacionais:

Conservação do Solo — Seu lugar na política agrícola nacional — H. R. Tolley — Rio — 1945.

Desenvolvimento da Biblioteconomia em São-Paulo — Adelfa Silva Rodrigues — Rio — 1945.

Documentos sôbre a Colônia do Sacramento — Pôrto-Alegre — 1945.

Estudo da Previsão da Resistência à Compressão dos Concretos — Epaminondas Melo do Amaral Filho — São-Paulo — 1945.

Estudo da Relação entre Composição Química e Resistência à Compressão do Cimento Portland — Paulo Soares de Rapyo — São-Paulo — 1945.

Normas para o Funcionamento de Almoxarifados — Jaime Paceni Coeli — Rio — 1945.

Parques Nacionais — Ângelo Murgel — Rio — 1945.

Folhetos estrangeiros:

Hechos — Setembro de 1945 — Panamá.

Palmas Dominicanas — R. M. Moscoso — 1945 — Trujillo — (Rep. Dominicana).

Livros nacionais:

A Caixa Econômica do Rio-de-Janeiro em 1944 — Carlos Coimbra da Luz — Rio — 1945.

Segundo Congresso de História Nacional — Anais — Vol. 4 — Rio — 1945.

Livros estrangeiros:

Anales de la Universidad de Chile — Ano C — Ns. 47-48 — 1942 — Chile.

Anuário de la Universidad de Santo Domingo — Universidad de Santo Domingo — 1944-1945 — Trujillo — Santo-Domingo.

El Problema Economico de la Papa — Por el Ing. Agr. Luis A. Foulon — 1939 — Buenos-Aires.

Los Tipos de Vegetación de la República Argentina — Alberto Castellanos y R. A. Perez Moreau — Tucumán.

Primera Reunion de Consulta sôbre Geodesia, Cartas Aeronáuticas y Mapas Topográficos — Instituto Pan-Americano de Geografia e História — 1945 — México.

Survey of the Literature on Brazil of Sociological Significance Published up to 1940 — By Donald Pierson — 1945 — Harvard.

(DE 15 A 31 DE JANEIRO DE 1946)

Periódicos nacionais:

Avião — Ano IV — N.º 43 — Outubro de 1945 — Rio.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior — Ano VIII — N.º 10 — Outubro de 1945 — Rio.

Boletim do Departamento de Estradas de Rodagem — Ano IX — N.º 33 — Vol. IX — Outubro de 1943 — Rio.

Boletim Estatístico — Ano III — Ns. 45 e 32 — Abril de 1945 — Rio.

Boletim da Federação das Associações Rurais de São-Paulo — Ns. 214, 215 e 306 — Agôsto de 1944 — São-Paulo.

Boletim do Instituto do Açúcar e do Álcool S. E. — Ano IX — N.º 4 — Setembro de 1945 — Distrito-Federal.

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Ano XII — N.º 133 — Setembro de 1945 — Rio.

Boletim Semanal da Associação Comercial de São-Paulo — Ano III — N.º 121 — Dezembro de 1945 — São-Paulo.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — Ano XX — N.º 220 — Junho de 1945 — São-Paulo.

Bragantia — Volume IV — Ns. 11 e 12 — Novembro e dezembro de 1949 — São-Paulo.

Ceres — Volume VI — N.º 32 — Novembro e dezembro de 1944 — Minas-Gerais.

Construtor — Ano VI — N.º 340 — Dezembro de 1945 — Distrito-Federal.

Defesa Nacional — Ano XXXIII — N.º 379 — Dezembro de 1945 — Rio.

Formação — Ano IX — N.º 89 — Dezembro de 1945 — Rio.

Medicina — Cirurgia — Farmácia — N.º 115 — Novembro de 1945 — Rio.

Revista Duperial do Brasil — N.º 27 — Setembro e Outubro de 1945 — São-Paulo.

Revista do Instituto Histórico de Alagoas — Volume XXIII — Janeiro de 1944 — Alagoas.

Revista Municipal de Engenharia — Volume XII — N.º 2 — Abril de 1945 — Rio.

Zebu — Ano VI — N.º 41 — Novembro de 1945 — Minas-Gerais.

Periódicos estrangeiros:

Ata Americana — Revista da Sociedade Interamericana de Antropologia e Geologia — Volume III — Ns. 1 e 2 — Janeiro e junho.

Anales de Economia y Estadística — Ano I — Ns. 4 e 5 — Maio de 1945 — Bogotá — Colômbia.

Anales de la Sociedad Científica Argentina — Volume I — Ano CXL — Julho de 1945 — Buenos-Aires Argentina.

Anales de la Universidad de Santo Domingo — Ano VII — Ns. 29 e 30 — Janeiro e junho de 1944 — Ciudad Trujillo — Rep. Dominicana.

Annals of the Association of American Geographers — Volume XXXV — N.º 3 — Setembro de 1925 — Harvard University — U.S.A.

Anuario Estadistico — Ano I — 1943 — República de El Salvador — America Central.

Boletim Censo y Estadistica — Ano XLIII — Ns. 503 e 504 — Julho e agôsto de 1945 — Montevidéu — Uruguai.

Boletim Estadistico — Ano XLVI — N.º 580 — Outubro de 1945 — Buenos-Aires — Argentina.

Boletin de Minas y Petroleo — Volume XVI — N.º 9 — Setembro de 1945 — México.

Boletin de la Oficina Sanitaria Panamericana — Volume XXIV — N.º 7 Julho de 1945 — Washington — D.C. — U.S.A.

Canadian Historical Review (The) — Volume XXVI — N.º 3 — Setembro de 1945 — University of Toronto Library.

Cuba Economica y Financeira — Ano XX — N.º 235 — Outubro de 1945 — Habana — Cuba.

Estadistica — Journal of the Inter-American Sta. — Ano III — N.º 11 — Setembro de 1945 — México.

Estadistica Panameña — Volume 4 — N.º 10 — Setembro e outubro de 1945 — Panamá.

Em Guarda — Ano IV — Washington.

Memorial Tecnico — Ano XIII — N.º 52 — Julho, agôsto e setembro de 1945 — Santiago — Chile.

Ocidente — Volume XXVII — N.º 92 — Dezembro de 1945 — Lisboa — Portugal.

Renascença — Ano XV — N.º 352 — Novembro de 1945 — Lisboa — Portugal.

Revista del Colegio de Ingenieros de Venezuela — Ano XXIII — Caracas — Venezuela.

Revista de Historia de America — N.º 17 — Julho de 1944 — Tacubaya DF — México.

Revista de Indias — Consejo Superior de Investigaciones Cientificas — Ano VI — N.º 20 — Abril e junho de 1945 — Serrano.

Revista Mexicana de Sociologia — Volume VII — Ano VII — N.º 2 — Maio e agôsto de 1945 — México DF.

Revista "Union Matematica Argentina" — Volume XI — N.º 2 — 1945 — Buenos-Aires — Argentina.

Rotariano Argentino (El) — Ano XV — N.º 226 — Dezembro de 1945 — Buenos-Aires — Argentina.

The South American Journal — Volume CXXXVIII — N.º 21 — Novembro de 1945 — London, W.C. 2.

Revista del Comercio Exterior — Volume X — N.º 9 — Setembro de 1945 — México DF.

Revista del Colegio de Ingenieros de Venezuela — Ano XXIII — Caracas — Venezuela.

Revista Geografica Americana — Volume XIX — Ano IX — N.º 115 — Abril de 1943 — Buenos-Aires — Argentina.

Folhetos estrangeiros:

Actividad industrial durante los primeros nueve meses de 1945, segun los numeros indices correspondientes a los salarios pagados, a la ocupacion de obreros y a las horas — Obrero de Trabajo en la industria (La) — Novembro de 1945 — Consejo Nacional de Estadistica y Censos — M. del Interior.

Alguns aspectos de la avicultura en los Estados Unidos — Por el Ing. Agr. Rafael Garcia Mata — 1939 — Faculdad de Agronomia y Veterinaria — Buenos-Aires.

Folklore y nativismo en la enseñanza primaria — Ataliva Herrera.

Infant Deaths from selected causes by age, sex. and race — United States — 1943 — Washington — Vital Statistic — Depart. of Commerce.

Preliminary Report on Statistics of Steam Railways in Canada — 1944 — Depart. of Trade and Commerce — Ottawa — Canadá.

Livros nacionais:

Anuário Estatistico do Café — 1939-40 — 1940-41 — 1941-42 — Departamento Nacional do Café.

Bibliografia e Indice da Geologia do Brasil — 1640-1641 — Dolores Iglesias — Rio — 1943.

Geologia do Sudoeste Matogrossense — Fernando F. M. de Almeida — 1945.

Relatório da Agricultura — 1941 — 1942 1943 — Apresentado ao Dr. Fernando Costa pelo Dr. Paulo de Lima Correia — (Secretaria da Agricultura) — São-Paulo.

Trechos — Azeredo Neto — 1945 — Ouro-Prêto.

Livros estrangeiros:

Ancient Russia — By George Vernadsky — 1943 — Londres.

Cuba en la Mano — Enciclopedia Popular Ilustrada — 1940 — Habana.

Historia Constitucional de Tucuman (Periodo 1820-1884) — Ismael A. Sosa — 1945 — Tucuman — Argentina.

Metodos de los Censos de Poblacion de las Naciones Americanas — Ricardo Luna Vegas — 1945 — Washington.

Pensemos en el Indio — Pastor Valencia Cabrera — 1945 — La Paz — Bolivia.

Observaciones sobre la vegetacion de la Provincia de Tucumán — Jorge Hieronymus — Tucuman.

Septimo Censo Nacional de Poblacion — Levantado en 7 de dezembro de 1941 (Ministério de Fomento) — 1945 — Caracas.

Timbres of the New World — By Samuel y Record and Robert W. Hess — 1943 — Londres.

(DE 1 A 15 DE FEVEREIRO DE 1946)

Periódicos nacionais:

Agronomia — Ano II — N.º 4 — Vol. II — Outubro e dezembro de 1943 — Rio.

Boletim do Conselho Nacional de Trânsito — N.º 15 — Setembro de 1945 — Rio.

Boletim Meteoro-Agrícola — Ano XXVI — N.º 29 — Outubro de 1945 — Rio.

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Ano XII — N.º 135 — Setembro de 1945 — Rio.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — Ano XX — N.º 221 — Julho de 1945 — São-Paulo.

Bragantia — N.º 3 — Vol. V — Março de 1945 — São-Paulo.

Brasil Açucareiro — Ano XIII — N.º 5 Vol. XXVI — Novembro de 1945 — Rio.

Brasil-Ferro-Carril — Ano XXXVI — N.º 1 063 — Vol. LXIX — Dezembro de 1945 — Rio.

Caça e Pesca — Ano V — N.º 54 — Novembro de 1945 — São-Paulo.

O Campo — Ano XVI — N.º 191 — Novembro de 1945 — Rio.

Ciência Política — Anos IV e V — Vol. X — Abril e maio de 1945 — Rio.

Conselheiro Fiscal — Ano VII — N.º 24 — Outubro de 1945 — Rio-Grande-do-Sul.

Construtor — Ano VI — N.ºs 336, 338 e 339 — Novembro e dezembro de 1945 — Rio.

Cultura Médica — Ano VI N.ºs 11 e 12 — Maio e junho de 1945 — Rio.

Engenharia — Ano IV — N.º 41 — Vol. IV — Janeiro de 1946 — São-Paulo.

Medicina — Cirurgia — Farmácia — N.º 117 — Janeiro de 1946 — Rio.

Mensário de Estatística — Ano III — N.º 1 — Amazonas.

Mineração e Metalurgia — N.º 54 — Vol. IX — Rio.

Momento (O) — Ano XX — N.º 221 — Novembro de 1945 — Rio.

Monitor Mercantil — Ano XXIX — N.ºs 1 449, 1 455 e 1 472 — Maio, Junho e outubro de 1944 — Rio.

Revista do Conselho Nacional do Trabalho — N.º 19 — Março e abril de 1945 — Rio.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Vol. 187 — Abril e junho de 1945 — Rio.

Revista Marítima Brasileira — Ano LXIV — Ns. 7, 8 e 9 — Janeiro e março de 1945 — Rio.

Revista do Serviço Público — Ano VIII — N.º 3 — Vol. IV — Dezembro de 1946 — Rio.

Suplemento Estatístico do Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — Ano XII — N.º 213 — Dezembro de 1945 — São-Paulo.

Vozes de Petrópolis — Ano VI — Vol. 3 — Novembro e dezembro de 1945 — Rio.

Zebu — Ano VI — N.º 41 — Novembro de 1945 — Minas-Gerais.

Periódicos estrangeiros:

Anales de Economia y Estadistica — Ano I — N.º 4 — Abril de 1945 — Bogotá—Colômbia.

Atenea — Universidad de Concepción — Ano XXII — N.º 245 — Vol. LXXXI — Novembro de 1945 — Chile.

Boletim Bibliográfico Argentino — Março e abril de 1945 — Buenos-Aires — Argentina.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior — Ano VIII — N.º 8 — Agôsto de 1945 — Rio.

Boletim Estadistico — Ano XLVI — N.º 579 — Setembro de 1945 — Buenos-Aires — Argentina.

Bulletin de la Societé Neuchateloise de Geographie — Vol. III — 1945 — Neuchâtel — França.

Boletim da União Panamericana — N.º 10 — Vol. XLVII — Outubro de 1945 — Washington D.C. — U.S.A.

Car Loadings — N.º 46 — Vol. XXII — Novembro de 1945 — Canadá.

Economia y Finanzas — Ano IX — N.º I — Santiago do Chile.

Estadística Chilena — Ano XVIII — N.º 9 — Setembro de 1945 — Santiago do Chile.

Estadística Panameña — N.º 9 — Vol. I V— Julho e agôsto de 1945 — Panamá.

A Fazenda — Ano XL — N.º 11 — Novembro de 1945 — U.S.A.

Moçambique — N.º 43 — Setembro de 1945 — África.

Monthly Review — N.º 9 — Vol. XX — Setembro de 1945 — Canadá.

Natural History — N.º 1 — Vol. LV — Janeiro de 1946 — U.S.A.

Ocidente — N.ºs 86 e 87 — Vol. XXVI — Junho e Julho de 1945 — Lisboa — Portugal.

Planificación Económica — *México* — D.F.

Registro Municipal — Ano LXV — N.os 293 a 299 e 300 a 303 — Junho e agôsto de 1945 — Bogotá.

Renascença — Ano XV — N.º 348 — Setembro de 1945 — Lisboa — Portugal.

Revista de Economia Argentina — Ano XXVII — N.º 328 — Vol. XLIV — Outubro de 1945 — Buenos-Aires — Argentina.

Revista del Ejército, Marina y Aeronáutica — Ano XVII — N.º 171 — Vol. XXIX — Caracas — Venezuela.

Revista de Marina — Ano XXX — N.º 5 — Setembro e outubro de 1945 — Callao — Peru.

Revista Nacional — Ano VIII — N.º 89 — Maio de 1945 — Uruguai.

Revista Rotaria — N.º 6 — Vol. XXV — Dezembro de 1945 — Chicago — U.S.A.

Revista Union Matemática Argentina — N.º 1 — Vol. XI — 1945 — Buenos-Aires — Argentina.

The South American Journal — N.º 1 — Vol. CXXXIX — Janeiro de 1946 — London — W.C.

Tierras y Aguas — Ano VII — Ns. 73 e 74 — Janeiro e fevereiro de 1945 — Bogotá.

El Trimestre Económico — N.º 3 — Vol. XII — Outubro e dezembro de 1945 —México — D.F.

Folhetos nacionais:

Abecedário do Prospector de Mica — por Donald Smythe — 1944 — Min. da Agricultura.

Função vital dos elementos menores nas adubações — Meneses Sobrinho — 1940 — São-Paulo.

A Venerável Ordem Terceira de Santa-Catarina — Osvaldo R. Cabral — 1945 — Florianópolis.

Campanha da Redenção da Criança — Anita Carpenter Ferreira — 1945.

Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria (II) — 1945 — Rio.

Cristal de Rocha no Estado do Espírito-Santo — Frederick L. Knouse — 1944 — Divisão de Fomento da Produção Mineral.

Cultura do Café no Brasil — Departamento Nacional do Café — 1941.

Duas pontes unem o Brasil — Iedo Fiúsa.

Estatísticas Culturais — Diretoria de Estatística Educacional — 1943 — Rio-Grande-do-Sul.

Exemplo e Inspiração — João d'Oliveira — 1945 — Rio.

Introdução à história dos carros de bois no Amazonas — Mario Ipiranga Monteiro — 1945 — Amazonas.

Jazidas de Níquel e Cobalto de São-José do Tocantins — Estado de Goiás — William T. Pecora e Aloísio Licínio M. Barbosa — 1944 — Lei das Cooperativas — Rio.

Neutralidade política do Serviço Civil — H. Eliot Kaplan — 1945.

Nota preliminar sôbre a região estanífera de São-João-Del-Rei — Minas-Gerais — Djalma Guimarães e Sílvio V. Guedes — 1944.

O Afro-Indianismo na Orografia Pernambucana — Mário Melo — Recife.

Rumos da Política Rodoviária — Iedo Fiúsa.

Universal Nautical and Aeronautical Tables — Rádler de Aquino — 1943-1944 — Rio.

Folhetos estrangeiros:

According to an Anonymous map in the British Museum — 1945 — Montevidéu.

Avicultura in los Estados Unidos — Rafael Garcia Mata — 1939 — Faculdade de Agronomia y Veterinária — Buenos-Aires.

Blacklands Experimental by Hidrology Division Watershed Waco, Texas — United States Department of Agriculture.

Catalog Rules Author and Title Entries — By Commitlees of the American Library Association and the British Library Association.

Cashew Nuts — By Georgia E. Cantrell.

Economic Controls and Commercial Policy in Colombia.

Economic Controls and Commercial Policy in Peru.

Folklore y notivismo en la enseñanza primária — Ataliva Herrera.

General Theory of equivalent projections — By Oscar S. Adams.

Infant Deaths from selectede causes by Age Sex and Race — 1943 — United State.

La actividad industrial durante los primeros nueve meses de 1945 — Buenos-Aires.

Mining and manufacturing industries in Venezuela.

Mining and manufacturing industries in Peru.

Mining and manufacturing industries in Colombia.

National Censures and Vital Statistics in France Between Two World Wars (1921-1942).

Neutralization of the Panama Canal — By Gen. Peter C. Hains.

Pendulum Gravity Measurements and Isostatic Reductions — By Clarence H. Swick — Washington — 1942.

Pickens Country South Carolina — By A.E. Shearin, C.S. Simmons, F. R. Lesh, and C. H. Wonser — Washington.

Preliminary Report on Statistics of Steam Railways in Canada — Department of Trade and Commerce — Ottawa — 1944.

Princess Anne Country Virginia — By C.S. Simmons and Edward Shulkum.

The Agriculture, Soils, Geology and Topography of the Blacklands Experimental Watershed Waco, Texas — by Hidrology Division United States Department of Agriculture.

The Big Horn Valley Area Montana — By F. K. Nunns.

The Discovery of the North coast of South American According to an Anonymous map in the British Museum — By J. Denucé.

The Upper Musselshell Valley Are Montana — By F. K. Nunns.

The Tracy Area California — By Ralph C. Cole, L. F. Koehler and F. C. Eggers and A. M. Goff.

Livros nacionais:

Nos sertões do lendário rio-das-Mortes — Manuel Rodrigues Ferreira — 1946.

Livros estrangeiros:

Agricultural Statistics — 1940 — Washington.

Archeological Survey of Kentucky — By W. S. Webb and W. D. Funkhouses.

Blackfoot-Aberdeen Area Idaho — By E. N. Poulson, L. B. Nelson and A. E. Poulson — Washington, D.C.

Books Manuscripts and Darwings Relating to Tobacco From the Collection of George Arents, Jr.

Living men and women of the United States Chicago.

Mineral Resources of Virginia — By Thomas Leonard — Watson — Virgínia — 1907.

Our Home State and Continent — Book-two — By Brigham and Mac Farlane — U.S.A.

Principles of gully erosion in the Piedmont of South Caroline — By H. A. Ireland, C. F. S. Sharpe and D. H. Hearple.

Quien es Quien en la Argentina — Biografias Contemporâneas — Segunda edición — 1941.

Southern Painte, a Shoshonean Language, texts of the Kaibab Paintes and Wintah Utes, Southern Painte Dictionary — By Edward Sapir.

The Fruit Industry of México — By Fred A. Motz and Lester D. Mallory.

The Counties of Washington — By Richard M. Perry — september, 1943.

The native tribes of Eastern Bolivia and Western Mato-Grosso — Alfred Metraux — Washington — 1942.

The International Who's Who — 1942 London.

Vanderburgh Country Indiana — A. J. Vessel, J. G. Wade and Sutton Myers.

Who's Who in America — 1940 — 41 (A Biographical Dictionary of Notable Living Men and Women of the United States — vol. 21 — Chicago.

Concorra para que o Brasil seja cartogràficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Contribuição

bibliográfica especializada

U. S. A.

Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia

Aaf Aeronautical Chart.
Bohmer Fo. — rest 231.
1:1 000 000 — 1943.
U.S. Coast and Geodetic Survey.
Washington D. C.
0,515 x 0,712.
7 côres.

Aaf Aeronautical Chart.
Sapporo (292 A).
1:500 000.
1944.
Army Map Service U. S. Army.
0,715 x 0,520.
5 côres.

Aaf Aeronautical.
Approach Chart. U. Faujum 447 D—I.
1:250 000 — 1944.
Army Map Service U. S. Army.
Washington D. C.
0,524 x 0,710.

Aaf Aeronautical Chart.
Legaspi 735 C.
1:5 000 000 — 1944.
Aaf Aeronautical Chart Service.
Washington D. C.
0,500 x 0,710.
5 côres.

Aaf Cloth Chart.
1:1 000 000 — 1944.
Aeronautical Charts Service by the U. S. Chart and Geodetic Survey.
0,525 x 0,605.
6 côres.

Aeronautical Chart.
for Radio Direction Finding.
1:2 000 000 — 1944.
Dept. of Commerce U.S.A.
0,730 x 0,930.
em côres.

Aeronautical Planning Chart U. S.
1:5 000 000.
Dept. of Commerce U. S.
0,680 x 1,020.
5 côres.

Aeronautical Planning Chart.
1:5 000 000 — 1943.
U. S. Coast And Geodetic Survey.
0,687 x 1,135.
6 côres.

America del Sur.
Mapa de las Americas.
Hoja Norte.
1:6 500 000 — 1942.
American Geographical of New York.
0,895 x 0,620.
4 côres.

America del Sur.
Mapa de las Americas.
Hoja Sur.
1:6 500 000 — 1942.
American Geographical of New York.
0,895 x 0,620.
4 côres.

Approches to New York Harbour.
1:120 000 — 1936.
U. S. Coast and Geodetic Survey.
4 côres.
800 x 650.

Arizona.
Coconino Conty.
Bright Argel Quadrangle.
1:48 000.
Edition of 1916 reprinted 1938.
U. S. Department of the Interior.
Geological Survey.
Bright Angel Ariz.
0,470 x 0,578.
3 côres.

Baltimore Quadrangle.
Maryland.
1:62 500 — 1938.
War Dept. Corps of Engineers U. S. Army.
0,445 x 0,350.
6 côres.

Burlington Quadrangle.
Bermont.
1:62 500 — 1944.
War Dept. Corps of Engeneers. U.S. Army.
0,445 x 0,323.
5 côres.

California Riverside County — Chudswalla — Mtus. Quadrangle.
1:62 500 — 1940.
War Dept. Corps of Engineers.
0,443 x 0,380.
3 côres.

California Dunsmuir Quadrangle.
1:125 000 Ed. 1936 — Re. 1943.
Dept. of the Interior Geological Survey.
0,445 x 0,335.
Carta topográfica.
3 côres.

Caribbean Sea.
Lines of Equal Magnetic Declination ad Annual Change.
1:5 000 000 — 1942.
Dept. of Commerce U.S.A.
1,080 mm x 0,650.
3 côres.

Clallan County.
Washington Lake.
Crescent Quadrangle.
1:62 500 — 1941.
War Dept. Corps of Engineers.
U. S. Army.
0,445 x 0,300.
6 côres.

Dead River Quadrangle Maine.
1:62 500 — 1944.
War Dept. Corps of Engineers.
0,440 x 0,320.
5 côres.

Diagrammatic Chart.
Map of Northern most Labrador.
Sheet n.º 5.
1:300 000 — 1938.
American Geographical Society of New York.
0,650 x 0,500.
4 côres.

Diagrammatic Chart.
Map of Northern most Labrador.
Sheet n.º 6.
1:300 000 — 1938.
American Geographical Society of New York.
0,631 x 0,505.
2 côres.

Distances and Directions from New York.
Azimuthal Equidistant Projection.
American Geographical of New York.
1944.
0,401 x 0,424.

Eastern Asia.
Nagasaki.
1:1 000 000 — 1944.
Army Map. Service U. S.
0,465 x 0,568.
7 côres.

Especial Air Navegation Chart.
1:1 000 000 — 1944.
U.S. Coast and Geodetic Survey.
0,842 x 1,312.
6 côres.

Geologic Map of the United States.
United States Geological Survey.
1:2 500 000 — 1932.
2,215 x 1,235.
10 côres.

Georgia.
South Newport River.
1:20 000 — 1927.
U.S. Coast and Geodetic Survey.
Prêto e branco.
1,230 x 0,780.

Grande Praisic Canadá to Ketchikan, Alaska n.º 17.
1:1 000 000 — 1943.
Army Map Service U.S.
Várias côres.
0,340 x 0,985.

Hokkaidô Japan.
1:1 000 000 — 1944.
U. S. Department of the Interior Geological. Survey of the War Department.
0,803 x 0,625.
4 côres.

Hum Gulf. SB 55 — 5.
1:500 000 — 1942.
Army Map Service U.S.
0,458 x 0,465.
4 côres.

Large Scale Planimetric Map.
Maryland. Baltimore.
1:10 000 — 1927.
U.S. Coast and Geodetic Survey.
0,810 x 1,150.

Lewiston.
Sectional Aeronautical Chart.
1:500 000 — 1943.
Depart. of Commerce U.S.A.
0,515 x 1,015.
5 côres.

Los Angeles Country.
California — Altadena Quadrangle.
1:24 000 — 1928.
U. S. Depart. of Interior of Geological Survey.
0,385 x 0,465.
4 côres.
Map fotogr.

Mapa de las Americas.
México, América Central y las Antilas.
1:6 500 000 — 1942.
American Geographical of New York.
0,895 x 0,620.
4 côres.

Map of New Hampshire.
1:62 500 — 1943.
0,335 x 0,445.
Impresso.

Map of Yosemite Valley.
1:24 000 — 1938.
Yosemite National Park — California.
0,890 x 0,393.
Impresso.

Map of New York — West Point.
1:62 500 — 1941.
U. S. Department of Interior.
0,335 x 0,445.
Impresso.

Maine Converland County.
Casco Bay Quadrangle.
1:62 500 — 1940.
War Depart. Corps of Engineers U.S. Army.
0,440 x 0,328.
5 côres.

Massachusetts — Rode Island.
Fall Rives Quadrangle.
7½ Minutes Séries.
1:31 680 — 1944.
U. S. Department of the Interior.
0,437 x 0,327.
3 côres.
Carta topográfica.

México, Central America and the West Indias.
Map of the Americas.
1:5 000 000 — 1942.
American Geographical Society of New York.
778 x 1,125 mm.
6 côres.

México, Central America and the West Indias.
Civil Divisions.
Base map of the Americas.
1:5 000 000 — 1944.
American Geographical Society of New York.
0,775 x 1,120.
2 côres.

Mississipi Louisiana.
Vicksbirg Quadrangle.
1:62 500 — 1939.
War Dept. Corps of Engineers.
0,440 x 0,380.
6 côres.

Natal to Salvador Bahia.
Brasil n.º 254.
1:1 000 000 — 1944.
U.S. Geological Survey.
1,058 x 0,338.
7 côres.

Nevada, Arizona.
California Camp.
Mohave Quadrangle .
1:250 000.
War Depart. Corps of Engineers.
0,448 x 0,365.
4 côres.

Nevada.
Sonoma Range Quadrangle.
1:250 000 — 1939.
United States Department of the Interior.
Geological Survey.
0,445 x 0,340.
3 côres.

Nevada.
Sonoma Range.
1:250 000 — 1939.
U. S. Depart. of the Interior and Geological Survey.
0,341 x 0,446.
3 côres.
Impresso.

New York.
Monroe Count.
Rochester East Quadrangle.
1:24 000 — 1935.
Department of the Interior.
U.S. Geological Survey.
0,720 x 0,425.
4 côres.

New York. Erosion and Land — Use Conditions.
1:15 840 — 1940.
U.S. Depat. of Agriculture Soil Conservation Service.
0,286 x 0,382.
8 côres.

New Hampshire.
Mt. Washington Quadrangle.
1:62 500 — 1943.
United States Dept. of the Interior.
0,445 x 0,320.
3 côres.

New York. West Point Quadrangle.
1:62 500 — 1943.
Dept. of the Interior.
0,445 x 0,334.
3 côres.
I — Carta topográfica.

New York Harbour.
1:40 000 — 1944.
Dept. of Commerce.
1,100 x 0,850.
4 côres.

North America.
1:12 000 000 — 1942.
National Geographic Society.
0,800 x 0,640.
5 côres.

Oregon Washington.
Cathlamet Quadrangle.
1:62 500 — 1936.
Corps of Engineers U. S. Army.
0,445 x 0,314.
5 côres.

Paramushiro Island to Nemuro — Japan. N.º 21.
1:1 000 000 — 1943.
Soil Conservation Service U. S. D. A.
Washington D. C.
0,340 x 1,270.
7 côres.

Ponce de Leon Inlet to Cape Canaveral. 1941.
Dept. of Commerce.
0,550 mm x 0,320.
Prêto e branco.

Ransonville Quadrangle.
71 minuts series. New York.
1:31 680 — 1944.
War Dept. Corps of Engineers.
0,440 x 0,328.
4 côres.
Impresso.

Regional Aeronautical Chart.
1:1 000 000 — 1944 .
Dept. of Commerce. U.S.A.
0,910 mm x 0,590.
7 côres.

Rio-de-Janeiro
South America.
1:1 000 000 — 1938.
American Geographical Society of New York.
0,627 x 0,575.
6 côres.

Road Map of Northwest. Casablanca to Rabat. Africa.
1:1 000 000 —
War and Navy Dept. Agencies.
0,950 x 1,110.
5 côres.

Salvador to Voctoria. Brasil N.º 253.
1:1 000 000 — 1944.
U.S. Geological Survey.
1,110 x 0,338.
7 côres.

San Diego to Sta. Rosa Island.
U.S. Coast California Dept. of Commerce.
0,820 x 1,120.
3 côres.

San Diego (Sectional Aeronautical Chart).
1:500 000 — 1944.
U.S. Coast and Geodetic Survey.
0,510 x 1,190.
em côres.

Santarém. — South America.
1:1 000 000 — 1930.
American Geographical Society of New York.
0,685 x 0,464.
6 côres.

Soil Map — Tishomingo County Mississipe.
1:48 000.
U.S. Dept. of Agriculture Boreal Plant Industry Division of Soil Survey.
1,240 x 0,535.
6 côres.

South America.
1:8 500 000 — 1942.
National Geographical Society.
0,920 x 0,640.
3 côres.

South America
Map of the Americas.
1:5 000 000 — 1942.
American Geographical Society of New York.
0,778 x 1,125.
6 côres.

South America
Civil Division Base Map of the Americas.
1:5 000 000 — 1944.
American Geographical Society of New York.
0,775 x 1,120.
2 côres.

St. Marys City
Quadrangle 7½ minutes series.
1:31 680 — 1943.
War Dept. Corps of Engineers. U.S. Army.
0,340 x 0,440.
Prêto e branco.

St. Petersburg Quadrangle.
1:31 680 — 1943.
War Dept. Corps of Engineers.
U.S. Army.
0,390 x 0,40.
4 côres.

Status of Topographical Mapping in the United States.
United States Base Map.
1:5 000 000 — 1943.
0,984 x 0,611.
Obs. Areias covered by Adquate Topographic Survey by the Geological Survey.

State of Virginia.
Virginia Richmond Quadrangle.
1:31 680 — 1939.
Geological Survey.
U.S. Dept. of Interior.
0,438 x 0,347.
4 côres.
Map topogr.

Tenessee River Basin.
Index of Planimetric Map.
1:1 000 000 — 1937.
Tennessee Valley Authority.
0,400 x 0,755.
3 côres.

Tennesssee — Rankin Quadrangle — 172 SW.
1:24 000 — 1939.
United States Tennessee Valley Authority.
0,580 x 0,470.
5 côres.
Carta topogr.

Tennessee — Bulls.
Gap. Quadrangle — 171 SE.
1:24 000 — 1939.
U.S. Tennessee Valley Authority.
0,470 x 0,577.
5 côres.
Carta topográfica.

Tenessee — Norris.
Quadrangle 137 NE.
1:24 000 — 1941.
U. S. Tennessee Valley Authority.
0,475 x 0,577.
6 côres.
Carta topográfica.

Tennessee — Chattanooga.
Quadrangle 105 SE.
1:24 000 — 1941.
U.S. Tennessee Valley Authority.
0,470 x 0,575.
6 côres.
Carta topográfica.

Tennessee — Snow.
Hill Quadrangle — 112 — NE.
1:24 000 — 1942.
U. S. Tennessee Valley Authority.
0,475 x 0,577.
6 côres.
Carta topográfica.

Tennessee — Grays.
Ville Quadrangle — 111 NE.
1:24 000 — 1943.
U. S. Tennessee Valley Authority.
0,475 x 0,577.
6 côres.
Carta topográfica.

Texas (Harris County).
Addicks Quadrangle.
1:31 680 — 1918.
U.S. Geological Survey.
0,435 x 0,380.
2 côres.
Carta topográfica.

The Southern Slopes of the Sierra Nevada de Santa-Marta.
Colombia.
1:100 000 — 1939.
American Geographical Society of New York.
0,367 x 0,473.

Triangulation Diagram.
Discon Entrance to Chathan Strait.
1944.
U.S. Coast and Geodetic Survey.
0,535 x 0,730.

Triangulation Diagram.
Lousiana.
1944.
Dept. of Commerce Coast and Geodetic Survey.
0,620 x 0,680.

Triangulation Diagram.
Pensylvania.
1944.
U.S. Dept. Commerce Coast and Geodetic Survey.
0,395 x 0,680.

Typical Prewar chart of most air trafic lines of the world.
1944.
U.S. Army Air Forces.
0,445 x 0,700.
com cópia celulóide.

United States Relief Map.
Edition of 1916 reprinted 1934.
Department of the Interior U. S. Geological Survey.
0,446 x 0,716.
4 côres.

United States Contour Map.
Edition of 1916 — reprinted 1939.
1:7 000 000.
U. S. Department of the Interior Geological Survey.
2 côres.

Virginia — Wallace.
Quadrangle — 206 NW.
1:24 000 — 1938.
U. S. Tennessee Valley Authority.
0,465 x 0,577.
5 côres.
Carta topográfica.

Virginia — Hanson.
Ville Quadrangle — 205 SW.
1:24 000 — 1939.
U. S. Tennessee Valley Authority.
0,465 x 0,577.
6 côres.
Carta topográfica.

Virginia Rappahannock Academy Quadrangle.
1:31 680 — 1942.
War Depart. Corps of Engineers.
0,442 x 0,345 cm.

Victoria to Rio-de-Janeiro.
Brasil n.º 252.
1:1 000 000 — 1944.
U.S. Geological Survey.
0,608 x 0,327.
4 côres.

Washington.
Olympia Quadrangle.
62 500 — 1937 — rep. 1934.
United States Department of the Interior.
Geological Survey.
0,445 x 0,304.
2 côres.

Washington Grays Harbour County.
Humptulips Quadrangle.
1:62 500 — 1937.
War Dept. Corps of Engineers U. S. Army.
0,442 x 0,310.
5 côres.

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Índice, por assunto, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185 *

(ASSUNTOS — LETRAS A e B)

Abastecimento d'Água do Distrito-Federal (O) Reservatórios e Ilhas — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — pág. 167.

Abolição (A) e o Imperador — Evaristo de Morais — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 862/865.

Abreu (Antônio Paulino Limpo de) (Visconde de Abaeté) — Traços biográficos do Sr... por A. Tavares de Lira — 1923 — v. 148 — t. 94 — págs. 586.

Abreu (Capistrano de) — Comunicação do seu falecimento em sessão de 13 de setembro de 1927 — 1927 — v. 155 — t. 101 — pág. 343.

— Conferência de João Pandiá Calógeras — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 344/355.

— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 460/467.

Academia Brasileira de Letras — Proposta para fundação da... em sessão de 10 de junho de 1847 — 1928 — v. 158 — t. 104 — pág. 867.

Academia Carioca de Letras (Congresso promovido pela) — Palavras do Conde de Afonso Celso — 1936 — v. 171 — pág. 277.

Academia de Letras (Argentina) — Discurso do embaixador José Carlos de Macedo Soares — 1943 — v. 179 — págs. 164/165.

Academia dos Felizes — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 463/467.

Academia Nacional de Letras del Uruguai — Discurso do Embaixador José Carlos de Macedo Soares — 1943 — v. 179 — págs. 157/161.

Academia Nacional de la Historia (Argentina) — Discurso do embaixador José Carlos de Macedo Soares — 1943 — v. 179 — págs. 178/179.

Acioli (Hildebrando) — Proclamado sócio efetivo em sessão de 22 de agôsto de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 437.

Aclamação (12 de Outubro de 1822) (A) — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 95/100.

Açougue Velho (O) — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 582/586.

Adelaide (Hermínia) — Lafaiete Silva — 1943 — v. 169 — págs. 143/148.

Afonso Celso (Conde de) — O Sr. Agenor de Roure, propõe um voto de congratulações ao Sr. ..., por ser o único sobrevivente das Mesas que dirigiram a Câmara dos Deputados do Império — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 281.

— Homenagens prestadas ao ... — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 214/229.

— Homenagem prestada ao Sr. ... pelo general Teixeira de Freitas representante do Presidente da República — 1930 — v. 161 — t. 107 — pág. 791.

— Reassume a Presidência e é saudado em sessão de 14 de abril de 1936 — 1936 — v. 171 — págs. 252/253.

* O índice acima foi organizado pela Secção de Documentação do C.N.G.. Os trabalhos publicados nos vols. 1 a 89 (1889-1921) constituem um tomo especial, impresso pelo Instituto, Rio-de-Janeiro, 1927.

— Sessão especial comemorativa do 25.º aniversário da presidência do ... — 1937 — v. 172 — pág. 401.

— Transcrição do trabalho do ... sôbre o general Couto de Magalhães — 1937 — v. 172 — págs. 642/667.

— Homenagens prestadas à memória do ... em sessão de 11 de agôsto de 1939 — 1939 — v. 173 — págs. 747/780.

— A família do Sr. ... oferece ao Instituto vultosa quantidade de volumes pertencentes à biblioteca do saudoso Presidente Perpétuo — 1938 — v. 173 — pág. 782.

— Elogio feito por Alfredo Valadão — 1938 — v. 173 — págs. 863/872.

— Discurso de Manuel Cícero Peregrino da Silva à beira do túmulo de ... — 1944 — v. 182 — págs. 128/129

Aguadeiros. (Os) Fontes dos Solares. Largo do Boticário. Código de Obras. Fonte do Boticário — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — pág. 107.

Ajuda — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 271/275.

Ajuda e Carioca — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 586/591.

Akuen ou Xerentes — Urbino Viana — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 33/48.

Alberto (Rei) — Comunicação do seu falecimento em sessão de 27 de abril de 1934 — 1934 — v. 169 — pág. 259.

— Elogio proferido por B. F. Ramiz Galvão — 1934 — v. 169 — pág. 430.

Albuquerque (Amélia Machado Cavalcanti de) (Viscondessa de Cavalcanti) — Palavras do Sr. Conde de Afonso Celso sôbre as ofertas da Sra. ... ao Instituto — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 319.

Aleijadinho (O) — Conferência de Basílio de Magalhães — 1930 — v. 161 — t. 107 — págs. 730/752.

Alencar (Alexandrino de) — Voto de pesar pelo falecimento do Sr. ... — 1926 — v. 153 t. 99 — pág. 281.

Alencar (José de) — Conferência de Augusto de Lima sôbre ... — 1929 — v. 160 — t. 106 — págs. 249/264.

Alexandre de Gusmão e o Monroismo — Rodrigo Otávio de Langgaard Meneses — 1940 — v. 175 — págs. 5/69.

"Alexandre Hamilton" — Hamilton Leal — Feijó Bittencourt — 1944 — v. 182 — págs. 158/163.

Algumas idéias sôbre instrução — Visconde de Ouro Prêto — 1928 — v. 157 — t. 103 — págs. 231/392.

Alincourt (Luís d') — A. de Taunay — 1922 — v. 146 — t. 92 — págs. 289/307.

Almeida (José Egídio Alvares de) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 251.

Almeida (Manuel Antônio de) — Luís Filipe Vieira Souto — 1931 — v. 164 — págs. 556/570.

Almeida (Miguel Calmon Du Pin e) — — Proposta para ser elevado a sócio honorário, em sessão de 22 de agôsto de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 521.

— Comunicação do seu falecimento em sessão de 15 de abril de 1935 — 1935 — v. 170 — pág. 220.

— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1935 — v. 170 — págs. 353/354.

Almeida (Tito Franco de) — Autobiografia do Conselheiro ..., com um prefácio do Ministro Augusto Tavares de Lira — 1942 — v. 177 — págs. 317/507.

Almeida Júnior (João Mendes de) — Comunicação do seu falecimento em sessão de 20 de abril de 1923 — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 468.

— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 876.

Almirante Barroso (Viagem de circunavegação do cruzador) — Comandante Adalberto Rechsteiner — 1939 — v. 174 — págs. 463/581.

Alpoim (Brigadeiro) — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 341/350.

Alves (João Luís) — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 6 de maio de 1926 — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 228.

— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 488/490.

Alvim (Álvaro) — Voto de pesar pelo seu falecimento — 1928 — v. 158 — t. 104 — pág. 822.

Amapá (Questão do) — Laudo arbitral — 1933 (1.º) — v. 167 — págs. 460/468.

Amaral (Brás Hermenegildo do) — Proposta para ser elevado a sócio benemérito do Instituto — 1936 — v. 171 — pág. 419.

Amaral (José Ribeiro do) — Comunicação do seu falecimento em sessão de 28 de maio de 1927 — 1927 — v. 155 — t. 101 — pág. 237.
— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 445/446.

Ambulantes Rurais — Magalhães Correia — 1933 (1.º) — v. 167 — págs. 223/230.

Ambulantes Urbanos e Suburbanos — Magalhães Correia — 1933 (1.º) — v. 167 — págs. 231/239.

"À margem de uma conferência: O Conselheiro Paulino e o Visconde do Cruzeiro" — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — 1943 — v. 169 — págs. 508/526.

À Margem do Segundo Reinado — Vicente Licínio Cardoso — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 1039/1087.

América (O Nome da) — Antônio Leôncio Pereira Ferraz — 1941 — v. 176 — págs. 5/26.

Américo Vespucci à Lisboa em 1504 (Chegada de) — Conferência de Rodolfo Garcia — 1923 — v. 148 — t. 94 — 520/532.

Américo Vespucci e o Nome da América — Antônio Leôncio Pereira Ferraz — 1941 — v. 176 — págs. 5/26.

Amigo do Imperador (O) — Jônatas Serrano — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 105/110.

Amigo dos Escravos (Um) — José Vieira Fazenda — 1943 — (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 236/240.

Amundsen (Roald) — Proposta para que seja eleito sócio honorário o Sr. ... — 1924 — v. 150 — t. 96 — pág. 325.
— Parecer favorável da Comissão de Admissão de Sócios — 1924 — v. 150 — t. 96 — pág. 434.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — Apreciações de Hélio Viana — 1944 (4.º tri.) — v. 185 — págs. 254/255.

Anchieta na Capitania de São Vicente — Antônio de Alcântara Machado — 1929 — v. 159 — t. 105 — págs. 5/94.

Anchieta e as suas cartas — Conferência por Max Fleiuss sôbre ... — 1933 — v. 168 — pág. 728.

Anchieta (José de) — Conferência de Pedro Calmon — 1933 — v. 168 — pág. 730.

Anchieta na Bahia — Vanderley Pinho — 1933 — v. 168 — pág. 734.

Anchieta, Grande Educador da Sociedade Brasileira — Jônatas Serrano — 1933 — v. 168 — pág. 736.

Anchieta, o Erudito — Augusto de Lima — 1933 — v. 168 — pág. 798.

Andrada (Martim Francisco Ribeiro de) — Comunicação do seu falecimento em sessão de 28 de maio de 1927 — 1927 — v. 155 — t. 101 — pág. 237.
— Alocução de Pedro Calmon, a propósito do Centenário do falecimento de ... — 1944 — (4.º tri.) — v. 185 — pág. 288.
— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 457/460.

Andrada (Antônio Carlos Ribeiro de) — Bio-bibliografia de ... por Maria Carolina Max Fleiuss — 1944 — (4.º tri.) — v. 185 — págs. 343/344.

Andrade (José Ricardo da Costa Aguiar de) — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 559/563.

Andrade (Lourenço Rodrigues de) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 254.

Andrade (Nuno Pinheiro de) — Comunicação do seu falecimento em sessão de 28 de junho de 1927 — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 254/255.
— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1927 — v. 155 — t. 101 — pág. 444.

Andrade (Rodrigo Melo Franco de) — — Notícia de sua eleição para sócio efetivo do Instituto — 1943 — v. 180 — pág. 264.
— Proposto para sócio efetivo, em sessão de 22 de fevereiro de 1943 — 1943 — v. 181 — pág. 122.
— Parecer favorável à sua admissão — 1943 — v. 181 — pág. 140.

Andrés Lamas e o Brasil (D) — Conferência de Cláudio Ganns — 1943 — v. 179 — págs. 212/231.
— Conferência de Cláudio Ganns — 1943 — v. 181 — pág. 135.

Aniversário (De Cabo-Frio) — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 362/366.

Antecedentes do Tribunal de Contas no Brasil (Os) — Ruben Rosa — 1943 — v. 180 — págs. 35/62.

Antigas Inscrições do Rio-de-Janeiro e Niterói — José Vieira Fazenda — 1929 — v. 160 — t. 106 — ps. 29/59.

Antiqualhas e Memórias do Rio-de-Janeiro — José Vieira Fazenda —1923 — v. 147 — t. 93.
— *José Vieira Fazenda* — 1943 (2.ª ed.) v. 149 — t. 95 — ps. 3/691.

Aos meus cidadãos — Silva Jardim — 1943 — v. 179 — págs. 236/242.

Apontamentos sôbre as primeiras relações diplomáticas entre a República do Peru e o Imperio do Brasil — Manuel Cícero Peregrino da Silva — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 105/112.

Apontamentos sôbre 15 de Novembro de 1889 — Manuel Vieira Tosta Filho (Barão de Muritiba) — 1941 — v. 176 — págs. 251/272.

Apóstolo do Cristianismo do Novo Mundo — Conferência por Teodoro Sampaio — 1933 — v. 168 — pág. 725.

Apresentação — Cláudio Ganns — 1943 — v. 178 — págs. 5/9.

A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros durante o Segundo Reinado — A. Tavares de Lira — 1923 — v. 148 — t. 94 — págs. 567/609.

A propósito de uma missão diplomática — Artigo de Sousa Docca — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 244/252.

Aqueduto e Chafariz da Carioca — Magalhães Correia — 1935 — v. 170 — págs. 11/24.

Aquino (Francisco Radler de) — Proposta para ser elevado a sócio honorário, em sessão de 22 de agôsto de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 521.
— Proposta para ser elevado a sócio benemérito do Instituto — 1936 — v. 171 — pág. 419.

Aranha (Osvaldo) — Proclamado sócio honorário do Instituto, em sessão de 15 de dezembro de 1939 — 1939 — v. 174 — pág. 1000.

Araújo (José Joaquim Nabuco de) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 234/235.

Araújo (Urbano Santos da Costa) — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1922 — v. 146 — t. 92 — pág. 583.

Araújo (José de Sousa Azevedo Pizarro e) — Palavras do Sr. Max Fleiuss sôbre o centenário de monsenhor ... — 1930 — v. 161 — t. 107 — págs. 681/687.

Araújo (Clélia) — Lafaiete Silva — 1934 — v. 169 — págs. 60/66.

Araújo Pôrto Alegre, Precursor dos Estudos de História da Arte Brasileira — Rodrigo Melo Franco de Andrade — 1944 — (3.º tri.) — v. 184 — págs. 119/133.

"Arca de Sigilo" — Inventário procedido pelo Conde de Afonso Celso dos objetos depositados na ... — 1927 — v. 155 — t. 101 — pág. 253.
— O Sr. Max Fleiuss lê um têrmo de recolhimento à Arca de Sigilo de duas cartas oferecidas ao Instituto pelo Presidente Washington Luís — 1927 — v. 155 — t. 101 — pág. 255.

Arco do Teles (O) — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 483/487.

Arcos da Carioca — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 296/301.

Arquivo Municipal — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 505/510.

Arquivo do Castelo d'Au — Max Fleiuss — 1927 — v. 155 — t. 101 — págs. 237/244.

A República, Partida para o Exílio e a Morte — Correio da Manhã de 2 de dezembro de 1925 — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 949/945.

"Artistas de outras eras" — Lafaiete Silva — 1934 — v. 169 — págs. 3/205.

Asilo de São Luís — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 73/77.

Assembléia geral extraordinária em 6 de março, para discussão e votação de alterações nos estatutos — Presidência do Sr. Conde de Afonso Celso — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 221/223.

Assistência — Religião — Magalhães Correia — 1933 (1.º) — v. 167 — págs. 203/207.

Associação Comercial do Rio de Janeiro sob o reinado de D. Pedro II (A) — V. 152 — t. 98 — págs. 488/516.

"Ato Adicional" — Rodrigo Otávio Filho — 1934 — v. 169 — págs. 364/378.

Ayaragarray (Lucas) — Notícia do falecimento de ... — 1944 (2.º tri.) — v. 183 — pág. 325.
— Elogio histórico feito por Pedro Calmon — 1944 (4.º tri.) — v. 185 — págs. 179/181.

Azevedo (Carlos Magalhães de) — Eleito sócio correspondente em sessão de 22 de agôsto de 1931 — 1931 — v. 164 — págs. 437/522).

Azevedo (João Lúcio de) — Comunicação do seu falecimento em sessão de 27 de abril de 1934 — 1934 — v. 169 — pág. 259.
— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1934 — v. 169 — pág. 424.

Azevedo (Pedro de) — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1928 — v. 158 — t. 104 — págs. 1127/1128.

Azevedo (Manuel Antônio Álvares de) — Conferência de Luís Filipe Vieira — 1931 — v. 164 — págs. 473/484.

Azevedo (Vicente de Paulo de) — Proposta para que seja admitido como sócio correspondente — 1934 — v. 169 — pág. 290.
— Proclamado sócio correspondente do Instituto, em sessão de 15 de dezembro de 1934 — 1934 — v. 169 — pág. 533.

Bacelar (José Teixeira Mata) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 246.

Báez (Cecílio) — Proposta para ser admitido como sócio correspondente, em sessão de 14 de abril de 1939 — 1939 — v. 174 — pág. 686.
— Comunicação do seu falecimento, em sessão de 27 de junho de 1941 — 1941 — v. 176 — pág. 346.
— Elogio feito por Pedro Calmon — 1941 — v. 176 — págs. 553/555.

Bagnuolo (Conde de) Giovano Vicenzo Sanfelice) — Conferência de Pedro Calmon — 1937 — v. 172 — pág. 580.

Baía do Rio-de-Janeiro (antiga e curiosa carta topográfica) — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 174/178.

Bananeiros (Os) — Magalhães Correia — 1933 (1.º) — v. 167 — págs. 137/145.

Bandeira (Esmeraldino) — Voto de pesar pelo seu falecimento — 1928 — v. 158 — t. 104 — pág. 818.

Bandeira do Império (A) — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 435/439.

Bandeira do Povo (A) — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 171/175.

Bandeiras do Brasil — Parecer sôbre os mapas de Franklin Belfort de Oliveira — 1938 — v. 173 — págs. 738/744.

Bandeiras dos Ofícios (As) — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 190/195.

Barata (Manuel) — Palestra de Max Fleiuss sôbre o Dr. ... — 1941 — v. 176 — págs. 455/464.

Barbacena (Marquês de) — Conferência de Emílio Fernandes de Sousa Docca — 1942 — v. 177 — págs. 553/578.

Barbosa (Francisco Vilela) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 251.

Barbosa (Cônego Januário da Cunha) — Biografia feita por B. F. Ramiz Galvão — 1922 — v. 146 — t. 92 — pág. 104.
— José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 15/19.
— Inauguração do busto de ... — Discurso de M. Cícero — 1943 — v. 181 — págs. 137/140.

Barbosa (Rui) — Comunicação do seu falecimento em sessão de 20 de abril de 1923 — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 468.
— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 888.

Barbosa (Vidal) — Nelson de Sena — 1932 (2.º) — v. 166 — pág. 598.

Barbuda (Francisco Maria Gordilho Veloso de) (Visconde de Lorena) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 262/263.

Barca "Especuladora" (A) — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 133/138.

Bargy (Charles Le) — Lafaiete Silva — 1934 — v. 169 — págs. 182/185.

Barreto (Mário Castelo Branco) — Proposta para ser elevado a sócio honorário, em sessão de 22 de agôsto de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 521.
— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1931 — v. 164 — págs. 537/539.

Barros (Cristóvão de) — José Vieira Fazenda — 1943 — (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 161/165.

Barros (Domingos Borges de) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 249.

Barros (Lucas Antônio Monteiro de) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 253.
— Traços biográficos por Augusto Tavares de Lira — 1928 — v. 158 — t. 104 — págs. 1049/1050.

Barros (*Marcos Antônio Monteiro de*) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 259.

Barros (*Francisco Borges de*) — Um voto de pesar pelo seu falecimento, em sessão de 15 de abril de 1935 — 1935 — v. 170 — pág. 221.

Barros (*Hermenegildo de*) — Proposta para ser admitido como sócio honorário, em sessão de 14 de abril de 1939 — 1939 — v. 174 — pág. 686.

Barroso (*Gustavo*) — Eleito sócio efetivo, em sessão de 22 de agôsto de 1931 o Sr. ... — 1931 — v. 164 — pág. 436.

Bastos (*Aureliano Cândido Tavares*) — Conferência de José Wanderley de Araújo Pinho sôbre ... — 1939 — v. 174 — págs. 717/741.

Bastos (*José Alvaro Carneiro*) — Max Fleiuss — 1944 — v. 182 — págs. 54/55.

Batalha de Tuiuti (*A*) — Conferência por Moreira Guimarães — 1923 — v. 148 — t. 94 — págs. 503/518.

Batista (*Homero*) — Elogio por B. F. Ramiz Galvão — 1924 — v. 150 — t. 96 — pág. 486.

Batista (*José Luís*) — Proclamado sócio efetivo do Instituto, em sessão de 31 de maio de 1939 — 1939 — v. 174 — pág. 755.

Beatriz Enriquez de Harana y Cristobal Cólon por José de la Torre y del Cerro — Max Fleiuss — 1936 — v. 171 — págs. 173/181.

Beauregard (*Agustin Toutant de*) — Proposta para ser admitido como sócio honorário do Instituto — 1943 — v. 179 — pág. 279.
— Notícia de sua eleição para sócio honorário do Instituto — 1943 — v. 180 — pág. 264.
— Proposto como sócio honorário, em sessão de 22 de fevereiro de 1943 — 1943 — v. 181 — pág. 122.
— Parecer favorável à sua admissão — 1943 — v. 181 — pág. 140.

Beco da Fidalga — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 554/558.

Beco das Cancelas (*O*) — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 577/582.

Beco do Fisco — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 544/549.

Belas Artes do Rio-de-Janeiro — Manuel de Araújo Pôrto Alegre — 1932 (2.º) — v. 166 — págs. 605/611.

Belisário (*Francisco*) — Conferência do Sr. Augusto Tavares de Lira sôbre ... — 1939 — v. 174 — págs. 945/955.

Bem Fazer, Mal Haver — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 152/156.

Benjamim Constant Botelho de Magalhães — Ramiz Galvão — 1936 — v. 171 — págs. 413/417.

"Benjamim Constant" (*Viagem de circunavegação do navio escola*) — Comandante Adalberto Rechsteiner — 1939 — v. 174 — págs. 583/653.

Bernardelli (*Henrique*) — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 14 de abril de 1936 — 1936 — v. 171 — pág. 250.

Bernardes (*Artur da Silva*) (*Presidente da República*) — Em Assembléia Geral de 16 de dezembro de 1923, foi eleito presidente honorário o Sr. ... — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 894.

Bernhardt (*Sarah*) — Lafaiete Silva — 1934 — v. 169 — págs. 6/10.

Beviláqua (*Clóvis*) — Indicado,, para a vaga de sócio grande benemérito — 1943 — v. 179 — pág. 279.
— Notícia de sua eleição para sócio grande benemérito — 1943 — v. 180 — pág. 264.
— Proposta para ser promovido a grande benemérito, em sessão de 22 de fevereiro de 1943 — 1943 — v. 181 — pág. 121.
— Parecer favorável à sua promoção a Grande Benemérito — 1943 — v. 181 — pág. 139.

Beviláqua (*Clóvis*) — Bio-bibliografia — por Maria Carolina Max Fleiuss — 1943 — v. 181 — págs. 173/174.
— Notícia do seu falecimento — 1944 — (3.º tri.) — v. 184 — pág. 255.
— Elogio histórico por Pedro Calmon — 1944 (4.º tri.) — v. 185 — págs. 181/184.

Biblioteca (*A Real*) — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 232/236.

Bicha (*A*) — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 514/518.

Bigodes — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 549/553.

Bispo Guadalupe (*O*) — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — v. 149 — t. 95 — págs. 288/292.

Bittencourt (*Leopoldo Feijó*) — Proposta para que seja admitido como sócio efetivo do Instituto, em sessão de 20 de abril de 1937 — 1937 — v. 172 — pág. 424.

— Proclamado sócio efetivo do Instituto, em sessão de 12 de maio de 1937 — 1937 — v. 172 — pág. 490.

— Nomeado segundo secretário — 1943 — v. 181 — pág. 122.

Bittencourt (*Liberato*) — Proposta para ser elevado a sócio honorário o Sr. ... — 1931 — v. 164 — pág. 552.

Bittencourt (*Pedro Calmon Moniz de*) — Proposta para que seja admitido como sócio efetivo — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 440.

— Proclamado sócio efetivo, em sessão de 22 de agôsto de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 436.

— Indicado, para a vaga de sócio benemérito — 1943 — v. 179 — pág. 279.

Notícia de sua eleição para sócio benemérito — 1943 — v. 180 — pág. 264.

—Proposta para ser promovido a sócio benemérito em sessão de 22 de fevereiro de 1943 — 1943 — v. 181 — pág. 122.

— Parecer favorável à sua promoção a sócio benemérito — 1943 — v. 181 — pág. 139.

Bittencourt (*Raul*) — Elogio de Gaspar Silveira Martins — 1935 — v. 170 — págs. 293/294.

Boiteux (*José Artur*) — Comunicação do seu falecimento em sessão de 27 de abril de 1934 — 1934 — v. 169 — pág. 259.

— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1934 — v. 169 — pág. 425.

Boiteux (*Lucas Alexandre*) — Proclamado sócio efetivo em sessão de 22 de agôsto de 1931 — 1931 — v. 164 — pág. 437.

Boiteux (*Henrique*) — Eleito sócio efetivo (do Noticiário) — 1944 (2.º tri.) — v. 183 — pág. 327.

— Proposta para sua admissão como sócio e parecer favorável — 1944 — (4.º tri.) — v. 185 — pág. 273.

Bobadela (*Morte de*) — José Vieira Fazenda — 1923 — v. 147 — t. 93 — págs. 522/526.

Bonfim (*Manuel*) — Um voto de pesar pelo seu falecimento — 1932 (2.º) — v. 166 — pág. 616.

Bonaparte (*Rolando*) — Comunicação do seu falecimento em sessão de 23 de abril de 1924 — 1924 — v. 150 — t. 96 — pág. 323.

— Elogio por B. F. Ramiz Galvão — 1924 — v. 150 — t. 96 — pág. 478.

Borelli (*Lida*) — Lafaiete Silva — 1934 — v. 169 — págs. 185/193.

Borges (*Abílio César*) *Barão de Macaúbas* — Sessão especial comemorativa do centenário de ... em 9 de setembro de 1924 — 1924 — v. 150 — t. 96 — pág. 419.

Borges (*José Inácio*) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 243.

Bororos (*Dos nomes entre os*) — Manuel Cruz — 1940 — v. 175 — págs. 183/211.

Bororos de outrora (*A arte militar entre os*) — Manuel Cruz — 1940 — v. 175 — págs. 169/182.

Braga (*Cincinato*) — Proposta para ser elevado a sócio honorário em sessão de 22 de agôsto de 1931 o Sr. ... — 1931 — v. 164 — pág. 521.

Braga (*D. João Francisco*) — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1937 — v. 172 — pág. 621.

Bragança (*Luís Correia Teixeira de*) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — v. 153 — t. 99 — págs. 254/255.

Bragança (*D. Pedro de Orleans e*) — Palavras do Sr. Afonso Celso sôbre a oferta do príncipe ... ao Instituto — 1926 — v. 153 — t. 99 — pág. 319.

— Comunicação do seu falecimento, em sessão de 15 de abril de 1940 — 1940 — v. 175 — pág. 369.

— Elogio feito por Pedro Calmon — 1940 — v. 175 — págs. 625/637.

Bragança (*D. Pedro Gastão de Orleans e*) — Proposta para que seja admitido como sócio honorário em sessão de 5 de agôsto de 1942 — 1942 — v. 177 — pág. 608.

— Proclamado sócio honorário do Instituto, em sessão de 29 de setembro de 1942 — 1942 — v. 177 — pág. 634.

— Posse do sócio honorário — 1943 — v. 181 — pág. 166.

Branco (*Manuel Alves*) *Visconde de Caravelas* — Traços biográficos do Sr. ... por A. Tavares de Lira — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 574.

Branco (*Antônio Borges Leal*) — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1934 — v. 169 — pág. 428.

Brandão (Francisco de Carvalho Soares) — Conferência de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — 1940 — v. 175 — págs. 665/692.
— Sessão especial, comemorativa do centésimo natalício de ... em 30 de outubro de 1940 — 1940 — v. 175 — pág. 655.

Brandenburguer (Clemente) — Parecer do Sr. Max Fleiuss sôbre a "Nova Gazeta da Terra do Brasil" de 1925 — v. 151 — t. 97 — págs. 182/190.

Branner (John Casper) — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 21 de abril de 1922 — 1922 — — v. 146 — t. 92 — pág. 383.
— Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1922 — v. 146 — t. 92 — pág. 583.

Brasil (De algumas cousas mais notáveis do) — Informação jesuítica — 1922 — v. 148 — t. 94 — págs. 371/421.

Brasil e o Imperador (O) — Joaquim Nabuco — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 831/834.

Brasil em 1840 (O) — Calógeras — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 225/243.

Brasil em 1889 (O) — Agenor Roure — 1925 — v. 152 — t. 98 — págs. 529/534.

Brasil, os Estados-Unidos e o Monroismo (O) — Barão do Rio Branco — 1943 — v. 178 — págs. 167/187.

Brasileiros pioneiros do ar e roteiro do Tocantins — De Lísias Rodrigues — Apreciações de Feijó Bittencourt — 1944 — v. 184 — pág. 222.

Briand (Aristides) — Um voto de pesar pelo seu falecimento — 1932 (2.º) — v. 166 — pág. 829.

Brito (Joaquim Marcelino de) — Traços biográficos por Augusto Tavares de Lira — 1928 — v. 158 — t. 104 — pág. 1053.

Bueno (José Antônio Pimenta) Marquês de São Vicente) — Traços biográficos do Sr. ... por A. Tavares de Lira — 1923 — v. 148 — t. 94 — pág. 594.

Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontram em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis publicados no período de 16 de janeiro a 15 de fevereiro de 1946

Decreto-lei n.º 8 554, de 4 de janeiro de 1946 — "Aprova o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 637, de 11 de janeiro de 1946 — "Dá nova estrutura à carreira de Motorista do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 654, de 14 de janeiro de 1946 — "Cria a carreira de Escrevente Juramentado no Quadro Permanente do Ministério da Guerra e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 655, de 14 de janeiro de 1946 — "Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 656, de 14 de janeiro de 1946 — "Cria cargos e funções no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 657, 14 de janeiro de 1946 — "Cria cargo e eleva padrão de vencimentos no Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 658, de 14 de janeiro de 1946 — "Cria a carreira de Guarda de Polícia no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 659, de 14 de janeiro de 1946 — "Cria funções gratificadas no Ministério da Marinha e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 660, de 14 de janeiro de 1946 — "Delega aos Estados a faculdade de legislar sôbre a matéria constante do n.º XXVI do artigo 16 da Constituição Federal (organização, instrução, justiça e garantia das fôrças policiais dos Estados) e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946).

N. R. — Os Decretos-leis ns. 8 675, 8 676, 8 677, 8 678, 8 795, 8 970, 8 971, 8 972, 8 973, 8 975 a 8 983 ainda não foram publicados.

Decreto-lei n.º 8 661, de 14 de janeiro de 1946 — "Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 5 175, de 7 de janeiro de 1943, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 662, de 14 de janeiro de 1946 — "Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos", para 1945, na parte relativa ao Ministério da Aeronáutica".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 663, de 14 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre serviços extraordinários nas Alfândegas e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 664, de 14 de janeiro de 1946 — "Prorroga a vigência do crédito especial aberto ao Ministério da Fazenda pelo Decreto-lei n.º 6 740, de 26 de julho de 1944".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 665, de 14 de janeiro de 1946 — "Prorroga a vigência especial aberto ao Ministério da Fazenda pelo Decreto-lei n.º 6 294, de 25 de fevereiro de 1944".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 666, de 14 de janeiro de 1946 — "Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a promover a construção do edifício-sede do Departamento Nacional de Iluminação e Gás, mediante condições que especifica".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 667, de 14 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o provimento de cargos criados pelo Decreto-lei n.º 8 485, de 28 de dezembro de 1945".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 668, de 14 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr$ 42 810,00 à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 669, de 14 de janeiro de 1946 — "Abre à Administração do Território Federal do Amapá o crédito especial de Cr$ 2 600 000,00, para ocorrer às despesas que menciona".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 670, de 14 de janeiro de 1946 — "Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Liga Brasileira contra a Tuberculose, Fundação Ataúlfo de Paiva, Instituto Mário de Andrade Ramos, Casa São-Luís Asilo João Afonso Alves, Associação da Pró-Matre, Santa Casa de Misericórdia do Rio-de-Janeiro, Patronato de Menores de Niterói, Asilo Santa Leopoldina, em Niterói, Hospital São João Batista, em Niterói, Asilo Isabel, Instituto de Proteção e Assistência à Infância, Asilo Nossa Senhora de Nazaré, Orfanato São José, Asilo Nossa Senhora da Pompéia, Abrigo Teresa de Jesus e o Asilo Bom Pastor, do impôsto que menciona".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 671, de 14 de janeiro de 1946 — "Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 672, de 14 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o cargo de Professôres (E. N. M. - U. B.) do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 673, de 14 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 15 435,40, para pagamento de gratificação".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 674, de 14 de janeiro de 1946 — "Cria cargos isolados de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 679, de 15 de janeiro de 1946 — "Reorganiza a Biblioteca Nacional, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 680, de 15 de janeiro de 1946 — "Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei n.º 4 073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial).

"Diário Oficial" de 17-1-946.

Decreto-lei n.º 8 681, de 15 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a congregação, em universidade livre, das Faculdades Católicas de Direito e de Filosofia e da Escola de Serviço Social".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 682, de 15 de janeiro de 1946 — "Suspende, no corrente ano, a execução das alíneas *f, h, k e l*, do art. 12, do Decreto-lei n.º 7 343, de 26 de fevereiro de 1945".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 683, de 15 de janeiro de 1946 — "Cria e inclui cargos na lotação permanente da Caixa de Amortização".

"Diário Oficial" de 16-1-946.

Decreto-lei n.º 8 684, de 16 de janeiro de 1946 — "Autoriza a Universidade do Brasil a encorporar o Instituto de Tecnologia Alimentar".

"Diário Oficial" de 17-1-946.

Decreto-lei n.º 8 685, de 16 de janeiro de 1946 — "Prorroga, até 31 de dezembro de 1946, o prazo de funcionamento da Junta Especial instituída pelo Decreto-lei n.º 7 401, de 20 de março de 1945".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 686, de 16 de janeiro de 1946 — "Encorpora o Instituto Osvaldo Cruz à Universidade do Brasil e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 687, de 16 de janeiro de 1946 — "Encorpora o Instituto Nacional de Puericultura à Universidade do Brasil e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 688, de 16 de janeiro de 1946 — "Revoga o Decreto-lei n.º 7 082, de 27 de novembro de 1944, que dispôs sôbre o regime escolar no ensino superior".

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 689, de 16 de janeiro de 1946 — "Encorpora o Museu Nacional à Universidade do Brasil e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 690, de 16 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a substituição e conversão de penas criminais".

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 691, de 16 de janeiro de 1946 — "Concede auxílio especial ao Patronato de Menores e dá outras providências"

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 692, de 16 de janeiro de 1946 — "Altera o padrão de vencimentos de cargos em comissão do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 693, de 16 de janeiro de 1946 — "Autoriza o Ministério da Agricultura a contratar, com a Fábrica Nacional de Motores, o fornecimento de tratores agrícolas, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 17-1-946.

Decreto-lei n.º 8 694, de 16 de janeiro de 1946 — "Abre créditos adicionais ao Ministério da Agricultura, na importância total de Cr$ 2 600 000,00, destinados a acordos para o fomento da produção animal com os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão".

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 695, de 16 de janeiro de 1946 — "Altera carreiras no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura".

"Diário Oficial" de 17-1-946.

Decreto-lei n.º 8 696, de 16 de janeiro de 1946 — "Altera carreiras no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 697, de 16 de janeiro de 1946 — "Cria cargos de redator da Imprensa Nacional no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 17-1-946.

Decreto-lei n.º 8 698, de 16 de janeiro de 1946 — "Altera a carreira de Bibliotecário do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 699, de 16 de janeiro de 1946 — "Autoriza a constituição da Fábrica Nacional de Motores, S. A. e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 700, de 17 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o provimento em cargos da classe inicial da carreira de Oficial Administrativo e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 701, de 17 de janeiro de 1946 — "Altera a carreira de Prático de Engenharia do Q. I. — P. S. do Ministério da Viação e Obras Públicas".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 702, de 17 de janeiro de 1946 — "Autoriza a isenção de taxa terminal incidente sôbre os telegramas da The Western Telegraph Company Limited trocados entre os Delegados Oficiais em Londres, e suas respectivas famílias".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 703, de 17 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 2 250 378,10, para pagamento de materais fornecidos pela Rubber Development Corporation à Estrada de Ferro Madeira Mamoré".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 704, de 17 de janeiro de 1946 — "Altera os artigos 33 e 186, respectivamente, dos Decretos-leis ns. 3 070, de 20 de fevereiro e 3 770, de 28 de outubro de 1941, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 705, de 17 de janeiro de 1946 — "Concede auxílio ao Patronato de Menores e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 706, de 17 de janeiro de 1946 — "Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 6 403, de 5 de abril de 1944".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 707, de 17 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o preenchimento de funções da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 708, de 17 de janeiro de 1946 — "Estabelece normas regimentais necessárias à instalação da Assembléia Constituinte".

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 709, de 17 de janeiro de 1946 — "Reorganiza o Instituto Nacional do Mate e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 710, de 17 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr$ 3 800 000,00".

"Diário Oficial" de 18-1-946.

Decreto-lei n.º 8 711, de 17 de janeiro de 1946 — "Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr$ 1 932 000,00 para a manutenção e funcionamento da Policlínica de Pescadores".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 712, de 17 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o direito à nomeação de servidores para cargos da carreira de inspetor de Indústria e Comércio".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 713, de 18 de janeiro de 1946 — "Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Agricultura".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 714, de 18 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr$ 50 000,00 à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 715, de 18 de janeiro de 1946 — "Altera o Orçamento Geral da República".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 716, de 18 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 2 000 000,00 para a realização de um acôrdo de fomento vegetal com o Estado de Minas-Gerais".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 717, de 18 de janeiro de 1946 — "Extingue as Secções de Fomento Agrícola nos Territórios Federais, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 718, de 18 de janeiro de 1946 — "Dá nova redação aos incisos 1.º e 4.º do art. 2.º do Decreto-lei n.º 4 508, de 23 de julho de 1942, que dispõe sôbre financiamento de construções de conjuntos residenciais para operários pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários".

"Diário Oficial" de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 719, de 18 de janeiro de 1946 — "Altera a finalidade do crédito aberto pelo Decreto-lei n.º 8 183, de 19 de novembro de 1945".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 720, de 18 de janeiro de 1946 — "Estabelece sanção contra a execução indevida de obras licenciadas pelas Municipalidades".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 721, de 18 de janeiro de 1946 — "Eleva a gratificação de função dos chefes de Pôsto de Defesa Sanitária Vegetal nos Estados em que há o regime de acôrdo".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 722, de 18 de janeiro de 1946 — "Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a criar a Secretaria Geral de Agricultura e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 723, de 18 de janeiro de 1946 — "Altera o art. 53 do Decreto-lei n.º 3 770, de 23 de outubro de 1941".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 724, de 18 de janeiro de 1946 — "Altera a carreira de Tecnologista do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 725, de 18 de janeiro de 1946 — "Desapropria, para fins de utilidade pública, o domínio direto de um terreno em Natal, Estado do Rio-Grande-do-Norte, e autoriza a aquisição de seu domínio útil e da casa nêle existente".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 726, de 18 de janeiro de 1946 — "Desapropria, para fins de utilidade pública, o domínio direto de terrenos em Natal, Estado do Rio-Grande-do-Norte, e autoriza a aquisição de domínio útil".

"Diário Oficial" de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 727, de 18 de janeiro de 1946 — "Dá nova redação ao art. 168, do Decreto-lei n.º 6 887, de 21 de setembro de 1944".

"Diário Oficial" de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 728, de 18 de janeiro de 1946 — "Determina a distribuição de crédito à Tesouraria do Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 729, de 18 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 1 500 000,00, para pagamento de auxílio à Academia Nacional de Medicina".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 730, de 18 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 135 000,00, para aparelhamento do Sanatório da Fortaleza".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 731, de 18 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 1 025 000,00, para atender às despesas com o prosseguimento dos trabalhos de aumento e melhoria do carvão nacional".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 732, de 18 de janeiro de 1946 — "Considera extranumerários mensalistas os servidores admitidos pelo Coordenador da Mobilização Econômica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 733, de 18 de janeiro de 1946 — "Autoriza a mudança de nomes de distritos do Estado do Rio-de-Janeiro para que se homenageie a memória dos engenheiros Paulo de Frontin e Sampaio Correia".

"Diário Oficial" de 19-1-946.

Decreto-lei n.º 8 734, de 19 de janeiro de 1946 — "Altera o Decreto-lei n.º 7 586, de 28 de maio de 1945".

"Diário Oficial" de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 735, de 19 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr$ .... 1 023 605,00 para completar as despesas com reparos e readaptações do Palácio Tiradentes e atender à aquisição de automóveis para os serviços da Câmara dos Deputados".

"Diário Oficial" de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 736, de 19 de janeiro de 1946 — "Cria, no Quadro I, Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas, quatro (4) cargos isolados de provimento efetivo, de Assistente Jurídico, padrão L.

"Diário Oficial" de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 737, de 19 de janeiro de 1946 — "Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 738, de 19 de janeiro de 1946 — "Transforma a Câmara de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho em Conselho Superior de Previdência Social e dá outras providências".

"Diário Oficial de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 739, de 19 de janeiro de 1946 — "Cria a Comissão Nacional de Sindicalização, conferindo-lhe, além de outras, as atribuições da Comissão de Enquadramento Sindical, da Comissão do Impôsto Sindical e da Comissão Técnica de Orientação Sindical, que são declaradas extintas".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 740, de 19 de janeiro de 1946 — "Revoga e altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho concernentes à organização sindical".

"Diário Oficial de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 741, de 19 de janeiro de 1946 — "Altera as carreiras de Engenheiro de Quadros do Ministério da Viação e Obras Públicas, omitidas no Decreto-lei n.º 8 645, de 11 de janeiro de 1946, e dá outras providências".

"Diário Oficial de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 742, de 19 de janeiro de 1946 — "Transforma o Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho, em Departamento Nacional da Previdência Social e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 743, de 19 de janeiro de 1946 — "Institui uma Comissão de Inquéritos e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 21-1-946.

Decreto-lei n.º 8 744, de 21 de janeiro de 1946 — "Institui o Fundo Telegráfico para assegurar a execução do Plano Telegráfico Nacional".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 745, de 21 de janeiro de 1946 — "Manda aproveitar no Departamento dos Correios e Telégrafos o pessoal em exercício nas censuras Postal e Telegráfica até a data da extinção das mesmas, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 746, de 21 de janeiro de 1946 — "Cria cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro I, Parte Permanente, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 747, de 21 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o serviço de tráfego mútuo entre o Serviço de Navegação da Bacia do Prata e outras emprêsas".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 748, de 21 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 2 000 000,00, para atender às despesas com o II Congresso Pan-Americano de Minas e Geologia".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 749, de 21 de janeiro de 1946 — "Cria cargo isolado, de provimento efetivo, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 750, de 21 de janeiro de 1946 — "Destaca no Plano de Obras e Equipamentos para o Departamento dos Correios e Telégrafos a importância de Cr$ 23 455 494.00".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 751, de 21 de janeiro de 1946 — "Cria Distritos no Departamento Nacional de Obras de Saneamento e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 752, de 21 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o aproveitamento no serviço ativo da Aeronáutica, de oficiais subalternos da reserva de 1.ª classe, convocados e em serviço na Fôrça Aérea Brasileira, durante o estado de guerra".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 753, de 21 de janeiro de 1946 — "Concede um prazo de 90 dias para cumprimento do disposto no art. 5.º do Decreto-lei n.º 8 127, de 24 de outubro de 1945, que dispõe sôbre a organização da vida rural".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 754, de 21 de janeiro de 1946 — "Altera diversas carreiras dos Quadros Suplementares e Permanentes do Ministério da Fazenda e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 755, de 21 de janeiro de 1946 — "Autoriza o Departamento Nacional do Café a conceder aumento de salário ao seu pessoal".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 756, de 21 de janeiro de 1946 — "Prorroga a aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 6 876, de 15 de setembro de 1944".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 757, de 21 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, de ministros civis do Supremo Tribunal Militar".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 758, de 21 de janeiro de 1946 — "Dá nova redação ao art. 7.º do Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1938, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 759, de 21 de janeiro de 1946 — "Estende aos atuais ocupantes da extinta carreira de Escrevente do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, as disposições do Decreto-lei n.º 145, de 29 de dezembro de 1937".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 760, de 21 de janeiro de 1946 — "Cria o Quadro Auxiliar de oficiais (Q. A. O.)".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 761, de 21 de janeiro de 1946 — "Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr$ 2 400 000,00 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros), para localização de trabalhadores no vale do Amazonas, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 762, de 21 de janeiro de 1946 — "Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 763, de 21 de janeiro de 1946 — "Eleva o padrão de vencimento de cargos isolados dos quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 764, de 21 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a inclusão no Quadro de Infantaria de Guarda de Oficiais da Reserva de 2.ª Classe do Exército postos à disposição do Ministério da Aeronáutica".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 765, de 21 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a contagem de tempo para aposentadoria dos Ministros do Tribunal de Contas".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 766, de 21 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre os bens e direitos da Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói S. A. e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 767, de 21 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 1 000 000,00 para atender às despesas que especifica".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 768, de 21 de janeiro de 1946 — "Concede aumento aos pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 769, de 21 de janeiro de 1946 — "Expede normas destinadas a facilitar ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários melhor consecução dos seus fins imediatos e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 770, de 21 de janeiro de 1946 — "Cria cargo de técnico de artes gráficas da Imprensa Nacional no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores".

"Diário Oficial" de 22-1-946.

Decreto-lei n.º 8 771, de 22 de janeiro de 1946 — "Altera carreiras dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 23-1-946.

Decreto-lei n.º 8 772, de 22 de janeiro de 1946 — "Altera as carreiras de Enfermeiro dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde, cria a carreira de Auxiliar de enfermagem no Quadro Permanente e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 773, de 22 de janeiro de 1946 — "Abre, ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de C$ 12 761,20, para pagamento de gratificações de magistério".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 774, de 22 de janeiro de 1946 — "Transforma cargo, em comissão do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, em cargo isolado, de provimento efetivo".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 775, de 22 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o regime escolar de ensino superior".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 776, de 22 de janeiro de 1946 — "Suprime e transforma, sem aumento de despesa, carreira e cargos isolados nos Quadros Suplementar e Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 777, de 22 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o registro definitivo de professôres de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 778, de 22 de janeiro de 1946 — "Regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 779, de 22 de janeiro de 1946 — "Cria, anexa à Faculdade de Medicina da Bahia, a Escola de Enfermagem e Serviços Sociais, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 780, de 22 de janeiro de 1946 — "Modifica o art. 1.º do Decreto-lei n.º 6 504, de 17 de maio de 1944, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 781, de 22 de janeiro de 1946 — "Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr$ .... 40 000,00, para ocorrer às despesas de viagem e de representação de um delegado do Brasil à Conferência Econômica Internacional".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 782, de 22 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr$ 16 301,70, para atender ao pagamento de salários devidos a Ernane Mendes de Vasconcelos".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 783, de 22 de janeiro de 1946 — "Cria o Serviço de Comunicações da Aeronáutica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 784, de 22 de janeiro de 1946 — "Cria função gratificada no Quadro Permanente no Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 785, de 22 de janeiro de 1946 — "Cria a Policlínica de Aeronáutica de São-Paulo".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 786, de 22 de janeiro de 1946 — "Cria o Serviço de Identificação da Aeronáutica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 787, de 22 de janeiro de 1946 — "Cria cargo no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 788, de 22 de janeiro de 1946 — "Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 789, de 22 de janeiro de 1946 — "Cria cargo no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 790, de 22 de janeiro de 1946 — "Autoriza o Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica a celebrar contrato com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, para construção de uma vila residencial no Parque de Aeronáutica dos Afonsos".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 791, de 22 de janeiro de 1946 — "Revoga disposição do Decreto-lei n.º 78, de 1937".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 792, de 22 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr$ 600 000,00, destinado à execução de um acôrdo de defesa sanitária vegetal com o Estado de São-Paulo".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 793, de 22 de janeiro de 1946 — "Modifica dispositivos do Decreto-lei n.º 8 449, de 26 de dezembro de 1945, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 794, de 23 de janeiro de 1946 — "Regula as vantagens a que têm direito os herdeiros dos militares que participaram da Fôrça Expedicionária Brasileira, no teatro de operações da Itália".

"Diário Oficial" de 23-1-946.

Decreto-lei n.º 8 796, de 23 de janeiro de 1946 — Declara de utilidade pública imóveis situados no Estado do Ceará".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 797, de 23 de janeiro de 1946 — "Altera a Tabela IV que acompanha o Decreto-lei n.º 8 512, de 31 de dezembro de 1945".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 798, de 23 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 500 000,00 para o fim que especifica".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 799, de 23 de janeiro de 1946 — "Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 800, de 23 de janeiro de 1946 — "Cria um cargo na carreira de Médico do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 23-1-946.

Decreto-lei n.º 8 801, de 23 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o Serviço de Estudos e Pesquisas sôbre a Febre Amarela, mantido pelo Ministério da Educação em cooperação com a Fundação Rockefeller".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 802, de 23 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o provimento dos cargos vagos criados pelo Decreto-lei n.º 8 498, de 28 de dezembro de 1945".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 803, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o provimento interino de cargos da carreira de Taquígrafo dos Quadros das Secretarias da Câmara dos Deputados e Senado".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 804, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria cargos isolados no Ministério da Justiça e Negócios Interiores".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 805, de 24 de janeiro de 1946 — "Organiza a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento Federal de Segurança Pública e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 806, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a Delegação Geral de Portos e Litoral (D. G. P. L.)".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 807, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a situação do segurado ou associado que passa do regime de uma instituição de previdências social ao de outra".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 808, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 809, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre cargos isolados do Ministério da Agricultura".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 810, de 24 de janeiro de 1946 — "Extingue a Comissão Executiva de Frutas, criado pelo Decreto-lei n.º 5 032, de 4 de dezembro de 1942".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 811, de 24 de janeiro de 1946 — "Reduz para 2 % a taxa sôbre o valor de vendas dos produtos de mandioca, criada pelo Decreto-lei n.º 5 531, de 28 de maio de 1943".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 812, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a competência dos Estados e do Distrito Federal para estabelecer normas de fiscalização e inspeção de ovos".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 813, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre serviços extraordinários do pessoal encarregado da inspeção sanitária nos estabelecimentos sujeitos à fiscalização do Ministério da Agricultura".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 814, de 24 de janeiro de 1946 — "Estabelece cargo de Desenhista suprimido no Quadro Permanente no Ministério da Agricultura e dá outras prividências".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 815, de 24 de janeiro de 1946 — "Fica encorporada à Universidade do Brasil a antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio-de-Janeiro sob a denominação de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (Fundação Mauá)".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 816, de 24 de janeiro de 1946 — "Concede isenção do impôsto do sêlo".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 817, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o destino de bens apurados na liquidação de emprêsas incluídas no Decreto-lei n.º 4 166, de 11 de março de 1942 e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 818, de 24 de janeiro de 1946 — "Exclui das disposições do Decreto-lei n.º 2 803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 819, de 24 de janeiro de 1946 — "Revoga os Decretos-leis ns. 7 367, de 8 de março de 1945 e 7 682, de 27 de junho de 1945, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 820, de 24 de janeiro de 1946 — "Modifica o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 4 292, de 7 de maio de 1942".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 821, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a acumulação de aposentadorias e pensões e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 822, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria cargo no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 823, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 824, de 24 de janeiro de 1946 — "Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a transferir, gratuitamente, ao Patrimônio da União, para o fim especial de instalação do Serviço Nacional de Câncer, o domínio pleno do imóvel que menciona, com as benfeitorias existentes, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 825, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera a redação do artigo 8.º e seu parágrafo único e do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 8 679, de 18 de janeiro de 1946".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 826, de 24 de janeiro de 1946 — "Abre créditos suplementares ao Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 827, de 24 de janeiro de 1946 — "Transfere para a União a Faculdade de Direito do Ceará e a Escola Politécnica da Bahia e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 828, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o reconhecimento da União dos Escoteiros do Brasil como instituição destinada a educação extra-escolar".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 829, de 24 de janeiro de 1946 — "Torna extensivas ao comércio dos vidros oftálmicos as disposições legais que indica".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 830, de 24 de janeiro de 1946 — "Suspende, pelo prazo de três dias, em todo o território da República, a exigibilidade e obrigações resultantes de duplicatas de contas assinadas, letras de câmbio, notas promissórias ou quaisquer outras obrigações ou efeitos comerciais e, bem assim, das prestações por dívidas hipotecárias ou pignoratícias, em face da situação criada com a greve dos bancários".

"Diário Oficial" de 24-1-946.

Decreto-lei n.º 8 831, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera as carreiras de Escrivão de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 832, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a fiança dos despachantes aduaneiros".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 833, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera as carreiras de Médico Sanitarista dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 834, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o pagamento dos proventos da aposentadoria de Nicolino Milano".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 835, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 7 586, de 28 de maio de 1945 e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 836, de 24 de janeiro de 1946 — "Dá a designação Professor João Filipe à estação Fortaleza, da Rêde de Viação Cearense".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 837, de 24 de janeiro de 1946 — "Declara qual a situação de um oficial general da Armada na respectiva escala".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 838, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria sem aumento de despesas, no Quadro I — Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas, cargos isolados de provimento efetivo e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 839, de 24 de janeiro de 1946 — "Reestrutura a carreira de Motorista do Ministério da Fazenda e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 840, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre transferência para cargo do mesmo Ministério".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 841, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o pagamento da diferença de vencimento ou remuneração".

"Diário Oficial" de 25-1-946.

Decreto-lei n.º 8 842, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria na Diretoria de Fazenda do Ministério da Marinha, três cargos isolados de Tesoureiro".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 843, de 24 de janeiro de 1946 — "Torna extensivo ao pessoal que tomou parte na primeira guerra mundial os benefícios do Decreto-lei n.º 8 128, de 25 de outubro de 1945".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 844, de 24 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério de Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 160 000,00 para atender à despesas relacionadas com o Salão Nacional de Belas Artes".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 845, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o aumento de salário dos contratados".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 846, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera a redação do § 4.º do art. 14, do Decreto-lei n.º 8 512, de 31 de dezembro de 1945".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 847, de 24 de janeiro de 1946 — "Reorganiza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 848, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a exploração comercial do pôrto de Laguna".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 849, de 24 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 1 936 813,00 para o pagamento a The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltda.".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 850, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a movimentação dos recursos destinados ao desenvolvimento da campanha nacional de proteção à maternidade, à infância e à adolescência".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 851, de 24 de janeiro de 1946 — "Exclui das disposições do Decreto-lei n.º 2 803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal, concede-lhe o aforamento condicional, com isenção de foros, à Federação das Bandeirantes do Brasil, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 852, de 24 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 130 000 000,00 para indenizar a Estrada de Ferro Central Brasil de despesas com o trecho ferroviário Montes-Claros - Monte-Azul".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 853, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera o regulamento para o despacho consular de aeronaves comerciais aprovado pelo Decreto-lei n.º 5 099, de 16 de dezembro de 1942".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 854, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria o serviço de importação aérea e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 855, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre os vencimentos de vários cargos isolados, do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 856, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o serviço jurídico da Administração do Pôrto do Rio-de-Janeiro".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 857, de 24 de janeiro de 1946 — "Aproveita funcionário adido, em cargo de provimento efetivo".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 858, de 24 de janeiro de 1946 — "Suprime o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 8 701, de 17 de janeiro de 1946".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 859, de 24 de janeiro de 1946 — "Abre o crédito suplementar do Ministério da Viação e Obras Públicas, à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 860, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera a carreira de Médico, cria a de Dentista na Parte Permanente do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 861, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a promoção por merecimento, dos funcionários da Prefeitura do Distrito Federal".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 862, de 24 de janeiro de 1946 — "Estende ao pessoal operário e auxiliar do Departamento de Águas e Esgotos as vantagens do Decreto-lei n.º 8 629, de 10 de janeiro de 1946".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 863, de 24 de janeiro de 1946 — "Abre crédito especial para aquisição de mobiliário para dependências do Supremo Tribunal Federal".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 864, de 24 de janeiro de 1946 — "Exclui do plano de urbanização das áreas do Castelo e do Calabouço no Distrito Federal, prédios que menciona".

"Diário Oficial" de 26-1-946.

Decreto-lei n.º 8 865, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria no Departamento dos Correios e Telégrafos, (Quadro III do Ministério da Viação e Obras Públicas) a carreira de Médico e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 866, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre construções, reformas ou adaptações de edifícios para Correios e Telégrafos".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 867, de 24 de janeiro de 1946 — "Aprova a reestruturação administrativa do Departamento dos Correios e Telégrafos e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 868, de 24 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 400 000,00, para a realização de um acôrdo de defesa sanitária animal com o Estado do Ceará".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 869, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, a função gratificada de Secretário do Diretor do Instituto Agronômico do Sul".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 870, de 24 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) para o aparelhamento da Secção de Assistência Social".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 871, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre contagem de tempo de serviço de Professôres Catedráticos do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura para efeito de percepção de gratificação de magistério".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 872, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre os Departamentos do Serviço Público nos Estados".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 873, de 24 de janeiro de 1946 — "Modifica o Decreto-lei n.º 6 170, de 5 de janeiro de 1944".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 874, de 24 de janeiro de 1946 — "Abre o crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 875, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria e inclui um cargo de Servente (Decreto-lei n.º 145, de 1937). Da classe E do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 876, de 24 de janeiro de 1946 — "Autoriza aumento de salários e gratificações dos servidores e membros da Comissão de Marinha Mercante".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 877, de 24 de janeiro de 1946 — "Extingue a Tesouraria da Caixa de Amortização e cria, em substituição, as Tesourarias da Dívida Pública Interna e Fundada e a Tesouraria do Meio Circulante e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 878, de 24 de janeiro de 1946 — "Concede pensão especial aos herdeiros de Joanésio Coelho Pires".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 879, de 24 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr$ 473 400,00 (quatrocentos e setenta e três mil e quatrocentos cruzeiros), à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 880, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a gratificação por assinatura de notas do papel-moeda".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 881, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria cargo isolado de provimento efetivo no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 882, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria o cargo no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 883, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e da outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 884, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria cargo no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 885, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica a carreira de Assessor de Direito Aeronáutico".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 886, de 24 de janeiro de 1946 — "Restabelece a carreira de Carteiro na Parte Permanente do Quadro III do Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento dos Correios e Telégrafos) e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 887, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria a Colônia de Férias da Aeronáutica "Retiro Paraíso".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 888, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera as carreiras de Engenheiros de Obras e Engenheiros do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 889, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera o item 1, letra b, do atrigo 1.º, do Decreto-lei n.º 6 926".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 890, de 24 de janeiro de 1946 — "Transfere para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e para o Conselho Federal de Comércio Exterior dotações do Orçamento da Coordenação da Mobilização Econômica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 891, de 24 de janeiro de 1946 — "Isenta de sêlo as escrituras ou têrmos de encorporação ou doação de bens às universidades oficiais ou equiparadas".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 892, de 24 de janeiro de 1946 — "Eleva padrão de vencimentos e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 893, de 24 de janeiro de 1946 — "Equipara aos professôres catedráticos do Colégio Pedro II, para efeito de vencimentos e vantagens, os cargos de Orientador Educacional".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 894, de 24 de janeiro de 1946 — "Aprova o Plano Geral de Reaparelhamento Ferroviário e as bases do respectivo financiamento e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 895, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o aproveitamento de servidores aposentados".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 896, de 24 de janeiro de 1946 — "Consolida disposição do Decreto-lei n.º 3 232, de 5 de maio de 1941 e subseqüentes sôbre o Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 897, de 24 de janeiro de 1946 — "Concede autonomia administrativas à Comissão Construtora da Fábrica Nacional de Motores na fase de sua transformação em Sociedade Anônima".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 898, de 24 de janeiro de 1946 — "Concede aforamento ao Automóvel Clube do Brasil, sociedade civil, com sede na cidade do Rio-de-Janeiro, dos lotes 1 e 2, Quadra 12, B, na Avenida Perimetral, Esplanada do Castelo".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 899, de 24 de janeiro de 1946 — "Regulamenta a aplicação e a contabilização das duas taxas de 10 %, criadas pelo Decreto-lei n.º 7 632, de 12 de junho de 1945, na Estrada de Ferro Central do Brasil".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 900, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a forma de pagamento de indenizações decorrentes de desapropriação de terrenos no Território Nacional do Iguaçu, a que se refere o crédito especial de Cr$ 27 900,00 (vinte e sete mil e novecentos cruzeiros), aberto ao Ministério da Agricultura pelo Decreto-lei n.º 7 476, de 18 de abril de 1945".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 901, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera a redação do Decreto-lei n.º 7 454, de 10 de abril de 1945".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 902, de 24 de janeiro de 1945 — "Dispõe sôbre a distribuição e dotação orçamentária ao Tesouro Nacional".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 903, de 24 de janeiro de 1946 — "Transferência de funcionário da carreira de Médico do Quadro Especial para a de Médico Sanitarista do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 904, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a reorganização do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 905, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria o cargo isolado, de provimento efetivo, no Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 906, de 24 de janeiro de 1946 — "Revigora o art. 2.º da lei n.º 583, de 9 de novembro de 1937".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 907, de 24 de janeiro de 1946 — Altera sem aumento de despesas, o vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 908, de 24 de janeiro de 1946 — "Transforma em cargo isolado a função de Secretário da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 909, de 24 de janeiro de 1946 — "Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras Providências".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 910, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera a carreira de Revisor de Prova, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 911, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a execução dos serviços de limpeza e desinfeção dos meios de transportes utilizados na locomoção de animais vivos e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 912, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o aproveitamento do pessoal da Policlínica de Pescadores e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 913, de 24 de janeiro de 1946 — "Altera o Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1938".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 914, de 24 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre as carreiras de Escriturário e Escrevente do Ministério da Guerra e abre crédito suplementar ao mesmo Ministério".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 914-A, de 25 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre alterações e reclassificações de carreiras privativas do Departamento Federal de Segurança Pública".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 914-B, de 25 de janeiro de 1945 — "Declara a nulidade dos arts. 8 e 9 do Decreto-lei n.º 14 065, de 7 de julho de 1944, baixado pelo Interventor Federal no Estado de São-Paulo".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 915, de 26 de janeiro de 1946 — "Prorroga, por mais três dias o prazo a que se refere o art. 1.º do Decreto-lei n.º 8 830, de 24 de janeiro de 1946".

"Diário Oficial" de 28-1-946.

Decreto-lei n.º 8 916, de 26 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr$ ..... 3 400 000,00 como subvenção extraordinária à Fundação Abrigo Cristo Redentor".

"Diário Oficial de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 917, de 26 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a assistência educacional e instrutiva das órfãs dos militares por intermédio da Fundação Osório, e dá outras providências".

"Diário Oficial de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 918, de 26 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre isenção de que cogita o Decreto-lei n.º 7 974, de 20 de setembro de 1945".

"Diário Oficial de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 919, de 26 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a contribuição para o montepio militar de que trata o Decreto-lei n.º 8 512, de 31 de dezembro de 1945, e dá outras providências".

"Diário Oficial de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 920, de 26 de janeiro de 1946 — "Regula a situação perante o serviço militar dos sacerdotes, ministros de qualquer religião e de membros de ordens religiosas regulares".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 921, de 26 de janeiro de 1946 — "Institui, em caráter permanente o Serviço de Assistência Religiosa nas Fôrças Armadas".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 922, de 26 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a situação de professôres no magistério militar".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 923, de 26 de janeiro de 1946 — "Altera a carreira de operário de artes gráficas do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, dá-lhe nova denominação, suprime função gratificada, cria cargo isolado e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 924, de 26 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre as carreiras de Servente e Cozinheiro do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 925, de 26 de janeiro de 1946 — "Altera e transfere do Quadro Permanente, a carreira de Faroleiro do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha, cria a de Técnico de Faróis, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 926, de 26 de janeiro de 1946 — "Eleva o padrão de vencimentos do cargo isolado de Instrutor, do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 927, de 26 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr$ 14 439 600,00, para os fins que especifica".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 928, de 26 de janeiro de 1946 — "Cria cargo no Quadro Permanente do Ministério da Marinha".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 929, de 26 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o montepio militar de um lente da Escola Naval".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 930, de 26 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre o regime de férias do Tribunal Marítimo".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 931, de 26 de janeiro de 1946 — "Concede subvenção anual à União dos Escoteiros do Brasil".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 932, de 26 de janeiro de 1946 — "Altera as carreiras do Quadro Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 933, de 26 de janeiro de 1946 — "Reorganiza o Departamento Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 934, de 26 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre as sociedades mútuas de seguros sôbre a vida".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 935, de 26 de janeiro de 1946 — "Dá nova redação ao Decreto-lei n.º 2 680, de 7 de outubro de 1940 que reorganizou o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, e determina outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 936, de 26 de janeiro de 1946 — "Altera a tabela de taxas, anuidades e contribuições referentes aos atos de Propriedade Industrial".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 937, de 26 de janeiro de 1946 — "Autoriza a reorganização do Serviço Jurídico da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 938, de 26 de janeiro de 1946 — "Regula o regime de combate à peste e das práticas de anti e desratização em todo o país".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 939, de 26 de janeiro de 1946 — "Torna sem efeito o Decreto-lei n.º 8 706, de 17 de janeiro de 1946".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 940, de 26 de janeiro de 1946 — "Altera o disposto no art. 6.º e respectivo parágrafo único, do Decreto-lei n.º 3 532, de 21 de agôsto de 1941".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 941, de 26 de janeiro de 1946 — "Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Associação Protetora do Recolhimento de Desvalidos de Petrópolis do impôsto que menciona".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 942, de 26 de janeiro de 1946 — "Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Fundação Visconde de Cabo Frio do pagamento do impôsto que menciona".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 943, de 26 de janeiro de 1946 — "Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender ao Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A. o imóvel que menciona".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 944, de 26 de janeiro de 1946 — "Revoga os artigos 30 seus parágrafos; 31 e 32 e seu parágrafo único, do Decreto-lei n.º 157, de 31 de dezembro de 1937, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 945, de 26 de janeiro de 1946 — "Regula exames no curso ginasial".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 946, de 26 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a organização do Desporto Hípico Nacional".

"Diário Oficial" de 29-1-946.

Decreto-lei n.º 8 947, de 26 de janeiro de 1946 — "Isenta do pagamento de laudêmio os militares que tomaram parte nas operações de guerra".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 948, de 26 de janeiro de 1946 — "Altera a Tabela Numérica de Mensalista da Divisão do Pessoal Civil, da Diretoria do Pessoal da Armada, do Ministério da Marinha e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 949, de 26 de janeiro de 1946 — "Faz doação ao Sindicato dos Médicos no Estado da Bahia do terreno que menciona".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 950, de 26 de janeiro de 1946 — "Inclui 5 cargos de Guarda-Mor na carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda".

"Diário Oficial" de 4-2-946.

Decreto-lei n.º 8 951, de 28 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre depósito judicial e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 4-2-946.

Decreto-lei n.º 8 952, de 28 de janeiro de 1946 — "Prorroga por mais três dias o prazo a que se refere o art. 1.º, do Decreto-lei n.º 8 830, de 24 de janeiro de 1946, já anteriormente prorrogado pelo Decreto-lei n.º 8 915, de 26 de janeiro de 1946".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 953, de 28 de janeiro de 1946 — "Revigora o Decreto-lei n.º 7 930, de 3 de setembro de 1945 e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 954, de 28 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a proclamação dos deputados e senadores eleitos a 2 de dezembro de 1945".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 955, de 28 de janeiro de 1946 — "Cria o Entreposto Central do Leite em substituição à Comissão Executiva do Leite, criada pelo Decreto-lei n.º 2 384, de 10 de julho de 1940 e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 956, de 28 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 1 777 200,00, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 957, de 28 de janeiro de 1946 — "Autoriza a Estrada de Ferro Central do Brasil a conceder aumento de salário a seus servidores, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-1-946.

Decreto-lei n.º 8 958, de 28 de janeiro de 1946 — "Altera o art. 15 do Decreto n.º 3 695, de 6 de fevereiro de 1939".

"Diário Oficial" de 5-2-946.

Decreto-lei n.º 8 959, de 28 de janeiro de 1946 — "Dispõe sôbre a organização e o pessoal do Serviço de Navegação da Bacia do Prata".

"Diário Oficial" de 8-2-946.

Decreto-lei n.º 8 960, de 28 de janeiro de 1946 — "Cria funções gratificadas para o Instituto Agronômico do Sul, do S. N. P. A., do C. N. E. P. A., do Ministério da Agricultura e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 5-2-946.

Decreto-lei n.º 8 961, de 28 de janeiro de 1946 — "Altera a carreira de Prático de Engenharia do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 962, de 29 de janeiro de 1946 — "Transfere funcionários da carreira de oficial administrativo do Quadro Permanente para carreira idêntica do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 963, de 30 de janeiro de 1946 — "Revoga o Decreto-lei n.º 8 817, de 24 de janeiro de 1946".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 964, de 30 de janeiro de 1946 — "Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 4 042 537,30, para despesas decorrentes de reajustamento de preços unitários de serviços".

"Diário Oficial" de 1-2-946.

Decreto-lei n.º 8 965, de 2 de fevereiro de 1946 — "Prorroga por mais três dias o prazo a que se refere o art. 1.º do Decreto-lei n.º 8 830, de 24 de janeiro, já anteriormente prorrogado pelos Decretos-leis ns. 8 915 e 8 952, de 26 e 28 de janeiro de 1946, respectivamente".

"Diário Oficial" de 4-2-946.

Decreto-lei n.º 8 966, de 5 de fevereiro de 1946 — "Suspende a execução do Decreto-lei n.º 8 955, de 28 de janeiro de 1946 e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-2-946.

Decreto-lei n.º 8 967, de 6 de fevereiro de 1946 — "Concede o prazo de 15 dias para o pagamento das obrigações a que se refere o Decreto-lei n.º 8 830, de 24 de janeiro de 1946, prorrogado pelos Decretos-leis ns. 8 915, de 26 de janeiro de 1946, 8 952, de 28 de janeiro de 1946 e 8 965, de 2 de fevereiro de 1946".

"Diário Oficial" de 7-2-946".

Decreto-lei n.º 8 968, de 8 de fevereiro de 1946 — "Dispõe sôbre a direção do Aero-Clube do Brasil".

"Diário Oficial" de 11-2-946.

Decreto-lei n.º 8 969, de 9 de fevereiro de 1946 — "Torna extensivas nos vencimentos dos dias 10, 11, 12, e 13 de fevereiro corrente as disposições do art. 1.º do Decreto-lei n.º 8 967, de 6 de fevereiro de 1946, que regula a liquidação de obrigações prorrogadas, em conseqüência da greve dos bancários".

"Diário Oficial" de 11-2-946.

Decreto-lei n.º 8 974, de 13 de fevereiro de 1946 — "Restaura os Conselhos Administrativos".

"Diário Oficial" de 14-2-946.

Decreto-lei n.º 8 984, de 14 de fevereiro de 1946 — "Cria no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Jurídico, padrão L."

"Diário Oficial" de 15-2-946.

Decreto-lei n.º 8 985, de 14 de fevereiro de 1946 — "Autoriza a ocupação, pelo Govêrno Federal, das minas de São-Jerônimo e Butiá, no Estado do Rio-Grande-do-Sul".

"Diário Oficial" de 15-2-946.

Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 8 418, de 21 de dezembro de 1945

Isenta do pagamento de laudêmio a transferência de aforamento de terreno acrescido de marinha, que menciona, e do edifício nêle construído.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, atendendo ao que expôs o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, decreta:

Art. 1.º — Fica isenta do pagamento de laudêmio a transferência ajustada entre Antônio Leite e sua mulher e outros, como outorgantes promitentes vendedores, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como promitente outorgado comprador, do domínio útil do terreno acrescido de marinha designado por lote n.º 3, da quadra 8, da Esplanada do Castelo, com a área de trezentos e oitenta metros quadrados (380 m²), situado na rua projetada que liga as avenidas Perimetral e Aparício Borges, entre as avenidas Beira-Mar e Presidente Wilson, bem como do edifício que, sob a denominação de "Ouro Fino", foi construído no mesmo terreno e onde se acha instalada a sede do aludido Instituto.

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 21 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
J. Pires do Rio.

(D.O. — 24-12-1945).

*

Decreto-lei n.º 8 426, de 21 de dezembro de 1945

Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial de Cr$ 6 000 000,00, *para pagamento de auxílio.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito especial de seis milhões de cruzeiros (Cr$ 6 000 000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à despesa (Serviços e Encargos) com o auxílio previsto no art. 10 do Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março de 1942, relativamente à arrecadação da "Quota de Estatística" no exercício de 1944.

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 21 de dezembro de 1945 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
J. Pires do Rio.

(D.Q. — 24-12-945).

*

Decreto-lei n.º 8 463, de 27 de dezembro de 1945

Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, cria o Fundo Rodoviário Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que a estrada de rodagem, graças ao grau de perfeição já atingido pelo automóvel, representa hoje elemento de fundamental importância no sistema de viação interna de qualquer país;

Considerando que à União compete prover ao estabelecimento, conservação e melhoramento progressivo das estradas de rodagem de interêsse geral, o que, se em muitos casos poderá resultar da coordenação racional da ação dos Estados, em muitos outros exigirá a ação direta do Poder Central;

Considerando que à União interessa estimular a obra rodoviária dos Estados e, por meio dêstes, a dos Municípios;

Considerando que os Congressos Nacionais de Estradas de Rodagem e o 1.º Congresso Geral de Transportes recomendaram ao Govêrno que se conferisse autonomia financeira e administrativa ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

Considerando que a autonomia financeira é condição indispensável da autonomia administrativa, e consiste essencialmente em destinar determinadas rendas ou cotas de rendas à aplicação exclusiva a determinado serviço;

Considerando que o desenvolvimento rodoviário do Brasil, é, graças à imensidade do território pátrio, um trabalho gigantesco a desafiar a energia realizadora de muitas gerações;

Considerando que o regime de autonomia deve ter como corolário o da efetiva responsabilidade do pessoal encarregado da execução do serviço;

Considerando que a autonomia administrativa do Departamento não pode ser absoluta, mas deve enquadrar-se dentro de normas gerais prèviamente traçadas para as suas diversas atividades;

Considerando as atinências do problema rodoviário com os interêsses da defesa nacional, e

Considerando tudo o mais que lhe representou o Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas,

Decreta:

CAPÍTULO I

Dos fins e caráter do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

Art. 1.º — O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, entidade subordinada diretamente ao Ministro da Viação e Obras Públicas, é erigido em pessoa jurídica, com autonomia administrativa e financeira, e passa a reger-se pelas disposições do presente decreto-lei.

Parágrafo único — Neste decreto-lei são consideradas equivalentes as expressões "Departamento Nacional de Estradas de Rodagem" e "Departamento Nacional".

Art. 2.º — Ao Departamento Nacional, compete:

a) Executar os fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações, orçamentos, locação, construção e reconstrução e melhoramentos das estradas compreendidas no Plano Rodoviário Nacional, inclusive pontes e demais obras complementares;

b) conservar pemanentemente as estradas federais;

c) exercer a polícia do tráfego nas estradas federais;

d) realizar os estudos necessários à revisão periódica, pelo menos, de cinco em cinco anos, do Plano Rodoviário Nacional;

e) conceder e fiscalizar os serviços de transporte coletivo de passageiros nas estradas federais, de acôrdo com a legislação respectiva;

f) promover, sempre que necessário a revisão do Código Nacional do Trânsito;

g) auxiliar financeiramente os Estados, Territórios e Distrito-Federal, mediante as condições estabelecidas neste Decreto-lei, no desenvolvimento de sistemas rodoviários regionais;

h) organizar e manter atualizado, com a colaboração dos Estados, os mapas geral e parciais da rêde rodoviária do País;

i) coligir e coordenar, permanentemente, elementos informativos e dados estatísticos de interêsse para a administração rodoviária;

j) manter um serviço permanente de informações ao público sôbre itinerários, distâncias, condições técnicas, estado de conservação e recursos disponíveis ao longo das estradas do país, bem como sôbre serviços regulares de transporte rodoviário coletivo de passageiros e mercadorias;

l) prestar ao Govêrno tôdas as informações solicitadas sôbre assuntos relativos a viação rodoviária;

m) propor ao Govêrno as alterações do presente decreto-lei e tôdas as leis sôbre viação rodoviária que se fizerem necessárias, nomeadamente as relativas à entrada dos agentes das administrações rodoviárias nas propriedades públicas e particulares para a realização de estudos; a indenização de danos derivados dos estudos; as desapropriações; ao direito de vizinhança com as estradas de rodagem; a interferência das estradas com outros serviços públicos, de utilidade pública, ou de interêsse particular; a travessia de cidades e povoados por estradas federais e estaduais; o abandono e fechamento de estradas; a responsabilidade das administrações rodoviárias por acidentes conseqüentes de defeitos de construção e conservação das estradas; a responsabilidade civil dos transportadores rodoviários; a concessão de estradas de rodagem a emprêsas particulares; a concessões de serviços de transporte coletivo de passageiros; a responsabilidade civil e criminal por danos às estradas de rodagem e por crimes e contravenções contra a segurança de circulação, e a propriedade dos veículos;

n) divulgar, por meio de boletins e outras formas de publicidade, trabalhos de estradas de rodagem e estudos sôbre técnica, economia e administração rodoviária;

o) propor ao Govêrno a representação do Brasil em Congressos internacionais de estradas de rodagem;

p) promover, patrocinar ou auxiliar congressos nacionais de estradas de rodagem, bem como os internacionais que devam realizar-se no Brasil;

q) exercer quaisquer outras atividades compatíveis com as leis e tendentes ao desenvolvimento da viação rodoviária.

CAPÍTULO II

Da organização do Departamento

Art. 3.º — O Departamento Nacional terá a seguinte organização:

I — Órgãos deliberativos:

a) Conselho Rodoviário;
b) Conselho Executivo;

II — Órgão fiscal;

Delegação de contrôle.

III — Órgãos executivos:

a) Diretoria Geral;
b) Divisões e Serviços Técnicos;
c) Procuradoria Judicial;
d) Serviço de Administração.

Art. 4.º — O Conselho Rodoviário será constituído dos seguintes membros, todos brasileiros natos:

a) um presidente;
b) um representante do Estado Maior do Exército;
c) um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
d) um representante do Ministério da Fazenda;
e) um representante do Ministério da Agricultura;
f) um representante da Federação Brasileira de Engenheiros;
g) um representante da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil;
h) o diretor geral do Departamento.

§ 1.º — O presidente deverá ser engenheiro civil de reconhecida competência e idoneidade, estranho aos quadros do funcionalismo federal, de livre escolha do Presidente da República.

§ 2.º — Os membros mencionados nas alíneas b a g, serão nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação dos órgãos e entidades representados.

§ 3.º — O representante da Federação Brasileira de Engenheiros terá um mandato de três anos, não podendo o mesmo representante servir em dois períodos sucessivos.

Art. 5.º — Nas reuniões do Conselho, os chefes dos serviços rodoviários dos Estados, Territórios e Distritos Federal serão admitidos a participar, sem direito a voto, nos debates de assuntos de interêsse das respectivas circunscrições.

Art. 6.º — Com permissão ou a convite do Presidente, poderão participar das reuniões, sem direito a voto, pessoas julgadas capazes de contribuir para a elucidação das questões da alçada do Conselho Rodoviário.

Art. 7.º — A orientação superior do Departamento Nacional será exercida pelo Conselho Rodoviário, ao qual compete deliberar, por iniciativa própria ou do diretor geral, sôbre:

a) a regulamentação do presente decreto-lei;

b) as modificações do Plano Rodoviário Nacional;

c) o estabelecimento das condições técnicas mínimas, inclusive faixa de domínio, e trens-tipo para o cálculo das pontes e obras de arte correspondentes às diversas classes de estradas de rodagem;

d) os programas e orçamentos anuais de trabalho do Departamento apresentados pelo diretor geral;

e) as operações de crédito necessárias à execução dos programas anuais de trabalhos;

f) a aprovação dos planos rodoviários dos Estados, Territórios e Distrito Federal e dos programas anuais de aplicação dos auxílios financeiros federais;

g) a distribuição do Fundo Rodoviário Nacional nos têrmos dêste decreto-lei ;

h) a suspensão do auxílio financeiro a Estado, Território ou Distrito Federal, que deixe de satisfazer às condições para o seu recebimento;

i) a aprovação dos relatórios e prestações de contas anuais do diretor geral;

j) os contratos-padrões para a adjudicação de serviços, sob os diferentes regimes de execução;

l) o regimento do Departamento Nacional;

m) as tabelas numéricas de mensalistas e diaristas;

n) dúvidas de interpretação ou conseqüentes de omissões dêste decreto-lei;

o) ante-projetos de lei sôbre viação rodoviária.

Art. 8.º — As deliberações do Conselho Rodoviário serão tomadas por maioria relativa de votos dos membros presentes, cabendo ao presidente, no caso de empate, além do voto comum, o de desempate.

Parágrafo único. — O diretor geral não terá direito a voto nas deliberações a que se refere a alínea *i* do artigo anterior.

Art. 9.º — As deliberações do Conselho Rodoviário serão obrigatória e imediatamente submetidas à apreciação do ministro da Viação e Obras Públicas, ao qual cabe a decisão final sôbre as matérias constantes das alíneas *c, d, g, h, i, j* e *n,* e encaminhamento ao Presidente da República, devidamente informados, dos assuntos constantes das alíneas *a, b, e, f, l, m* e *o.*

Parágrafo único — Ter-se-ão por aprovadas as deliberações do Conselho Rodoviário em assuntos das alíneas *c, d, h, i, j* e *n,* desde que o ministro da Viação e Obras Públicas não as vete ou modifique até 30 dias após lhe serem encaminhadas à decisão.

Art. 10 — Ao representante do Estado Maior do Exército caberá o direito de recorrer, com efeito suspensivo, para o ministro da Viação e Presidente da República, conforme o caso, de qualquer decisão do Conselho que possa afetar a defesa ou a segurança militar do País.

Art. 11 — Os membros do Conselho Rodoviário perceberão uma gratificação de Cr$ 200,00 por sessão a que comparecerem, até o máximo de Cr$ 1 000,00 mensais.

Art. 12 — Formarão o Conselho Executivo:

a) o diretor geral do Departamento Nacional;

b) os chefes de divisões, secções e serviços técnicos;

c) o procurador judicial;

d) o chefe dos serviços aministrativos.

Art. 13 — Compete ao Conselho Executivo, além de outras funções que forem atribuídas no Regimento:

a) manifestar-se sôbre os assuntos mencionados nas alíneas de *a* a *h,* e de *j* a *o,* do art. 7.º.

b) baixar e rever, pelo menos de dois em dois anos, os manuais de instrução para os diversos serviços do Departamento Nacional;

c) julgar a classificação das propostas em concursos para a adjudicação de serviços nos diversos regimes de execução e, em última instância, os recursos interpostos por concorrentes;

d) resolver sôbre a adjudicação de serviços quando não aparecerem concorrentes;

e) propor motivadamente ao Presidente do Conselho Rodoviário a instauração de processo administrativo contra o diretor geral do Departamento Nacional, bem como a sua suspensão preventiva;

f) ordenar a instauração de processo contra qualquer funcionário do Departamento Nacional, quando o diretor geral já não o tiver feito pelo mesmo fato;

g) tomar conhecimento do andamento geral dos trabalhos do Departamento Nacional;

h) deliberar sôbre qualquer consulta que lhe fôr submetida pelo diretor geral.

Art. 14 — O Conselho Executivo reunir-se-á pelo menor uma vez por mês, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros que estiverem de serviço na sede central.

Art. 15 — Constituirão a Delegação de Contrôle:

a) um contador da Contadoria Geral da República;

b) um funcionário do corpo instrutivo do Tribunal de Contas;

c) um funcionário do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 16 — O ministro da Viação designará o funcionário do Departamento de Administração e solicitará da Contadoria Geral da República e do Tribunal de Contas, respectivamente, a designação dos outros membros da Delegação.

Art. 17 — À Delegação de Contrôle compete exercer a mais ampla fiscalização sôbre a administração financeira do Departamento Nacional, podendo, para êsse fim, examinar a qualquer tempo a escrituração e a documentação. O Regimento do Departamento Nacional atribuir-lhe-á, além de outras, as seguintes funções:

a) examinar e dar parecer sôbre os balancetes mensais e as prestações de contas apresentadas pelo diretor geral ao Conselho Rodoviário;

b) examinar todos os contratos do Departamento e aprovar os que estiverem conformes com as normas estabelecidas no Regulamento competente e aprovadas pelo Conselho Rodoviário;

c) exercer contrôle sôbre a aquisição, o arrendamento, o aluguel e alienação de materiais e outros bens patrimoniais;

d) responder com presteza a tôdas as consultas que o diretor do Departamento Nacional lhe formular sôbre assuntos de contabilidade e administração financeira.

Art. 18 — A Delegação de Contrôle comunicará ao diretor geral do Departamento, por escrito, qualquer irregularidade que encontrar, ficando o diretor obrigado a dar-lhe, dentro de 10 dias úteis, conhecimento das providências

que tiver tomado para sanar a irregularidade ou punir os responsáveis; se as irregularidades forem de responsabilidade do diretor, a Delegação de Contrôle comunica-las-á ao presidente do Conselho Rodoviário.

Art. 19 — Ao diretor geral compete:

a) elaborar e submeter ao Conselho Rodoviário os programas anuais e orçamentos de trabalhos, acompanhados dos respectivos estudos técnicos e econômicos;

b) dirigir e fiscalizar a execução dos programas de trabalhos do Departamento Nacional;

c) promover a apresentação pelos Estados, Territórios e Distritos Federal, dos respectivos planos rodoviários regionais e submetê-los, devidamente informados, à aprovação do Conselho Rodoviário;

d) opinar sôbre os programas de trabalhos a serem executados pelos Estados, Territórios e Distrito Federal com auxílio financeiro previsto neste decreto-lei e submetê-los à aprovação do Conselho Rodoviário;

e) representar o Departamento Nacional, ativa e passivamente, em juízo, pessoalmente ou por delegado expressamente designado;

f) ordenar pagamentos e autorizar suprimentos e adiantamentos regularmente processados;

g) movimentar, nos têrmos do regulamento competente, as contas do Departamento no Banco do Brasil;

h) assinar os contratos de serviços, obras e aquisições, prèviamente aprovados pelo Conselho Executivo;

i) apresentar ao Conselho Rodoviário, com parecer da Delegação de Contrôle, os balancetes mensais a tempo devido, com os pormenores necessários, os relatórios anuais e as prestações de contas do Departamento Nacional;

j) submeter, devidamente informados, a conhecimento e deliberação do Conselho Rodoviário, quaisquer outros assuntos da competência dêste;

l) submeter prontamente a conhecimento e deliberação do Conselho Executivo e da Delegação de Contrôle tôdas as matérias de competência êstes;

m) entender-se ou corresponder-se, diretamente, com quaisquer autoridades e entidades oficiais ou privadas, sôbre assuntos de interêsse do Departamento Nacional, menos com o Presidente da República;

n) presidir o Conselho executivo e participar do Conselho Rodoviário;

o) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Regimento.

Art. 20 — As atribuições das Divisões e Serviços Técnicos, da Procuradoria Judicial e dos Serviços de Administração serão estabelecidas no Regimento.

CAPÍTULO III

Da receita e da contabilidade do Departamento

Art. 21 — A receita do Departamento Nacional será formada com os seguintes recursos:

a) a quota que lhe cabe do Fundo Rodoviário Nacional, criado neste decreto-lei;

b) as dotações orçamentárias votadas pelo Congresso;

c) o produto de operações de crédito realizadas nos têrmos dêste decreto-lei ou em virtude de leis especiais;

d) o produto de juros de depósitos bancários de quantias pertencentes ao Departamento Nacional;

e) o produto de aluguéis de bens patrimoniais do Departamento Nacional;

f) o produto das multas por infrações ao Código Nacional de Trânsito cometidas na estradas federais e outras aplicadas pelo Departamento Nacional;

g) o produto da venda de material inservível ou da alienação de elementos patrimoniais do Departamento Nacional, que se tornarem desnecessários aos seus serviços;

h) renda de serviços e fornecimentos excepcionalmente prestados a outros departamentos públicos e a terceiros;

i) legados, donativos e outras rendas que, por sua natureza, devam competir ao Departamento Nacional.

Art. 22 — Os recursos da dotação orçamentária serão entregues pelo Tesouro Nacional, como suprimentos, e por duodécimos, até o dia 15 de cada mês, ao Departamento Nacional. êstes suprimentos independem de comprovação perante o mesmo Tesouro.

Art. 23 — As multas e outras rendas serão arrecadadas diretamente pelo Departamento Nacional.

Art. 24 — O Departamento Nacional terá um serviço completo de contabilidade de todo o seu movimento financeiro-orçamentário, industrial e patrimonial, que abrangerá:

a) documentação e escrituração das receitas;

b) o contrôle orçamentário;

c) a documentação e escrituração das despesas pagas ou a pagar;

d) o preparo, processo e recebimento das contas de fornecimentos e serviços prestados a terceiros;

e) processo e pagamento das contas de fornecimentos e serviços recebidos;

f) preparo, processo e pagamento das contas de medições de obras contratadas;

g) o registro do custo global e analítico dos diversos serviços e obras;

h) o registro dos valores patrimoniais e o levantamento periódico do seu inventário e estado.

Art. 25 — A contabilidade financeiro-orçamentária será organizada de modo a registrar a previsão e arrecadação das receitas do Departamento Nacional, as verbas e consignações do orçamento anual aprovado pelo Conselho Rodoviário e ministro da Viação e Obras Públicas, as autorizações de despesas emitidas pelo diretor geral e os correspondentes empenhados de verbas.

Art. 26 — A contabilidade industrial terá por fim estabelecer os custos dos estudos, das construções e melhoramentos das estradas, das aquisições de outros bens patrimoniais, da conservação das estradas e de outros serviços do Departamento Nacional, bem como o desdobramento analítico dos custos das diversas fases ou partes dessas obras, aquisições e serviços, segundo uma subdivisão adequada e uniforme.

Art. 27 — Os balanços anuais do Departamento Nacional aprovados pelo Conselho Rodoviário e ministro da Viação e Obras Públicas serão, em tempo próprio, enviados à Contadoria Geral da República para pubicação conjuntamente com os balanços gerais da União.

CAPÍTULO IV

Do fundo rodoviário nacional

Art. 28 — Fica criado o Fundo Rodoviário Nacional, destinado à construção, conservação e melhoramentos das rodovias compreendidas no Plano Rodoviário Nacional e a auxílio federal aos Estados, Territórios e Distrito Federal para a execução dos sistemas rodoviários regionais respectivos.

Art. 29 — O Fundo Rodoviário Nacional será constituído pelo produto do impôsto único federal sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos minerais, importados e produzidos no país, criado pelo Decreto-lei n.º 2 615, de 21 de setembro de 1940, ficando extinto o Fundo Rodoviário dos Estados e Municípios criado pelo aludido decreto-lei.

Art. 30 — A renda do impôsto único federal referido no artigo anterior será recolhida ao Banco do Brasil, em conta especial sob a denominação Fundo Rodoviário Nacional, à ordem e disposição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 31 — Do Fundo Rodoviário Nacional 40 % (quarenta por cento) constituirão receita do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e os 60 % (sessenta por cento) restante serão reteados entre os Estados, Territórios e Distrito Federal da seguinte forma:

36 % proporcionalmente ao consumo de combustíveis e lubrificantes líquidos;

12 % proporcionalmente à população;

12 % proporcionalmente à superfície.

CAPÍTULO V

Do auxílio financeiro aos Estados

Art. 32 — Para participarem do auxílio estabelecido no artigo anterior deverão os Estados:

a) ter um Departamento ou Repartição de Estradas de Rodagem em moldes aprovados pelo Departamento Nacional;

b) subordinar as suas atividades a um plano rodoviário elaborado e periòdicamente revisto de acôrdo com o Departamento Nacional;

c) dar execução sistemática a êsse plano mediante programas anuais prèviamente aprovados pelo Departamento Nacional;

d) adotar a classificação de estradas e os trens-tipos para o cálculo de pontes e obras de arte estabelecido pelo Departamento Nacional;

e) submeter à aprovação do Departamento Nacional os planos de operações de crédito, quando garantidas pela quota do Fundo Rodoviário Nacional;

f) aplicar integralmente em estradas de rodagem:

1.º) a quota que lhes couber do Fundo Rodoviário Nacional;

2.º) a receita de quaisquer tributos estaduais que incidam sôbre o automobilismo e o transporte rodoviário e mais a dotação orçamentária que com a receita aludida, perfaça, no mínimo, importância equivalente a 50 % do montante do auxílio federal;

3.º) o produto das taxas de melhoria dos terrenos marginais às rodovias, se as houver;

4.º) o produto das multas por contravenções ao Código Nacional do Trânsito, cometidas nas rodovias estaduais:

5.º) o produto de operações de crédito realizadas com a garantia das receitas a que se refere esta alínea.

g) prestar assistência técnica aos municípios no planejamento e execução de estradas e caminhos municipais.

Art. 33 — Os Estados ficam obrigados a provar ao Departamento Nacional o cumprimento das condições do artigo anterior, a prestar-lhe anualmente contas pormenorizadas da aplicação das quotas do Fundo Rodoviário Nacional que lhes forem distribuídas, acompanhadas de relatório sôbre o andamento da execução de seus respectivos planos rodoviários.

Art. 34 — O Departamento Nacional poderá conhecer diretamente das atividades rodoviárias estaduais, a fim de verificar o cumprimento das condições para o recebimento do auxílio financeiro, cumprindo aos Estados facilitar-lhe os meios necessários a êsse fim, e ainda dar-lhe conhecimento de tôdas as leis, decretos e regulamentos que se referirem a tributos incidentes sôbre o automobilismo e o transporte rodoviário.

Art. 35 — O não cumprimento das condições estabelecidas nos três artigos anteriores importará na suspensão do auxílio financeiro federal, mediante prévia notificação, ressalvado ao Estado o direito de recursos ao ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 36 — Enquanto os recursos mencionados no art. 32, alínea *f*, não atingirem a importância global de Cr$ 5 000 000.00 (cinco milhões de cruzeiros) anuais, fica o Estado dispensado da exigência constante da alínea *a*, do mesmo artigo, e o Departamento Nacional tomará a si o encargo de aplicar a respectiva quota do auxílio federal na execução do plano rodoviário estadual.

Art. 37 — As quotas de auxílio financeiro federal distribuídas aos Estados poderão ser sacadas diretamente do Banco do Brasil, por trimestre vencido, acrescidas dos respectivos juros, de acôrdo com autorização de diretor geral do Departamento Nacional, dada em relação discriminativa organizada pelo Conselho Rodoviário.

Art. 38 — Reverterão ao Departamento Nacional as quotas do auxílio financeiro federal do Estado que, notificado da suspensão do auxílio, não regularizar a sua situação no prazo de seis meses.

Art. 39 — O Distrito Federal e os Territórios Federais ficam equiparados a Estados para o efeito e recebimento do auxílio financeiro, não se lhes aplicando, porém, o art. 32.

Art. 40 — As condições para o Distrito e os Territórios Federais receberem o auxílio financeiro serão fixadas em acordos especiais entre o Departamento Nacional e os respectivos governos, aprovados pelo Conselho Rodoviário e pelo ministro da Viação e Obras Públicas.

CAPÍTULO VI

Do pessoal

Art. 41 — O pessoal do Departamento Nacional será constituído de contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros, sem prejuízo do exercício regular e direitos dos funcionários do Quadro I e do Ministério da Viação e Obras Públicas, lotados, na data dêste decreto-lei, no Departamento Nacional, cujos cargos de menor vencimentos, quando de carreira, e os isolados, irão sendo suprimidos à medida que vagarem.

Art. 42 — O orçamento da despesa do Departamento Nacional consignará, separadamente, as importâncias destinadas ao pagamento dos contratados, mensalistas. diaristas e tarefeiros, funções gratificadas e dos funcionários ainda existentes.

Art. 43 — Anualmente será submetida à aprovação do Presidente da República a tabela numérica de mensalistas e diaristas.

Art. 44 — O Conselho Rodoviário elaborará o Regulamento do Pessoal do Departamento Nacional, a ser expedido pelo Presidente da República.

Art. 45 — O Departamento Nacional, mediante acordos, aprovados pelo Conselho Rodoviário, poderá delegar aos Estados cujos departamentos rodoviários satisfaçam às exigências do art. 32 dêste decreto-lei, os encargos dos estudos, construção, conservação e polícia das

estradas compreendidas no Plano Rodoviário Nacional, bem como os de concessão e fiscalização dos serviços de transporte coletivo de passageiros nessas estradas.

Art. 46 — Objetivando a uniformidade de orientação e o constante progresso da técnica e administração rodoviárias, o Departamento Nacional promoverá anualmente uma reunião dos diretores e técnicos dos serviços rodoviários estaduais para exposição e discussão amplas de realizações, métodos de trabalho e estudos técnicos e teóricos e experimentais.

Art. 47 — Ficam isentos de direitos de importação e demais taxas aduaneiras as máquinas e veículos que o Departamento Nacional adquira para a construção e conservação de estradas de rodagem, pontes e demais obras de arte.

Art. 48 — Ficam subordinados ao Departamento Nacional tôdas as Comissões, atualmente incumbidas de serviços de estradas de rodagem federais, integrantes do Plano Rodoviário Nacional, devendo-se estender elas os mesmos métodos e processos que prevaleçam para os demais serviços do Departamento Nacional.

Art. 49 — Ficam os Institutos de Previdência Social autorizados a realizar operações de crédito com o Departamento Nacional, com garantia da quota do Fundo Rodoviário Nacional, que lhe foi atribuída neste decreto-lei.

Parágrafo único — Esses operações serão realizadas à taxa máxima de juros de 7 % ao ano e prazo de 20 anos, não podendo os encargos anuais relativos ao serviço de juros e amortização de empréstimo ser superior a 50 % da quota do Fundo Rodoviário que cabe ao Departamento Nacional.

Art. 50 — Observadas as limitações do parágrafo único do artigo precedente, o Presidente da República poderá autorizar o Departamento Nacional a realizar operações de empréstimo em estabelecimentos de crédito nacionais ou estrangeiros.

Art. 51 — O produto das operações de crédito realizadas pelo Departamento Nacional só poderá ser empregado em obras novas e aquisições de máquinas para a construção de estradas, devendo observar-se sempre que possível que o prazo do empréstimo não seja superior à duração dessas obras ou à vida econômica das máquinas.

Parágrafo único — Em nenhum caso as obras de conservação de estradas poderão ser consideradas obras novas.

Art. 52 — Se o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem vier a ser extinto, passarão para a União todos os direitos e obrigações decorrentes dos atos por êle praticados.

Art. 53 — As transações do Departamento Nacional se farão mediante os mesmos instrumentos, as mesmas formalidades, perante os mesmos ofícios e registros públicos e sob os mesmos regimentos de custas e emolumentos aplicáveis aos atos da mesma natureza, praticados pela Fazenda Nacional; nos Correios, Telégrafos, Alfândegas e emprêsas de transporte e de serviços de utilidade pública gozará o Departamento Nacional das mesmas vantagens que competirem a outros serviços públicos federais.

Art. 54 — Para as causas judiciais em que fôr parte o Departamento Nacional, será competente o mesmo fôro dos feitos da Fazenda Nacional.

Art. 55 — Ao ser aprovado, nos têrmos dêste decreto-lei, o projeto de construção de uma rodovia federal, fica declarada de utilidade pública a faixa de domínio correspondente.

Parágrafo único — Se, dentro do prazo de cinco anos, da data de aprovação do projeto, o Departamento Nacional não tiver promovido a desapropriação, dar-se-á caducidade da declaração de utilidade pública.

Art. 56 — São declarados de utilidade pública, para seu aproveitamento pelo Departamento Nacional, as pedreiras, os depósitos de areias ou outros quaisquer materiais necessários às obras das estradas, situadas nas proximidades destas, desde que não se encontrem em exploração comercial.

CAPÍTULO VII

Disposições transitórias

Art. 57 — A regulamentação do presente decreto-lei poderá ser feita por partes, de conformidade com as exigências dos serviços.

Art. 58 — Enquanto não fôr expedida a regulamentação do presente decreto-lei, os casos urgentes dela dependentes serão, sob proposta do diretor geral, resolvidos, em caráter provisório, pelo Conselho Rodoviário, cujas decisões subirão, conforme o disposto no artigo 9.º, à aprovação do ministro da Viação e Obras Públicas ou do Presidente da República.

Art. 59 — Até a expedição do novo Regimento do Departamento Nacional, continuará vigorando o aprovado pelo Decreto n.º 20 164, de 7 de dezembro de 1945.

Art. 60 — Enquanto não estiver constituído o Conselho Rodoviário, suas atribuições serão exercidas pelo ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 61 — O Conselho Rodoviário se considerará constituído e entrará no exercício de suas funções na data em que se acharem regularmente nomeados o presidente e a maioria de seus membros.

Art. 62 — Nos quatro primeiros anos da vigência dêste decreto-lei, o Fundo Rodoviário Nacional, de que tratam os artigos 28 e 29, será constituído sucessivamente de 60 %, 70 %, 80 % e 90 % do produto do impôsto único federal sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos minerais, importados e produzidos no País.

Art. 63 — Continuam em vigor, com as mesmas destinações os saldos dos créditos especiais abertos em favor do Departamento Nacional e de outras obras rodoviárias federais, que passarem à sua administração.

Art. 64 — As estradas de rodagem, situadas no Nordeste, compreendidas no Plano Rodoviário Nacional e atualmente a cargo da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas passarão, dentro de cinco anos, à jurisdição do Departamento Nacional, cabendo à Inspetoria ajustar nesse prazo, a organização de seus serviços, tendo em vista êsse objetivo.

Art. 65 — Na vigência do prazo de que trata o artigo anterior, o Departamento Nacional poderá delegar à Inspetoria Federal os encargos que lhe são cometidos pelo art. 36, do presente decreto-lei.

Art. 66 — O Departamento Nacional poderá prosseguir, até atingir a primeira cidade, qualquer obra rodoviária já iniciada, anda que não conste do Plano Rodoviário Nacional.

Art. 67 — As atividades do Departamento Nacional se concentrarão inicialmente na execução do programa de construções e melhoramentos das rodovias federais consideradas de primeira urgência, constante da relação que com êste baixa, assinada pelo ministro da Viação e Obras Públicas, visando a sua conclusão no prazo de cinco anos.

Art. 68 — Durante a execução do programa a que se refere o artigo anterior, os Estados, Territórios e Distrito Federal ficam obrigados, a juízo do Departamento Nacional, a aplicar até 30 % (trinta por cento) das quotas do auxílio federal que lhes tocarem, nas obras do referido plano, executadas em seus respectivos territórios.

Art. 69 — Êste decreto-lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 1946.

Art. 70 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
Maurício Joppert da Silva.
A. de Sampaio Dória.
J. Pires do Rio.

Programa de construções e melhoramentos de primeira urgência dos troncos do plano Rodoviário Nacional, a que se refere o art. 57, do Decreto-lei n.º 8 463, de 27 de dezembro de 1945.

Rodovia Getúlio Vargas, construção do trecho Lajes a Curitiba;

Rodovia Transversal do Paraná, construção do trecho Prudentópolis a Iguaçu;

Rodovia Transversal do Rio-Grande-do-Sul, construção do trecho Pôrto-Alegre a Uruguaiana;

Rodovia Getúlio Vargas, construção do trecho Teófilo Otôni a Feira de Sant'Ana;

Rodovia Getúlio Vargas, construção do trecho Jaguarão a Pôrto-Alegre;

Rodovia Getúlio Vargas, reconstrução do trecho Rio a São-Paulo;

Ligação São-Paulo - Belo-Horizonte, construção de tôda a ligação;

Rodovia Getúlio Vargas, reconstrução e melhoramentos do trecho São-Paulo a Capela-da-Ribeira;

Rodovia Getúlio Vargas melhoramentos do trecho Capela-da-Ribeira a Curitiba;

Rodovia Getúlio Vargas, melhoramentos do trecho Lajes a Pôrto-Alegre;

Rodovia Getúlio Vargas, Melhoramentos do trecho Rio-de-Janeiro a Areal;

Rodovia Transversal do Paraná melhoramentos do trecho Curitiba a Prudentópolis;

Rodovia Getúlio Vargas, reconstrução e melhoramentos no trecho Areal a Teófilo Otôni;

Rodovia Getúlio Vargas, melhoramentos do trecho Belém (Pernambuco) a Fortaleza;

Rodovia Transversal do Paraná, melhoramentos do trecho Paranaguá-Curitiba.

"Diário Oficial" de 29-12-945.

★

Decreto-lei n.º 8 486, de 28 de dezembro de 1945

Dispõe sôbre a reorganização da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas (I. F. O. C. S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (D. N. O. C. S.)

(Publicado no *Diário Oficial* de 2 de janeiro de 1946)

Retificações

Na 4.ª coluna, pág. 4.
Onde se lê:
9 de Ajudante de Chefe de Distrito e de Serviço (de Estudos, Agro-Industrial e de Piscicultura) com Cr$ 7 000,00 anuais.

Leia-se:
9 de Ajudante de Chefe de Distrito e de Serviço (de Estudos, Agro-Industrial e de Piscicultura) com Cr$ 7 800,00 anuais.

(D.O. — 17-1-946).

★

*** Decreto-lei n.º 8 620, de 20 de janeiro de 1946**

Dispõe sôbre a regulamentação do exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, regida pelo Decreto n.º 23 510, de 11 de dezembro de 1933, e dá outras providências.

Retificação à publicação feita no *Diário Oficial* de 12 de janeiro de 1946.

Art. 38 — Em vez do que está, leia-se — Revogam-se as disposições em contrário, entrando o presente decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

D.O. — 24-1-946).

★

Decreto-lei n.º 8 689, de 16 de janeiro de 1946

Encorpora o Museu Nacional à Universidade do Brasil e dá outras providências.

O Presidente da República, tendo em vista o disposto no art. 3.º, do Decreto-lei n.º 8 393, de 17 de dezembro de 1945, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica encorporado à Universidade do Brasil o Museu Nacional, de que trata o Decreto-lei n.º 2 974, de 23 de janeiro de 1941

Art. 2.º — Enquanto não fôr deliberado em contrário pelos órgãos próprios da Universidade do Brasil, a direção do Museu continuará a ser em comissão.

Parágrafo único — A encorporação compreende o pessoal e os bens móveis e imóveis pertencentes ao Museu.

Art. 3.º — O Ministério da Educação e Saúde providenciará para que sejam entregues à Universidade do Brasil, na forma por que dispõe o art. 23 do Decreto-lei n.º 8 393, de 17 de dezembro de 1945, os saldos das dotações orçamentárias destinadas no corrente exercício, ao Museu Nacional.

Parágrafo único — O material já encomendado para o Museu, e recebido na vigência do presente decreto-lei, será entregue ao mesmo Museu ou ao órgão de material que a Reitoria da Universidade do Brasil indicar.

Art. 4.º — Aplica-se ao pessoal do Museu o disposto no art. 26, do Decreto-lei n.º 8 393, de 17 de dezembro de 1945.

Art. 5.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 16 de janeiro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES
Raul Leitão da Cunha.

(D.O. — 22-1-946).

★

Decreto-lei n.º 8 731, de 18 de janeiro de 1946

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 1 025 000,00, para atender às despesas com o prosseguimento dos trabalhos de aumento e melhoria do carvão nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 1 025 000,00 (um milhão e vinte e cinco mil cruzeiros) para ocorrer às despesas (Serviços e Encargos) com o prosseguimento dos trabalhos de aumento e melhoria do carvão nacional a cargo do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 18 de janeiro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES
Teodureto de Camargo
J. Pires do Rio.

(D.O. — 22-1-946).

*

Decreto-lei n.º 8 733, de 18 de janeiro de 1946

Autoriza a mudança de nomes de distritos do Estado do Rio-de-Janeiro para que se homenageie a memória dos engenheiros Paulo de Frontin e Sampaio Correia.

O Presidente da República, considerando que os engenheiros André Gustavo Paulo de Frontin e José Matoso Sampaio Correia se creditaram à benemerência nacional, por inúmeros e notáveis serviços em mais de um ramo a que prestaram o concurso de sua competência multiforme;

Considerando que a perpetuação dos nomes dêsses ilustres brasileiros nas ferrovias em que aplicaram seus esforços constitui justa homenagem; e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o govêrno do Estado do Rio-de-Janeiro a mudar o nome do distrito de "Soledade do Rodeio", ex-Rodeio, do município de Vassouras, para "Engenheiro Paulo de Frontin", como igualmente a substituir o nome do distrito de "Maranguá", no município de Saquarema para "Sampaio Correia";

Art. 2.º — O diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil providenciará, logo após a assinatura do decreto-lei do govêrno do Estado do Rio-de-Janeiro previsto no artigo anterior, para que as estações dessa Estrada e da Estrada de Ferro Maricá prontamente passem a ter os novos nomes dos distritos a que servem, memorativos daqueles ilustres personagens brasileiros;

Art. 3.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, em 18 de janeiro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES
Maurício Joppert da Silva
Teodureto de Camargo.

(D.O. — 19-1-946).

*

Decerto-lei n.º 8 748, de 21 de janeiro de 1946

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 2 000 000,00, para atender a despesas com o I Congresso Pan-Americano de Minas e Geologia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas (Conselho Nacional de Minas e Metalurgia) o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr$ 2 000 000,00), para atender às despesas, (Serviços e Encargos) com a realização, no Rio-de-Janeiro, em outubro de 1946, do II Congresso Pan-Americano de Minas e Geologia.

Art. 2.º — Êste decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 21 de janeiro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES
Maurício Joppert da Silva
J. Pires do Rio.

(D.O. — 24-1-946).

*

Decreto-lei n.º 8 820, de 24 de janeiro de 1946

Modifica o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4 292, de 7 de maio de 1942.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4 292, de 7 de maio de 1942, fica assim redigido:

Sòmente poderão ser fornecidos ao Conselho Nacional do Petróleo e aos Ministérios militares as informações e dados estatísticos relativos ao abastecimento e ao armazenamento do petróleo e seus derivados, os quais serão ministrados ou divulgados pelo Conselho Nacional do Petróleo quando conveniente.

Art. 2.º — O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 24 de janeiro de 1946, 125.º do Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES
A. de Sampaio Dória
Jorge Dodsworth Martins.

(D.O. — 26-1-946).

*

Decreto-lei n.º 8 836, de 24 de janeiro de 1946

Dá a designação "Professor João Filipe" à estação "Fortaleza", da Rêde de Viação Cearense.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e considerando os relevantes serviços prestados à pátria pelo notável cidadão brasileiro que foi o professor João Filipe, tanto em seu Estado natal — Ceará — na Estrada de Ferro Baturité, como, mais tarde, na qualidade de diretor geral dos Telégrafos, de prefeito do Distrito Federal, de ministro de Estado da Viação

e Obras Públicas e de ministro de Estado das Relações Exteriores, decreta:

Art. 1.º — Passa a denominar-se "Professor João Filipe", em homenagem ao insigne homem público do mesmo nome, a estação "Fortaleza", da Rêde de Viação Cearense, na capital do Estado do Ceará.

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 24 de janeiro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES
Maurício Joppert da Silva.

(D.O. 25-1-946).

★

Decretos

Decreto n.º 20 494, de 24 de janeiro de 1946

Aprova projeto e orçamento para construção do edifício sede do Laboratório de Hidráulica Experimental do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a* da Constituição, decreta:

Artigo único — Ficam aprovados o projeto e orçamento, na importância de Cr$ 4 211 745,50 (quatro milhões duzentos e onze mil setecentos e quarenta e cinco cruzeiros e cinqüenta centavos), que com êste baixam, devidamente rubricados, para a construção do edifício sede do Laboratório de Hidráulica Experimental, do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, na ponta do Caju, correndo a despesa, com o início da obra de que se trata, à conta do orçamento do "Plano de Obras e Equipamento", para o exercício de 1946 (Subconsignação 03-01-34-a, consignação II — Obras isoladas).

Rio-de-Janeiro, 4 de janeiro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES
Maurício Joppert da Silva.

(D.O. — 26-1-946).

*** Decreto n.º 20 540, de 28 de janeiro de 1946**

Aprova o Regimento do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra *a* da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regimento do Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) que, assinado pelo ministro de Estado da Viação e Obras Públicas, com êste baixa.

Art. 2.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 28 de janeiro de 1946. 125.º da Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES
Maurício Joppert da Silva.

(D.O. — 5-2-946).

---

* O Regimento do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, será publicado oportunamente.

★

Atos diversos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Departamento Administrativo do Serviço Público

Exposição de Motivos

N.º 2 440 — Em 21 de dezembro de 1945 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O senhor ministro da Agricultura submete à consideração de V. Ex.ª, por intermédio dêste Departamento, o processo incluso, relativo ao prosseguimento das obras do Parque Nacional do Iguaçu.

2. Êsses trabalhos foram autorizados por despacho exarado na Exposição de Motivos n.º 755, dêste Departamento.

3. Realizada a concorrência administrativa para a escolha do empreiteiro, uma única firma compareceu, precisamente a mesma que teve a seu cargo as obras anteriormente levadas a efeito no referido Parque.

4. Na opinião dêste Departamento, os totais estipulados por essa firma são extraordinàriamente elevados, ficando o Govêrno Federal, caso seja aceita essa proposta, obrigado a investir nas mencionadas obras a importância de Cr$ 9 906 842,20 (nove milhões novecentos e seis mil oitocentos e quarenta e dois cruzeiros e vinte centavos), sem contar as despesas com estradas e outros serviços.

5. Julga êste Departamento excessivo tal compromisso, embora admita as dificuldades que oneram a construção em local tão remoto, opinando portanto, pelo adiamento das obras do Parque até que as circunstâncias permitam conseguir maior número de empreiteiros interessados nos serviços bem como maiores facilidades de transporte e de mão de obra.

6. Nestas condições, ao encaminhar a V. Ex.ª o processo em aprêço, tem êste Departamento a honra de sugerir seja aguardada época mais oportuna para o prosseguimento das obras do Parque Nacional do Iguaçu.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos do meu mais profundo respeito.

Abílio Mindêlo Baltar, Diretor geral.
Aprovado, em 27-12-945. — *Linhares.*

(D.O. — 17-1-946).

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Gabinete do Ministro

N.º 217 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O Serviço de Meteorologia movimenta freqüentemente vários funcionários técnicos para inspecionar e instruir o pessoal de centenas de estações meteorológicas distribuídas por todo o território nacional.

2. A locomoção dêsses servidores torna-se sempre difícil quando se verifica a inexistência de transportes marítimos ou por via férrea, restando-lhes apenas o recurso de se valerem da condução por meio de lanchas, pequenas embarcações, viaturas particulares ou condução animal, o que também se verifica com relação ao transporte de bagagens e de materiais de várias espécies para provimento de numerosos postos meteorológicos.

3. Tais circunstâncias têm aconselhado a utilização do regime de adiantamentos, como solução mais rápida para o satisfatório atendimento dos serviços.

4. No atual exercício o Serviço de Meteorologia dispõe da dotação de Cr$ 100 000,00, para fazer face às despesas da natureza das que são aqui mencionadas e se enquadram à conta da verba 2 — Material — Consignação III — subconsignação 41.

5. À vista do exposto tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência se digne autorizar que o referido Serviço, no exercício corrente, a exemplo do que se procedeu no ano próximo findo atenda por meio de adiantamentos recebidos na Tesouraria do Ministério da Agricultura, de acôrdo com o disposto no art. 267, letra b do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do mais profundo respeito.

Em 24 de janeiro de 1946. — *Teodureto de Camargo.*

De acôrdo — 25-1-46 — LINHARES.

(D.O. — 9-2-946).

*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Portaria n.º 38, de 22 de janeiro de 1946

Dispõe sôbre a matéria de que trata o item III do art. 18 do Decreto-lei n.º 4 073, de 30 de janeiro de 1942.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, atendendo ao disposto no art. 18 do Decreto-lei n.º 4 073, de 30 de janeiro de 1942, resolve:

Art. 1.º — O diploma de conclusão de curso técnico, a que se refere o item III, art. 18, do Decreto-lei n.º 4 073, de 30 de janeiro de 1942, permite ao seu portador inscrever-se no concurso de habilitação para matrícula em curso superior relacionado ao diploma, da seguinte forma:

I. Diploma de técnico em máquinas e motores, curso de engenheiro industrial, modalidade mecânica.

II. Diploma de técnico em eletro-técnica. curso de engenheiro eletricista.

III. Diploma de técnico em edificações, curso de arquitetura ou de engenharia civil.

IV. Diploma de técnico em pontes e estradas, curso de engenharia civil.

V. Diploma de técnico em química industrial, curso de química industrial.

VI. Diploma de técnico em mineração, curso de engenharia de minas.

VII. Diploma de técnico em desenho cartográfico, topográfico e de obras de arte, curso de engenheiro geógrafo.

VIII. Diploma de técnico em desenho (de máquinas e eletrotécnica), curso de engenharia industrial, modalidade mecânica.

IX. Diploma de técnico em desenho (móveis e arquitetura), curso de arquitetura.

X. Diploma de técnico em artes aplicadas ou em decorações interiores, curso de pintura ou de escultura.

Art. 2.º — A fim de que possam ser válidos para a inscrição no exame de habilitação, de que trata o artigo anterior, os diplomas de cursos técnicos deverão estar devidamente registrados na Diretoria do Ensino Industrial.

Art. 3.º — As exigências relativas ao concurso de habilitação são as mesmas exigíveis dos demais candidatos.

Rio-de-Janeiro, 22 de janeiro de 1946. — *Raul Leitão da Cunha.*

(D.O. — 25-1-946).

*

Portaria n.º 44, de 22 de janeiro de 1946

Dispõe sôbre concessão de bôlsas de estudos para o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 7.º e parágrafo único, do Decreto-lei n.º 6 689, de 13 de julho de 1944, e atendendo ao que lhe propôs o diretor do Museu Histórico Nacional.

Resolve:

Art. 1.º — E' fixado em onze (11) o número de bôlsas de estudos para o Curso de Museus, sendo 10 (dez) para o 1.º ano e 1 (uma) para o 2.º ano, de acôrdo com a seguinte discriminação:

1.º ano — Ceará (1); Bahia (1); Pernambuco (2); São-Paulo (2); Rio-Grande-do-Sul (2); Minas-Gerais (2).

2.º ano — Bahia (1).

Art. 2.º — O valor da bôlsa será de quinhentos cruzeiros (Cr$ 500,00) mensais, pagos por mês vencido, durante os dez meses da duração do Curso.

Art. 3.º — As passagens de ida e volta dos beneficiários correrão por conta do Govêrno Federal.

Art. 4.º — Os bolsistas ficarão submetidos ao mesmo regime escolar estabelecido no Regulamento do Curso de Museus, aprovado pelo Decreto n.º 16 078, de 13 de julho de 1944, para os outros alunos.

Art. 5.º — Os bolsistas só receberão o benefício mensal vencido, quando houverem freqüentado pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de aulas, exercícios, visitas ou trabalhos obrigatórios.

Rio-de-Janeiro, em 22 de janeiro de 1945. — *Raul Leitão da Cunha.*

(D.O. — 29-1-945).

*

Decretos de 24 de janeiro de 1946

O Presidente da República resolve

Designar:

Tendo em vista o que consta do processo n.º 7 751, de 1946, do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde:

Fernando Antônio Raja Gabaglia, professor catedrático (C.P. II), padrão M, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para exercer a função de membro do Conselho Nacional de Educação, na vaga verificada com a dispensa de Raul Leitão da Cunha.

(D.O. — 29-1-946).

★

Portaria n.º 52, de 28 de janeiro de 1946

Expede os programas de português, matemática, geografia e história do Brasil, para os exames de admissão ao curso comercial básico.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, de acôrdo com o que estabelece o art. 16 do Decreto n.º 14 373, de 28 de dezembro de 1943, resolve expedir os anexos programas de português, matemática, geografia e história do Brasil, para os exames de admissão ao curso comercial básico nos estabelecimentos de ensino comercial equiparados e reconhecidos.

Rio-de-Janeiro, 28 de janeiro de 1946. — *Raul Leitão da Cunha.*

PROGRAMA PARA OS EXAMES DE ADMISSÃO AO CURSO COMERCIAL BÁSICO

PORTUGUÊS

Leitura e interpretação de um trecho, de 25 a 30 linhas, de escritor nacional contemporâneo; êsse trecho será tomado como base para que se interrogue o aluno sôbre:

a) vogais, consoantes, grupos vocálicos, grupos consonantais, sílaba, vocábulo, acento tônico, regras principais de acentuação gráfica;

b) conhecimento geral das categorias gramaticais; análise léxica;

c) exercícios sôbre as flexões de gênero, número e grau;

d) conjugação completa dos verbos regulares e dos auxiliares; noção do verbo defectivo;

e) exercícios de sinônimos, antônimos e homônimos.

MATEMÁTICA

Número. Algarismos arábicos e romanos.

Numeração decimal: unidade das diversas ordens, leitura e escrita dos números inteiros.

Operações fundamentais sôbre números inteiros. Prova real e prova dos nove.

Divisibilidade por 10, 2, 5, 3 e 9.

Número primo. Decomposição de um número em fatôres primos.

Máximo divisor comum.

Fração ordinária. Fração própria e imprópria. Número misto. Extração de inteiros.

Simplificação de frações e redução ao mesmo denominador. Comparação de frações.

Números decimais. Operações sôbre números decimais.

Conversão das frações ordinárias em decimais e vice-versa.

Exercícios fáceis sôbre expressões em que entrem frações ordinárias e decimais, para a aplicação das regras de conversão e das operações.

Noções do sistema métrico decimal. Metro; metro quadrado e metro cúbico; múltiplos e submúltiplos. Litro; múltiplos e submúltiplos. Gramas; múltiplos e submúltiplos. Sistema monetário brasileiro.

Resolução de problemas simples sôbre tôda a matéria indicada.

GEOGRAFIA

Principais denominações dadas aos acidentes geográficos.

As partes do mundo. Os continentes e seus principais acidentes.

Forma da Terra. Principais movimentos da Terra. Eixo. Pólos. Equador. Paralelos. Trópicos. Círculos polares.

Noções sôbre astros. Planetas. O Cruzeiro do Sul.

Pontos cardeais e colaterais. Orientação pelo nascer e pelo pôr do sol, pelo Cruzeiro do Sul e pela bússola.

Raças. Formas de govêrno.

Países da América-do-Sul e suas capitais.

Países da América-do-Norte e suas capitais.

Países da América-Central e suas capitais.

Países da Europa e suas capitais.

Países da Ásia e África e respectivas capitais.

Limites do Brasil; baías, ilhas, portos, serras, rios, lagos principais.

O Brasil; seu govêrno, população, raça e língua.

Estados do Brasil e suas capitais. O Distrito-Federal e sua população. Os Territórios.

HISTÓRIA DO BRASIL

Descobrimento da América: Colombo.

Descobrimento do Brasil: Pedro Álvares Cabral.

As capitanias hereditárias e os três primeiros governadores gerais.

Invasão do Rio-de-Janeiro pelos franceses. Fundação da cidade: Estácio de Sá.

Entradas e bandeiras: Importância das bandeiras para a colonização e expansão do Brasil.

Inconfidência Mineira: Tiradentes.

Transmigração da família real para o Brasil: O progresso do país com D. João VI.

A independência: D. Pedro I, José Bonifácio.

O segundo reinado e D. Pedro II. Caxias.

A abolição do cativeiro: a princesa Isabel, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco.

Proclamação da República: Deodoro, Benjamim Constant.

Governos republicanos; o progresso do Brasil sob a República; a imigração estrangeira; o progresso da agricultura; a revolução de 1930.

Rio-de-Janeiro, 28 de janeiro de 1946.

(D.O. — 12-2-946).

★

Portaria n.º 53, de 28 de janeiro de 1946

Expede os programas de história geral e de história do Brasil, e respectivas instruções metodológicas, para o curso comercial básico.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, de acôrdo com o que estabelece o art. 16 do Decreto n.º 14 373, de 28 de dezembro de 1943, resolve expedir, para observância nos estabelecimentos de ensino comercial equiparados e reconhecidos, os anexos programas de história geral e de história do Brasil, e as respectivas instruções metodológicas, para o curso comercial básico.

Rio-de-Janeiro, 28 de janeiro de 1946. — *Raul Leitão da Cunha.*

PROGRAMA DE HISTÓRIA GERAL PARA O CURSO COMERCIAL BÁSICO

PRIMEIRA SÉRIE

PARTE I

Unidade única — A civilização oriental: Hebreus, egípcios, fenícios; civilizações mesopotâmicas; civilizações iranianas; indus; civilizações da Ásia menor.

PARTE II

As civilizações clássicas

Unidade I — O mundo grego: Grécia: os principais tempos; Esparta; Atenas; Tebas; o V Século. A Macedônia; Alexandre.

Unidade II — O mundo romano: A fundação de Roma. A realeza; a república; lutas internas; o exército romano; as conquistas romanas; guerras púnicas; conquista do oriente; Júlio César; o império — vultos e episódios principais; Augusto; Antoninos; Cristianismo — origem, propagação, triunfo.

PARTE III

A civilização medieval

Unidade I — O mundo bárbaro; os povos bárbaros; as grandes invasões; principais reinos bárbaros; Francos-Carlos Magno.

Unidade II — Os árabes: o povo árabe; Maomé e o Islamismo; as conquistas árabes; a civilização islâmica.

Unidade III — Cruzadas: sociedade medieval nos tempos das Cruzadas; as grandes Cruzadas, Cruzadas de São Luís; principais conseqüências das Cruzadas.

Unidade IV — A Igreja medieval: Conversão dos bárbaros; heresias; os grandes papas; as ordens religiosas.

Unidade V — Guerra dos cem anos: a Inglaterra medieval; as origens; a política interna da França; Joana d'Arc.

Unidade VI — O Império do Oriente: fundação do Império do Oriente; reinado de Justiniano; os turcos — queda do Império do Oriente.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

O professor ressaltará os aspectos da evolução comercial, agrícola, industrial e suas relações com a viação, as diversas vias de comunicação e meios de transporte, à proporção que se apresentarem as oportunidades, atendendo sempre ao caráter de cultura geral dos cursos, fixado na lei orgânica do ensino comercial.

Estabelecerá as relações com o ensino de geografia, recorrendo freqüentemente aos cartogramas, diagramas e, sempre que possível, às demonstrações objetivas com projeções luminosas e exibições cinematográficas.

As questões formuladas em prova escrita e exame oral deverão ser da maior objetividade, redigidas ou enunciadas com simplicidade e clareza, fugindo sempre à minúcia histórica e aos textos mal conhecidos.

Deverá o professor estimular a iniciativa do estudante, por meio de todos os recursos adequados.

SEGUNDA SÉRIE

PARTE I

A civilização moderna

Unidade I — Princípios dos tempos modernos: as grandes invenções. Os descobrimentos marítimos. Idéia de Renascimento.

Unidade II — A reforma: movimento inicial — Lutero, Propagação: Calvino; Henrique VIII. A reação católica — Santo Inácio. As lutas religiosas: guerras de religião.

Unidade III — O Novo Mundo: o indígena americano. A conquista e a colonização. A escravidão negra.

Unidade IV — As grandes monarquias dos XVII e XVIII séculos: o absolutismo em França. A monarquia parlamentar inglêsa; Cromwell. Os déspotas esclarecidos.

PARTE II

A civilização contemporânea

Unidade I — A era revolucionária: a independência dos Estados-Unidos. A Revolução Francesa. Napoleão. Independência das nações latinas da América.

Unidade II — A Europa no XIX século: França: Luís Filipe; o segundo império; a terceira república. A unidade alemã. A unidade italiana. A era vitoriana. Portugal: vultos e episódios principais.

Unidade III — A América no XIX século: Estados-Unidos-da-América; a doutrina de Monroe; a guerra de Secessão. As nações latinas da América: principais vultos e episódios.

Unidade IV — O mundo contemporâneo: a Grande Guerra. A revolução russa. O fascismo. O nazismo. Portugal: a República; o Estado Novo. As democracias americanas: os seus maiores vultos e episódios. A guerra de 1939.

Unidade V — Panorama do progresso: a ciência e a técnica: as grandes descobertas e invenções. O domínio da terra; as grandes explorações geográficas. As letras e as artes.

Instruções metodológicas

Serão respeitadas as previstas para a execução do programa da primeira série.

PROGRAMA DE HISTÓRIA DO BRASIL PARA O CURSO COMERCIAL BÁSICO

TERCEIRA SÉRIE

PARTE I

Brasil-Colônia

Unidade I — Os primórdios da colonização: 1. Preliminares européias. 2. O desenvolvimento do Brasil. 3. O reconhecimento e exploração da costa. 4. O regime de donatários. 5. Os gover-

nos gerais. 6. Os jesuítas. 7. O Brasil sob o domínio de Espanha.

Unidade II — O meio étnico: 1. O indígena brasileiro; principais aspectos etnográficos e etnológicos. 2. O elemento branco na colonização. 3. O elemento negro: noções sumárias sôbre raças e culturas negras no Brasil. 4. A formação da etnia brasileira.

Unidade III — A economia colonial: 1. O pau-brasil na economia colonial. 2. A cana de açúcar: a lavoura e a indústria açucareiras na colônia. 3. A pecuária. 4. A mineração.

Unidade IV — A formação territorial do Brasil-Colônia: 1. A conquista do norte. 2. O desbravamento do sertão. 3. A expansão para o sul. 4. Jesuítas e colonos. 5. Os tratados de limites: Tordesilhas, Santo Ildefonso e Madri.

Unidade V — A formação do sentimento nacional: 1. A defesa do patrimônio territorial: as incursões francesas e inglêsas, as guerras flamengas. 2. O nativismo: emboabas e mascates. Os movimentos precursores da independência: a rebelião de Vila-Rica, a Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana de 1817.

PARTE II

A independência

Unidade única — A independência: 1. A inversão brasileira. 2. A regência do príncipe D. Pedro. 3. A elaboração da Independência. 4. O grito do Ipiranga.

PARTE III

Brasil-Império

Unidade I — A consolidação da obra da independência: 1. O primeiro reinado: guerras da Independência, as crises internas, a abdicação. 2. O período regencial: as regências trinas, as regências unas. 3. A questão da Maioridade.

Unidade II — O segundo reinado: 1. Caxias e a unidade nacional. 2. O parlamentarismo brasileiro. 3. A questão Christie. 4. O império e as lutas no Prata. 5. A Guerra do Paraguai: causas gerais, as principais fases, vultos e episódios principais.

Unidade III — O Progresso nacional sob o império: 1. Agricultura, comércio e indústria. 2. Mauá e o progresso material do império. 3. A evolução intelectual: ciências, artes e letras.

Unidade IV — As grandes crises da segunda metade da vida do império: 1. A abolição: a escravidão, as questões do tráfego, o triunfo do movimento abolicionista. 2. A questão religiosa. 3. O advento da república: a propaganda republicana, a questão militar. 4. A proclamação da República: o govêrno provisório e a primeira constituição republicana.

PARTE IV

Brasil-República

Unidade I — O primeiro período republicano: 1. Os governos presidenciais: principais sucessos da política interna. 2. A obra diplomática de Rio Branco. 3. O progresso material: a economia, as grandes realizações administrativas, vias de comunicação e transportes. 4. A evolução intelectual: ciências, letras e artes.

Unidade II — O segundo período republicano: 1. A revolução de outubro e o govêrno provisório. 2. O govêrno de Getúlio Vargas. 3. O golpe de 10 de novembro: o novo regime. 4. Rumos da política externa. 5. O progresso geral do país até o golpe de 29 de outubro.

Instruções metodológicas

O ensino de história do Brasil foi incluído no currículo do curso comercial básico, na terceira série, e portanto com um ano apenas de duração.

O programa adotado prevê, ao lado da história política e administrativa, a iniciação da história econômica do Brasil como subsídio para o futuro curso de história administrativa e econômica, que será objeto de estudo na última série dos cursos técnicos.

O professor terá em vista as instruções metodológicas, anteriormente referidas, e realizará, com os alunos, visitas a arquivos, museus, pinacotecas e serviços públicos de finalidade ligada à história, bem assim excursões aos pontos históricos e monumentos nacionais. Fará com que os alunos se exercitem na prática das exposições orais, nos comentários de textos fáceis e na discussão de pequenas teses, realizadas de preferência em conjunto, sob a orientação do professor, a fim de estimular o espírito de iniciativa e o hábito do trabalho coletivo.

Rio-de-Janeiro, 28 de janeiro de 1946.

(D.O. — 12-2-946).

★

Portaria n.º 58, de 29 de janeiro de 1946

Expede os programas de desenho técnico e respectivas instruções metodológicas, para os cursos de estatística e de comércio e propaganda.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, de acôrdo com o que estabelece o art. 16 do Decreto n.º 14 373, de 28 de dezembro de 1943, resolve expedir, para observância nos estabelecimentos de ensino comercial equiparados e reconhecidos, os anexos programas de desenho técnico e as respectivas instruções metodológicas, para os cursos de estatística e de comércio e propaganda.

Rio-de-Janeiro, 29 de janeiro de 1946. — *Raul Leitão da Cunha.*

PROGRAMA DE DESENHO TÉCNICO PARA O CURSO DE ESTATÍSTICA

PRIMEIRA SÉRIE

I — *Desenho linear geométrico*

Unidade I — Retas proporcionais: 1. Determinação gráfica da quarta, terceira, média ou meia proporcionais. 2. Média e extrema razão.

Unidade II — Circunferência: 1. Retificação. 2. Inscrição e circunscrição de polígonos regulares.

Unidade III — Tangência e concordância: 1. Molduras simples e compostas. 2. Estudo geral dos arcos. 3. Curvas traçadas por movimento contínuo.

Unidade IV — Simetria: 1. Eixos de simetria. 2. Assimetria.

II — *Desenho projetivo*

Unidade I — Artifícios fundamentais do sistema projetivo: 1. Reta, ponto e plano. 2. Planos auxiliares. 3. Retas especiais do plano.

Unidade II — Métodos descritivos: 1. Rotação. 2. Rebatimento. 3. Mudança dos planos de projeção.

Unidade III — Traçado das épuras: 1. Projeções e planificação de sólidos. 2. Aplicações industriais do desenho projetivo.

Unidade IV — Perspectiva e sombras: 1. Noções de sombra própria e projetada. 2. Perspectiva rápida de Haeder. Aplicações.

III — *Perspectiva aérea*

Unidade I — Côr: 1. Definição. 2. Aplicações. 3. Produção. 4. Iluminação.

Unidade II — Efeitos do ar atmosférico: 1. Efeitos reais e aparentes de luz e sombra. 2. Fenômenos ocasionados pela luz branca. 3. A visibilidade: suas causas.

Unidade III — Material corante: 1. Aquarela. 2. "Guache". 3. Pastel. 4. Lápis de côr. 5. Condicionamento do material à natureza do trabalho a executar.

Unidade IV — Leis da perspectiva aérea: 1. Principais leis da perspectiva aérea. 2. Aplicações.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

1. *Objetivos do estudo de desenho* — O programa de desenho no curso comercial procura:

a) criar no estudante hábitos de limpeza, precisão e ordem;

b) desenvolver-lhe a capacidade da expressão gráfica;

c) proporcionar-lhe informações e conhecimentos sôbre os diferentes ramos do desenho;

d) estimular-lhe a formação de atitudes idéias, interêsses e preferências estéticas; e

e) auxiliar as outras disciplinas do curso.

2. *Estrutura do curso de desenho* — O programa da primeira série do curso de estatística será dividido em três partes correspondendo cada uma a um trimestre.

3. *Fundamentação teórica* — 1. Todos os trabalhos práticos deverão ser completados pela respectiva fundamentação teórica. 2. Abster-se-á o professor de ditar pura e simplesmente essa fundamentação que deverá, antes, servir de poderoso recurso no desenvolvimento da capacidade reflexiva do aluno, pela redescoberta pessoal. 3. Recomenda-se a restrição do vocabulário técnico especializado ao mínimo indispensável.

4. *O ensino na primeira série dos cursos de estatística e de comércio e propaganda* — 1. Na primeira série dos cursos de estatística e de comércio e propaganda, o ensino tem os seguintes objetivos específicos: *a*) completar a educação visual, aprimorar a capacidade de observação e aperfeiçoar a habilidade manual dos alunos, iniciadas na primeira série do curso básico; *b*) familiarizá-los com tôdas as técnicas úteis da representação gráfica; *c*) proporcionar-lhes as condições indispensáveis à assimilação de informações e à elaboração do conhecimento, necessárias ao prosseguimento do estudo especializado do desenho técnico. 2. O professor iniciará o trabalho escolar fazendo uma breve revisão da matéria lecionada na primeira série do curso básico. 3. Desde o início do ensino da parte I (desenho linear geométrico), deverá exigir, dos alunos, traçados rigorosos, bem como acabamento a nanquim e a tinta para desenho. 4. As aplicações práticas dos traçados geométricos deverão, sempre, servir de motivação introdutória ao estudo dos mesmos. 5. Se bem que precedido da indispensável fundamentação teórica, o desenho projetivo deverá ser ensinado de modo prático, recorrendo-se, para isso, não só ao diedro convencional como às construções de xilotomia, cordonagem, cartonagem, modelagem e metaloplastia. 6. Os trabalhos realizados durante a aprendizagem das partes I e II deverão ser aproveitados para aplicação de material corante, ao fazer-se o estudo da parte III.

5. *Observações-gerais* — 1. Em todo êste curso, o professor se esforçará para que os alunos verifiquem a importância crescente do desenho, na vida atual, chamando-lhes a atenção para as suas variadíssimas aplicações, quer sob a forma de gráficos ou esquemas, nos trabalhos científicos, quer sob a forma convencional, indispensável a tôdas as criações da técnica, quer sob as infinitas e sugestivas formas de propaganda gráfica ilustrada, quer, enfim, como simples meio de expressão. 2. Procurará convencê-los não ser o "saber desenhar" dom especial concedido, sòmente, a mui raros privilegiados, como outrora se pensava, visto que todos aprendem a escrever, apesar de ser a escrita o mais difícil e o mais desinteressante de todos os desenhos. 3. Ressaltar-lhes-á, entretanto, que, para adquirir a capacidade de desenhar, necessário se torna um trabalho perseverante e entusiasta, muita dedicação e muito desejo de atingir o objetivo almejado.

6. *Observações finais* — 1. Para a realização do curso, além dos livros da biblioteca escolar, de que os alunos se devem utilizar para leituras e consultas, deverão êles possuir compêndio, que contenha pelo menos: *a*) a matéria do programa exposta com clareza e objetividade; *b*) exercícios em que se conservem os elementos básicos do tema e se variem os acessórios; *c*) ilustrações monocromáticas e policromáticas, em estampas fora do texto.

Rio-de-Janeiro, 29 de janeiro de 1946.

(D.O. 12-2-1946).

★

DISTRITO FEDERAL

Resolução n.º 4, de 24 de janeiro de 1946

O Prefeito do Distrito Federal:

Considerando que compete ao govêrno estimular a pesquisa histórica, principalmente a relativa aos assuntos ligados à vida da cidade de São-Sebastião-do-Rio-de-Janeiro:

Resolve:

1 — Instituir o prêmio "Vieira Fazenda", no valor de Cr$ 30 000,00 (trinta mil cruzeiros), para o melhor trabalho histórico sôbre o Distrito Federal, o qual se conferirá a 20 de janeiro de 1947, abrindo-se as inscrições na Secretaria Geral de Educação e Cultura em 19 de abril do corrente ano.

2 — Os interessados se inscreverão em documento em que se declaram candidatos ao prêmio, obrigando-se a entregar os respectivos originais até 7 de setembro próximo vindouro.

3 — Os originais, inéditos e dactilografados, devem ser acompanhados de quatro cópias, com um mínimo de oitenta fôlhas, escritas de um só lado e tendo por dimensões 33 cm de altura por 22 de largura.

4 — A Comissão Julgadora compor-se-á dos seguintes membros: um do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um da Academia Brasileira de Letras, uma da Academia Carioca de Letras, um do Centro Carioca, um professor do Colégio Pedro II e de dois membros do magistério da Prefeitura, indicados pelo secretário geral de Educação e Cultura.

Distrito-Federal, 24 de janeiro de 1946. — *Filadelfo Azevedo.*

(D.O.P. 25-1-1946).

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Decreto n.º 13 401, de 8 de janeiro de 1946

Revoga o decreto n.º 13 238, de 11 de julho de 1945.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

Decreta:

Artigo único — Fica revogado o Decreto n.º 13 238, de 11 de julho de 1945, que transferiu, provisòriamente, a sede de têrmo de Santo-Inácio para a localidade denominada Gameleira, pertencente ao distrito de Itajubaquara.

Salvador, 8 de janeiro de 1946. — *João Vicente Bulcão Viana,* Interventor Federal — *Orlando Bulcão Viana.*

(D.O.B. 9-1-946).

★

MINAS-GERAIS

Decreto-lei n.º 1 648, de 22 de janeiro de 1946

Estabelece o quadro do pessoal técnico efetivo do Departamento Geográfico e dá outras providências.

O Interventor Federal no Estado de Minas-Gerais, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1.º — O quadro do pessoal técnico efetivo do Departamento Geográfico compõe-se dos seguintes cargos:

1	Diretor	Cr$ 48.000,00
4	Chefes de Divisão, a	Cr$ 36.000,00
2	Assistentes técnicos, a	Cr$ 32.400,00
5	Trianguladores, a	Cr$ 28 800,00
10	Engenheiros topógrafos, a	Cr$ 24.000,00
7	Auxiliares de engenheiro, a ..	Cr$ 18.000,00
5	Cartógrafos, a	Cr$ 24.000,00
5	Cartógrafos-auxiliares a	Cr$ 18.000,00
7	Auxiliares, a	Cr$ 10.140,00

Art. 2.º — Ficam suprimidos 3 cargos de praticantes e os cargos do quadro suplementar, cujos titulares serão aproveitados nos cargos de auxiliar.

Art. 3.º — Para pagamento do pessoal constante do quadro mencionado no artigo 1.º serão transferidas as importâncias de Cr$ 9 792,00 da verba 102-4; Cr$ 32.808,00 da verba 102-7-2; Cr$ 30.000,00 da verba 102-8 e Cr$ 61 680,00 da verba 102-67 para as dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando êste decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, Belo-Horizonte, 22 de janeiro de 1946. — *Nísio Batista de Oliveira, — José de Carvalho Lopes. — Antônio Martins Vilas Boas. — Antônio Vieira Braga. — Antônio Mourão Guimarães. — Iago Vitoriano Pimentel.*

(D.O.M. 23-1-1946).

★

RIO-DE-JANEIRO

Decreto-lei n.º 1 577, de 22 de janeiro de 1946

O Interventor Federal no Estado do Rio-de-Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e tendo em vista o disposto nos Decretos-leis federais ns. 8 219, e 8 733, respectivamente, de 26 de novembro de 1945, e 18 de janeiro de 1946,

Decreta:

Art. 1.º — Os distritos de "Soledade de Rodeio", no município de Vassouras, e "Maranguá", no município de Saquarema, passam a denominar-se respectivamente, "Engenheiro-Paulo-de-Frontin" e "Sampaio-Correia".

Art. 2.º — Êste decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Os secretários de Estado assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Govêrno, em Niterói, 22 de janeiro de 1946. — *Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães. — Antônio Viçoso de Morais Jardim. — Ramon Benito Alonso. — Mário de Carvalho Vale. — Raul Quaresma de Moura. — Luís de Sousa.*

(D.O.N. 23-1-1946).

★

Decreto-lei n.º 1 584, de 28 de janeiro de 1946

O Interventor Federal no Estado do Rio-de-Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e na conformidade do disposto no art. 2º, do Decreto-lei federal n.º 8 219, de 26 de novembro de 1945,

Decreta:

Art. 1.º — O artigo 9.º, do Decreto-lei n.º 1 487, de 23 de outubro de 1945, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9.º — Fica o 1.º distrito do município de Nova Iguaçu, dividido, para o efeito do registo civil, em duas circunscrições, compreendendo a primeira a extensão territorial dêste distrito, localizada ao lado esquerdo da Estrada de Ferro Central do Brasil, tomando-se como

ponto de partida a estação inicial de D. Pedro II; e a segunda o lado direito da mesma estrada.

Art. 2.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Os secretários de Estado assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Govêrno, em Niterói, 28 de janeiro de 1946. — *Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães.* — *Antônio Viçoso de Morais Jardim.* — *Ramon Benito Alonso.* — *Mário de Carvalho Vale.* — *Raul Quaresma de Moura.* — *Luís de Sousa.*

(D.O.N. 29-1-1946).

*

Decreto n.º 2 568, de 26 de janeiro de 1946

O Interventor Federal no Estado do Rio-de-Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovada a anexa tabela numérica, de extranumerário mensalista, da Comissão da Carta do Estado.

Art. 2.º — Ficam extintas, na T. N. do Departamento de Engenharia, as seguintes funções:

3 de Agrônomo, referência XXIII;

1 de Auxiliar Administrativo, referência XII;

1 de Auxiliar de Escritório, referência VII;

2 de Auxiliar de Engenheiro, referências XXI e XV.

Art. 3.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govêrno, em Niterói, 25 de janeiro de 1946. — *Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães.* — *Luís de Sousa.* — *Raul Quaresma de Moura.*

Tabela numérica de extranumerários mensalistas de Comissão da Carta do Estado

Número	FUNÇÃO	Referência
5	Agrônomo.....	XXIII
1	Auxiliar administrativo	XII
1	Auxiliar de engenheiro	XIX
1	Auxiliar de escritório	VII
1	Desenhista.....	XIX

(D.O.N. 26-1-1946).

*

PARÁ

Decreto-lei n.º 4 876, de 24 de novembro de 1945

Abre o crédito especial de Cr$ 4 500,00 para ocorrer ao pagamento de uma pedra "Muiraquitã" destinada ao Museu Paraense Emílio Goeldi.

O Interventor Federal usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, item V, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto, no exercício vigente, o crédito especial no valor de quatro mil e quinhentos cruzeiros (Cr$ 4 500,00) para ocorrer ao pagamento do preço de compra de uma pedra "Muiraquitã" destinada ao Museu Paraense Emílio Goeldi e adquirida ao Sr. Godofredo Hagmann.

Parágrafo único — A cobertura da despesa a que se refere êste artigo correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado, no exercício vigente.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O secretário geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 24 de novembro de 1945. — Desembargador *Manuel Maroja Neto,* Interventor Federal. — *Daniel Coelho de Sousa,* Secretário-Geral.

(D.O.P. 28-1-1945).

*

PARAÍBA

Decreto n.º 679, de 17 de dezembro de 1945

Estabelece nova constituição do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe confere o art. 7.º, n.º 1, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, neste Estado, na conformidade do art. 12, do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia, em que se transformou o Conselho Brasileiro de Geografia, baixado pelo Decreto federal 1 527, de 24 de março de 1937, e ratificado pelo Decreto estadual 947, de 28 de janeiro de 1938, fica assim constituído:

a) pelo secretário do Interior e Segurança Pública, como presidente-nato;

b) pelo diretor do Departamento Estadual de Estatística, como secretário-nato e suplente do presidente;

c) pelos diretores de Divisão do D.E.E. e os chefes da Secção de Estatística Fisiográfica e Estatística Militar;

d) pelos diretores gerais das demais repartições regionais que possuírem secções ou Serviços de Geografia integrados no Instituto;

e) pelos chefes dessas secções especializadas ou semi-especializadas de Geografia;

f) pelo chefe ou diretor da Repartição ou Serviço de Geografia, ou na falta, de cadastro territorial ou mesmo, simplesmente de Engenharia, do município da Capital;

g) por um professor de Geografia, dentre os consultores técnicos regionais do Conselho, designado livremente pelo govêrno do Estado;

h) por um representante do Estado Maior da Região, com jurisdição militar no Estado, um delegado do Estado Maior da Armada e um representante do Estado Maior da Aeronáutica; e

i) por um representante do Instituto Histórico e Geográfico ou entidades afins, mediante ato de filiação.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João-Pessoa, 17 de dezembro de 1945; 57.º da Proclamação da República. — *Severino Montenegro.* — *Renato Lima.*

(D.E.P. — 19-12-1945).

A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

IJUÍ (Rio-Grande-do-Sul)

Decreto Executivo n.º 16, de 5 de janeiro de 1946

Dá nova redação às divisas dos quarteirões do município.

O Prefeito Municipal de Ijuí, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º II, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Passa a ter nova redação a divisão de quarteirões do município que baixou com o Ato n.º 329, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 2.º — A redação a que se refere o artigo anterior fica constituindo os têrmos definitivos da citada divisão, como adiante se segue:

1.º Quarteirão — Pelo rio Potiribu (ex Ponte) acima, a partir da sua barra no rio Ijuí, junto à linha 4 oeste até a ponte do rio Potiribu, na linha 1 leste, por esta estrada, direção sul, até encontrar o travessão 0 (zero), segue por êste travessão até a linha 4 oeste e pela estrada de rodagem desta linha até a barra do rio Potiribu.

2.º Quarteirão — Pelo rio Ijuí acima, a partir da barra do rio Conceição, até a barra do rio Potiribu (ex Ponte); daí pela linha 6 oeste, até o travessão 0 (zero); por êste travessão até encontrar o rio Conceição e por êste rio abaixo até a sua barra no rio Ijuí.

3.º Quarteirão — Pelo rio Ijuí acima, a partir da barra do arroio Quirimaú (ex Pulador) até a barra do rio Conceição; por êste rio acima até a barra do arroio Poaçu (ex Marmeleiro); por êste arroio acima até a divisa com o município de Santo-Ângelo e por esta divisa até a barra do arroio Quirimaú, no rio Ijuí.

4.º Quarteirão — Pelo travessão 0 (zero) a partir do rio Conceição até a estrada geral do DAER, daí por esta estrada em direção a Cruz-Alta até a cabeceira do arroio das Antas, desce por êste arroio até a sua barra no rio Conceição e daí por êste rio abaixo até encontrar o travessão 0 (zero).

5.º Quarteirão — Pelo arroio das Antas, a partir da sua barra no rio Conceição, até a cabeceira junto à estrada do DAER, segue por esta estrada em direção a Cruz-Alta até confrontar a cabeceira do arroio Forquilha, por êste arroio abaixo até a sua barra no rio Conceição e por êste rio abaixo até a barra do arroio das Antas.

5.º-A Quarteirão — É formado de parte dos 5.º e 6.º quarteirões. A partir da ponte do rio Potiribu (ex Cambará), pela estrada Alta-da-União — Dr. Bozano, segue rio acima até a divisa com o município de Cruz-Alta, por esta divisa até o rio Conceição, por êste rio abaixo até a barra do arroio da Forquilha, por êste arroio acima até a sua cabeceira próximo à estrada do DAER; segue por esta estrada até o entroncamento da estrada Alto-da-União — Dr. Bozano e por esta estrada até a ponte do rio Potiribu (ex Cambará).

6.º Quarteirão — Pelo rio Potiribu acima, a partir da ponte da linha 1 leste, até a ponte que serve a estrada de rodagem Alto-da-União —Dr. Bozano, por esta estrada em direção a Cruz-Alta até a estrada do DAER; segue por essa estrada em direção à cidade de Ijuí até a linha 1 leste e por esta linha até a ponte do rio Potiribu.

7.º Quarteirão — Pelo rio Ijuí, acima, a partir da barra do rio Potiribu (ex Ponte) até a barra da linha 6 leste, daí pela estrada da linha 6 leste, passando pelo travessão de um cemitério para a estrada da linha 5 leste até o rio Potiribu e por êste rio até a sua barra no rio Ijuí.

8.º Quarteirão — Pelo rio Ijuí acima, a partir da barra da linha 6 leste, até a barra da Picada Faxinal (linha 18 m.d.); segue pela estrada de rodagem da Picada Faxinal até o povoado Dr. Bozano, daí pela estrada de rodagem Dr. Bozano—Ijuí até o entroncamento da estrada (linha 9 leste), da cascata da Usina de Cruz-Alta, sôbre o rio Potiribu; desce por êste rio até encontrar a linha 5 leste, segue pela estrada da linha 5 leste até o travessão do cemitério, passa por essa travessa à linha 6 leste e por esta estrada da linha 6 leste até a barra da mesma no rio Ijuí.

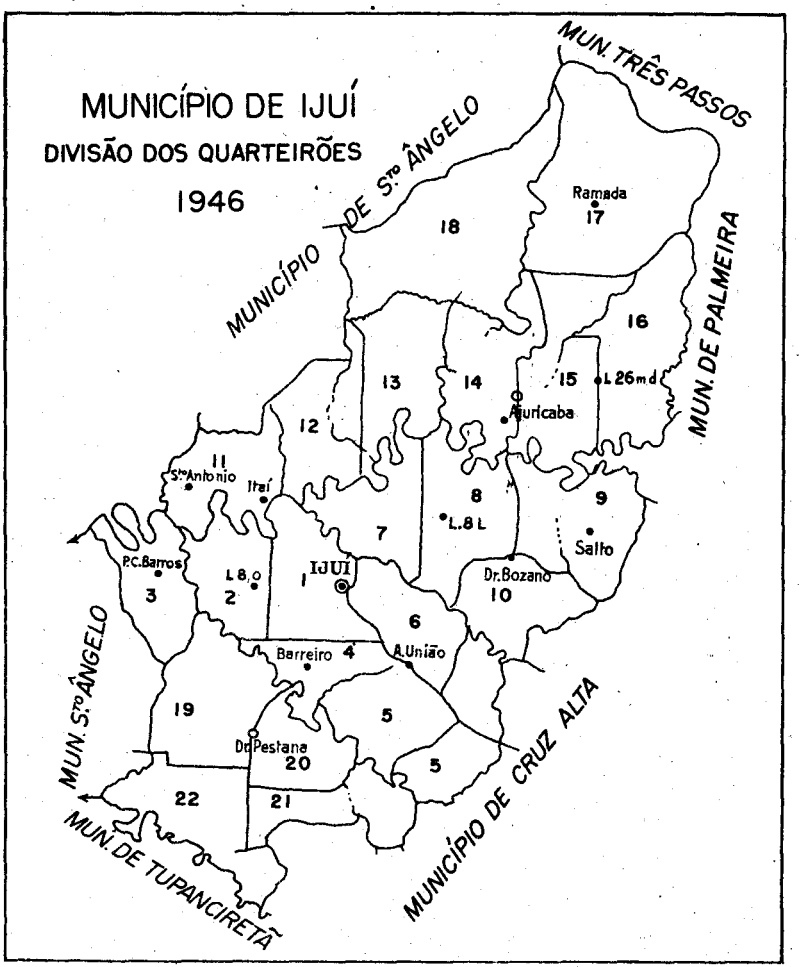
9.º Quarteirão — Pelo rio Ijuí acima, a partir da barra da Picada-Faxinal até a barra do arroio Caxambu; daí pela divisa com o município de Cruz-Alta até a cabeceira do arroio Morotin (ex Rio-Branco), próximo a uma estrada vicinal; por esta estrada, em direção a Santa-Lúcia, até a cabeceira do arroio Salto, daí desce pelo arroio Salto até a ponte da estrada de rodagem Pindorama—Dr. Bozano, segue por esta estrada até o entroncamento da estrada da Picada-Faxinal e por esta estrada até a barra sôbre o rio Ijuí.

10.º Quarteirão — Pela estrada de rodagem Ijuí — Dr. Bozano, a partir do entroncamento da estrada que vai à cascata da Usina Elétrica de Cruz-Alta, até o povoado Dr. Bozano, daí segue pela estrada de Pindorama até a ponte do arroio Salto, daí pelo arroio Salto acima até a sua nascente próximo à estrada vicinal Santa-Lúcia—Rio-Branco, daí por esta estrada até a divisa com o município de Cruz-Alta, segue pela divisa até a barra do arroio Engenho no rio Potiribu; por êste rio abaixo, até a cascata da Usina Elétrica de Cruz-Alta e daí pela estrada de rodagem até o entroncamento na estrada Ijuí—Dr. Bozano.

11.º Quarteirão — Pela divisa do município de Santo-Ângelo, a partir da barra do lajeado Oficina até a sua cabeceira, daí pela estrada de rodagem que serve de divisa com o município

de Santo-Ângelo até junto à cabeceira do arroio Leão; por êste arroio até a sua barra no rio Ijuí; por êste rio abaixo até a barra do arroio Catuípe (ex Santo-Antônio) e daí por êste arroio acima até a barra do lajeado Oficina.

12.º Quarteirão — Pela estrada de rodagem na divisa com o município de Santo-Ângelo, a partir junto à cabeceira do arroio Leão até o entroncamento da estrada divisa que vai ao arroio Galpões ou Bom Sucesso, por esta estrada até o arroio Galpões, por êste arroio acima até a ponte que serve a estrada da linha 6 m.d. — Esquina Bom-Sucesso, daí por esta estrada até a ponte do rio Ijuí. desce pelo rio Ijuí até a barra do arroio Leão e daí sobe pelo arroio Leão até a sua cabeceira.



13.º Quarteirão — Pela antiga divisa do município (orla do mato) a partir da estrada da linha 6 m.d. até o arroio Varejão, desce por êste arroio até a sua barra no arroio Ajuricaba (ex Faxinal); segue pelo arroio Ajuricaba até a barra no rio Ijuí, desce pelo rio Ijuí até a ponte (linha 6 m.d.) e daí pela estrada da linha 6 m.d. até a (orla do mato) antiga divisa do município.

14.º Quarteirão — Pela antiga divisa do município (orla do mato), a partir do arroio Varejão até encontrar o arroio Ajuricaba (ex Faxinal), sobe por êste arroio até a ponte que serve a estrada Vila-Ajuricaba—Masera; daí por esta estrada até a linha 19 m.d., por esta linha até o rio Ijuí, por êste rio abaixo até a barra do arroio Ajuricaba, por êste arroio acima até a barra do arroio Varejão e daí pelo arroio Varejão acima até a (orla do mato) antiga divisa do município.

15.º Quarteirão — Pela estrada de rodagem que divide a 2.ª da 3.ª Secção da Ramada, a partir do entrocamento da estrada Vila-Ajuricaba até o rio Cachoeira, desce por êste arroio até encontrar a estrada do Tavessão divisa da 1.ª Secção da Ramada, que liga a linha 21 m.d. à linha 27 m.d.; por esta estrada até a linha 26 m.d., por esta linha até o rio Ijuí; desce pelo rio Ijuí até a linha 18 m.d. (barra); por esta linha e pela estrada de rodagem da linha 19 Vila-Ajuricaba—Masera até o entrocamento da estrada que divide a 2.ª da 3.ª Secção da Ramada.

16.º Quarteirão — Pelo arroio Cachoeira acima, a partir da ponte da estrada de rodagem do Travessão divisa da 1.ª Secção da Ramada, até a ponte da estrada de rodagem que divide a 2.ª da 3.ª Secção da Ramada; daí segue por

essa estrada até o entroncamento; por uma linha reta ao ponto mais próximo do arroio Biaraju (ex Barbosa); desce por êste arroio até a sua barra no rio Ijuí, segue pelo rio Ijuí abaixo até confrontar a linha 26 m.d.; daí pela linha 26 m.d. até a estrada de rodagem do Travessão divisa da 1.ª Secção da Ramada e por esta estrada até a ponte do arroio Cachoeira.

17.º Quarteirão — Pela estrada de rodagem da divisa de Palmeira, a partir da cabeceira do arroio Ajuricaba (ex Faxinal) até a cabeceira do arroio Biaraju, até o ponto mais próximo do entroncamento das estradas Vila-Ajuricaba—Palmeira e a divisa da 2.ª e 3.ª Secção da Ramada; daí por uma linha reta até êste entroncamento de estradas; daí pela estrada da divisa entre 2.ª e 3.ª Secção da Ramada até o entroncamento da estrada Vila-Ajuricaba—Masera; segue por esta estrada até a ponte sôbre o arroio Ajuricaba e daí por êste arroio até a sua cabeceira junto à estrada da divisa com o município de Palmeira.

18.º Quarteirão — Pela estrada de rodagem da divisa com o Município de Santo-Ângelo, a partir da cabeceira leste do arroio Galpões ou Bom-Sucesso até a cabeceira do arroio Ajuricaba, por êste arroio abaixo até a antiga divisa do município (orla do mato), por esta divisa até a estrada de rodagem da linha 6 m.d.; daí pela estrada até a ponte do arroio Galpões e daí pelo arroio Galpões acima até a sua cabeceira leste junto à estrada divisa com o município de Santo-Ângelo.

19.º Quarteirão — Pelo rio Conceição acima, a partir da barra do arroio Poaçu (ex Marmeleiro) até a ponte da estrada geral Ijuí—Vila-Dr. Pestana; daí por esta estrada até o entroncamento da estrada da 3.ª barra do rio Ijuizinho; daí por esta estrada até o entroncamento da estrada a São-Luís; por esta estrada até a divisa com o município de Santo-Ângelo; segue pela divisa do município até a cabeceira do arroio Poaçu e por êste arroio até a sua barra no rio Conceição.

20.º Quarteirão — Pelo rio Conceição acima, a partir da ponte da estrada geral Ijuí—Dr.-Pestana, até a barra do arroio Canhima (ex Cadeado ou Leal), daí sobe por êste arroio até a ponte da estrada de rodagem Esquina Gaúcha—Cruz-Alta; segue por esta estrada até a Esquina-Gaúcha e daí pela estrada geral até a ponte do rio Conceição.

21.º Quarteirão — Pela estrada de rodagem Esquina-Gaúcha—Cruz-Alta, a partir da Esquina-Gaúcha até a ponte do arroio Canhima (ex Cadeado ou Leal), por êste arroio acima até a sua barra no rio Conceição, daí por êste rio acima até a barra do arroio Tabuão; daí pela divisa com o município de Cruz-Alta até a cabeceira do arroio Tigre; por êste arroio abaixo até a ponte da estrada de rodagem Vila Dr. Pestana—1.ª barra do rio Ijuizinho e daí por esta estrada até a Esquina-Gaúcha.

22.º Quarteirão — Pela estrada de rodagem de São-Luís, a partir da divisa com o município de Santo-Ângelo até o entroncamento da estrada da 3.ª barra do Ijuizinho; daí por esta estrada até o entroncamento na estrada geral Vila Dr. Pestana—1.ª barra do Ijuizinho; segue por esta estrada até a ponte do arroio do Tigre; daí por êste arroio acima até a barra do arroio Pororó, daí pela divisa com o município de Cruz-Alta até a barra do lajeado Sanga-Funda no rio Ijuizinho; daí pelo rio Ijuizinho abaixo (divisa com o município de Tupanciretã) até a barra do arroio Cajuru (ex Ferreira) e daí por êste arroio acima (divisa com o município de Santo-Ângelo) até encontar a estrada de rodagem a São-Luís.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ijuí, 5 de janeiro de 1945. — *A. Setembrino Lopes*, Prefeito. — Registre-se e publique-se. *Antônio Bresolin*, Secretário.

(Boletim Informativo. Pref. Municipal — Janeiro, 1945).

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

Conselho Nacional de Geografia
Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.os 211 a 213

Resolução n.º 211, de 19 de novembro de 1945

Autoriza a impressão de diplomas para a Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando a solicitação formulada pela Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro;

Considerando que a referida Sociedade é filiada ao Conselho.

Resolve:

Art. 1.º — Fica a Secretaria-Geral autorizada a providenciar a impressão no Serviço Gráfico do Instituto de mil exemplares do diploma da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em atendimento ao solicitado, e também a custear o referido serviço de impressão, como uma oferta do Conselho àquela douta Sociedade.

Art. 2.º — A despesa decorrente do art. 1.º correrá por conta da verba própria do orçamento do Conselho em vigor.

Rio-de-Janeiro, em 19 de novembro de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Corrêa Filho*, Secretário-Assistente, int. do Conselho. — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto, em exercício.

*

Resolução n.º 212, de 19 de novembro de 1945

Dá patrocínio ao estudo biogeográfico da restinga fluminense

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando ser missão fundamental do Conselho coordenar esforços em favor do melhor conhecimento do território pátrio;

Considerando a vantagem de se realizarem no País pesquisas de caráter geográfico especializado, sempre que para tal se ofereça oportunidade;

Considerando a interessante proposta apresentada pelo ilustre professor canadense Pierre Dansereau, ora no Brasil por uma bôlsa de estudos do govêrno brasileiro, no sentido de empreender um estudo biogeográfico da sua especialização.

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho dá o seu patrocínio, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas, para que o Prof. Pierre Dansereau, da Faculdade de Ciências da Universidade de Montreal, realize um estudo da biogeografia da região das restingas fluminenses, segundo o programa que fica fazendo parte integrante desta Resolução, o qual poderá sofrer as adaptações que a prática e a boa marcha das pesquisas locais aconselharem.

Art. 2.º — As despesas do estudo em aprêço serão custeadas pelo Conselho e pela Fundação, segundo modalidades, prazos e condições a serem combinados pelas respectivas direções.

Art. 3.º — A Secretaria-Geral fica autorizada a efetuar as despesas correspondentes à parte que couber ao Conselho, que correrão por conta da verba do orçamento relativa a expedições científicas, e bem assim a promover e providenciar as medidas necessárias à execução dos objetivos da presente Resolução.

Art. 4.º — Será promovida a participação de outras instituições oficiais que se interessarem pelas pesquisas em vista.

Art. 5.º — O diretor do Serviço de Geografia e Cartografia designará os funcionários que tomarão parte nos trabalhos de campo, no que interessar à prática das análises regionais.

Art. 6.º — Os relatórios e demais trabalhos resultantes da campanha serão publicados pelas instituições patrocinadoras e colaboradoras na conformidade do que combinarem as suas direções.

Rio-de-Janeiro, em 19 de novembro de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgilio Corrêa Filho*, Secretário-Assistente, int., do Conselho. — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto, em exercício.

Anexo à Resolução n.º 212, de 19 de novembro de 1945, do Diretório Central

Programa de trabalho para o estudo biogeográfico das restingas fluminenses

A. TRABALHO DE ANÁLISE.

I. *Divisão em zonas fisiográficas.*
   a. Descrição topográfica: relêvo, limites dos fatôres físicos.
   b. Dados meteorológicos.
   c. Organismos típicos de cada zona fisionômica.
   d. Tipos de solos.

II. *Levantamento fitossociológico.*
   a. Determinação das áreas mínimas.
   b. Determinação das formas biológicas.
   c. Abundância e sociabilidade.
   d. Observações sôbre a disseminação e a propagação.

III. *Populações entomológicas.*
   a. Determinação das áreas mínimas.
   b. Recenseamento da abundância e da sociabilidade.
   c. Estudo da dispersão.

IV. *Populações malacológicas.* (idem).

V. *Populações herpetológicas.* (idem).

VI. *Populações ornitológicas.* (idem).

VII. *Populações de mamíferos.* (idem).

VIII. *Intervenção humana.*
   a. Ordem de resistência à influência humana.
   b. Dependência de populações biológicas da reconstituição artificial.

B. TRABALHO DE SÍNTESE.

IX. *Cálculo da freqüência, presença e constança para cada associação.*

X. *Grau de fidelidade das espécies características.*

XI. *Cartografia das associações.*

XII. *Delineamento dos estados das sucessões.*

XIII. *Coincidência de populações animais e vegetais.*
   a. Comparação de áreas mínimas.
   b. Limitações de certos animais a uma associação vegetal, a uma zona, a uma "serra".
   c. Limitação de certos animais durante uma fase de sua vida a tal ou qual associação.

XIV. *Valor do índice de certas plantas e animais para estabelecer o grau de evolução ecológica.*

XV. *Estudo biométrico de algumas espécies.*
   a. Variações morfológicas qualitativas: hibridação e introgressão.
   b. Variações quantitativas: gradientes da luz, da umidade, do solo.
   c. Variações da forma biológica duma mesma espécie em diversas associações.

Resolução n.º 213, de 19 de novembro de 1945

Dispõe sôbre o quadro do pessoal do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando a necessidade da fixação do quadro definitivo do pessoal do Conselho, em face da sua organização atual,

Resolve:

Art. 1.º — Fixa-se nesta Resolução o quadro do pessoal do Conselho a ser encaminhado ao Departamento Administrativo do Serviço Público para o estudo da lei que fixará em definitivo o funcionalismo servidor da instituição.

Art. 2.º — O quadro geral do pessoal do Conselho é o seguinte:

SECRETARIA-GERAL

Lotação prevista	FUNÇÕES — Denominação	Referência
1	Secretário-Geral, eleito	
1	Secretário-Assistente, em comissão	
5	Assistentes contratados	
6	Assistentes, em comissão	
4	Chefes de Secção, em comissão	
1	Assistente Aperfeiçoamento	XIX
1	Assistente Ensino	XIX
2	Assistente Educação	XIV
1	Conservador Museu Especializado	XIX
1	Bibliotecário especializado	XIX
2	» »	XV
2	» »	XIV
2	» »	XII
4	Bibliotecários	XI
2	Amanuense	XXII
2	»	XXI
2	»	XX
5	»	XIX
4	Amanuenses Auxiliares	XVI
7	» »	XV
9	» »	XIV
12	» »	XIII
13	» »	XII
3	Auxiliares de Escritório	XI
6	» » »	X
7	» » »	IX
9	» » »	VIII
11	» » »	VII
5	Praticantes de Escritório	VI
1	Porteiro	XIII
1	»	XII
1	»	XI
1	»	X
2	»	IX
1	Servente	VII
2	Serventes	VI
3	Mensageiros	IV
5	»	III

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Lotação prevista	FUNÇÕES — Denominação	Referência
1	Diretor-Geral, em comissão	
1	Sub-Diretor, em comissão	
2	Assistentes coordenadores, em comissão	
12	Chefes de Secção, em comissão	
1	Geometrista Especializado	XXXIV
2	» »	XXXIII
6	» »	XXXII
6	» »	XXV
9	» »	XXIV
1	Geometrista	XXII
3	»	XX
3	»	XIX
4	»	XVIII
2	Geometristas Auxiliares	XVI
2	» »	XV
2	» »	XIV
5	» »	XIII
13	» »	XII
2	Praticantes de Geometrista	VIII
9	Aprendizes de Geometrista	VII
9	» » »	VI
9	» » »	IV
1	Cartógrafo Especializado	XXXIV
1	» »	XXXIII
1	» »	XXXII
1	» »	XXXI
1	» »	XXX
1	» »	XXIX
1	» »	XXVIII
1	» »	XXVII
1	» »	XXVI
2	» »	XXV
10	» »	XXIV
12	» »	XXIII
2	Cartógrafos	XXII
3	»	XXI
3	»	XX
9	»	XIX
12	»	XVIII
13	»	XVII
9	Cartógrafos Auxiliares	XVI
10	» »	XV
10	» »	XIV
12	» »	XIII
12	» »	XII
6	Desenhistas	XI
6	»	X
7	»	IX
2	Praticantes de Desenhista	VIII
9	» » »	VII
9	» » »	VI

Lotação prevista	FUNÇÕES — Denominação	Referência
1	Geógrafo Especializado	XXXIV
1	» »	XXXIII
1	» »	XXXII
1	» »	XXXI
1	» »	XXX
2	» »	XXIX
3	» »	XXVII
1	Geógrafo	XXII
2	»	XXI
3	»	XX
5	»	XIX
1	Geógrafo Auxiliar	XVI
3	» »	CV
5	» »	XIV
6	» »	XIII
10	» »	XII
1	Praticante de Geógrafo	XI
3	» — »	X
5	» » »	IX
7	» » »	VIII
10	» » »	VII
1	Amanuense	XXIII
1	»	XIX
1	Amanuense Auxiliar	XVI
1	» »	XV
3	» »	XIV
3	» »	XIII
7	» »	XII
5	Auxiliares de Escritório	X
5	» » »	VIII
2	Praticantes de Escritório	VI
1	Porteiro	XI
1	»	X
1	»	IX
1	Servente	VII
2	»	VI
3	Mensageiros	IV
4	»	III

Art. 3.º — A lotação do pessoal nas duas repartições centrais do Conselho será fixada em portaria do presidente, por proposta do secretário-geral.

Art. 4.º — A Secretaria-Geral entender-se-á com o Departamento Administrativo do Serviço Público, ficando autorizada a introduzir no quadro aprovado as adaptações que se manifestarem necessárias ao ajustamento às normas gerais da administração.

Rio-de-Janeiro, em 19 de novembro de 1945 ano X do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Corrêa Filho*, Secretário-Assistente, int., do Conselho. — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto, em exercício.

Êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador -